

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL  
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA POLÍTICA**

**JOSÉ VIEIRA LOGUERCIO**

**GLOBALIZAÇÃO E NAÇÃO NO SÉCULO XXI**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência Política do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, para obtenção do título de Doutor em Ciência Política.

Orientador: Professor Doutor Carlos Schmidt Arturi

Porto Alegre

2010

(FOLHA DE APROVAÇÃO)

Dedico este trabalho a Luis Sávio Vieira Loguercio (*in memoriam*).  
Foi um exemplo de cultura, ciência, ação, humanismo e generosidade.

Agradeço à instituição republicana Universidade Federal do Rio Grande do Sul na qual aprendo desde 1968, embora os afastamentos forçados.

Agradeço aos seus Professores de Ciências Sociais e, em particular, os da área de Ciência Política que me ajudaram a construir esta Tese.

Agradeço aos meus pais Leandro Sabino (*in memoriam*) e Cora. Agradeço aos meus irmãos Sabino, Pompilio, Mercedes Maria, Antônia Mara e Luis Savio (*in memoriam*). Agradeço a minha companheira Eridan e nossa filha Nina. Todos foram vitais em minha insistência.

*A história é um carro alegre*

*Cheia de um povo contente*

*Que atropela indiferente*

*Todo aquele que a negue.*

(Chico Buarque e Pablo Milanez)

## RESUMO

As nações tendem a perder relevância política com a globalização? Este trabalho responde negativamente e procura demonstrar que elas tendem a adquirir maior importância do que tiveram no passado. Com efeito, pela análise realizada da globalização neoliberal, a disjuntiva política crucial do novo século já é a soberania ou a submissão das nações. Partimos da premissa de que nação é uma construção política histórica realizada pelo capitalismo e que este, em cada uma de suas fases de transição, fez surgir novas nações, enquanto outras se consolidavam. Para comprovar essa tese, foram utilizados basicamente dois procedimentos: primeiro, contestar, através de uma análise crítica, a literatura acadêmica predominante, que acredita no declínio inexorável das nações em virtude da globalização neoliberal. Em segundo lugar, comparamos a situação diante do neoliberalismo, após 1979, de três grandes nações da América Latina - Argentina, Brasil e México – alicerçada pelo estudo de sua formação histórica. Para a orientação da pesquisa, adotou-se como suporte teórico a análise marxista do capitalismo articulada com a metodologia desenvolvida por Charles Tilly para a Política Comparada. As variáveis utilizadas na análise foram o capitalismo, a nação, o estado e a soberania. Com base nas mudanças já ocorridas na globalização no século XXI, estima-se que enquanto o neoliberalismo vive sua fase crepuscular as nações fortalecem suas soberanias.

Palavras chave: capitalismo, estado, nação, soberania, globalização e neoliberalismo

## **ABSTRACT**

Do nations tend to lose political relevance with globalization? This work answers the question negatively and aims to demonstrate that nations tend to acquire greater political relevance than they had in the past. The analyses of the neoliberal globalization shows that the crucial political disjunctive of the new century is now: sovereignty or submission of nations. Based on the premise that nation is a historical-political product of capitalism and that capitalism, in each of its transition phases, has originated new nations while others were consolidated. In order to prove this thesis, two main procedures were used: first, challenging, through a critical analysis, the predominant academic literature, which defends that nations are fated to decay due to the neoliberal globalization. Secondly, we have compared the situation in the face of neoliberalism, after 1979, of three great nations of Latin America - Argentina, Brazil and Mexico –based on the study of their historical formations. The marxist analyses of capitalism was adopted as a theoretical support and it was articulated with the methodology developed by Charles Tilly for Compared Politics. The analysis made use of the following variables: capitalism, nation, state and sovereignty. Taking into account the changes that already took place in the XXI century globalization, it can be estimated that at the same time that neoliberalism is living its twilight, nations are strengthening their sovereignties.

Key words: capitalism, state, nation, sovereignty, globalization and neoliberalism.

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	<b>9</b>
<b>1 O REFERENCIAL TEÓRICO-METODOLÓGICO</b> .....	<b>20</b>
1.1 ALGUMAS QUESTÕES PONTUAIS E ATUAIS DO CAPITALISMO .....	21
1.1.1 O capital produtor de juros. ....	21
1.1.2 A dívida pública. ....	26
1.1.3 Breves notas sobre as modificações havidas no imperialismo.....	27
1.1.4 Relação entre estado e mercado. ....	39
1.1.5 O advento do neoliberalismo em 1979.....	42
1.2 A METODOLOGIA DE CHARLES TILLY PARA A POLÍTICA COMPARADA.....	46
1.3 O CONCEITO DE SOBERANIA.....	64
<b>2 A GLOBALIZAÇÃO E AS NAÇÕES</b> .....	<b>78</b>
2.1 O CAPITALISMO E O ADVENTO DAS NAÇÕES.....	84
2.2 NEOLIBERALISMO E SOBERANIA DAS NAÇÕES. ....	91
2.3 AS NAÇÕES DO NOVO MUNDO .....	107
2.4 VICISSITUDES DO NEOLIBERALISMO.....	110
2.5 O CREPÚSCULO DO NEOLIBERALISMO.....	123
<b>3 COMPARAÇÃO POLÍTICA: ARGENTINA – BRASIL – MÉXICO.</b> .....	<b>129</b>
3.1 AS TRANSIÇÕES NO CAPITALISMO E AS NAÇÕES.....	129
3.2 UTILIDADE DO MÉTODO MACRO-HISTÓRICO .....	136
3.3 SURGIMENTO E DESENVOLVIMENTO DAS TRÊS NAÇÕES .....	143
3.3.1 As origens de 1453 a 1800.....	143
3.3.2 Formação: da Independência à Consolidação (1800 a 1880). ....	152
3.3.3 Consolidação: Fase Inicial (1880-1930) .....	162
3.3.4 Consolidação: Fase Primordial (1930-1979). ....	166
3.4 AS TRÊS NAÇÕES NA ORDEM NEOLIBERAL (1979-2010).....	175
<b>CONCLUSÃO</b> .....	<b>201</b>
<b>BIBLIOGRAFIA</b> .....	<b>209</b>

## INTRODUÇÃO

*“A fortuna cega o espírito dos homens quando não quer que se oponham a seus próprios desígnios” (Tito Lívio – Livro II, cap.29).*

As nações tendem a perder relevância com a globalização atual? Esta Tese responde negativamente e demonstra que, ao contrário, as nações tendem a adquirir uma importância que nunca tiveram antes do século XXI. Para provar que as nações tendem à maior relevância política utilizaremos dois caminhos: debater a literatura acadêmica predominante sobre o tema nos últimos anos, através da análise de três coletâneas sobre a globalização e as nações, e da comparação política macro-histórica entre Argentina, Brasil e México, notadamente nos últimos trinta anos.

Para embasar a Tese partimos de algumas premissas fundamentais. A primeira é a de que a nação é uma construção política do modo de produção capitalista<sup>1</sup> e o surgimento histórico das nações ocorre em todas as principais **transições** desse sistema. A segunda premissa é que, desde a afirmação da manufatura, o capitalismo instituiu o estado indutor da ciência e tecnologia, portanto, acrescentou ao estado um atributo que antes não existia. A terceira é a de que a globalização é um componente que faz parte da essência do capitalismo, devido a tendência que tem este último a se expandir sempre mais, processo iniciado no século XV com as naus e caravelas. A quarta é que o neoliberalismo, surgido a partir de 1979, tem como sua base econômica o capital produtor de juros, e sendo este o *fetichismo automático perfeito*, sua base é vazia<sup>2</sup>, não podendo, portanto, globalizar-se e se constituir em ‘outra fase do capitalismo’. Ele tem como base econômica a **usura**<sup>3</sup> daí decorre sua circulação D – D’. Ora, é impossível a humanidade viver globalmente da

---

<sup>1</sup> A moderna investigação da Natureza [...] se inicia na segunda metade do século XV. A realeza, apoiando-se nos habitantes das cidades, ou seja, os burgueses; enfraqueceu o poder da nobreza feudal e fundou as grandes monarquias, baseadas essencialmente no conceito de nacionalidade. Sob esse regime, alcançaram grande desenvolvimento as modernas nações européias e a moderna sociedade burguesa (ENGELS, 1974, p.15).

<sup>2</sup> O capital produtor de juros é o fetichismo automático perfeito – o valor que se valoriza a si mesmo, dinheiro que gera dinheiro, e nessa forma desaparecem todas as marcas da origem. A relação social reduz-se a relação de uma coisa, o dinheiro, consigo mesma. Em vez da verdadeira transformação do dinheiro em capital, o que se mostra aí, é uma forma vazia (MARX, o Capital, 2008).

<sup>3</sup> A usura existiu em todos os modos de produção que utilizaram moeda, e neles, assim como no capitalismo, de forma marginal, apenas por breves períodos teve um papel preponderante.

usura, de dinheiro produzindo mais dinheiro. Sobre esta premissa é necessário indicar que, historicamente, quando um estado nacional se baseia fortemente na usura é sintoma de que sua economia não está acompanhando os novos tempos como ocorreu com a Holanda quando da passagem da manufatura para a maquinaria e com a Inglaterra quando da passagem do capitalismo concorrencial para o capitalismo dos monopólios.

A Tese procura verificar as hipóteses que seguem. A primeira é que embora a literatura acadêmica especialmente a contida nas três coletâneas estudadas na tese<sup>4</sup>, afirme, em sua grande maioria que os estados nacionais tendem a ser enfraquecidos devido à globalização, o que a história tem demonstrado, inclusive recentemente, é o inverso: quanto mais se globalizou mais o capitalismo criou nações.

A segunda hipótese é de que boa parte desta literatura avalia o neoliberalismo como uma espécie de nova fase do capitalismo, portanto, subestima o fato de que ele é um projeto político comandado por um estado nacional, visando manter e ampliar sua hegemonia em um mundo onde não havia mais impérios coloniais.

A terceira hipótese está baseada no estudo comparativo que empreendemos de três nações da América Latina (Argentina, Brasil, México), que foram duramente atingidas pelo neoliberalismo desde seu início, no final da década de setenta. Com efeito, as duas primeiras nações já não adotam mais o receituário neoliberal enquanto que a última, o México, permanece aplicando suas diretivas. Podemos, assim, anunciar esta hipótese nestes termos: devido ao fato e que a Argentina e o Brasil se tornaram mais soberanos do que antes, ao renunciarem à boa parte das políticas neoliberais, a partir do início do século XXI, eles cresceram em ritmo muito mais intenso do que o México neste período, país mais submisso à aplicação deste ideário.

A última hipótese é de que as nações que mantiveram ou recuperaram suas soberanias, e também o papel indutor de seus estados, conseguem enfrentar a

---

<sup>4</sup> BALAKRISHNAM, G. **UM MAPA DA QUESTÃO NACIONAL**. Rio de Janeiro, Contraponto. 2000. NOVAES, A. (Org.) **A crise do Estado-Nação**. Rio de Janeiro. Editora Civilização Brasileira. 2003. BOSI, A.(editor). **Dossiê Nação/Nacionalismo in Estudos Avançados 62**. São Paulo.. Revista quadrimestral da USP. 2008.

imensa crise econômica atual em melhores condições do que as outras. Sinteticamente, enquanto o neoliberalismo fenece as nações se fortalecem.

Sobre os quatro temas principais desta Tese - capitalismo; nação; estado e soberania - há controvérsias acerca de seus conceitos entre os cientistas sociais. Quanto a capitalismo, estado e soberania, como se verá ao longo da tese, utilizarei o conceito de outros autores. Mas, no que concerne à nação, já que é o tema básico da tese, terei que apresentar meu próprio conceito. Até porque sobre ele há mais ambiguidade e, o que é mais importante, os conceitos formulados sobre nação antes do final do processo de descolonização, não poderiam forçosamente dar conta da realidade nova surgida com o fim dos impérios coloniais, processo que se intensificou desde o final da Segunda Guerra e que praticamente se concluiu com a 'revolução dos cravos' e o fim do império português, em meados da década de setenta do século passado.

Julgo que no século XXI, o conceito mais pertinente de uma nação consolidada pode ser assim formulado: Nação é uma comunidade social, historicamente formada, com certa unidade de idioma, delimitação territorial, conexão econômica, experiência cultural comum, dotada de um Estado capaz de manter o monopólio da tributação e de sua destinação e os aparatos de coerção e de consentimento necessários para tal, dentro de suas fronteiras, bem como a soberania em sua relação com as outras nações. Uma das premissas dessa tese já indicada anteriormente é que as nações foram sendo criadas pelo modo de produção capitalista em todas as suas fases, e muitas se formaram na luta contra o imperialismo; neste sentido são distintas suas origens, formação e consolidação. Para que uma nação seja plena, consolidada, é preciso que possua aquele conjunto de atributos indicados. Há nações que, devido ao seu processo de construção, possuem mais de um idioma; mas isso não invalida o conceito. A tendência é a de ter um idioma oficial.

Quanto ao Estado, destaco que ele passa a ter, no capitalismo, atribuições que não possuía em outros modos de produção. O Estado não existia nos períodos da selvageria e barbárie, tendo surgido nos albores do período da civilização. Então já existia a divisão social do trabalho e, em consequência, a divisão da sociedade em classes sociais. O Estado surge, portanto, para impedir que as classes sociais se

entredévorem, possuindo, como atributo central, o monopólio da tributação e de sua destinação para isso, cria a necessária força pública capaz de garantir a coação e o consenso.

É importante destacar que os aparatos de coação e legitimação, de qualquer Estado, servem à tributação e sua destinação. Esses atributos centrais o Estado manteve em diversos modos de produção nos quais existiram classes sociais (asiático, escravista, feudal, mistos, capitalista). Mas para assegurar a acumulação capitalista, o Estado passa a ter um novo atributo – a indução científica e tecnológica. Com base nela, o Estado também passa a induzir a geração de energia, a construção da infra-estrutura, o exército permanente, a escola pública onde se ensina o idioma oficial da Nação etc. No século XX tivemos várias experiências não apenas de estados indutores da ciência e tecnologia como também de protagonista na produção como são exemplos as empresas estatais.

Acerca da soberania, embora tenha surgido desde o primeiro acordo entre as primeiras nações (o Tratado de Tordesilhas entre Portugal e Espanha no século XV), e muitos cientistas políticos admitam seu reconhecimento amplo desde a Paz de Westfália, no século XVII, ela ganha maior relevância quando da vitoriosa luta contra o colonialismo, processo que só se conclui no final do século XX. A soberania será tratada como variável interveniente já que interfere de uma maneira, quando dos impérios coloniais, e de outra diferente quando eles não existem mais. Estou empregando soberania no sentido que lhe dá Krasner<sup>5</sup> quando trata da Soberania de Modelagem Westfaliana. Ela está baseada em dois princípios: a não intervenção de uma(s) nação nos assuntos internos de outra e o respeito de uma nação (s) à integridade territorial da outra(s). Quanto ao que ele denomina soberania interna, esta Tese preferiu tratar, já que faz parte da essência do capitalismo, como Estado indutor e Estado regulador. No primeiro caso garante a soberania da nação; no segundo leva à submissão.

Quanto ao modo de produção capitalista, é necessário destacar que sua tendência a acumular sempre mais (extração da mais-valia) leva-o a se expandir da

---

<sup>5</sup> KRASNER, S. D. **Soberanía, hipocresía organizada**. Barcelona. Editora Paidós. 2001. (original publicado em inglês em 1999).

Europa Ocidental para todo o planeta. Para isso, vai colocando todas as formações sociais que encontra pela frente, todos os modos de produção pré-existentes, em sua “retorta geral”. Por ‘retorta geral’, estamos indicando que as relações sociais capitalistas de produção colocam no seu circuito de extração e realização da mais-valia todas as demais relações de produção que encontram sem necessariamente destruí-las desde o início.

Tanto no debate com a literatura acadêmica, como na comparação entre as três Nações, utilizaremos as premissas e hipóteses indicadas anteriormente bem como as quatro variáveis acima relacionadas: capitalismo, estado, nação e soberania. No exame do Processo Global de Produção Capitalista, faremos uso da obra de Marx (principalmente o *Capital*, que podemos considerar como uma aplicação do método que Charles Tilly chama de Sistêmico Universal); sobretudo para provar que, enquanto a globalização é uma tendência inexorável do capitalismo, a “globalização neoliberal” é apenas uma faceta, um momento, de parte deste sistema, com o agravante de, tendo uma base vazia, fetichista, ter fôlego curto. Ao tratar do Estado nos apoiaremos na obra de Engels, especialmente a “Origem da Família, da Propriedade Privada e do Estado”, que é similar ao método que Charles Tilly denomina Histórico Universal. No estudo da Soberania, utilizarei fundamentalmente Krasner em sua obra *Soberania – Hipocrisia Organizada*, mas fazendo acréscimos pessoais, especialmente para demarcar o papel da soberania durante e após a colonização. Considero essa obra um exemplo do método em ciência política comparada, que Tilly conceituou de Macro-histórico.

Poderá parecer, que foi adotado aqui o método dedutivo, o que é real para a exposição; mas nas pesquisas que originaram a tese, utilizei o método indutivo. Porém, o método principal que empreguei, foi a Dialética. Embora considere a Dialética um verdadeiro sistema de pensamento, utilizei seus aspectos metodológicos, sobretudo ao tratar das **transições** dentro do processo global de produção capitalista e ao tratar das **relações** entre os diversos componentes deste sistema – em especial a relação no seio das nações, no século XXI, entre soberania, democracia, desenvolvimento e distribuição de renda.

Contudo, a base metodológica desta tese são as obras de Charles Tilly, *Grandes Estruturas, Processos Amplos, Comparações Enormes* onde ele sugere a

existência de quatro métodos para a comparação política; e *Coerção, Capital e Estados Europeus*, onde ele aplica o método que chamou de Macro-Histórico para examinar os estados europeus de 990 a 1990. Só que utilizarei como variável independente, o próprio capital (seu processo de formação e expansão), e como variável dependente a nação. Também utilizarei como variável dependente o Estado porque, o atributo que lhe dá o capital, de ser indutor da ciência e tecnologia, distingue-o no capitalismo dos predecessores.

O neoliberalismo para firmar-se politicamente, numa situação em que não havia mais colônias, o fez pela via da redução da soberania das nações, o que conseguiu, especialmente na América Latina e no leste da Europa nas duas últimas décadas do século passado. Todavia, já na primeira década do século XXI, muitas nações começam a recuperar em alto grau suas soberanias. E, neste sentido, nossa tese aponta para tendência de que o século XXI possa ser o da afirmação das nações soberanas, de crescente relevância política das nações. Entretanto, as opiniões de vários renomados cientistas sociais são contrárias a nossa perspectiva. Segundo eles, como se verá, as nações tenderiam a perder cada vez mais relevância política no século XXI. Esta Tese defende exatamente o inverso: como, em nosso entender, a principal disjuntiva política no mundo atual é a submissão ou soberania das nações, a tendência é que o século XXI será o da história política, econômica, cultural e lingüística de nações soberanas. Embora há que se considerar que a avalanche neoliberal parecia, ao final do século passado, irresistível.

Este trabalho vai debater algumas das obras dos mais destacados desses cientistas, alguns considerados especialistas na questão nacional, examinando os artigos de três coletâneas publicadas no Brasil sobre o tema.

A primeira obra tem como título **Um Mapa da Questão Nacional**. Foi organizada por Gopal Balakrishnan, com uma introdução de Benedict Anderson. Publicada pela Editora Contraponto, no Rio de Janeiro em 2000. Essa coletânea reúne trabalhos de Lord Atcon, Otto Bauer, Miroslav Hroch, Ernest Gellner, Jonh Breuilly, Anthony D. Smith, Gopal Balakrishnan, Partha Chatterjee, Katherine Verdery, Silvia Walby, Tom Nairn, Jürgen Habermas e Michael Mann. Desconsiderando os textos históricos, como os de Atcon e Bauer, os demais escritos dessa Coletânea concluem de diversas maneiras, que a globalização atual tende a

reduzir e mesmo fazer desaparecer os Estados Nacionais. A exceção é Mann. Para maior clareza, quando citar essas contribuições, doravante elas serão assim indicadas: (Autor, Mapa, e número da página).

A segunda coletânea, intitulada **A Crise do ESTADO-NAÇÃO**, foi organizada por Adauto Novaes, e editada pela Civilização Brasileira em 2003, no Rio de Janeiro. Dela participam: Adauto Novaes, Francis Wolff, Claude Lefort, Newton Bignotto, Sergio Cardoso, Renato Janine Ribeiro, Fernando César T. França, Gerd Borheim, Carlos Frederico Marés, Michael Löwy, Ruy Fausto, Emir Sader, Alcir Pécora, Lilia Moritz Schwarcz, José Murilo de Carvalho, Ricardo Costa de Oliveira, Francisco de Oliveira (com dois trabalhos), Samuel Pinheiro Guimarães e José Luís Fiori. O próprio título da obra reflete bem do pensamento da quase totalidade de seus autores. Quando citarmos, indicaremos (Autor, Crise, p. tal).

A terceira foi editada pela USP em 2008. Trata-se da revista Nº 62, Volume 22, janeiro/abril 2008, **ESTUDOS AVANÇADOS**. Nela consta o **Dossiê Nação/Nacionalismo**. Sobre o tema, contribuições de Paulo Butti de Lima, Domenico Lozurdo, Massimo Mastrogregori, Andréa Giardina, Heins-Gerhard Haupt, David Biduzza, Luciano Canfora, Rubens Ricúpero, Samuel Pinheiro Guimarães, Fábio Wanderley Reis, Luiz Carlos Bresser-Pereira, Paulo Bonavides, Giovanni Clark, João Antônio de Paula, Carlos Lessa, István Jancsó, Helio Jaguaribe e uma entrevista com Paulo Nogueira Batista Jr. Quando os citarmos, indicaremos (Autor, Dossiê, p. tal).

No exame dessas três coletâneas serão feitas referências a trabalhos de autores que nelas não se encontram. Contudo estas três obras oferecem uma vantagem adicional: escritas após a dissolução da URSS e da Iugoslávia e antes da grande crise econômica iniciada em 2007, representam bem o contexto da época. A última, o Dossiê Nação/Nacionalismo foi publicada quando a crise econômica já havia iniciado e impressiona o fato da rápida desatualização de várias opiniões ali emitidas em questão de meses.

Ao fazer a comparação política entre Argentina, Brasil e México, historicamente desde a origem, a formação e a consolidação dessas nações, será dada ênfase ao período que se estende de 1979 a 2010, isto significa examinar o neoliberalismo. No estudo das três nações será utilizado o método de comparação política que Charles Tilly denomina de Macro-Histórico:

Embora levando em conta o conceito de Perry Anderson sobre o neoliberalismo, considero que sua base material é a hegemonia do capital produtor de juros<sup>6</sup> e que sua essência política é a submissão de nações. E como ele se inicia? Pela elevação abrupta e unilateral da taxa de juros realizada pelo FED em outubro de 1979<sup>7</sup>

Essa elevação abrupta da taxa de juros em uma situação na qual os EUA eram detentores da moeda tida como reserva internacional de valor e, também detentores das dívidas públicas de dezenas de nações, propiciou uma drenagem para seu Tesouro de uma imensa quantidade de dólares, pois os juros valiam para as dívidas passadas, presentes e futuras. Essa imensa massa de dinheiro propiciou que, uma década depois, fosse instituído o chamado Consenso de Washington<sup>8</sup>.

Contudo importantes nações não se submeteram aos postulados do neoliberalismo como são exemplos a Índia e a China.<sup>9</sup> E as nações que o lideraram como os EUA e Inglaterra, não teriam como sustentá-lo, pois sua base é vazia, fetichista – o predomínio de uma oligarquia constituída pelos proprietários do capital produtor de juros (farei ao longo da tese a distinção entre capital financeiro e capital

---

<sup>6</sup> Embora o juro seja apenas parte do lucro, da mais-valia que o capitalista ativo extorque do trabalhador, o juro se revela agora, ao contrário, o fruto genuíno do capital, o elemento original, e o lucro, reduzido à forma de lucro do empresário, mero acessório, aditivo que se acrescenta ao processo de reprodução. Consumam-se então a figura de fetiche e a concepção fetichista do capital. Em D –D’ temos a forma vazia do capital, a perversão, no mais alto grau, das relações de produção reduzidas a coisa: a figura que rende juros, a figura simples do capital, na qual ele se constitui condição prévia de seu próprio processo de reprodução; capacidade do dinheiro, ou da mercadoria, de aumentar o próprio valor, sem depender da produção – a mistificação do capital na forma mais contundente (MARX, *o Capital*, 2008),

<sup>7</sup> Em outubro de 1979. Paul Volker, presidente do Federal Reserve Bank no governo Carter, promoveu uma mudança draconiana na política monetária dos Estados Unidos. O compromisso de longa data do Estado democrático liberal com os princípios do New Deal, que significava em termos gerais políticas fiscais e monetárias keynesianas, e tinha o pleno emprego como objetivo central, foi abandonado em favor de uma política destinada a conter a inflação sem medir as consequências para o emprego. A taxa real de juro, que com frequência fora negativa durante o surto inflacionário de dois dígitos dos anos 1970, tornou-se positiva por ordem do Federal Reserve. A taxa nominal de juro aumentou da noite para o dia, depois de algumas elevações e quedas, ficando em julho de 1981 perto dos 20% (HARVEY, 2008).

<sup>8</sup> “Consenso de Washington” é um conjunto de medidas de ajustes macroeconômicos de inspiração neoliberal recomendadas aos países em desenvolvimento por economistas do Banco Mundial, Fundo Monetário Internacional (FMI) e Departamento do Tesouro dos Estados Unidos (todos sediados em Washington) em novembro de 1989. A base desse receituário foi um texto do economista John Williamson, do International Institute for Economy (PORCHMAN, 2009, p.206).

<sup>9</sup> Ainda na análise de Paulo Nogueira Batista: “As propostas do Consenso de Washington nas dez áreas a que se dedicou convergem para dois objetivos básicos: por um lado, a drástica redução do Estado e a corrosão do conceito de Nação; por outro, o máximo da abertura à importação de bens e serviços e à entrada de capitais de risco. Tudo em nome de um grande princípio: o da soberania absoluta do mercado auto-regulável nas relações econômicas tanto internas como externas” (VIDAL 1995, p.117).

produtor de juros).<sup>10</sup> Outras nações que se submeteram em pequena, média ou grande medida aos ditames da 'globalização neoliberal', as três que iremos comparar - a Argentina, o Brasil e o México - tinham se submetido em larga escala, passaram a abandonar o Consenso de Washington, dentre elas, a Argentina e o Brasil. O que o neoliberalismo espalhou para algumas partes do mundo foi o capital produtor de juros. Mas a base desse capital é a usura. E esta existiu em todos os modos de produção baseados em classes sociais. Ora, um sistema como o neoliberalismo, apoiado em dinheiro rendendo dinheiro sem passar pela produção, é inviável para o conjunto das nações.

O fato é que, os bancos de investimentos, companhias de hipotecas, seguradoras, fundos de investimentos, companhias avaliadoras de riscos, constituem uma espécie de oligarquia financeira própria, autônoma, com base na propriedade do capital produtor de juros. E esta oligarquia passou de pequena à hegemônica nos EUA, Inglaterra e alguns países europeus.

O processo, iniciado com a alta unilateral da taxa de juros pelo FED em 1979, só poderia seguir adiante se as nações aceitassem sobrecarregar suas dívidas externas (as passadas, presentes e futuras) com este adicional decidido de maneira unilateral. Para além de ser um gigantesco imposto disfarçado, essa medida colocava nas mãos dos proprietários de capital produtor de juros vultosas e crescentes somas, sem a necessidade da produção. E isso só foi possível porque dezenas de nações tinham contraído suas dívidas públicas com o tesouro do governo norte-americano.

Mas como levar adiante o receituário neoliberal, em um período histórico no qual praticamente não havia mais colônias no mundo? O modo encontrado foi a redução da soberania das nações, em especial, das que estavam 'em desenvolvimento'. E a exigência básica, em síntese, era que seus Estados se transformassem de indutores em reguladores. Ou seja, abandonassem suas tarefas de planejamento e execução, e se especializassem em regular o livre trânsito de capitais. Daí em diante, a disjuntiva *soberania ou submissão* passou ao primeiro

---

<sup>10</sup> Por ora basta assinalar que, enquanto o capital financeiro surgiu da fusão do capital industrial com o capital bancário, portanto para viabilizar os monopólios – marca central das principais nações capitalistas no início do século XX, a oligarquia financeira se baseia no 'capital produtor de juros'. Embora ela tenha tido a partir de 1979, imensa força econômica e política, seu domínio não é outra etapa do capitalismo e sim apenas uma faceta deste, pois tendo uma base vazia, não pode manter-se.

plano em mais de uma centena de nações do planeta. Os descalabros sociais que sofreram as nações vitimadas pela política neoliberal levaram a uma crescente resistência que se aprofundou neste início de século XXI. A via para isso teria que ser a busca do fortalecimento das nações, através da reconquista da soberania e a reconstrução de estados indutores.

As sucessivas e vitoriosas eleições para governos centrais de forças políticas contrárias ao Consenso de Washington, na primeira década do século XXI; a grande crise econômica iniciada em 2007, cujo epicentro foi o EUA e que atingiu também a Europa; o fato de que as maiores nações asiáticas, que jamais aceitaram o receituário de Washington, continuam ostentando altos índices de desenvolvimento e servindo de exemplo a outras nações; o abandono do receituário neoliberal por importantes nações da Ásia, África e América Latina; todos esses fatores atestam como é frágil a situação em que se encontra a 'globalização' neoliberal.

É correto afirmar que o que virá será produto dos embates políticos da atualidade? Sim, mas desde que se entenda que estes embates sofrem influxos de forças e estão situados em um contexto que independe da vontade de indivíduos, partidos e grupos sociais. A nação é a parte que mais interessa a esta tese, pois, é dentro dela que julgo poder encontrar o elo capaz de puxar toda a cadeia que explica, politicamente, o capitalismo e o estado nos tempos atuais. E foi com ela que descobri a relevância da soberania nos embates políticos, teóricos e práticos, dos últimos trinta anos, e, em decorrência, para as próximas décadas.

O estilo de ensaio adotado nesta Tese foi sugestão da comissão de pré-qualificação que acatei e a sua estrutura básica é constituída de três capítulos.

O primeiro é o Referencial Teórico-Metodológico. Nele fundamento as quatro variáveis que utilizo nos dois capítulos seguintes: capitalismo, estado, nação e soberania. E como o capitalismo é a variável independente, inicio tratando algumas questões pontuais e atuais desse modo de produção. Após, trato de definir as outras variáveis e de explanar o método Macro-Histórico em política comparada construído por Charles Tilly, e aplicado na comparação realizada entre Argentina, Brasil e México.

No segundo capítulo examino criticamente, com base em algumas obras que tratam da nação e relacionam este tema com a globalização, em particular os artigos

que se encontram nas três coletâneas citadas, a partir de uma perspectiva histórica, portanto, examinando a origem, a formação e a consolidação das nações e fazendo *comparações enormes* como sugere Tilly.

No terceiro capítulo, comparo a Argentina, o Brasil e o México desde antes de serem 'descobertos' por portugueses e espanhóis, mas com ênfase no período que vai de 1979 a 2010. Neste capítulo o esforço foi empregar por inteiro o método Macro-Histórico e o vínculo à análise marxista do capitalismo, em particular quanto às fases desse sistema.

## 1 O REFERENCIAL TEÓRICO-METODOLÓGICO

*“E os sonhos não envelhecem”.* (Marcio Borges)

O referencial teórico fundamental é a obra de Marx, notadamente *O Capital*, pois é a mais ampla e esclarecedora interpretação do processo global de produção capitalista. Embora escrita há cerca de 130 anos, contém elementos indispensáveis para o exame de um processo histórico. Ao estudar as origens e desenvolvimento do modo de produção capitalista, descobriu a mais-valia e a necessidade de a produção capitalista, uma vez iniciada, expandir-se cada vez mais e envolver e submeter todos os demais modos e formas de produção que encontra: numa palavra, definiu a globalização. A variável independente nesta Tese é o capitalismo. Evidentemente levando em conta todo o seu percurso histórico, do surgimento aos dias de hoje. Mas nela, o capital é entendido na acepção de Marx como *“relação social entre pessoas efetivada através de coisas”*. Essa afirmação é indispensável porque este tipo de relação surgiu histórica e primitivamente no leste europeu por volta do século XI, nos burgos, e se desenvolveu plenamente quando da afirmação da manufatura nesta mesma região a partir do século XIV. A relação entre proprietários dos meios e instrumentos de produção e os proprietários tão somente de sua força de trabalho não existiu em outras partes da terra e em outras formações sociais a não ser de maneira episódica (como nas fábricas de perfume da antiga Roma). No modo de produção capitalista, esta relação é a sua própria essência porque é nela que é extraída a mais-valia. Isso distingue a concepção de Marx da de Charles Tilly que, como veremos mais adiante, considera o capital como sinônimo, praticamente, de riqueza. Diferencia-se também da concepção de Weber, na qual o capitalismo existe há milhares de anos.<sup>11</sup>

Alguns aspectos do capitalismo necessitam ser realçados para entender a relevância política das nações no século XXI. Dentre eles, resalto: o papel do capital produtor de juros no sistema capitalista; a questão da dívida pública; as

---

<sup>11</sup> “É nesse sentido específico que o conceito de “espírito do capitalismo” é utilizado aqui. [Do capitalismo *moderno*, naturalmente. Escusado dizer, dada a própria colocação do problema, que aqui se trata apenas do capitalismo da Europa ocidental e da América do Norte. “Capitalismo” existiu na China, na Índia, na Babilônia, na Antigüidade e na Idade Média. *Mas como veremos, faltava-lhe precisamente esse ethos peculiar*]. (WEBER, M. **A Ética protestante e o “Espírito” do Capitalismo**. São Paulo. Companhia da Letras. 2004. p.46).

modificações ocorridas no imperialismo como fase superior do capitalismo; a existência de vários tipos de estados no século XX que além de indutores da ciência e tecnologia passaram a se tornar protagonistas na produção através de empresas estatais; a relação histórica entre mercado e estado, em particular, no capitalismo; o significado da moeda e do câmbio para a soberania das nações; o surgimento e afirmação do neoliberalismo a partir de 1979. Descreverei brevemente alguns desses aspectos, partes componentes da variável independente que estou utilizando nesta tese – o capitalismo –, porque serão importantes para demonstrar o crescimento da relevância política das nações no século XXI.

## 1.1 ALGUMAS QUESTÕES PONTUAIS E ATUAIS DO CAPITALISMO

Há questões que assumiram relevância na atualidade e que são enfocadas de distintas maneiras. Aqui serão tratadas algumas que interferem diretamente nas nações. Não são propriamente novas na história, porém, com o advento no neoliberalismo, ganharam conotações diferentes. Fazem parte no geral do que é considerada a variável independente desta Tese – o próprio sistema capitalista. Serão tratadas a partir do enfoque teórico que orienta a mesma.

### 1.1.1 O capital produtor de juros.

Começarei pelo capital produtor de juros. Um ponto que, na minha percepção, embaralhou a muitos analistas da questão nacional, foi deduzirem do neoliberalismo, estribado no capital produtor de juros, um novo estágio do capitalismo.<sup>12</sup> Só que não

---

<sup>12</sup> As economias dos países industrializados sofreram, no curso das duas últimas décadas, profundas transformações que marcam a passagem para uma nova fase na evolução histórica do capitalismo. É a emergência de um regime capitalista mundializado e dominado pela finança internacional. Unindo-se aos princípios gerais da “revolução conservadora”, lançada ao final dos anos 70 por Thatcher na Grã-Bretanha e por Reagan nos Estados Unidos, os sucessivos governos franceses, assim como seus vizinhos da Europa continental, começaram por modificar a regulação macroeconômica (p, 134).

o é e nem poderá sê-lo. Como demonstrou à sociedade n'O Capital, para Marx o capital produtor de juros tem uma base **vazia**.

No capital produtor de juros, a relação capitalista atinge a forma mais reificada, mais fetichista. Temos nessa forma D – D', dinheiro que gera mais dinheiro, valor que se valoriza a si mesmo sem o processo intermediário que liga os dois extremos (p. 519). [...] O capital em sua marcha completa é unidade do processo de produção e circulação, proporcionando por isso determinada mais-valia em período dado. Na forma de capital produtor de juros, esse resultado aparece diretamente, sem a intervenção dos processos de produção e de circulação. O capital aparece como fonte misteriosa, autogeradora do juro, aumentando a si mesmo. A coisa (dinheiro, mercadoria, valor) já é capital como simples coisa e o capital se revela coisa e nada mais; (p. 520). O capital produtor de juros é o fetiche autômato perfeito – o valor que se valoriza a si mesmo, dinheiro que gera dinheiro, e nessa forma desaparecem todas as marcas da origem. A relação social reduz-se a relação de uma coisa, o dinheiro, consigo mesma. Em vez da verdadeira transformação do dinheiro em capital, o que se mostra aí, é uma forma vazia (MARX, *o Capital*, 2008).

Para manter o predomínio de suas manufaturas capitalistas no século XVII a Holanda reprimiu este capital. O mesmo fez a Inglaterra no século XVIII para viabilizar sua chamada Revolução Industrial. A forte presença deste capital na Inglaterra, quando da transição do século XIX ao XX, foi a causa principal dela ter sido superada rapidamente pela produção americana e alemã que se baseavam em monopólios, em capital financeiro – fusão do capital bancário com o industrial –, mas que reprimiam o capital produtor de juros. Depois da segunda guerra, os EUA reprimiram este capital, só o liberando a partir da década de setenta. E a partir daí, a China e a Índia, restringindo drasticamente o papel deste capital, passaram a se desenvolver a taxas aceleradas. E a persistência da crise econômica iniciada em 2007, tem aí o seu fulcro central: o capital produtor de juros não foi reprimido tendo sido, ao contrário, de certa maneira em larga escala, protegido.

Trata-se, em realidade, de entender a relação do capital produtor de juros com o que foi convencionalmente chamado de globalização. Para fazer a distinção entre o que chamo de globalização e a tentativa de globalizar o neoliberalismo é vital explicitar em pormenor a existência histórica do capital produtor de juros. O capital produtor de juros, na sua forma antiga, acompanhou praticamente todos os modos

de produção baseados em classes sociais, **antes** do capitalismo. Marx tratou n'O Capital exaustivamente esse tema, e vale a pena acompanhar seus argumentos, para melhor compreender o que existe de **diferente** no capital produtor de juros atual. Tanto em relação aos antigos modos de produção, como em relação às fases anteriores do modo de produção capitalista.

O capital produtor de juros ou, como podemos chamá-lo em sua forma antiga, o capital usurário, pertence, como o irmão gêmeo, o capital mercantil, às formas antediluvianas de capital que por longo tempo precedem o modo capitalista de produção e se encontram nas mais diversas formações econômicas da sociedade.

Para existir o capital usurário basta que pelo menos parte dos produtos se converta em mercadorias e que o dinheiro, com o comércio de mercadorias, tenha desenvolvido suas diversas funções (MARX, 2008).

O que impressiona na reflexão sobre este tema em Marx, ilustrado com a síntese acima, a par de sua atualidade, é que além de as pesquisas históricas o confirmarem em todos os lugares, ele esclarece, resumidamente, diferenças fundamentais entre o modo de produção capitalista e os modos de produção pré-capitalistas, com base no capital produtor de juros. Esclarece a diferença de sua presença e papel nas formações antediluvianas do capital, e na formação baseada nele. Esclarece, enfim, que o capital produtor de juros é a **usura** pura e simples em tempos atuais. Este aspecto tem uma importância decisiva para este trabalho. Tilly, por exemplo, explica os Estados Europeus pelo capital e a coerção. Mas não define precisamente o capital. Marx demonstra que o crescimento do capital usurário, mesmo na Antiguidade, estava descolado da manufatura.<sup>13</sup>

Essa forma antiga do capital produtor de juros – o capital usurário – pode, pois, ser encontrada em todas as formações sociais em que parte dos produtos se converta em mercadorias e nas quais mercadoria e dinheiro tenham desenvolvido suas funções. Isso vale para os fenícios, egípcios, chineses, hindus, maias, astecas, e assim por diante. O império Persa possuía uma moeda que circulava em seu vasto território. Os fenícios construíram várias cidades no entorno do Mediterrâneo. E, como dissemos antes, diferentemente da formação social baseada no capital,

---

<sup>13</sup> O desenvolvimento do capital usurário liga-se ao do capital mercantil e particularmente ao do capital financeiro. Em Roma, a partir dos fins da República, enquanto a manufatura estava em nível bem inferior ao do desenvolvimento médio da Antiguidade, o capital mercantil, o capital financeiro e o capital usurário – dentro da velha estrutura – atingiram o apogeu de seu desenvolvimento (MARX, 2008).

aquelas tinham como objetivo **entesourar**, enquanto esta de **expandir-se**. Em todas estas civilizações e em todas as não citadas na qual havia dinheiro, funcionou o mecanismo da usura, pois ele possibilita o rápido entesouramento.

Já vimos que ao dinheiro se junta necessariamente o afã de entesourar. Mas o entesourador profissional só se torna importante quando se torna usurário (MARX, 2008).<sup>14</sup>

Marx demonstra as formas características em que o capital usurário existiu nas épocas que precedem o modo capitalista de produção. E constata que essas formas reaparecem no sistema de produção capitalista, mas como formas puramente secundárias. A usura jogou papel nos albores da manufatura capitalista ao arruinar os camponeses e com isso criar uma classe que não tinha mais nada a vender a não ser sua força de trabalho.

Artesãos e camponeses autônomos são encontrados em todos os modos de produção, desde o desaparecimento das comunidades primitivas, nas várias regiões do mundo. O chamado modo de produção asiático teve na classe camponesa um pilar vital. Na antiga Grécia e Roma, embora os escravos, essas classes estavam presentes. O mesmo vale para o Antigo Egito, Pérsia, Mesopotâmia. E até, para os Incas, os Maias e os Astecas. Por isso a assertiva de Marx:

O capital usurário como forma característica do capital produtor de juros corresponde ao predomínio da pequena produção dos camponeses que trabalham para si mesmos e dos pequenos mestres artesãos (o Capital, 2008).

Essa condição basilar, trabalharem para si mesmos, possuem suas condições de produção é que se altera fundamentalmente com o sistema capitalista. Para a existência e continuidade do sistema capitalista de produção, é necessário que os trabalhadores sejam expropriados dos instrumentos, dos meios e dos produtos de seu trabalho. Em suma, 'aliviar' o trabalhador de qualquer tipo de propriedade dos instrumentos e meios de produção é da essência do sistema capitalista e de sua história.

---

<sup>14</sup> O comerciante toma dinheiro emprestado para obter lucro com o dinheiro, para empregá-lo como capital, para investi-lo. Nas formas primitivas, o emprestador do dinheiro confrontava-o como o faz hoje com o capitalista moderno (MARX, 2008, p.787).

Depois de afirmar que a usura, na Antiguidade e na era feudal, solapa e destrói a riqueza e a propriedade; que ela centraliza as fortunas em dinheiro onde estão dispersos os meios de produção, Marx afirma que ela atua de maneira revolucionária, - em todos os modos pré-capitalistas de produção -, somente quando destrói e dissolve as formas de propriedade que, pela solidez e pela constante reprodução uniforme, servem de base à organização política.

Para Marx, o crédito se desenvolve como reação contra a usura. Embora admita que ela contribua para criar as condições prévias do capital industrial quando faz duas coisas: *“constitui riqueza pecuniária autônoma ao lado do setor comercial, e se apropria dos meios de trabalho, isto é, arruína os que eram proprietários desses meios”*. Contudo, o desenvolvimento do sistema capitalista de produção, faz com que o capital produtor de juros, se submeta ao capital comercial e industrial. E Marx historia como se deu essa submissão. E, como se escrevendo para os dias de hoje, explica que essa submissão se tornava evidente com a redução da taxa de juros! O que quero ressaltar, contudo, é que esse capital – o produtor de juros – assumiu novo papel na atualidade. Particularmente, a partir de 1979, ele passou a subordinar o capital industrial e comercial nos EUA e, em grande medida, na Europa, e levou à estagnação econômica nas regiões por ele controladas – ou que aceitaram sua imposição. Mas isso foi feito, então como antes, elevando exatamente a taxa de juros, de forma abrupta, unilateral e desmesurada. Confrontemos como se deu no passado e como se dá no presente. Para demonstrar como foi sendo submetido o capital produtor de juros, ao capital industrial e comercial, Marx mostra que isso ocorreu primeiro na Holanda. E como isso se evidenciou?

É o que evidencia a redução da taxa de juro. No século XVII considerava-se a Holanda o modelo do desenvolvimento econômico, como é hoje a Inglaterra. Lá, o monopólio da velha usura, baseada na pobreza, desvaneceu-se por si mesmo.

No decurso de todo o século XVIII ressoa, apoiado no exemplo da Holanda, o grito pela baixa abrupta da taxa de juro – e esse era o sentido da legislação -, a fim de subordinar o capital produtor de juros ao capital comercial e industrial e não ao contrário (MARX, 2008, p. 798).

Portanto, foi baixando - abruptamente - a taxa de juros, que se viabilizou a subordinação do capital produtor de juros ao capital comercial e industrial. E quando

o caminho oposto é trilhado? Quando se toma uma medida de elevação abrupta da taxa de juros por um Estado que, além de possuir uma moeda que se tornara reserva internacional, havia emprestado a vários estados, com juros próximos de zero e, numa medida unilateral de seu Banco Central, aumenta essa taxa para 20%? E o que é mais grave, valendo para os empréstimos anteriormente contraídos.

### 1.1.2 A dívida pública.

Outro aspecto relevante para entender por que foi possível os EUA drenarem para seus proprietários do capital produtor de juros fabulosos recursos financeiros que dariam origem às ‘empresas especialistas’ em *derivativos e outras inovações financeiras* é a dívida pública. Embora tenha existido em outros modos de produção ela ganha proeminência no capitalismo. São aspectos que estão relacionados: a dívida pública e o capital produtor de juros. Quando cresce a dívida pública se ampliam as condições para que os proprietários do capital produtor de juros possam especular com os títulos públicos.

Quando da independência das nações latino-americanas, praticamente todas elas já começaram com dívida pública financiada pela Inglaterra. Este foi um componente que manteve atrelada a economia dessas nações ao capitalismo inglês. Embora não fossem colônias da Inglaterra, não podiam gozar da soberania westfaliana uma vez que as decisões tomadas por seus Estados estavam condicionadas pelos empréstimos ingleses. Love chamava essa política da Inglaterra de neocolonial quando ilustrava com o exemplo brasileiro. Eis o que diz:

Campos Sales introdujo la *política dos governadores* para garantir el apoyo del congreso para las políticas fiscales y monetárias requeridas por el préstamo de financiamiento Rothschild (1898), que consolidaba la deuda externa brasileña. Se incluían medidas impopulares como la elevación de impuestos, disminuir la moneda en circulación y los gastos gubernamentales y establecer un gravamen para Rothschild en las recaudaciones aduanales. Así, la política era una adaptación de las estructuras democráticas formales a las condiciones políticas en una economía neocolonial (LOVE, p.201 e 202).<sup>15</sup> [sublinhado por mim]

<sup>15</sup> Joseph L. LOVE. Federalismo y Regionalismo em Brasil, 1889-1937. Pp 180 a 223. In **Federalismos latinoamericanos: México/Brasil/Argentina**. Fondo de Cultura Económica. México. 1993.

Durante a década de setenta do século passado, visando o investimento em energia, infraestrutura e modernização do parque industrial, os Estados das nações latino-americanas contraíram enormes empréstimos levando em conta que os juros eram praticamente negativos. O que aconteceu depois confirma a ligação estreita entre dívida pública e capital produtor de juros, bem como a impossibilidade de explicar o neoliberalismo na América Latina sem levar em conta esses dois elementos do capitalismo.

Na atualidade, e isso é mais uma demonstração de que dezenas de nações buscam afirmar suas soberanias, muitos estados nacionais buscam ter reservas e fundos soberanos, principalmente em dólar que ainda é a moeda de 'reserva internacional' mais importante, mas também em outras moedas, de tal sorte que suas dívidas públicas se tornem menores do que elas. A redução da dívida pública em moeda que não a nacional é um índice seguro de maior soberania de uma nação diante das demais. Mesmo assim, uma alta dívida pública, embora em moeda nacional, é campo fértil para o capital produtor de juros ou capital que vive da usura.

### **1.1.3 Breves notas sobre as modificações havidas no imperialismo.**

As sucessivas fases do processo capitalista de produção (a acumulação primitiva, a manufatura, a maquinaria, os monopólios), engendraram, desde o final do século XIX, o Imperialismo, entendido como fase superior do capitalismo. No início do século XX, essa fase foi estudada nas obras de J. A. Hobson (O Imperialismo - 1902), Rudolf Hilferding (O Capital Financeiro - 1910) e Lênin (O Imperialismo, Fase Superior do Capitalismo - 1916), dentre outras. Passado um século em que foi elaborada que aspectos dessa teoria precisam ser atualizados? Tomarei como base a obra de Lênin que nos oferece a vantagem de sintetizar as duas anteriores. É fundamental atualizar aquela teoria o que não é objeto desta tese. Contudo, para entender o que se passa na América Latina neste início de século e, dentro dela, poder fazer melhor a comparação política entre Argentina, Brasil, e México, será abordado, de passagem, alguns aspectos da teoria do imperialismo.

Não encontrei nada melhor para esclarecer bem esse ponto do que a obra de Paul M. Sweezy *Teoria do Desenvolvimento Capitalista*.<sup>16</sup> Ela apresenta um conjunto de vantagens para a atualização da Teoria do Imperialismo que estou sugerindo. A primeira é o tempo em que foi escrita (seu primeiro prefácio é de agosto de 1942 e o quarto de outubro de 1956). Depois, o autor faz - como pretendeu - um estudo analítico, razoavelmente geral, da Economia Política Marxista. Por último, ele parte da análise do imperialismo efetuada por Lênin. Começo pelo que ele chama função primordial do Estado:

Há uma tendência da parte dos teóricos liberais modernos de interpretar o Estado como uma instituição estabelecida no interesse da sociedade como um todo, com a finalidade de mediar e reconciliar os antagonismos a que a existência social inevitavelmente dá origem (SWEEZY, 1985, p.68).

A primeira mudança notável na situação atual comparada àquela em que foi escrita a Teoria do Imperialismo, é a mudança no *sistema de relações de propriedade*. O Estado, nas várias fases de desenvolvimento histórico do modo de produção capitalista, independente de sua infinidade de formas, relativas à mudança de uma fronteira para outra, de um período para o outro, teve como classe hegemônica (ou se preferirem – fração de classe hegemônica) nessa ordem histórica: proprietários de manufaturas, de fábricas, de monopólios, de capital financeiro (fusão do banco com a indústria) e na atualidade uma mescla – proprietários de capital financeiro e proprietários de capital produtor de juros além, evidentemente, de outras formas de capital, como o estatal. Houve um conjunto especial de condições que propiciaram a existência com vida própria, desgarrada do capital financeiro, do capital produtor de juros (capital usurário).

Quando trata do Imperialismo, Sweezy começa, conforme ele, com pequenas modificações, da definição proposta por Lênin:

O Imperialismo pode ser definido como um estágio no desenvolvimento da economia mundial em que: a) vários países capitalistas adiantados se encontram em condições de concorrência

---

<sup>16</sup> Paul M. SWEEZY **Teoria do Desenvolvimento Capitalista**. Sexta edição. Zahar Editores. Rio de Janeiro. 1985.

quanto ao mercado mundial dos produtos industrializados; b) o capital monopolista é a forma predominante do capital; e c) as contradições do processo de acumulação atingiram tal maturidade que a exportação de capitais é uma característica destacada das relações econômicas mundiais. Como consequência dessas condições econômicas básicas, temos duas outras características: d) severa rivalidade no mercado mundial levando alternadamente a uma competição mortal e a associação monopolistas internacionais; e e) a divisão territorial das partes ‘não ocupadas’ do mundo entre as principais potências capitalistas (e seus satélites) (SWEEZY, 1985, p.235).

Sweezy, em nota de rodapé, explica a ‘pequena alteração’ que fez na definição de Lênin. Para meu propósito, compensa mostrar na íntegra essa explicação:

Uma definição exata do imperialismo, segundo Lênin, ‘inclui as cinco características essenciais seguintes’:

1. A concentração da produção e capital, desenvolvida a tal estágio que criou monopólios cujo papel é decisivo na vida econômica.
2. A fusão do capital bancário com o capital industrial e a criação, na base desse ‘capital financeiro’, de uma oligarquia financeira.
3. A exportação de capital, em contraposição à exportação de mercadorias, torna-se praticamente de grande importância.
4. Associações monopolistas internacionais de capitalistas são formadas de modo a dividirem o mundo entre si.
5. A divisão territorial do mundo pelas maiores potências capitalistas é completada. *Imperialism p.81.*

Lênin evidentemente pressupõe nosso ponto a, e fizemos omissão de seu ponto 2. Já explicamos (p.299) que os elementos do conceito de ‘capital financeiro’, inclusive o domínio de uma pequena oligarquia de grandes capitalistas estão incluídos em nosso conceito de ‘capital monopolista’. Assim, repetir a segunda característica de Lênin acarretaria em redundância e confusão (SWEEZY, 1985).

Temos nessas duas formulações, de modo sucinto e brilhante, a definição de Lênin sobre o imperialismo e a ‘modificação’ de Sweezy. Quando Lênin destaca “a fusão do capital bancário com o capital industrial e a criação, na base desse ‘capital financeiro’, de uma ‘oligarquia financeira’”, é para demonstrar o novo papel dos bancos e a criação da oligarquia financeira. Isso distinguia a tendência ao monopólio, engendrada pelas crises cíclicas do capitalismo, já examinadas por Marx, mas na esfera industrial, para a **fusão** do capital bancário com o industrial. E mais, a criação, a partir dessa base (capital financeiro que é a fusão do capital bancário com o capital industrial), de uma ‘oligarquia financeira’ e esta, como se

verá, continua diminuta até o advento do neoliberalismo. O monopólio industrial, surgido já em fins do século XIX se juntava aos bancos – isso é capital financeiro. É importante destacar porque, nesta forma, os bancos serviam como provedores de crédito para os investimentos industriais, cujos proprietários detinham o monopólio às vezes de ramos inteiros da produção possibilitando ‘a criação da aristocracia financeira’. Mas esta não é o próprio capital financeiro. Pois bem, essa ‘oligarquia financeira’, teve seu surgimento e infância, por assim dizer, descritas por Lênin. Contudo, a partir dos anos oitenta ela se desgarrou de sua base e passou a ter vida própria – essa é a essência econômica do neoliberalismo. A distribuição do capital em 2008 no quadro do BIS que apresentaremos adiante fala por si. As empresas proprietárias dos *DERIVATIVOS (e outras inovações financeiras)* não são nem bancos nem indústrias necessariamente, e sim, ‘fundos’, ‘bancos de investimentos’, ‘companhias avaliadoras de riscos’ e vários outros tipos de inovações ‘empresariais’ cuja especialidade é fazer dinheiro render mais dinheiro.

Lênin na obra mencionada afirmava que *‘a essência política do imperialismo é a reação em toda linha e a intensificação do jugo colonial’*. A história confirmou essa assertiva; vinte anos após ter escrito a obra onde faz essa afirmação: o nazismo tomava o poder na Alemanha, o fascismo já dominava na Itália e o militarismo do Japão subjuguava praticamente toda a Ásia. Ou seja, regimes profundamente reacionários que intensificaram ainda mais o jugo colonial e deram origem à 2ª guerra mundial. Mas, com a extinção dos impérios coloniais, dezenas de nações surgiram na Ásia e na África. Algumas com base em civilizações milenares (como Egito, Irã, China, Índia, Indonésia, Vietnã, para citar alguns exemplos). É importante salientar que não importa se o que chamo de Nações, Krasner denomina de Estados, ambos convergimos em que essas ‘instituições políticas’ necessitam de soberania. De preferência a de modelagem westfaliana. Na falta dela, pelo menos a soberania legal internacional. Ora, mas isso é intolerável para a Nação (ou Estado) hegemônica e para seu pequeno núcleo de sócios quando esta se encontra sob a hegemonia do capital produtor de juros. Para que esse capital usurário moderno, globalizado, possa circular livremente, é decisivo reduzir ou eliminar a soberania das nações, do contrário, elas imporão limites para sua circulação.

Na época em que Sweezy escreveu sua obra, a destruição das forças produtivas, decorrente da crise de 1929 e da segunda grande guerra, propiciou uma

gigantesca retomada do capital industrial e comercial no planeta. Inclusive os trinta anos que se seguiram a ela foram chamados de a 'idade de ouro' do capitalismo. Mas o que temos agora? Principalmente a partir de 1979? Aquela 'oligarquia financeira' de que Lênin descreveu a criação, soltou-se das 'amarras' do capital industrial e comercial. Passou a ser hegemônica e, portanto, a impor sua circulação predileta D – D'. E isso, numa situação em que também mudaram as demais características tanto da definição de Lênin acerca do Imperialismo como da 'correção' de Sweezy. Por exemplo, *'a exportação de capital, em contraposição à exportação de mercadorias, torna-se praticamente de grande importância'*, hoje já não existe. Os EUA se tornaram um grande importador de capitais. Bem como, outras nações capitalistas 'desenvolvidas'.

Outro exemplo *"associações monopolistas internacionais de capitalistas são formadas de modo a dividirem o mundo entre si"*. Essa característica também se modificou. Na década de setenta do século passado, mais da metade dos bancos japoneses figuravam entre os dez maiores do mundo; na década seguinte, nenhum. O Japão e a Alemanha foram duramente atingidos quando Nixon desfez a paridade ouro-dólar. As demais nações o seriam quando da abrupta elevação da taxa de juros de 1979. Portanto, nada de 'dividirem o mundo entre si'. Por fim, e não pela ordem de prioridade, pois esta **é** a questão mais importante: *a divisão territorial do mundo pelas maiores potências capitalista é completada*. Foi isso exatamente o que aconteceu quando Lênin formulou sua teoria. Aliás, isto é à base da sua definição sobre a essência **política** do Imperialismo – reação em toda linha e intensificação do jugo colonial. E o que temos hoje? Praticamente não há mais colônias. E como afirma Krasner, as nações surgidas na Ásia e na África no século XX (diga-se de passagem, da luta contra o Imperialismo), adotaram a modelagem westfaliana de soberania. Acrescente-se a isso, que as nações da América Latina, de modo especial Argentina, Brasil e México, de 1930 a 1979, não apenas se desenvolveram vigorosamente (as taxas de crescimento econômico do México e do Brasil, estão entre as maiores do mundo – cerca de 5% anuais, considerando todo o período), mas o fizeram, sobretudo até meados de sessenta, com elevado grau de soberania. Também houve desenvolvimento (notadamente pela industrialização) nos demais países da América Latina. Isso se deve, sobretudo, ao enfraquecimento generalizado do imperialismo inglês, que exercia desde a formação das nações

latino-americanas uma influência econômica decisiva. Eram nações independentes, mas não gozavam da soberania Westfaliana.

A divisão do planeta entre as potências capitalistas, conforme Lênin, já tinha sido completada. Daí em diante só poderia haver, segundo ele, uma nova repartição do mundo entre as potências capitalistas. Sua teoria se comprovou completamente, basta ver a tentativa do Japão de ocupar praticamente toda a Ásia, desalojando as demais potências capitalistas. E isso ocorreu depois da morte de Lênin. Mas o que tivemos depois? O Japão não apenas foi afastado de qualquer território que dominou na Ásia como se tornou subordinado aos EUA de tal maneira que “hospeda” a principal base militar estadunidense, fora de seu território.

Em síntese, o que ocorreu após a segunda guerra foi que a luta pela emancipação dos povos se materializou no surgimento de dezenas e dezenas de nações na Ásia e África, muitas delas com base em civilizações milenares. E, na América Latina, as nações que se formaram no início do século XIX passaram a viver seu maior período de soberania (tanto westfaliana como legal internacional). Isso não quer dizer que o imperialismo tenha acabado, mas sim que deveria, forçosamente, assumir uma nova forma, pois houve alterações profundas na sua base econômica e o surgimento de um conjunto de novos e fortes atores políticos.

Após a 2ª guerra, os EUA emergem como potência capitalista praticamente sem rival. As forças produtivas materiais da sociedade, já enfraquecidas com a crise de 1929 foram destroçadas em grande parte na segunda guerra mundial. Os EUA adotam um conjunto de planos para desenvolver a indústria e o comércio em todos os lugares possíveis – tem início a chamada *Golden Age* do Capitalismo. No período que vai de 1945 a 1970, há um impulso gigantesco da produção e circulação de mercadorias no mundo. Os estados passam a ter um imenso papel indutor e se fortalece, em várias regiões, o capitalismo impulsionado pelo estado (as empresas estatais surgidas neste período são um bom exemplo). Nas modalidades de New Deal, Estado de Bem Estar Social e socialista, as principais economias do mundo reprimiam o capital produtor de juros; as movimentações financeiras eram rigorosamente controladas por mecanismos internacionais; era praticamente proibido o livre trânsito de capitais e havia a paridade ouro-dólar que garantia estabilidade aos investimentos industriais e as transações comerciais. Numa

palavra, era reprimido o capital produtor de juros e predominavam amplamente o capital industrial, comercial, financeiro e estatal.

As dificuldades econômicas surgidas nos anos setenta para os EUA manterem sua hegemonia fizeram com que adotasse duas medidas (fim da paridade ouro-dólar em 1973 e elevação desmesurada da taxa de juros em 1979) as quais ao contrário de levar a um novo surto de desenvolvimento industrial e comercial, levariam à estagnação, embora no curto prazo abarrotassem seu tesouro de moedas. Essa facilidade propiciou a supremacia do capital produtor de juros.

Mas por que essa política, aplicada tenazmente pelos EUA (em aliança ou cumplicidade com a Europa e o Japão), desde 1979, trouxe resultados trágicos para a América Latina e África e não para as principais nações da Ásia? Minha resposta é que, economicamente, elas não aceitaram o domínio do capital produtor de juros e, politicamente, mantiveram, em grau ainda mais elevado, suas soberanias. Saliento esses aspectos para mostrar que mudou essa parte da essência política do imperialismo que pontuava Lênin – intensificação do jugo colonial. Foi substituída por pressão sobre a soberania das nações. Quanto à outra parte da essência do imperialismo por Lênin acentuada – reação em toda linha – também houve mudança. Talvez o neoliberalismo tenha causado um verdadeiro retrocesso civilizacional, contudo, não desenvolveremos essa mudança porque requer uma longa elaboração e nos afastaria do tema.

Sucintamente podemos afirmar que a antiga teoria do imperialismo, tendo como base o predomínio econômico dos monopólios, caracterizava-o pela exportação de capitais, intensificação do jugo colonial e nova partilha do mundo entre as potências capitalistas. Hoje, a maior potência capitalista do planeta importa capital; nada indica que haja uma ‘nova partilha do mundo’ e sim a consolidação das nações existentes; a Europa além de estagnada não conta mais com seu império colonial.

Do ponto de vista dos monopólios, houve uma alteração fundamental, na comparação entre o período anterior ao da hegemonia neoliberal com o período em que ela se dá plenamente. Antes, eles se caracterizavam pela fusão do banco com a indústria e, embora crescesse o chamado setor que vivia de rendas, ‘de cortar papel’, não tinha a significância mostrada nos dados na tabela do BIS. Hoje,

sobretudo nos EUA e na Europa há uma espécie de amplo domínio do ‘capital produtor de juros’.

Para o êxito da circulação D – M – D’, foram criadas as nações. Mas para o êxito da circulação D – D’ as fronteiras nacionais passam a se tornar um empecilho. Portanto, para os detentores do capital portador de juros, também as fronteiras nacionais têm que se tornarem fictícias. Ainda mais quando isso se dá com o amplo predomínio político de um único Estado Nacional, de uma única Nação. Ocorre que o ‘fim das nações’, a dissolução dos ‘estados nacionais’ interessa politicamente apenas aos proprietários do capital portador de juros e não às demais forças sociais. Por outras palavras, a “assimetria de poder” tem variado, historicamente, conforme as forças sociais em pugna. Vale dizer, não são estáveis, alteram-se conforme os conflitos entre as classes sociais, o ritmo de desenvolvimento de cada nação e a relação entre elas. E pela própria natureza da economia e da política, na fase de domínio do capital monopolista isto se dá ‘aos saltos’, de maneira desigual, de ramo para ramo de produção e de região para região do planeta. A constatação de que sempre houve uma espécie de centro mundial (Veneza, Holanda, Inglaterra e EUA), não esclarece as mudanças substantivas ocorridas no modo de produção que acabou predominando no planeta – o capitalista.

Exemplificando: a Inglaterra foi líder na produção fabril (revolução industrial) e perdeu esse posto quando passaram a predominar os monopólios. Os EUA foi líder durante o predomínio dos monopólios, mas como ficará sua liderança quando ele mesmo é governado pelos proprietários do capital produtor de juros? Podem os proprietários do capital portador de juros, os detentores do D – D’ continuar mantendo o poder de que desfrutam hoje? A resposta a essa pergunta é a essência política da atualidade. Como já dizia Boron:

Não deixa de surpreender que muitos dos que questionam ardorosamente o marxismo por seu anacronismo adiram simultaneamente a uma teoria caracterizada por sua escandalosa idolatria dos mercados, eternamente equilibrados graças à sabedoria de uma ‘mão invisível’. No entanto, nos parece que para decidir sobre a validade da crítica seria desejável que esta adotasse uma formulação mais precisa. O que caracteriza o trabalho científico – em contraposição ao conhecimento vulgar – não é tanto a exatidão das respostas como o rigor das perguntas (BORON, 1994 p.222).

A pergunta chave a se fazer é: poderão os proprietários do capital produtor de juros em nível mundial manterem o poder que atualmente detêm? Há condições objetivas e subjetivas na fase atual do capitalismo de se manterem os atuais mecanismos de poder daqueles proprietários? Uma das ironias dos debates surgidos a partir da crise econômica de 2008 foi o retorno a Marx, em particular na Alemanha e Inglaterra. Tinha razão Boron, *“uma teoria caracterizada por sua escandalosa idolatria aos mercados, eternamente equilibrados graças à sabedoria de uma ‘mão invisível’”*, não podia ser caracterizada como científica. É claro que não pretendemos dar uma resposta cabal à pergunta sobre se os proprietários do capital portador de juros poderão manter o poder que atualmente detêm. Mas, politicamente, é necessário ver que forças sociais podem partilhar seus objetivos e quais as que podem divergir e se opor. Desnecessário acrescentar que os proprietários do capital produtor de juros e os por eles beneficiados se constituem em uma ínfima minoria.

É evidente que o capital financeiro – base da fase imperialista do capitalismo – possibilita que se forme uma ‘oligarquia financeira’: uma oligarquia que cria instituições para viver de juros, de dinheiro rendendo dinheiro. Contudo, os limites dessa oligarquia é um termômetro da saúde geral do capitalismo. Um exemplo histórico foi a passagem do capitalismo concorrencial para o monopolista em três nações: Inglaterra, EUA e Alemanha. O motivo de a primeira ter sido ultrapassada rapidamente pelas outras duas foi que nela a oligarquia financeira era maior. Enquanto a Inglaterra dominava mundialmente a área de “seguros”, os EUA e a Alemanha avançavam na industrialização. Outro exemplo histórico foi a crise de 1929; para sair dela vários estados capitalistas adotaram o keynesianismo que contém duramente o capital produtor de juros. Outro exemplo, ainda, foi a reconstrução após a Segunda Guerra. E não por acaso os anos 1945-1970 são chamados de a Idade de Ouro do capitalismo.

Mas o que se viu após o fim da paridade ouro-dólar e com a alta unilateral da taxa de juros pelo FED em outubro de 1979 chegando em 1981 a 20% (quando era praticamente negativo na década de setenta)? Um gigantesco estímulo aos proprietários do capital produtor de juros que colocou todo seu ‘engenho e arte’ a multiplicar instituições (bancos de ‘investimentos’, fundos, companhias avaliadoras de riscos) chegando a outubro de 2008 a esses números impressionantes, que

serão mencionados adiante e que se faz necessário adiantar: PIB Mundial: US\$ 65 trilhões; Ativos Financeiros (dívida primária): US\$ 130 trilhões; Derivativos e outras inovações financeiras: US\$ 600 trilhões. E a fonte desses dados é o BIS!

Por mais que a hegemonia política dos proprietários do capital produtor de juros estivesse apoiada no Estado mais poderoso do planeta, sua base vazia, para empregar o termo de Marx, redundou, ao final, do ponto de vista econômico, na grande crise econômica atual que teve o seu auge em 2008. Mas, rigorosamente, desde seu início foi acompanhado de crises. Antes foram sugados os Estados mais fracos. A América Latina sentiu em cheio esse impacto. As diversas crises que suas nações enfrentaram nos últimos 30 anos tiveram como ponto de partida o aumento desmesurado da dívida externa a partir da elevação de juros de 1979. Não foi diferente em outras partes do mundo – como nos antigamente chamados tigres asiáticos. Por fim a crise explode no próprio lugar que lhe deu origem. E agora, se alastra pela Europa. Os acontecimentos na Grécia e na Europa durante todo o ano 2010 são sinais evidentes de que ela continua forte. É digno de nota que o receituário empregado pelo FMI e União Européia ser semelhante ao utilizado na Argentina, Brasil e México nos anos oitenta e noventa do século passado, e que levou essas nações a um crescimento ínfimo comparado às cinco décadas anteriores. Uma diferença fundamental dessa crise com relação às demais é de que ela não foi antecedida por um período de prosperidade como nas outras. Aliás, a prosperidade real, havida neste período se deu naquelas nações que não admitiram o domínio político dos proprietários do capital produtor de juros. Portanto não chega a ser uma crise clássica de superprodução de mercadorias e sim uma crise de superprodução de dinheiro!

O neoliberalismo não significa uma nova fase no desenvolvimento do capitalismo, não podendo ser generalizado para as outras nações. Elas poderiam ser 'estimuladas' a adotar o receituário neoliberal, inclusive dentro delas também tem setores de proprietários do capital produtor de juros ou por ele beneficiados. Mas nenhuma outra nação tem como os EUA, naquele momento, a sua moeda como padrão de reserva mundial. Dessa forma, todo o complexo industrial militar podia ser financiado com dinheiro alheio. O próprio tráfico de drogas se beneficiou amplamente da falta de controle sobre o trânsito de capitais para 'lavar' bilhões de dólares. Não importa a origem, todo o D que possa se transformar em D' é bem

aceito. E quando esse D se chama dólar, a nação responsável por sua emissão é a principal beneficiária. A Europa tentou reagir a essa situação criando o Euro. Mas essa moeda, mesmo ali, passou a cair nas mãos do capital produtor de juros que também criou as suas instituições próprias para fazer dinheiro render mais dinheiro. Não apenas na Inglaterra que por esse motivo jamais aceitou o Euro, mas também na Alemanha e França (onde os proprietários do capital produtor de juros passaram a se beneficiar das instituições criadas pela União Européia).

Poderão os proprietários do capital produtor de juros manterem a força política que detêm hoje nos EUA e Europa? Não é na esfera da produção e circulação de mercadorias, exclusivamente, que vamos encontrar a resposta. Mas, sobretudo, na esfera política. Isso só foi possível porque houve uma vontade política que alterou unilateralmente as regras do jogo. Para entender o motivo que permitiu a essa vontade política se viabilizar, é que é necessário atualizar a teoria do imperialismo.

Inicialmente, como já anunciado, a própria situação criada a partir da segunda guerra mundial, o chamado mundo bipolar, a 'guerra fria', já alterava aspectos essenciais da antiga teoria do imperialismo. Depois a luta anticolonial obteve um conjunto expressivo de sucessos. Os enfraquecidos impérios europeus, notadamente o inglês e o francês, tentaram manter seus impérios na Ásia e África, mas foram sendo derrotados sistematicamente. E na América Latina, o enfraquecimento dos impérios europeus, em particular o inglês, possibilitou um grande desenvolvimento industrial, sobretudo no México e Brasil, entre 1930-1980, mas também nos demais. Foi a era conhecida na América Latina como de 'substituição das importações'. E saliente-se que esse desenvolvimento só foi possível porque os Estados dessas Nações aumentaram seu grau de soberania. Acresce a tudo isso a dissolução da URSS (1989-91). Por fim, o Estado que exercia solitariamente uma enorme supremacia econômica, política, ideológica e militar no planeta; foi hegemônico fundamentalmente pelos proprietários do capital produtor de juros. Os monopólios predominam na economia mundial e não é crível voltar a uma fase pré-monopolista do capitalismo. Sua base é a concentração da produção e do capital *desenvolvida a tal estágio que criou monopólios cujo papel é decisivo na vida econômica*. Mas neste caso, são monopólios de forças produtivas reais – prédios, máquinas, equipamentos, matérias primas. Estes monopólios continuam

tendo, nos dias de hoje, o papel decisivo na vida econômica já salientada pela teoria do imperialismo.

Na atualidade, tais monopólios controlam, na melhor das hipóteses, uma boa fatia do PIB mundial. Mas comparado ao capital na forma dinheiro, quase dez vezes maior que o PIB, que classe social, ou fração de classe o controla? Pode-se argumentar que em alguns casos são os mesmos proprietários das três formas. Mas isso não altera em nada visto que, sendo as lógicas distintas, os controladores desses capitais em forma dinheiro ameaçam constantemente a economia das regiões onde predominam e, pelo volume comparativo, é uma ameaça à economia de todas as regiões. Mas, é preciso levar em conta que após a segunda guerra a luta pela emancipação dos povos se materializou no surgimento de dezenas e dezenas de nações na Ásia e África. E na América Latina, as nações que se formaram no início do século XIX passaram a viver seu maior período de soberania (tanto westfaliana como legal internacional). O enfraquecimento da Inglaterra nos dois conflitos mundiais favoreceu essas nações afirmarem suas soberanias. Os EUA, como o grande beneficiário econômico das duas guerras mundiais, substituiu a influência da Inglaterra na América Latina. De 1945 até o início dos anos setenta, interessava-lhes a chamada política de substituição de importações adotadas por vários países da área. O famoso tripé (empresas nacionais, empresas estatais e empresas estrangeiras) era estimulado, até porque muitas empresas norte-americanas precisavam de mercados para seus produtos e abriram poderosas 'filiais'.

No início dos anos setenta, os EUA passaram a ter dificuldades em manter a primazia econômica que vinham tendo desde a Segunda Guerra, e os mecanismos econômicos e políticos criados para este fim. Acossados pela produção e comercialização dos bens de consumo duráveis na Alemanha e no Japão, desfizeram a paridade ouro-dólar. Também providenciaram para internalizar os dólares advindos da elevação de preços do petróleo (os chamados petrodólares). Mas foi a alta da taxa de juros que deu origem a uma nova política econômica que os EUA junto com a Inglaterra elaboram e executam: a globalização neoliberal.

#### 1.1.4 Relação entre estado e mercado.

Poucos temas têm sido tão sujeitos à confusão, neste período do domínio neoliberal. O que pretendo destacar é que o mercado servindo ao estado e vice-versa, existe desde que essas duas instituições surgiram na humanidade. A necessidade da troca de produtos excedentes tornou necessária uma classe especializada nisso. Uma classe necessariamente desvinculada da produção direta. Do contrário não haveria nem condições, nem tempo das trocas serem efetuadas entre produtores cada vez mais distantes. Surge, portanto, a classe dos comerciantes. E com ela, a possibilidade do Estado. Destarte, só quando há a produção para o mercado é que o estado se torna possível. Como se vê, para que exista estado é fundamental que exista mercado. E mais, quando não havia mercado, não havia estado o que significa dizer, também, quando o mercado se tornar desnecessário, também o será o estado.

Tome-se como exemplo os fenícios. Criaram várias cidades em torno ao Mediterrâneo (Cartago, Córdoba, Marselha), pois se especializaram em trocar os produtos gregos por egípcios, romanos por persas, e assim por diante. Seus barcos andavam praticamente por todo o Mediterrâneo. O estado fenício estava a serviço de seu mercado e vice-versa. O mesmo vale para os demais como os chineses, hindus, mongóis. Mas em todos eles havia agricultura e artesanato, ou seja, produtores que possuíam as condições materiais de produção e cujos produtos trocavam por dinheiro para obter outros produtos necessários. Enfim, no escravismo, o estado servia ao mercado e vice-versa. No feudalismo, o mercado era reduzido, mas também o estado. Mas sempre um servindo ao outro. Com o predomínio do campo sobre a cidade não havia necessidade de um Estado sofisticado.

No século XV os portugueses realizaram, repetidas e grandes navegações. Só a esquadra que veio ao que é hoje o Brasil, tinha 15 naus e 3 caravelas! Isso nos dá uma idéia de quão poderosa tinha que ser a manufatura em Portugal. E eles já tinham chegado a CEUTA na África no século XIII! Como realizar essas grandes navegações sem o auxílio, o estímulo, o planejamento de um Estado? Ao contrário, só com um Estado poderoso esses eventos se tornaram possíveis. De certo com isso, ou melhor, em decorrência disso, o comércio se ampliou. Isso significa que a primeira Nação do Planeta – Portugal – com base na manufatura capitalista (que

antecede e é a base do capitalismo fabril), deu início à tão decantada 'globalização'. A globalização capitalista tem início, portanto, há mais de 500 anos! E já nasce com essa marca: o estado servindo ao mercado e o mercado servindo ao estado. É certo que muitos 'cientistas sociais' repetem os preconceitos da 'economia política clássica', que não distingue a fase manufatureira da fase fabril do capitalismo. Engels esclarece esse ponto no prefácio à edição inglesa de 'O Capital'<sup>17</sup> mostrando que:

Dentro dessa linha de orientação, o conceito de indústria, desde que não inclua agricultura e artesanato, está compreendido no termo manufatura, e, com isso, se apaga a diferença entre dois períodos da histórica econômica, importantes e essencialmente diversos: o período da manufatura propriamente dita, baseada no trabalho manual, e o da indústria moderna, fundamentada na maquinaria. Uma teoria que considera a moderna produção capitalista mero estágio transitório da histórica econômica da humanidade tem, naturalmente, de utilizar expressões diferentes daquelas empregadas por autores que encaram esse modo de produção como imperecível e final (ENGELS, *in O Capital*, 2008, p.41).

Como vimos até aqui, o mercado e o estado caminharam sempre juntos; um defendendo o outro. O que foi se alterando foram os modos de produção, baseados na propriedade privada dos meios e instrumentos de produção. Mas, em todos eles o Estado atuava conforme as necessidades do mercado. Teria sido diferente daí em diante? Vejamos. No período *da indústria moderna, fundamentada na maquinaria*, o estado se adapta às novas necessidades do mercado. Nas primeiras nações a se industrializarem (Inglaterra e França), o Estado assume a forma representativa. Passam a ganhar importância os parlamentos. E esses, focados em como garantir a expansão do mercado para essas nações (ou para os capitalistas destas nações). Inclusive focados em como manter e alargar seus impérios colônias para ampliar seus mercados.

---

<sup>17</sup> A economia política, de modo geral, se tem contentado em colher, tal como se encontram, as expressões da vida comercial e industrial, operando com elas sem se dar conta de que se está restringindo ao círculo estreito das idéias que elas exprimem. Assim, a economia política clássica – embora tivesse consciência plena de o lucro e renda serem apenas subdivisões, frações da parte não-paga, saída do produto que o trabalhador tem de fornecer ao patrão (o primeiro que dela se apropria, ainda que não seja o último e exclusivo dono) -, apesar disso nunca chegou a ultrapassar as idéias usuais de lucro e renda, nunca examinou esta parte não-paga do produto (chamada, por Marx, de mais-valia), em seu conjunto, como um todo, e, por isso, nunca atingiu uma compreensão clara, nem de sua origem e natureza, nem das leis que regem a posterior distribuição de seu valor (ENGELS, 2008).

A situação teria mudado no final do século XIX, quando o capital monopolista passou a predominar na vida econômica da Inglaterra, França, EUA, Rússia, Alemanha e Japão? Teria neste período havido um divórcio entre o estado e o mercado? Muito pelo contrário, os estados se centralizaram ainda mais, para proteger os seus mercados. Aliás, acirrou-se a disputa entre eles pelo controle das fontes de matérias-primas. Alguém poderia perguntar: mas tudo isso não teria mudado agora com a globalização, com o domínio das grandes 'redes' mundiais? Não estaria agora o Estado atrapalhando o mercado? O Estado não teria que ser reduzido, minimizado, para que as riquezas fossem produzidas e circulassem globalmente? A resposta ainda é mais negativa. Toda a chamada 'globalização', que como vimos não tem nada de novo, pois começa com as caravelas, teve um Estado que tomou uma primeira medida – elevação abrupta da taxa de juros de 1979 – e a partir daí deu seqüência, com outras medidas (o Consenso de Washington), para defender seu mercado. Não por acaso os EUA com Reagan e a Inglaterra com Thatcher, foram os grandes líderes na implantação do neoliberalismo. Portanto, uma política deliberada de Estado para proteger o mercado. Como o mercado tinha mudado (passou a ser controlado essencialmente pelos proprietários do capital produtor de juros), o Estado, passou a ser controlado por seus representantes. Aliás, já em 1998, Hirst e Thompson, ao escreverem sobre *a retórica política da globalização* comentam:<sup>18</sup>

Vimos que, agora, virou moda afirmar que a era do Estado-nação acabou e que a governabilidade de nível nacional é ineficaz diante dos processos econômicos e sociais globalizados (HORSMAN E MARSHALL, 1994). As políticas nacionais e as opções políticas têm sido postas de lado pelas forças do mercado mundial que seriam mais fortes, até mesmo, que os mais poderosos Estados (HIRST & THOMPSON, 1998, p.271).

E a propalada necessidade de reduzir o Estado? Só se for o 'dos outros', como pode ser evidenciado pela tabela elaborada por Hirst e Thompson na (p. 358): e que reproduzo:

---

<sup>18</sup> HIRST, P. e THOMPSON, G. **Globalização em Questão**. Petrópolis. Editora Vozes. 1998.

GASTO TOTAL DO GOVERNO, EM GERAL 1960-1995 (% DO PIB EM PREÇOS DE MERCADO)					
PAÍSES	1960	1970	1980	1990	1995
Áustria	35,6	39,2	48,8	49,3	52,7
França	34,6	38,9	46,6	50,5	54,1
Alemanha Oc.	32,5	38,5	48,0	45,3	49,9*
Itália	30,1	34,2	41,9	53,2	53,5
Japão	n/d	19,4	32,6	32,3	34,9
Suécia	n/d	43,7	61,2	60,7	69,4
Reino Unido	32,7	37,3	43,2	40,3	42,5
EUA	27,0	31,6	33,7	36,7	36,1

Notas: \* Alemanha Unificada;

n/d: não disponível;

Fonte: European Economy nº60 (1996); Extraída da tabela 61, p.212-13

Mesmo ficando com o período que vai de 1980 a 1995, em que já predominava o neoliberalismo, esses números demonstram que o Estado não foi reduzido em nenhum dos países citados. Não há, pelos elementos históricos que indicamos sucintamente, registro de um confronto entre mercado e estado. O que há é a existência de alterações em ambos, mas um servindo às alterações do outro.

### 1.1.5 O advento do neoliberalismo em 1979.

O neoliberalismo faz parte também de nossa variável independente – o capitalismo. Tomarei como base para conceituar o neoliberalismo o historiador que se especializou no tema: Perry Anderson. Ele o estuda desde suas origens e o distingue do simples liberalismo clássico. Afirma que nasceu logo depois da II Guerra na região da Europa e na América do Norte.

Foi uma reação teórica e política veemente contra o Estado intervencionista. Seu texto de origem é *O Caminho da Servidão*, de Friedrich Hayek, escrito em 1944. Trata-se de um ataque apaixonado contra qualquer limitação dos mecanismos de mercado por parte do

Estado, denunciadas como uma ameaça letal à liberdade, não somente econômica, mas também política (ANDERSON, 2008, p. 9)<sup>19</sup>.

Conforme Perry Anderson, em 1947, foi fundada a Sociedade de Mont Pèlerin, na Suíça reunindo célebres participantes que eram não apenas adversários firmes do Estado de bem-estar social europeu, mas também inimigos férreos do New Deal norte-americano. E destaca dentre eles Milton Friedman. Embora o objetivo fosse combater o keynesianismo e o solidarismo reinantes, e preparar as bases de outro tipo de capitalismo livre de regras, reconhece Anderson que a situação geral da época não lhes era favorável. E que esta só se apresentaria em 1973, com a crise do modelo do pós-guerra. Após fazer um balanço de quinze anos de neoliberalismo, o texto é de 1994, ele faz a seguinte indagação:

Cabe perguntar por que a recuperação dos lucros não levou a uma recuperação dos investimentos. Essencialmente, pode-se dizer, porque a desregulamentação financeira, que foi um elemento tão importante do programa neoliberal, criou condições muito mais propícias para a inversão especulativa do que produtiva. Durante os anos 80 aconteceu uma verdadeira explosão dos mercados de câmbio internacionais, cujas transações, puramente monetárias, acabaram por diminuir o comércio mundial de mercadorias reais. O peso de operações puramente parasitárias teve um incremento vertiginoso nestes anos. Por outro lado – e este foi, digamos, o fracasso do neoliberalismo -, o peso do Estado de bem-estar não diminuiu muito, apesar de todas as medidas tomadas para conter os gastos sociais (ANDERSON, 2008, p. 16).

Anderson esclarece como a desregulamentação financeira constitui a pedra angular do neoliberalismo, porque solta as amarras para os proprietários do capital produtor de juros. O que ele chama de *transações puramente monetárias* é o que Marx chamava *fetichismo automático completo*. Após salientar que o balanço que fazia era provisório já que se tratava de um movimento ainda inacabado<sup>20</sup> Anderson conclui:

Economicamente, o neoliberalismo fracassou, não conseguindo nenhuma revitalização básica do capitalismo avançado. Socialmente, ao

<sup>19</sup> SADER et al. **Pós-neoliberalismo**, São Paulo. Editora Paz e Terra S/A. 2008. 8ª edição.

<sup>20</sup> Tudo o que podemos dizer é que este é um movimento ideológico, em escala verdadeiramente mundial, como o capitalismo jamais havia produzido no passado. Trata-se de um corpo de doutrina coerente, autoconsciente, militante, lucidamente decidido a transformar todo o mundo à sua imagem, em sua ambição estrutural e sua extensão internacional (ANDERSON, 2008, Balanço do Neoliberalismo, p.22).

contrário, o neoliberalismo conseguiu muitos dos seus objetivos, criando sociedades marcadamente desiguais, embora não tão desestatizadas como queria. Política e ideologicamente, todavia, o neoliberalismo alcançou êxito num grau com o qual seus fundadores provavelmente jamais sonharam, disseminando a simples idéia de que não há alternativas para os seus princípios, que todos, confessando ou negando, têm de adaptar-se a suas normas. Provavelmente nenhuma sabedoria convencional conseguiu um predomínio tão abrangente desde o início do século como o neoliberal hoje (ANDERSON, 2008, p, 23).

Dentre várias virtudes desse balanço do neoliberalismo feito por P. Anderson, além da definição que nos dá, é que foi escrito na fase de seu crescimento (1994); na Argentina (Menem), México (ingressou no NAFTA neste mesmo ano) e Brasil (eleição de FHC), a implementação do neoliberalismo ainda seria mais intensificada. E como revela o autor, o neoliberalismo já tinha fracassado economicamente. Entretanto, embora sua *sabedoria convencional* tenha se revelado tão abrangente, foi construída em cima de uma base vazia – o capital produtor de juros. E, embora sua vitória política e ideológica, ele preparou a maior crise econômica para as nações que o adotaram. E isto é uma novidade: uma crise econômica em nações onde predominava a circulação  $D - D'$ . Os EUA e as nações da Europa já rebaixaram suas taxas de juros próximas a zero e não se vislumbram sinais sólidos de recuperação econômica. Ou dito de outra maneira, o remédio histórico para inibir o capital produtor de juros – a queda abrupta da taxa de juros – já não surte mais efeito naquelas nações que no apogeu da crise econômica atual, em 2008, socorreram com trilhões de dólares os proprietários dos *derivativos* e *outras inovações financeiras*.

Quem adota um critério que se assemelha ao meu é François Chesnais.<sup>21</sup>

Eis o que diz:

O mundo contemporâneo apresenta uma configuração específica do capitalismo, na qual o capital portador de juros está localizado no centro das relações econômicas e sociais. As formas de organização capitalistas mais facilmente identificáveis permanecem sendo os grupos industriais transnacionais (sociedades transnacionais, STN), os quais têm por encargo organizar a produção de bens e serviços, captar o valor e organizar de maneira direta a dominação política e social do capital em face dos assalariados. Mas ao seu lado, menos visíveis e menos atentamente analisadas, estão as instituições financeiras

---

<sup>21</sup> CHESNAIS, F. (org.) **A finança mundializada**. São Paulo. Boitempo Editorial. 2005

bancárias, mas sobretudo as não bancárias, que são constitutivas de um capital com traços particulares. Esse capital busca “fazer dinheiro” sem sair da esfera financeira, sob a forma de juros de empréstimos, de dividendos e outros pagamentos recebidos a título de posse de ações e, enfim, de lucros nascidos de especulação bem sucedida.

O capital portador de juros (também designado “capital financeiro” ou simplesmente “finança”) não foi levado ao lugar que hoje ocupa por um movimento próprio. Antes que ele desempenhasse um papel econômico e social de primeiro plano, foi necessário que os Estados mais poderosos decidissem liberar o movimento de capitais e desregular e desbloquear seus sistemas financeiros (CHESNAIS, 2005, p. 35).

Embora a caracterização de Chesnais se pareça à que estou usando, prefiro a expressão de Marx “capital produtor de juros”. Dentre vários motivos porque não permite considerar esse tipo de capital uma fase do capitalismo (Chesnais diz que sua presença ocasiona uma *configuração específica do capitalismo* o que me parece correto), mas outros chamam de uma nova fase do capitalismo como faz, na mesma obra, Plihon, em texto anteriormente examinado. Importante o destaque que faz Chesnais ressaltando que a implantação do neoliberalismo foi uma decisão dos *Estados mais poderosos* com os seus posteriores resultados econômicos e sociais.

Que o capital produtor de juros se relaciona e se mistura com outras formas de propriedade do capital, particularmente a financeira (entendida esta como a fusão do banco com a indústria), tenho também ressaltado, como o fazem Chesnais e Plihon. Contudo, como esta forma de capital tem como base a usura, existiu em todas as fases do capitalismo não podendo, portanto, caracterizar uma *‘nova fase na evolução histórica do capitalismo’*.

O controle da moeda e do câmbio são componentes vitais da soberania de uma Nação. Mesmo antes do surgimento das nações, os estados cunhavam sua própria moeda e esta era um distintivo de sua força e autonomia. Mas, quando passam a existir historicamente os estados nacionais, o controle sobre a moeda de cada nação e do intercâmbio entre as várias moedas é um termômetro de sua soberania westfaliana. Na atualidade, o controle sobre a moeda e o câmbio assumiu importância vital.

Destaquei até aqui alguns elementos constitutivos do capitalismo, variável independente desta Tese, sobretudo, porque propiciarão demonstrar melhor a

premissa basilar dessa tese – a nação é a essência política do capitalismo desde seu período manufatureiro e em todas as fases subseqüentes. E também a própria essência da Tese-Ensaio: as nações tendem a ter maior relevância política no século XXI. Ao passar topicamente pela questão do câmbio que tem sido em 2010 e tende a continuar a ser nos próximos anos, um elemento de disputa entre soberania e submissão das nações, quis ressaltar que a moeda nacional é peça chave na afirmação da soberania nacional. Vale dizer é algo que tem que ser controlado pelo Estado Nacional.

## 1.2 A METODOLOGIA DE CHARLES TILLY PARA A POLÍTICA COMPARADA

O referencial metodológico fundamental desta Tese é Charles Tilly, notadamente na obra na qual indica o método de se fazer política comparada.<sup>22</sup> Das quatro sugestões de método que faz TILLY para a política comparada, utilizarei três, enfatizando uma. Explicando resumidamente: (1) Histórico Mundial – apenas servirá como uma espécie de pano de fundo, para demonstrar porque o Estado é produto da divisão social do trabalho e dos conflitos dela decorrentes, bem como evidenciar as diferenças na expansão do capitalismo dentro de suas entranhas (o feudalismo europeu) e nas demais partes do mundo; (2) Sistêmico mundial – servirá, fundamentalmente, para evidenciar que os vários surtos, as várias levas, as várias ondas (parodiando Huntington), no surgimento e fortalecimento de nações, acompanham as várias fases do processo global de produção capitalista; (3) Macro-histórico – com base neste é que será feita a comparação entre Argentina, Brasil e México. Devido à natureza mesma da Tese não será utilizado o método Micro-histórico.

Outro referencial metodológico é a obra de Tilly na qual ele aplica o método sugerido em sua obra anterior, particularmente o Macro histórico.<sup>23</sup> Portanto, ao

---

<sup>22</sup> TILLY, C. **Grandes estruturas, procesos amplios, comparaciones enormes**. Madrid. Alianza Editorial. 1984

<sup>23</sup> TILLY, C. **Coerção, Capital e Estados Europeus**. São Paulo. Edusp. 1996.

fazer a comparação política entre Argentina, Brasil e México, adotarei as sugestões metodológicas da primeira obra indicada. E para o formato de periodização e conceitos adotados, a segunda. Até porque, tendo sido a Europa o berço do capitalismo e das nações, nada melhor do que se apoiar em uma obra que estuda, politicamente, a evolução de ambos desde o seu início. E, se sua obra trata de 1000 anos na Europa, nosso corte serão os 500 anos de América, ou, mais precisamente o estudo de três Estados na América.

Alguns conceitos básicos como *nação, estado, estado-nação, capitalismo, globalização, soberania, coerção, consentimento, modo de produção, relação, determinação*, dentre outros, são controversos nas Ciências Sociais. É inviável polemizar com todas as 'escolas'. Cingir-me-ei a apresentar o mais consensual, quando possível, ou marcar a diferença, quando inevitável. Um conceito que considero quase consenso é o de nexo causal no processo histórico. Portanto, como o Estado precede a Nação há pelo menos 7500 anos, não tem o Estado, enquanto tal, o poder de criar Nação. Pelo menos até o advento do capitalismo. Assim, o nexos histórico entre o processo global de produção capitalista e a existência do estado nacional é indissolúvel.

Tilly distingue estado, estado nacional e estado-nação. Depois de afirmar que *“Os estados foram por mais de cinco mil anos as organizações mais extensas e mais poderosas do mundo”*, agrega:

Definamos os estados como aquelas organizações que aplicam a coerção, distintas das famílias e dos grupos de parentesco e que em alguns aspectos exercem prioridade manifesta sobre todas as outras organizações dentro de extensos territórios. O termo abrange, portanto, as cidades-estado, os impérios, as teocracias, e muitas outras formas de governo, mas exclui como tais as tribos, as linhagens, as firmas e igrejas (TILLY, 199, p. 46).

Quanto a estado nacional e estado-nação, afirma:

Durante a maior parte da história, os estados *nacionais* – aqueles que governam múltiplas regiões adjacentes e as suas cidades por intermédio de estruturas centralizadas, diferenciadas e autônomas – surgiram muito raramente. A maioria deles eram *não-nacionais*: impérios, cidades-estado, ou algo semelhante. Para nosso pesar, o termo “estado nacional” não significa necessariamente estado-*nação*, um estado cujo povo compartilha uma forte identidade lingüística, religiosa e simbólica. Embora alguns estados como a Suécia e a Irlanda, se aproximem hoje desse ideal, pouquíssimos estados

nacionais da Europa se qualificaram algum dia como estados-nação. A Grã-Bretanha, a Alemanha e a França – estados essencialmente nacionais – por certo nunca passaram nesse teste (TILLY, 1996, p.47).

Para esta Tese-Ensaio, o conceito de Estado que será utilizado é o de Engels. Tilly enfatiza a coerção em sua definição. Mas isso origina a pergunta: coerção para qual propósito? Como veremos mais adiante, o estado tem o monopólio da tributação e sua destinação e **para isso** cria órgãos de coação e consentimento. A definição de estado-nação de Tilly é fundamentalmente antropológica: “[...] *estado-nação, um estado cujo povo compartilha uma forte identidade lingüística, religiosa e simbólica*”. No entanto, sua definição de estado nacional se aproxima em muito a que adotaremos com o nome de estado indutor; acresce o fato de não se ter notícias da existência de um Estado com essa característica de induzir sistematicamente a ciência e a tecnologia, antes do advento do capitalismo. As variáveis que utilizarei são o capitalismo, a nação, o estado e a soberania.

O capitalismo será utilizado como variável independente. E aqui será entendido no seu conjunto: o capital e o processo global de produção capitalista. Sendo assim, a globalização será entendida como parte do capitalismo, como uma tendência própria deste modo de produção. A nação será a variável dependente. A cada transição significativa no modo de produção capitalista, novas nações surgiram e outras foram assimiladas. As primeiras surgiram na transição da acumulação primitiva para a manufatura. Outras na transição desta para a maquinaria. Outras ainda na transição para os monopólios. E quando o capitalismo ingressa na sua fase imperialista, os impérios coloniais baseados fundamentalmente em nações capitalistas européias, muitas nações se formam, em especial na Ásia e na África, na luta vitoriosa contra esses impérios.

O estado será outra variável dependente; principalmente com o novo atributo que lhe dá o capitalismo – ser indutor da ciência e tecnologia. O Estado Indutor da ciência e tecnologia foi e é fundamental para que a classe burguesa aprimore seus mecanismos de expropriação da mais-valia e de transformação de parte desta em capital. O estado utiliza a ciência e tecnologia para realizar as tarefas de efetivar a tributação e sua destinação e os aparatos de coerção e consenso para tal – tarefas

comuns aos estados escravista, asiático, feudal. Os vários órgãos de poder do Estado passam a se basear no desenvolvimento da ciência e tecnologia. Os órgãos onipresentes de poder do Estado centralizado, indispensável para o predomínio da manufatura capitalista como a burocracia, o exército, a polícia, a magistratura, passaram a contar com as inovações introduzidas pela ciência e tecnologia. A educação foi se generalizando, em especial no estudo das ciências que podiam reverter em maior poder do Estado, isso desde o Absolutismo Monárquico, intensificado no período da maquinaria. Daí, o incremento permanente desde então da indústria bélica, com emprego e desenvolvimento de várias ciências que propiciassem inovações tecnológicas. O mesmo com a geração de energia e as obras de infra-estrutura que passaram a contar com o apoio da ciência e tecnologia. Numa palavra: desde o período manufatureiro, passando pelo fabril e o dos monopólios vindo até os nossos dias o estado ganhou esse novo componente: ser indutor da ciência e tecnologia. E a estrutura econômica e social do capitalismo de estado, surgida na fase monopolista do capitalismo, é estimulada pelo estado indutor em várias regiões do mundo após a primeira guerra mundial.

A soberania será utilizada como variável interveniente. Isso porque, embora ela tenha surgido desde o Tratado de Tordesilhas como advogo, ou desde a Paz de Westfalia, como afirmam vários cientistas políticos, há uma mudança significativa no século XX: o surgimento de várias nações com o fim dos impérios coloniais. De certo modo, a soberania, antes, era de um Império em relação a outro. Mas no início do século XXI é a de uma(s) nação(ões) em relação à(s) outra (s).

Para a tese, como indica a análise macro-histórica sugerida por Tilly (p. 85)<sup>24</sup>, será feita a Comparação Política entre as nações Argentina, Brasil e México operando com as variáveis indicadas. O que se pretende é demonstrar o nexo causal, histórico, existente entre o desenvolvimento do modo de produção capitalista e as origens, formação e consolidação dessas nações e inclusive a situação delas no período atual. E demonstrar, com base nesta comparação política, que elas

---

<sup>24</sup> Con los análisis *macrohistóricos* nos adentramos en el terreno de la historia como normalmente la entienden los historiadores. Dentro de un sistema mundial dado, podemos perfectamente hacer de los estados, los modos regionales de producción, las asociaciones, las compañías, las fincas, los ejércitos y una amplia variedad de categorías, redes y *catnets* nuestras unidades de análisis.. TILLY, C. **Grandes estructuras, procesos amplios, comparaciones enormes**. Madrid. Alianza Editorial. 1984

tendem a se consolidar ainda mais, fortalecerem-se, no século XXI, embora cada uma evidenciando suas particularidades. E como se verá, o México, diferentemente da Argentina e do Brasil, permanece uma nação enfraquecida, devido à sua submissão ao neoliberalismo.

Entretanto, ao tratar especificamente da questão do Estado, sou obrigado a utilizar os níveis de análise que Tilly chama 'histórico mundial' e 'sistêmico mundial'.

En el nivel *histórico mundial*, las principales estructuras son los sistemas mundiales. [...] Los procesos relevantes para el análisis en el nivel histórico mundial son la transformación, el contacto y la sucesión de sistemas mundiales; [...]

Si elegimos trabajar en este nivel tan amplio, las comparaciones que tenemos que establecer serán comparaciones entre sistemas mundiales – la comparación mayor de los asuntos humanos.

En el nivel *sistémico mundial*, el sistema mundial en si mismo continúa operando como una unidad significativa, pero ocurre lo mismo con sus principales componentes, las grandes redes y las *catnets* definidas por relaciones de coerción y/o intercambio.

Aquí llaman nuestra atención determinados procesos de subordinación, producción y distribución a gran escala. En este nivel, las proposiciones generales continuarán siendo arriesgadas, controvertidas y extremadamente difíciles de verificar. Sin embargo, sin presupuestos provisionales sobre los principios de variación en el interior de los sistemas mundiales, los análisis macrohistóricos y microhistóricos carecen de sentido (TILLY, 1984, p. 84 e 85).

Quanto ao nível 'histórico mundial', Tilly não acredita que se tenha estabelecido nenhuma proposição devidamente documentada e valiosa. Mas que tipos de 'sistemas mundiais', encontraram os grandes navegadores europeus de século XV e XVI na América, Ásia e África? E pode-se sequer imaginar os chamados Estados Modernos Europeus sem as abundantes riquezas, matérias-primas, tráfico negreiro, praticado pelas 'metrópoles' européias por três séculos!? Portanto, não há como evitar essa que é para o autor 'a comparação maior dos assuntos humanos'.

A necessidade de adotar também o nível 'sistêmico mundial' decorre da própria advertência de Tilly: “*Sin embargo, sin presupuestos provisionales sobre los*

*principios de variación en el interior de los sistemas mundiales, los análisis macro-históricos y micro-históricos carecen de sentido”.*

Daí porque, não se compreende o surgimento histórico do Estado, nem as alterações que sofreu nas diversas fases do processo global de produção capitalista, sem esses dois níveis.

Mas para comparar as três nações da América, utilizarei o nível macro-histórico indicado por Tilly. Um exemplo de aplicação desse método está na sistematização histórica fazendo segmentos temporais, que ele aplicou no estudo da Europa.

Seguindo o mesmo raciocínio, poder-se-á também fazer, sobre as três nações que estamos comparando, a pergunta: como as mudanças no capitalismo na Europa e as correspondentes mudanças de seu colonialismo na América se relacionam com os estágios de existência da Argentina, Brasil e México?

Origens: 1453-1800 - o capitalismo na Europa passava da acumulação primitiva para o predomínio da manufatura; seus proprietários estimulam a formação das monarquias absolutas (Portugal, Espanha, Inglaterra, França e Holanda); essas por sua vez empreendem as grandes navegações, que não apenas ‘descobrem’ a América como passam a colonizá-la com o objetivo de ‘criar burguesia na Europa’. Nos lugares onde havia comunismo primitivo (Argentina e Brasil), as monarquias absolutistas utilizaram o tráfico negreiro para arrancar, com maior eficiência, as riquezas minerais e naturais aqui existentes. Onde havia civilizações (México), a submissão delas, aproveitando suas divergências. Com o passar do tempo, vai se originando uma elite local, de descendentes de europeus miscigenados com os nativos – a chamada elite *criolla*. São elas que vão organizar as chamadas revoltas nativistas, que precedem as declarações de independência.

Formação: 1800-1880 - o capitalismo na Europa transita da manufatura para o predomínio fabril; na chamada revolução industrial, Portugal e Espanha se enfraquecem relativamente à Inglaterra e França, e não conseguem manter suas colônias na América, as quais, ‘ajudadas’ pela Inglaterra, formalizam suas independências. Para isso, fixam seus territórios (aproveitando os conflitos da elite mexicana, os EUA absorvem quase metade de seu território original quando da

declaração de Independência), adotam o idioma dos colonizadores, mas com muitos elementos do linguajar nativo e negro, passam a se reger por Constituições próprias. A política colonial do capitalismo na Europa, capitaneada pela Inglaterra, tinha agora o objetivo de 'criar assalariados na América'. Daí a repressão ao tráfico negreiro e exigência de abolição da escravatura, sendo o Brasil a última nação a realizá-la.

Consolidação (1ª fase): 1880-1930 – o capitalismo na Europa transita da produção fabril para o predomínio dos monopólios; embora o objetivo primordial desses monopólios fosse intensificar o jugo colonial, o capitalismo europeu dava origem a novas nações (principalmente Alemanha e Itália), e se enreda em conflitos com repercussões mundiais (1ª e 2ª guerras), enfraquecendo a todos e, principalmente, a Inglaterra que adotara, no período anterior, uma política neocolonial nas três nações. A Argentina passa a se industrializar; o México realiza uma revolução (1910) e também acelera sua industrialização; o Brasil faz a revolução de 1930 e acelera a montagem do parque industrial que havia desabrochado após a 1ª guerra.

Consolidação (2ª fase): 1930-1979 – o capitalismo europeu deixa de ter preponderância na América. É substituído pelos EUA, que saiu fortalecido dos dois grandes conflitos bélicos e passa a adotar com mais intensidade a política formulada já no século XIX (América para os americanos), aumentando a pressão sobre as elites dessas nações e, em particular, suas Forças Armadas, para que 'defendam a civilização ocidental e cristã' contra o perigo vermelho. Mesmo assim, nesse período as três nações adotando uma política de substituição de importações, conhecem alto grau de desenvolvimento econômico. As elites se dividem entre dois campos: uma parte pugnava por reformas que levassem à maior distribuição de renda e aumento do mercado interno, o que requeria um grau maior de soberania em relação aos EUA e contava, portanto, com a simpatia das classes populares; a outra, via na submissão e no mercado externo o melhor caminho e, impossibilitada de contar com apoio popular, apela para ditaduras militares na Argentina e Brasil; no México buscou dividir e reduzir a hegemonia do PRI.

Realidade atual (Globalização): 1979-2009 – a partir de outubro de 1979 com a elevação da taxa de juros pelo FED, Argentina e Brasil, que ainda viviam sob ditaduras militares, e o México, que ainda vivia sob a hegemonia avassaladora do

PRI, sofrem pesadamente com a elevação de suas dívidas; o receituário elaborado em 1989 pelo chamado Consenso de Washington passa a ser aceito e aplicado pelas elites que empalmavam os governos centrais das três nações. Na primeira década do século XXI, Argentina e Brasil passam a se opor ao receituário neoliberal em grande medida (não aceitam integrar a ALCA), e o México continua submetido através do NAFTA.

Esse curto resumo visa a contrastar com o que faz Charles Tilly para a Europa. Ao examinar os 1000 anos da Europa (990 a 1990) ele adota a coerção e o capital como variáveis independentes e os Estados Europeus como variável dependente. Mas, o capital aparece naquela obra quase que como sinônimo de riqueza. Aqui o Capital será empregado como *uma relação social entre pessoas efetivada através de coisas*. Interessa partir dessa relação social que surge na Europa Ocidental Medieval, e através de um longo processo passa a predominar no mundo inteiro. Exatamente para se consolidar e se expandir pelo mundo, essa relação cria a nação e dá um novo papel ao estado.

Do ponto de vista dos elementos primordiais que compõem uma nação, Argentina, Brasil e México, tem aprofundado ainda mais suas particularidades. Na área cultural, produziram feitos que são conhecidos pelas suas particularidades no mundo; nas três Constituições há uma explícita tolerância religiosa ou racial; exceto pelas Malvinas Argentinas, ainda em mãos da Inglaterra, seus territórios estão demarcados, aliás, no México, *fortemente*; os idiomas são o espanhol e o português, mas não apenas com sotaque próprio, como também com muita contribuição do linguajar nativo e afro; a conexão econômica se expandiu mercê da industrialização e da energia e infra-estrutura criadas pelos Estados Nacionais, inclusive através de empresas estatais. Houve, particularmente na década de noventa, mudanças nas Constituições desses países que tendiam a suprimir importantes instrumentos de um Estado indutor. Mas na primeira década do século XXI, especialmente na Argentina e Brasil, essa tendência tem sido invertida em certo grau.

Adentramos agora no tema mais controverso, provavelmente, da Ciência Política, o Estado. Como ele surge, conforme Tilly, há cerca de 8000 anos e as nações há cerca de 600 anos, não pode o Estado, enquanto tal, criar nações. Se isso fosse possível, os Estados existentes entre fenícios, romanos, gregos,

mesopotâmicos, mexicanos, persas e egípcios, poderiam ter criado nações há milênios. Portanto, a idéia de que o Estado cria a Nação não nos parece que tenha fundamento histórico. O chamado estado nacional surge para afirmar a manufatura capitalista com a forma de absolutismo monárquico. Aliás, como já vimos, esse é também, em certa medida o entendimento de Tilly:

Somente nos últimos séculos é que os estados nacionais enxamearam o mapa do mundo com seus territórios separados um do outro, inclusive as colônias. Somente a partir da Segunda Guerra Mundial é que quase o mundo inteiro passou a ser ocupado por estados nominalmente independentes cujos governantes reconhecem, mais ou menos, a existência mútua e o direito de existência dos demais. (TILLY, 1996 p. 47).

E como surge então o Estado historicamente e qual a modificação que o capitalismo introduz nele? O Estado se baseia na divisão social do trabalho (agricultura, pastoreio e artesanato) que possa criar um **excedente** econômico. Esse excedente possibilita a um grupo de pessoas ficarem liberadas da participação direta na produção. São essas pessoas que vão assumir as funções típicas de Estado.

Por óbvio, a escolha delas era diferente de como se dava nas comunidades primitivas quando não havia 'a força pública'. Essa divisão social do trabalho também divide a sociedade em classes com interesses opostos. A classe que se apropria do excedente é, portanto, a que vai definir quem deve ocupar as funções estatais. O Estado, desde seu nascedouro já tem tarefas fundamentais: tributar e destinar a tributação, criando o aparato de coerção e consenso que torne isso possível. Ou seja, uma parte do excedente econômico é transformada em tributo para os liberados da produção direta; estes, por sua vez, com esse tributo sustentam uma força pública capaz de dar a destinação que julgarem apropriadas.

A obra seminal para entender a origem do Estado na história humana ainda é, ao que parece, a de Engels '*A Origem da Família, da Propriedade Privada e do Estado*' e, por isso, será a referência principal nessa parte. A diferença entre as nações da América e as demais já começa em suas origens. Na América houve propriamente estado antes do 'descobrimento e da conquista' naquelas regiões onde existiam os animais domesticáveis da América (como a lhama e o peru) e agricultura, em especial o milho. Isso ocorria ao sul da América do Norte, do México para baixo, na atual América Central e numa parte dos Andes (basicamente entre os incas, os maias e os astecas). Nas demais regiões, notadamente, onde hoje está

localizado o Canadá, os EUA, o Brasil e a Argentina, predominavam amplamente as comunidades primitivas que desconheciam a existência de classes sociais. Saliento este ponto desde já, porque está na raiz de algumas notáveis diferenças entre o México de um lado (onde houve civilizações), a Argentina (onde apenas um pequeno pedaço de seu território atual foi influenciado pelos Incas) e o Brasil onde predominava o comunismo primitivo.

O Estado não é pois, de modo algum, um poder que se impôs à sociedade de fora para dentro; tampouco é ‘a realidade da idéia moral’, nem ‘a imagem e a realidade da razão’, como afirma Hegel. É antes um produto da sociedade, quando esta chega a um determinado grau de desenvolvimento; é a confissão de que essa sociedade se enredou numa irremediável contradição com ela própria e está dividida por antagonismos irreconciliáveis que não consegue conjurar (ENGELS, 1974, p.135 e 136).

Sendo, pois, o Estado ‘um produto da sociedade quando esta chega a um determinado grau de desenvolvimento’, interessa investigar que grau de desenvolvimento atingiu, hoje, a sociedade. Levando em conta a existência de um sistema – o capitalismo – que precisa constantemente alterar as forças produtivas (alguns afirmam estarmos vivendo uma nova revolução tecnológica). Como é o Estado na atualidade, em que já não existe mais o sistema colonial e na qual todo o planeta está dividido em grandes, médias e pequenas nações?

Para distinguir das antigas organizações gentílicas, Engels chama a atenção para alguns traços distintivos do Estado: “*agrupamento dos súditos de acordo com uma divisão territorial*” (nada que se compare às fronteiras bem demarcadas de cada nação cujo Estado Nacional tem, em tese, obrigação de defender, acrescento para não deixar margens à dúvida quanto a essa ‘divisão territorial’); “*a instituição de uma força pública*”; para sustentar essa força pública, “*são exigidas contribuições por parte dos cidadãos do Estado: os impostos*”; “*com os progressos da civilização [...]*” contrai “*dívidas do Estado*”. E arremata: “*Donos da força pública e do direito de recolher os impostos, os funcionários, como órgãos da sociedade, põem-se então acima dela*”<sup>25</sup>. Primordialmente o Estado tem, pois, a função de tributar e destinar a

<sup>25</sup> Como o Estado nasceu da necessidade de conter o antagonismo das classes, e como, ao mesmo tempo, nasceu em meio do conflito delas é, por regra geral, o Estado da classe mais poderosa, da classe economicamente dominante, classe que, por intermédio dele, se converte também em classe politicamente dominante e adquire meios para a repressão e exploração da classe

tributação. E para isso, em conformidade com suas possibilidades, organiza a ‘força pública’ que está, aparentemente, acima da sociedade. Portanto é inexato separar a ‘sociedade civil’ do ‘Estado’. É a ‘sociedade civil’ que está ‘separada’ em interesses opostos. Pior ainda é separar ‘mercado’, ‘sociedade civil’ e ‘Estado’. Só recorrendo à ‘mão invisível’ de Adam Smith. Utilizei até aqui extensamente a Engels, apenas para fixar que o Estado surge historicamente bem antes da Nação e que ele surge como um produto da divisão social do trabalho e a conseqüente divisão da sociedade em classes sociais, e ainda, dos conflitos entre elas.

Toda a argumentação anterior, contudo, não é suficiente para analisar um tipo de Estado que só surge para permitir o processo global de produção do capital: o Estado Nacional. Este, como os anteriores, tributa e destina a tributação e possui uma força pública e um corpo de funcionários que, aparentemente, estão ‘acima da sociedade’, cunha sua própria moeda. Mas acrescenta às antigas funções: o investimento em ciência e tecnologia, em energia e infra-estrutura, educação sistemática, monta forças armadas próprias e providencia o desenvolvimento econômico. E, na atualidade, como se verá, precisa garantir a soberania externa e interna de sua nação. Como o Estado Nacional surge na cena histórica?

O absolutismo monárquico, sistema político que vigorou em Portugal, Espanha, Holanda, Inglaterra e França, durante o predomínio da manufatura capitalista na Europa ocidental, como bem salientou P. Anderson, era, para Marx e Engels simultaneamente um regime que servia à burguesia contra a nobreza como, por contemplar o interesse de ambas, se caracterizava por uma dualidade estatal. E como salienta Engels, dando como início a metade do século XV; *“A realeza, apoiando-se nos habitantes das cidades, ou seja, os burgueses, enfraqueceu o poder da nobreza feudal e fundou as grandes monarquias, baseadas essencialmente no conceito de nacionalidade”*. Tal processo vale para as cinco nações indicadas acima. Esse conceito de nacionalidade foi o que condicionou o novo papel do estado como indutor – temos aí o aparecimento histórico do estado nacional. E *“sob esse regime – seja dito de passagem estribado no conceito de*

---

oprimida. Assim, o Estado antigo foi, sobretudo, o Estado dos senhores de escravos para manter os escravos subjugados; o Estado feudal foi o órgão de que se valeu a nobreza para manter a sujeição dos servos e camponeses dependentes; e o moderno Estado representativo é o instrumento de que se serve o capital para explorar o trabalho assalariado (ENGELS, 1974, p. 137).

nacionalidade – alcançaram grande desenvolvimento as modernas nações européias e a moderna sociedade burguesa”.

Para Badie<sup>26</sup>, o Estado-Nação suplantou nas sociedades ocidentais, os estados da cidade antiga, do império e do feudalismo, embora sem abolir completamente aquelas heranças. Outros autores também usam essa expressão Estado-Nação. Não me parece a mais adequada. Até porque, em uma mesma Nação pode e tem havido profundas modificações no Estado. Considero mais exato falar de Estado Nacional. Seja como for, ele se refere às ‘sociedades ocidentais’. E como seria nas regiões não ocidentais?

Los ordenes políticos extraoccidentales están entre los más numerosos y variados; lo mismo puede decirse de las maneras de acercarse a ellos y analizarlos. Desde luego, el estudio del comparatista no puede ser exhaustivo: más que permitir el conocimiento de cada uno de estos órdenes, su propósito es el de mostrar las *diferencias*, tanto de la manera en que se ha imaginado, concebido y establecido lo político, como de las formas en que se ha practicado. Comparar no significa conocer lo complejo, elaborado y complicado de cada trayectoria política: la comparación tiene como objetivo el desviarse por los caminos de los otros para demostrar que poder, legitimidad y política no quieren decir lo mismo siempre, que según los lugares puede practicarse de diferentes maneras y que así remiten a sistemas de sentidos y a aplicaciones que pueden ser muy diversos, incluso opuestos. Considerando esto, hemos elegido cuatro zonas culturales: el mundo chino, el indio, el musulmán y el ruso. Hablar de *mundo* implica una diversidad interna y sugiere que la práctica histórica y la cultura encuentran un mínimo de unidad. Para captar la manera de construir el poder y definirlo, hemos elegido tres niveles de análisis: la obligación política que fundamenta simbólicamente las relaciones entre los gobernantes y los gobernados; la organización política que define las estructuras del poder, y las dinámicas desestabilizadoras que caracterizan las maneras de revisar y redefinir las relaciones de poder. Con cada uno de estos niveles nos proponemos distinguir los tipos de construcción; cada uno de estos tipos se examinará en su perspectiva histórica con el fin de precisar los surgimientos, invenciones y trayectorias que constituyen las diferencias (BADIE e HERMET, 1993, p 147).

---

<sup>26</sup> A gênese do controle territorial é difícil de compreender. Ela confunde-se, para muitos, com a história do Estado-Nação: este faz derivar o seu sinal distintivo de sua competência territorial, da institucionalização da fronteira que desenha os contornos da sua soberania e, sobretudo, de um princípio que exclui qualquer cruzamento ou qualquer sobreposição de territórios que solicitem conjuntamente a lealdade de um mesmo indivíduo. É fácil admitir que a construção de uma tal ordem foi longa e sinuosa no desenvolvimento das sociedades ocidentais; ela deveria desmentir e ultrapassar formas e heranças que fazem parte integrante da sua história: a cidade antiga, o império, o feudalismo. Contudo, nenhuma transformação social é linear, e o Estado-Nação nunca aboliu totalmente todas estas formas. Alguns dos seus parâmetros pesaram e continuam a pesar sobre o princípio da territorialidade, enquanto outros causam instabilidade e fragilidade à sua prática (BADIE, O Fim dos Territórios, p 17).

Esta tese também pretende ‘seguir por outros caminhos’, demonstrar que as nações surgiram, em todos os lugares do planeta, norte e sul, leste e oeste, em decorrência do processo global de produção capitalista. O processo teve seu berço na Europa e, a partir dela, se expande pelo mundo. Mas em cada lugar encontra situações distintas. Além do que, o próprio sistema se desenvolve de maneira desigual de região para região, de ramo para ramo da produção. Entretanto, é da sua essência ter que se expandir constantemente. E ao penetrar e absorver outros sistemas com os quais se defronta, uma distinção básica é perceptível: comunidades primitivas ou civilizações. China, Índia, o mundo muçulmano e a Rússia, são regiões de civilizações antigas. Mas na América predominavam comunidades primitivas. Civilizações eram encontradas apenas em uma parte e, mesmo assim, sem contato com as citadas. Portanto, o caminho, ao partir de nações latinas da América, embora ainda não percorrido, pode revelar mais elementos, inclusive, sobre a Europa e a Ásia porque, aqui, o capitalismo europeu aplicou as duas formas básicas de colonização: para criar burgueses na Europa e para criar assalariados na América.<sup>27</sup>

Grande mérito de E.G. Wakefield é ter descoberto não algo novo sobre as colônias, mas a verdade, nas colônias, sobre as relações capitalistas na mãe-pátria. O sistema protecionista em suas origens tinha em mira fabricar capitalistas na mãe-pátria e a teoria da colonização de Wakefield, que a Inglaterra procurou por algum tempo pôr em prática através de leis, tem por objetivo fabricar assalariados nas colônias. Chama a isso ‘colonização sistemática’.

De início, descobriu Wakefield, nas colônias, que a propriedade de dinheiro, de meios de subsistência, de máquinas e de outros meios de produção não transformam um homem em capitalista, se lhe falta o complemento, o trabalhador assalariado, o outro homem que é forçado a vender-se a si mesmo voluntariamente. Descobriu que o capital não é uma coisa, mas uma relação social entre pessoas, efetivada através de coisas (MARX, 2008).

Entre vários aspectos importantes desse raciocínio de Marx, quero destacar a *“descoberta por Wakefield da verdade, nas colônias, sobre as relações capitalistas na mãe-pátria”*. Portanto, esse processo pode ser repetido, buscar compreender as

---

<sup>27</sup> Na Europa ocidental, o berço da economia política, o processo da acumulação primitiva está mais ou menos concluído. Aí o regime capitalista ou apoderou-se diretamente de toda a produção nacional, ou, onde as condições econômicas estão menos desenvolvidas, controla, pelo menos indiretamente, aquelas camadas da sociedade que, embora submetidas ao antigo modo de produção, continuam a existir ao lado dele, em decadência contínua (Marx, o Capital, 2008).

relações capitalistas na Europa, a partir do estudo de três Nações tipicamente latino-americanas.

Outro autor que constata que Nação surge com o capitalismo, é Dahl. Para ele, as três instituições básicas que asseguram a democracia são: um parlamento nacional composto por representantes eleitos (ora, para se ter um parlamento nacional tem que se ter, antes, uma nação); governos locais eleitos pelo povo; ambos estarem subordinados ao governo nacional. Como se vê, nessas instituições destaca-se sua natureza nacional. E é por isso que, para Dahl, não poderia haver democracia na Grécia, Roma ou nas cidades italianas da idade média. Faltaram-lhes 'instituições nacionais'. Só se tornaria realidade na Inglaterra do século XVIII. Portanto, embora não o diga explicitamente, o autor não apenas reconhece a nação, como entende ser a democracia só possível em instituições nacionais<sup>28</sup>. Já em Tilly, temos:

[...]; com o tempo, enquanto crescia o volume absoluto das requisições militares, a combinação deu aos governantes dos estados de coerção capitalizada a vantagem decisiva na guerra; em consequência, o seu tipo de estado – o estado nacional – predominou sobre as cidades-estado, os impérios, as federações urbanas e outras formas de estado que algumas vezes haviam prosperado na Europa (1996, p.151).

Fica evidente nesse raciocínio do autor que o estado nacional suplantou todos os anteriores existentes na Europa. E ao ir explicando o surgimento desses, situa no tempo histórico em que a acumulação primitiva do capital da Europa vai dando lugar ao predomínio da manufatura. Diz ele:

A partir do século XV, as potências europeias começaram a criar impérios fora do continente. Em 1249, os cristãos portugueses haviam eliminado o reinado mourisco de sua porção da Península. Por mais um século e meio, os portugueses restringiram as suas atenções marítimas ao comércio da Europa e da África, mas, em 1415, a captura de Ceuta na costa marroquina deu início a uma expansão que durou duzentos anos. Mais ou menos na época da morte de D.Henrique (chamado o Navegador), em 1460, as suas forças haviam estendido o seu domínio, político e comercial, a toda a costa ocidental da África, bem como se haviam apossado de Madeira e dos Açores no Atlântico (TILLY, 1996. p. 152).

---

<sup>28</sup> DAHL, R. A. *Sobre a Democracia*. Brasília. Editora Universidade de Brasília. 2001 (p. 27 a 31).

Temos acima, provavelmente, a descrição da primeira nação do planeta. E quando e por que isso ocorre? Quando se intensifica na Europa a luta entre os Feudos e os Burgos, esses últimos evoluíam das corporações de ofício para as manufaturas, e para assegurar seu crescimento, passaram a defender uma nova forma de poder político – o Estado Nacional. A forma política desse Estado, nos países europeus de então, foi o absolutismo monárquico. Embora Dahl questione a falta de democracia nas monarquias centralizadas, reconhece que foi a partir delas que a própria democracia se tornou possível!

Entretanto, temos de lembrar que, depois do promissor início esboçado neste capítulo, a democratização não seguiu a trilha ascendente até o presente. Havia altos e baixos, movimentos de resistência, rebeliões, guerras civis, revoluções. Por muitos séculos, a ascensão das monarquias centralizadas inverteu alguns dos antigos avanços – ainda que essas mesmas monarquias talvez tenham ajudado a criar algumas condições favoráveis à democratização em longo prazo (DAHL, 2001, p. 35).

Escrevendo sobre as causas das hegemonias mundiais, Arrighi vincula a nação com as necessidades da expansão capitalista:

[...] o sistema mundial moderno se formou e se expandiu com base em recorrentes reestruturações fundamentais e governadas por sucessivos Estados hegemônicos.

Essas reestruturações são um fenômeno característico do moderno sistema de governo, que emergiu da decadência e eventual desintegração do sistema de governo da Europa Medieval<sup>29</sup> (ARRIGHI, 2000, p.31).

Mais adiante, Arrighi vincula ainda mais, o sistema de nações e o capitalismo. Diz ele:

Esse 'devir' do moderno sistema de governo esteve estreitamente associado ao desenvolvimento do capitalismo como sistema de acumulação mundial, como foi frisado na conceituação de Immanuel Wallerstein sobre o moderno sistema mundial como uma economia mundial capitalista. Em sua análise, a ascensão e expansão do moderno sistema interestatal foi tanto a principal causa quanto um

---

<sup>29</sup>Os direitos de propriedade privada e os direitos de governo público tornam-se absolutos e distintos; as jurisdições políticas tornam-se exclusivas e são claramente demarcadas por fronteiras; a mobilidade das elites dominantes pelas jurisdições políticas se torna mais lenta e acaba por ser suspensa; a lei, a religião e os costumes tornam-se 'nacionais', ou seja, não sujeitos a nenhuma outra autoridade política senão a do soberano (ARRIGHI, O Longo Século XX, p. 31).

efeito da interminável acumulação de capital: ‘O capitalismo pôde florescer precisamente porque a economia mundial teve dentro de seus limites, não um, mas uma multiplicidade de sistemas políticos [Wallerstein, 1974, p. 348]’ (ARRIGHI, 2000, p. 32).

Essa vinculação entre capitalismo e nação, também é feita por outros autores. Em Wallerstein chega a ser tão evidente que *‘em sua análise, a ascensão e expansão do moderno sistema interestatal foi tanto a principal causa quanto um efeito da interminável acumulação de capital’*, como salienta Arrighi.

Em Giddens também, só que tratados como dois complexos organizacionais: o Estado-nação e a produção sistemática de tipo capitalista. Mas além de destacar que se originaram na Europa acrescenta com acuidade: *“Se os dois se propagaram pelo mundo inteiro, em estreita conjugação um com o outro, isso se deve, acima de tudo, ao poder que foram capazes de gerar”*

Qual era a característica central do processo global de produção e circulação capitalista por volta de 1915? A concentração da produção e a fusão dos bancos com a indústria, e a exportação de capital apoiada num imenso império colonial.

Contudo, em 1980, não havia mais colônias e a ‘exportação de capital’ já não era expressiva. Ao contrário, as principais potências capitalistas, em especial os EUA, ‘importavam capitais’. As dívidas externas repentinamente aumentadas, a imensa quantidade de dinheiro oriunda da crise do petróleo, a imposição da livre circulação de capitais (facilitada pelas inovações tecnológicas, gigantescas somas em dinheiro podem ser movimentadas de um lugar para outro em segundos), e outros mecanismos implantados a partir do Consenso de Washington geraram, pelo crédito abundante, uma superprodução de mercadorias. E, principalmente, e esse é um aspecto distintivo em relação a crises anteriores, gigantesca produção da **mercadoria dinheiro!**

Para não estender, já que esse ponto será desenvolvido com gráficos correspondentes de 1980 para cá, apenas registre-se aqui que o capital se manifesta, basicamente, em três formas: mercadorias, máquinas/equipamentos e dinheiro. Por conta das políticas adotadas a partir de 1980 pela administração Reagan, possibilitou-se que uma parte do capital-financeiro se concentrasse apenas em fazer o dinheiro render dinheiro. De tal sorte que enquanto se formavam fortunas

do dia para a noite, as economias nacionais que aplicavam o receituário de Washington estagnavam (são as famosas **décadas perdidas** que são as décadas de 80 e 90 do século passado). As nações que foram se submetendo ao ‘consenso’ tiveram que alterar profundamente seus Estados Nacionais, em especial naquilo que lhes garante soberania (destinação da tributação, empresas estatais em áreas estratégicas, controle da moeda nacional, ordenamento constitucional).

Esta situação dá origem a um dilema: ou essas nações recuperam os instrumentos que assegurem sua soberania, ou se descaracterizam como nações. Tornam-se ‘nações submissas’. Este conjunto de fenômenos, que abarcou quase todo o planeta e que repercutiu em todo ele, foi denominado por inúmeros cientistas sociais de ‘globalização’. No entanto, nas nações que não se submeteram, suas economias crescem sem parar - e a elevadas taxas - desde então. O quadro abaixo é ilustrativo. Embora não tenha países como o Vietnã que cresceu fortemente neste período, com média anual semelhante a da Tailândia e Malásia, inclui o Japão. E o contraste entre o crescimento do PIB japonês comparativo as demais nações asiáticas é similar, se comparado ao mesmo período, com as demais nações da América Latina que aceitaram o receituário neoliberal.

**Taxa de crescimento médio anual do PIB, 1981-2006.**

China	Tailândia	Malásia	Coréia do Sul	Indonésia	Taiwan	Índia	Japão
9,3	7	6,4	6,4	6,4	5,8	4,7	2,3

Fontes: IMF World Development Outlook, 1999 e 2007. Extraído da Figura 6.1 (LOZARDO, 2007, p.187)<sup>30</sup>.

Aliás, nelas, a capacidade dos estados nacionais em induzir o desenvolvimento tem sido marcante; sendo forte o controle do ‘fluxo de capitais’ na maioria dessas nações. Como o período compreendido vai de 1981 a 2006, portanto o período áureo da ‘globalização’, esse dado demonstra que a nações que resistiam ao neoliberalismo eram as que mais prosperavam. Embora muitos cientistas sociais afirmarem neste período que a globalização inviabilizaria os estados nacionais,

<sup>30</sup>LOZARDO, E. **Globalização: a certeza imprevisível das Nações**. São Paulo. Ed. do Autor. 2007.

alguns questionaram essa inexorabilidade. Como o fez Ricúpero no seu artigo para o DOSSIÊ e como Cepik<sup>31</sup> debatendo a tese do ‘império mundial’.

Embora tenha que ser ressaltado que durante todo o período neoliberal houve nações que não aceitaram seu receituário, no restante do mundo, notadamente naquelas áreas que aceitaram o ‘consenso de Washington’ prevaleceu o domínio do capital produtor de juros. Evidentemente que esse capital por assim dizer fictício, tem limite. O processo global de produção e circulação capitalista não pode viver de dinheiro que rende dinheiro. Apenas salientei aqueles fenômenos para demonstrar que, seja qual for o futuro que nos aguarde, o capitalismo mudou. Também registro o fato de que, já no início do século XXI, várias nações, através dos seus Estados Nacionais, começaram a enfrentar o receituário neoliberal e retomam o desenvolvimento econômico, escorado no aumento do poder de compra de seus cidadãos. Dentre elas, Rússia, Brasil, Argentina, Venezuela, e outras. Contudo, é um movimento incipiente e, para não me alongar, consigno somente que há outros caminhos fora do ‘pensamento único’.

Diversos cientistas sociais, impressionados com a “globalização atual”, dissecaram seus aspectos aparentes e não penetraram em sua essência. Se o nome verdadeiro da chamada ‘globalização atual’ é neoliberalismo, falta acrescentar sobre qual base econômica se assenta. Se for o capital produtor de juros, sua permanência é inviável. O neoliberalismo foi induzido em várias partes do mundo pelo Consenso de Washington. Para torná-lo viável era preciso pressionar, e se possível, eliminar a soberania das Nações, principalmente submetendo seus Estados. No entanto, como ensina a dialética, a resistência não tardaria e, sua essência teria que se dar pela disputa do Estado. Em particular, fazendo com que retomasse, em novas bases, seu papel indutor e defensor da soberania da Nação. E

---

<sup>31</sup> Resumo: (CEPIK). O artigo discute a tese sobre a eventual transferência do *locus* da autoridade pública soberana no mundo contemporâneo, do Estado territorial moderno para estruturas ainda instáveis de poder situadas acima e/ou fora dos governos nacionais. Partindo do tratamento crítico dispensado à noção de ‘império mundial’ por autores como Norbert Elias, Raymond Aron e Giovanni Arrighi, o artigo discute os impactos diferenciados da globalização sobre as capacidades estatais e os processos de construção nacional. Apesar de reconhecer um enfraquecimento relativo da capacidade estatal, que se manifesta na própria crise do Welfare State nos países capitalistas centrais, e a emergência de uma agenda de problemas globais (demográficos, ambientais, distributivos e culturais) cuja solução simplesmente escapa à capacidade dos atuais Estados nacionais, a conclusão geral do artigo é que não existem ainda transferências significativas de autoridade pública para instituições acima (governo mundial) ou fora (empresas capitalistas multinacionais) dos Estados. CEPIK, M. A. C. (2001). “Do Estado Nacional ao Império Mundial?”. *Sociedade em Debate*, vol. 07 (01), abril de 2001, pp. 03-30. Pelotas – RS. ISSN 1414-9869.

isso, que já ocorria em algumas regiões do mundo, assumiu maior velocidade e profundidade para responder à imensa crise econômica iniciada em 2007.

### 1.3 O CONCEITO DE SOBERANIA

No exame da variável – soberania – não encontrei nada melhor do que a obra de Krasner<sup>32</sup>. Portanto, utilizarei fartamente este autor que apresenta a vantagem de sintetizar e confrontar as opiniões de muitos outros. Já de início, ele relaciona soberania e globalização:

Algunos analistas han sostenido que la soberanía se ha visto erosionada por uno de los elementos del sistema internacional contemporáneo: la globalización; (KRASNER, 2001, p .14).

Logo em seguida, entra no conceito de soberania:

El concepto de soberanía se ha usado de cuatro maneras diferentes: como soberanía legal internacional, como soberanía westfaliana, como soberanía interna y como soberanía interdependiente (p.14)<sup>33</sup>.

---

<sup>32</sup> Krasner D. S. **Soberanía, hipocresía organizada**. Barcelona. Ediciones Paidós Ibérica. 2001.

<sup>33</sup> La soberanía legal internacional hace referencia a aquellas prácticas que se relacionan con el reconocimiento mutuo, por lo general entre entidades territoriales que poseen independencia jurídica formal. La soberanía westfaliana trata de aquellas organizaciones políticas basadas en la exclusión de protagonistas externos en las estructuras de autoridad de un territorio dado. La soberanía interna se refiere a la organización formal de la autoridad política dentro del Estado y a la capacidad de las autoridades públicas para ejercer un control efectivo dentro de las fronteras de propio Estado. Por último, la soberanía interdependiente se relaciona con la capacidad de las autoridades públicas de regular el flujo de informaciones, ideas, bienes, gentes, sustancias contaminantes o capitales a través de las fronteras del Estado en cuestión. (p 14) <sup>33</sup> Las soberanías internacional y la westfaliana se asocian a autoridad y legitimación, pero no a control. Sus normas o lógicas de pertinencia son bien distintas. El principio fundamental de la soberanía legal internacional se basa en que el reconocimiento se extiende a entidades territoriales que poseen independencia jurídica formal. El principio de la soberanía westfaliana consiste en la exclusión del territorio de un Estado de protagonistas externos. La soberanía interna implica autoridad y control a un tiempo, supone a la vez la especificación de la autoridad legítima en el interior del estado y los límites efectivos del ejercicio de esa autoridad. La soberanía interdependiente se relaciona exclusivamente con control (pero no con autoridad), es decir, con la capacidad de un Estado para regular los movimientos a través de sus fronteras (KRASNER, 2001).

O autor explica cada um dos conceitos de soberania (westfaliana, legal internacional, soberania interna e soberania interdependente), mas seu estudo se concentra na soberania westfaliana e, em menor medida na soberania legal internacional, o que para nosso propósito – examinar a soberania das nações durante o neoliberalismo -, é ainda melhor. Para ele:

Todos los medios políticos y sociales se caracterizan por seguir dos lógicas de actuación que James March e Johan Olsen han denominado 'lógica de las consecuencias' y 'lógica de la pertinencia'<sup>34</sup> (p. 16).

El argumento básico de este estudio sostiene que el sistema internacional constituye un ámbito en el que la lógica de las consecuencias domina a la lógica de la pertinencia (KRASNER, 2001, p. 17).

Não é nosso propósito entrar no debate dessas duas lógicas até porque não nos apoiamos nelas até aqui. E sim destacar que o autor, além de definir quatro tipos de soberania, com base em duas examina um enorme conjunto de Estados. Aliás, o que nos é ainda mais vantajoso, pois ele não emprega o termo nação. Apenas se refere a estados. E o que é ainda melhor, como ele não examina em seu estudo o que chamou de *soberania interna* e *soberania interdependente*, ambas mais focadas nas relações e controles internos, vamos tornar essas duas como correspondentes ao monopólio do poder ou não, do Estado, no interior das fronteiras de uma nação. Esse é, inclusive, o próprio entendimento do autor:<sup>35</sup>

La historia intelectual del concepto de soberanía se relaciona estrechamente con la soberanía interna. ¿Cómo se organiza la autoridad pública en el interior del Estado? ¿Hasta qué punto se ejerce efectivamente? (KRASNER, 2001, p. 23).

---

<sup>34</sup> La lógica de las consecuencias contempla la acción política y sus resultados (incluidas las instituciones), como producto de una conducta calculadora racional diseñada para maximizar un conjunto dado de preferencias inexplicadas. Ejemplos bien conocidos serían la teoría de juegos clásica y la economía neoclásica. La lógica de la pertinencia entiende la acción política como producto de principios, roles e identidades que estipulan una conducta pertinente o conveniente en situaciones dadas. La cuestión que se plantea no es la de cómo puedo maximizar mi propio interés, sino más bien la de, dado quién soy, cómo debería actuar en esta determinada circunstancia. Ejemplos de ello nos lo ofrecen diferentes enfoques sociológicos (p. 16).

<sup>35</sup> Las soberanías westfaliana y legal internacional aluden exclusivamente a cuestiones de autoridad: tiene el Estado derecho a excluir actores internacionales? La soberanía interdependiente se refiere exclusivamente al control: puede un Estado controlar los movimientos que atraviesan sus fronteras? La soberanía interna se utiliza de manera que se relaciona tanto con la autoridad como con el control: qué estructuras de autoridad se reconocen en el interior de un Estado y hasta qué punto es eficaz su nivel de control (KRASNER, 2001, p.23)?

Portanto, vamos acompanhar o autor no que se refere à soberania legal internacional e a soberania westfaliana. Conforme Krasner, para que exista a soberania legal internacional é necessário que o Estado seja reconhecido pelos outros Estados; que seja aceito, juridicamente como igual; seus representantes gozem de imunidades diplomáticas; ele pode ser membro de organizações internacionais e pode firmar acordos com outras entidades, e afirma: “*El modelo clásico del derecho internacional es una réplica de la teoría liberal del Estado*” (p. 28<sup>36</sup>).

Adverte, porém, que algumas regras foram acrescentadas e variadas ao longo do tempo, como: a capacidade de um Estado de defender e proteger um território definido, a existência de um governo estabelecido e a presença de uma população. Aduz que, embora as violações ao princípio do reconhecimento, não tem sido reduzido o atrativo para que os governantes possuam a soberania legal internacional.

Todos los Estados reconocidos poseen igualdad jurídica. El derecho internacional se basa en la aceptación entre Estados, por lo que los Estados reconocidos o aceptados pueden firmar tratados con otros Estados, y tales tratados serán por lo general operativos, aunque cambien los gobiernos (KRASNER, 2001. p.31).

Outra vantagem da soberania legal internacional destacada por Krasner é possibilitar acordos que permitem aos governantes assegurarem-se de recursos externos que podem aumentar a capacidade deles para manter o poder e fomentar a segurança dos interesses econômicos e ideológicos dos que os apóiam. Outra, ainda, é permitir ao Estado e, por extensão, aos governantes, mais segurança diante dos tribunais de outros Estados. E cita uma decisão da Suprema Corte dos Estados

---

<sup>36</sup> La soberanía, la independencia y el consentimiento legal son comparables a la posición que el individuo ocupa en la teoría liberal del Estado. Los Estados son iguales, de la misma manera en que los individuos son iguales. El concepto de igualdad entre los Estados lo introdujo Batel en el derecho internacional en su obra *Le droit de gens*, publicada por primera vez en 1758. Batel razonaba a partir de la lógica del estado de naturaleza: si los hombres eran iguales en el estado de naturaleza, entonces dos Estados eran también libres e iguales y vivían en un estado de naturaleza (p. 28 e 29).

Unidos<sup>37</sup>. O atrativo da soberania legal internacional, especula o autor, pode ocorrer, também, numa perspectiva mais sociológica ou cognitiva.

El reconocimiento como Estado es un constructo ampliamente aceptado y usado, casi de manera universal, en el mundo contemporáneo (p. 33).

Por fim, após indicar que a soberania legal internacional não garante, nem a soberania westfaliana, nem a interna, nem a interdependente, o autor acrescenta:

Y más aún, la soberanía legal internacional es la condición necesaria para que los gobernantes comprometan de manera voluntaria aspectos de su soberanía westfaliana. En ningún otro lugar es más evidente que en la Unión Europea (p. 35)<sup>38</sup>.

Ao tratar da soberania westfaliana o autor diz que esse modelo, atua como um acordo institucional para organizar a vida política baseado em dois princípios: a territorialidade e a exclusão de atores externos das estruturas de autoridade internas, e ainda: *“La soberanía westfaliana se viola cuando actores externos influyen sobre, o determinan, las estructuras de autoridad internas”* (p. 36).

Demonstra, todavia, que esse princípio tem sido violado, e explica o motivo:

Actores externos, habitualmente gobernantes de otros Estados, pueden utilizar su capacidad material para dictar o forzar cambios en las estructuras de autoridad de otras entidades: pueden violar el principio de no intervención en los asuntos internos de otros (KRASNER, 2001, p. 36).

E depois de elucidar a relação desse modelo de soberania com a Paz de Westfalia<sup>39</sup>, aduz:

La norma fundamental de la soberanía westfaliana afirma que el Estado existe en territorios determinados, en cuyo interior las

<sup>37</sup> “Cada Estado soberano deba respetar la independencia de cualquier otro Estado soberano, y los tribunales de un país no puedan llevar ante dos tribunales los hechos del gobierno de otro país realizados en su propio territorio” (KRASNER, 2001, p. 32).

<sup>38</sup> Finalmente, debería ser evidente que la soberanía legal internacional no garantiza la integridad territorial de ningún Estado o ni siquiera la existencia de ese Estado (p. 35).

<sup>39</sup> El principio de no intervención en los asuntos internos no tiene virtualmente nada que ver con la Paz de Westfalia, firmada en 1648, y no fue articulado con claridad hasta finales del siglo XVIII. No obstante, utilizamos aquí esta terminología común porque el modelo westfaliano ha pasado a formar parte por entero del uso habitual, aunque se trate de un concepto históricamente inadecuado (p. 36).

autoridades políticas internas constituyen los únicos árbitros de la conducta legítima. (p. 36)

Mas afirma, com perspicácia que, como os Estados são profundamente desiguais quanto ao poder, essa norma é mais interessante para os Estados débeis do que para os poderosos. Logo em seguida esclarece como foi elaborado o princípio da não intervenção.<sup>40</sup> Ao afirmar que os Estados mais débeis tem sido os mais resolutos no apoio ao princípio da não intervenção, ele mostra que os Estados latino-americanos apoiaram esse princípio em reuniões internacionais de 1826 e 1848. E destaca o papel do jurista argentino Carlos Calvo e do ministro de exterior daquele país Luis Drago na defesa do princípio<sup>41</sup>.

Las doctrinas Calvo y Drago fueron reconocidas como normas del derecho internacional. En la sexta Conferencia Internacional de Estados americanos, que tuvo lugar en La Habana en 1928, la comisión de juristas recomendó la adopción del principio de que “ningún Estado tiene derecho a interferir en los asuntos internos de otro” (KRASNER, 2001, p. 38).

Os EUA só aceitaram o princípio da não intervenção na 7ª reunião ocorrida em 1933 redigida com a frase “nenhum Estado tem direito de intervir nos assuntos internos ou externos de outro”, incluído na Convenção de Direitos e Deveres dos Estados. Como se vê, pela Carta da OEA, a questão da soberania tem uma rica história na América Latina! E o autor ainda destaca que na última parte do século XX, a não intervenção tem sido aceita de maneira rotineira nos mais importantes tratados internacionais, como na Carta das Nações Unidas e na Ata Final de Helsinqui de 1975. Enfatiza, contudo, que a perda da soberania westfaliana pode

---

<sup>40</sup> WOLF e VATTEL fueron quienes articularon por vez primera y de manera explícita el principio de no intervención, durante la segunda mitad del siglo XVIII. En la década de 1760 Wolf escribía que “la interferencia en el gobierno de otro, sea cual fuere la manera en que se lleve a cabo, es opuesta a la libertad natural de las naciones, en virtud de la cual uno, en sus acciones, enteramente independiente da la voluntad de otras naciones”. Batel defendió que ningún Estado tiene de intervenir en los asuntos internos de otros Estados y aplicó el argumento tanto a los Estados no europeos como a los europeos, afirmando que ‘los españoles violaran todas las reglas cuando proclamaron a sí mismos jueces del inca Atahualpa’ (KRASNER, 2001, p. 37).

<sup>41</sup> El año 1868, el jurista argentino Carlos Calvo publicó un tratado en el que condenaba la intervención de las potencias extranjeras para imponer obligaciones contractuales de grupos privados. El ministro de Exteriores de Argentina, Luis Drago, defendió en una nota diplomática dirigida al gobierno estadounidense, en 1902, que la intervención para exigir el pago de deuda pública era ilegítima (p. 37 e 38).

ocorrer voluntariamente, ou seja, governantes que comprometem a autonomia no interior de seu próprio Estado<sup>42</sup>. Nestes últimos trinta anos de hegemonia neoliberal na América Latina, especialmente nos primeiros quinze, houve muita violação na soberania dos Estados, do ponto de vista do modelo westfaliano empregado por Krasner, por iniciativas dos próprios governantes. As privatizações, as desregulamentações, o livre fluxo de capitais, entre outras medidas, sofregamente empregadas, então, pelos próprios governantes das nações latino-americanas, retiravam - em muito - a capacidade de seus Estados assegurarem, interna e externamente, a soberania de suas Nações. Mas, como destaca o autor, não do ponto de vista da 'soberania legal internacional' e sim da 'soberania westfaliana'. E ele afirma com propriedade:

Prescindiendo de la motivación o de la perspicacia de los gobernantes, las invitaciones violan la soberanía westfaliana porque sujetan las estructuras de autoridad internas a límites externos. (p. 39) Los acuerdos de condicionalidad del FMI, que pueden estipular cambios en las estructuras internas, tienen peso no sólo porque están vinculados a la provisión de fondos, sino también porque el FMI posee capacidad para legitimar a algunos actores de los países que solicitan los préstamos, legitimación derivada de su exigente pericia técnica (KRASNER, 2001, p. 39).

Ora, as visitas dos técnicos do FMI à América Latina se tornaram tão rotineiras nas primeiras duas décadas de hegemonia neoliberal, que até o instituto da reeleição, que não existia, passou a ser considerado indispensável e adotado por vários países. O pretexto é que daria 'estabilidade' ao ambiente financeiro. Se já é notável a sistematização de Krasner sobre os vários tipos de soberania e suas diversas contradições, que no exame de diversos casos ele pontua como sendo "hipocrisia organizada", também o é o que ele chama de Modalidades de Compromisso: convênios (ou convenções), contratos, coerção e imposição. E distingue essas modalidades conforme duas dimensões subjacentes: dependência

---

<sup>42</sup> Aunque la soberanía westfaliana puede verse comprometida tanto por invitaciones voluntarias como por la intervención, a aquéllas se les ha prestado menor atención en la literatura sobre el tema porque los observadores han confundido soberanía legal internacional y westfaliana. La intervención viola ambas, pero la invitación sólo viola la soberanía westfaliana. La invitación tiene lugar cuando un gobernante compromete voluntariamente la autonomía interior de su propio Estado. La capacidad para elegir libremente no entra en contradicción con la soberanía legal internacional (pp. 38 e 39).

ou contingência, e uma das partes melhora sem que a outra piore (ótimo de Pareto)<sup>43</sup>. A figura que utiliza demonstra bem:

**Figura 1.1 Modalidades de compromisso**

Ótimo de Pareto			
		Sí	No
Contingente	Sí	Contrato	Coercion
		No	Imposición

Figura organizada por Krasner na obra *Soberania – hipocrisia organizada?*

Para o autor, o modelo westfaliano tem sido violado nessas quatro modalidades de compromisso:

Los gobernantes han cursado invitaciones que comprometen su autonomía al unirse a convenios e firmar contratos, ya han intervenido en los asuntos internos de otros Estados mediante la coerción y la imposición (KRASNER, 2001, p. 44).

Qual a essência da questão que ele pretende demonstrar? Que os convênios e contratos não afetam o que chama de soberania internacional, apenas a coerção e a imposição. Entretanto, **todos** afetam a chamada soberania westfaliana. E isso tem enorme importância para nossa utilização da variável soberania. E é claro

<sup>43</sup> Las desviaciones de las normas y reglas, ya sean éstas de la soberanía legal internacional o de la westfaliana (o a cualquier otra disposición institucional sobre ese asunto), pueden ocurrir siguiendo cuatro vías: convenios, contratos, coerción e imposición. Estas cuatro modalidades se distinguen merced a dos dimensiones subyacentes. En primer lugar, ¿depende la conducta o la política de un dirigente de las de otro, es decir, es dependiente o contingente? En segundo lugar, ¿al menos una de las partes mejora sin que empeore la posición de ninguna otra, es decir, se deduce de la transgresión una mejora de acuerdo con el óptimo de Pareto (p. 43)?

que nos interessa o modelo westfaliano. Principalmente nestes 30 anos de hegemonia neoliberal, preparada pela medida de Nixon de acabar com a correspondência ouro e dólar, que afetou mais fortemente o Japão e a Alemanha. O fim da paridade ouro-dólar afetava as nações que tinham reservas e dólares e poderiam transformá-las em ouro.

A grande maioria das nações, especialmente aquelas que estavam em desenvolvimento, tinham dívidas em dólares e não reservas. É o caso de praticamente todas as nações da América Latina e, de modo especial, as três que estamos comparando. Disso decorre que a decisão que realmente deu início ao neoliberalismo – que é a hegemonia dos proprietários do capital portador de juros – foi a desmesurada elevação da taxa de juros pelo presidente do FED em 1979. Muitas nações se endividaram durante a década de setenta porque os juros praticados eram quase negativos e havia crédito em abundância. O impacto dessa elevação dos juros, que valia para as dívidas passadas e futuras, foi devastador para a Argentina, o Brasil e o México e também para outras nações. Repentinamente, os juros sobem de 1% para 20%!

De outubro de 1979 (elevação da taxa de juros) a novembro de 1989 (reunião que aprovou o chamado Consenso de Washington), dezenas de nações do planeta, destacadamente as três que iremos comparar, tiveram que pagar uma espécie de tributo (20%) de tudo o que produziam ao FED. Em decorrência, evidentemente, suas economias estagnaram.

Com base no texto de John Williamson, do International Institute for Economy, foi instituído, em novembro de 1989, o chamado Consenso de Washington. Da reunião participaram além de especialistas de vários países, instituições como o FMI, o Banco Mundial e o FED. Dentre as medidas mais importantes daquele verdadeiro receituário, destaque-se: livre trânsito de capitais, privatizações de empresas estatais, redução de gastos públicos para permitir superávit, eliminação de barreiras alfandegárias, redução drástica de direitos trabalhistas. Como resultado, empresas que foram criadas na década de oitenta para aproveitar o dinheiro fácil que era repassado pelo FED (originado da dívida pública que foram oneradas em 20% desde então), tinham agora um poderoso estímulo: poder movimentar livremente seus capitais em várias nações. Ganham força a partir daí os proprietários dos **derivativos e outras aplicações financeiras**.

As companhias de seguro, de avaliação de riscos, de administração de fundos e os bancos de 'investimento', passam a crescer como nunca. Os estados de várias nações passaram de indutores para reguladores do livre trânsito de capitais. Várias nações passaram a estagnar economicamente e perderem sua soberania.

Houve, contudo, nações que não se submeteram ao Consenso (China, Índia e Indonésia, como exemplos), as quais, como já mencionado, não pararam de se desenvolver desde então, com taxas anuais expressivas. E não foram tão afetadas pela imensa crise que teve seu apogeu em 2008. Portanto, o Consenso de Washington não afetou a soberania internacional das nações que o aceitaram, mas afetou profundamente sua soberania westfaliana. Ocorre que considero diluídas as fronteiras entre contrato, convenção, coerção e imposição, quando se apresenta uma situação de poder quase unipolar tão expressiva, que até a moeda do Estado que a exerce, é reserva internacional! Todavia, é fato que muitas elites locais, notadamente na América Latina, se apressaram em assinar um conjunto de Contratos e Convênios que mutilavam intensamente a soberania dessas nações. Para melhor adequar as instituições dos seus países à viabilização desses contratos e convênios, chegaram a fazer alterações profundas em suas constituições.

O monitoramento da economia, que era realizado por agências 'internacionais', todas elas instrumentos, à época, quase exclusivos do interesse da Nação que detinha um poder quase unipolar, tornavam os Estados Nacionais, praticamente correias de transmissão de suas instruções. Portanto, fortemente afetados nos quatro tipos de soberania. Em relação aos convênios e convenções, como aos contratos, o autor afirma que eles afetam a soberania westfaliana. A diferença principal, na realidade, é que esses, ao contrário da coerção e da imposição, contam com autores internos dispostos a sacrificar a soberania de suas nações. Assim, para Krasner:

De una u otra manera, un convenio puede violar dos principios westfalianos al minar la autonomía del Estado; aunque no conduzcan de manera inevitable a ello, los convenios invitan a que actores externos obtengan cierta influencia sobre las estructuras de autoridad internas (p. 49)<sup>44</sup>.

---

<sup>44</sup> Tanto en el caso de los contratos como en el de los convenios, los gobernantes comprometen la soberanía westfaliana mediante invitaciones; no son blanco de la intervención, pero diríamos que de manera voluntaria deciden otorgar permiso a actores externos para que se introduzcan en sus estructuras de autoridad internas (p. 54).

E depois de vários exemplos citados em que os contratos violam a soberania westfaliana o autor agrega:

En el siglo XX los préstamos a los poderes soberanos supusieron violaciones de la autonomía westfaliana de manera rutinaria. Instituciones financieras internacionales, como el Banco Mundial o el Fondo Monetario Internacional, han institucionalizado y convertido en rutinarias prácticas contrarias a la autonomía westfaliana (p. 55).

Como para demonstrar como são tênues as diferenças entre os quatro tipos de soberania, conclui o autor, sobre os contratos:

En suma, los gobernantes concluyen con frecuencia contratos que violan el principio de autonomía y, en algunos casos, también el de territorialidad (p. 57).

Ao explicar a coerção e a imposição, o autor esclarece que elas violam, tanto a soberania legal internacional, como a westfaliana. Entende que a coerção ocorre no que se refere aos princípios westfalianos, quando os governantes de um Estado ameaçam impor sanções a outro, se eles não comprometerem sua autonomia interna. E a imposição quando os governantes de um Estado são tão débeis que se obrigam a aceitar o pessoal preferido pelos atores mais poderosos:

Al contrario que los convenios y los contratos, la coerción y la imposición implican necesariamente asimetrías de poder. La imposición obliga a forzar al Estado objetivo a que haga algo que de otra manera no haría. No hay clase de negociación o regateo (KRASNER, 2001, p.58).

Estados com poderes relativamente equivalentes, costumeiramente, assinam convênios e contratos. Um dos motivos da imposição, destacado pelo autor é para assegurar o pagamento da dívida nacional. Ele dá exemplos da política de canhoneiras no séc. XX, que empregavam forças navais para controlar as aduanas dos Estados devedores:

Destacamos aqui - e depois desenvolveremos - o que nos parece ser a maior contradição do autor. Embora tenha escrito sua obra em 1999, portanto já com 20 anos de hegemonia neoliberal, ele não se detém no exame da maior violação à soberania westfaliana no século XX – o aumento da taxa de juros, de maneira estatal e unilateral pelos EUA em 1979, fazendo com que mais de uma centena de Estados tivessem, de um dia para outro, suas dívidas abruptamente

aumentadas! E mais, com reflexos nos anos seguintes! Ora, muitas Constituições foram modificadas para atender a essas novas exigências! Mas o autor salienta algo, que já adiantamos antes, acerca dos Estados no centro e leste da Europa: *“Esos Estados surgieron todos ellos a partir de la desmembración de los imperios austrohúngaro y otomano,[...] (p. 62<sup>45</sup>)”*.

Ao concluir o capítulo em que fala da soberania e suas contradições, o autor sintetiza que esse conceito tem sido utilizado de quatro maneiras diferentes: como soberania interna, como soberania interdependente, como soberania legal internacional e como soberania westfaliana. E como a obra trata fundamentalmente das duas últimas, ele destaca que a soberania westfaliana é violada mediante convênios, contratos, coerção e imposição; e na soberania legal internacional essas violações se dão por contratos e convênios. Salienta que a norma básica da soberania legal internacional tem se mostrado mais sólida e conseguido, portanto, muito mais adeptos.

O que nos chama atenção em sua obra é que, ao historiar a formação de dezenas de Estados tendo como base a soberania, ele está falando dos Estados Nacionais. Sim, porque nos acordos anteriores aos de Westfalia, esse ponto não aparecia pelo que se pode deduzir do seu estudo. Mas, para ser bem rigoroso, o primeiro tratado no qual esta questão aparece é o Tratado de Tordesilhas. Com a vantagem de que a demarcação territorial entre Portugal e Espanha era feita com base numa linha imaginária, cientificamente demarcada, coisa impensável nos acordos entre Estados antes do surgimento das Nações.

De lá para cá, todos os tratados entre Estados, levou em conta o fator ‘fronteira’. Vale dizer, um acordo entre nações, afiançado pelo seu Estado. As assimetrias de poder e o papel das principais potências são destacados pelo autor para examinar a formação de Estados e violação da soberania (seja a westfaliana, seja a legal internacional).

Krasner faz uma espécie de comparação entre o século XIX com os fins do século XX quando, mesmo sendo endêmica a violação do modelo westfaliano de

---

<sup>45</sup> Todos los Estados que surgieron del desmembramiento de los imperios otomano y austrohúngaro se vieron obligados a aceptar cláusulas de protección de las minorías como condición para su reconocimiento internacional: así, Grecia en 1832, y Serbia, Montenegro, Rumania y Bulgaria en 1878, en la reunión de Berlín (KRASNER, 2001, p.62).

soberania, a modelagem de nações soberanas com base nele, perdurou.<sup>46</sup> Depois o autor fala dos Estados sucessores do Império Otomano (Grécia, os Estados eslavos, Romênia, Servia, Montenegro e Albânia) demonstrando que, desde o início, não chegaram a possuir uma soberania no modelo westfaliano. A outra parte do império otomano, embora o autor não cite, foi desmembrada após a primeira guerra. Surgem a Arábia Saudita, Egito, Jordânia, Líbano, Síria, etc. Pelos dois modelos de soberania que ele utiliza, certamente são considerados como Estados que possuíram desde o início a 'soberania legal internacional'. Quanto à América Central e ao Caribe, diz o autor:

La evolución del hemisfério occidental conservó su adaptación al modelo westfaliano durante la mayor parte del siglo XIX, pero el creciente poder de Estados Unidos alteró esa situación. Cuba, lo mismo que algunos de los Estados que habían surgido de la desmembración del Imperio otomano sufrió una imposición (p.255).

En 1919, los marines mataron a más de tres mil haitianos que luchaban contra el dominio norteamericano (p. 256).

América Central fue también blanco de la intervención Norteamérica (KRASNER, 2001, p. 256).

Como conclusões, o autor destaca que ao longo do século XIX, apareceram novos Estados em duas zonas: os Bálcãs e o hemisfério ocidental. Esquece de mencionar, por exemplo, Alemanha e Itália! De qualquer modo, seu objetivo é mostrar que os futuros governantes destas entidades políticas, praticamente todos eles estavam interessados em assegurar a soberania legal internacional.

Mientras que en el siglo XIX la soberanía legal internacional era ampliamente aceptada, la soberanía westfaliana atravesó muchos más problemas (p. 257).

---

<sup>46</sup> Tanto en el siglo XIX como a finales del XX, las violaciones del modelo westfaliano se hicieron endémicas, pero el modelo perduró. Allí donde las asimetrías de poder eran elevadas, donde había en juego intereses concretos y se establecían esferas de influencia o el condominio de una gran potencia, el modelo westfaliano quedaba comprometido. Si faltaba alguna de esas tres condiciones, entonces los gobernantes eran capaces de conservar su autonomía en lo relativo al ordenamiento constitucional. Por el contrario, la soberanía legal internacional era casi universalmente deseada y quedaba asegurada (p. 221).

O autor vê semelhança entre os Bálcãs, América Central e Caribe, que não alcançaram uma soberania westfaliana, e o restante da América<sup>47</sup>. No capítulo 7 de sua obra o autor examina as estruturas constitucionais e os novos estados a partir de 1945.

En la segunda mitad del siglo XX, lo mismo que en el XIX, los Estados de nueva creación, o aquellos otros transformados como consecuencia de la guerra, poseían según las regiones un grado variable de conformidad con el modelo westfaliano (p. 259).

Aqui, o autor faz um exame percuciente sobre a diferença entre a Europa e os Estados surgidos naquilo que eram os impérios coloniais europeus. Enquanto a Europa, Estados Unidos e União Soviética influíram (e mesmo determinaram) as estruturas constitucionais de numerosos Estados, no interior de suas respectivas áreas de influência, o contrário ocorria no chamado Terceiro Mundo após 1945. Nesta região, oriunda dos antigos impérios coloniais europeus, os Estados foram no geral, conforme Krasner, capazes de estabelecer seu próprio ordenamento institucional. A única exceção que ele menciona são as antigas colônias francesas da África<sup>48</sup>.

Um conjunto de Nações (ou Estados para utilizar sua nomenclatura) surgiu do fim do império britânico. Dentre eles: Índia, Birmânia, Gana, Nigéria, Camarão, Serra Leoa, Egito, etc. Outro tanto do fim do império francês: Vietnam, Laos, Camboja, Argélia, Marrocos, Síria, Líbano, etc. Além de Portugal (Angola, Moçambique) e dos países baixos (Indonésia). O autor examina vários deles para chegar à conclusão de que mantiveram tanto a soberania westfaliana como a soberania legal internacional<sup>49</sup>. Para a Europa do pós-guerra, o autor salienta que soviéticos e norte-americanos não tiveram escrúpulo algum em violar a autonomia

---

<sup>47</sup> La diferencia en los resultados entre los Balcanes y América Central y el Caribe, por un lado, y Sudamérica, por el otro, no fueron consecuencia del uso de principios distintos, sino más bien de la diferente distribución del poder y de los intereses. La lógica de las consecuencias prevaleció sobre la lógica de la pertinencia (KRASNER, 2001, p. 258).

<sup>48</sup> En Europa, la rivalidad de las superpotencias, acompañada por el establecimiento de esferas de influencia, condujo a extensas violaciones de la soberanía westfaliana en lo referente a los ordenamientos institucionales básicos (p. 260). En contraste con ello, los Estados que aparecieron a partir de hundimiento de los imperios coloniales europeos, si se exceptúa el África francófona, se ajustaron a las reglas básicas de la soberanía westfaliana, y también a la legal internacional (KRASNER, 2001, p. 261).

<sup>49</sup> De lo anterior se deduce que la evolución poscolonial en los Estados surgidos de los Imperios británico e francés (así como la de la mayoría de los Estados surgidos de los demás imperios europeos) se ajusta al modelo westfaliano (KRASNER, 2001, p. 282). En aquellos temas en que quedaba comprometida su soberanía, como por ejemplo en el capítulo de préstamos, no lo era como resultado de la influencia de los antiguos gobiernos coloniales (p. 282).

dos seus Estados, para favorecer aqueles regimes que se ajustassem melhor aos seus valores.

Para nos aproximarmos ainda mais do período que pretendemos examinar (1979-2009), acompanhemos as conclusões do autor:

La última parte del siglo XX ha sido testigo de una explosión en la creación de nuevos Estados en el Tercer Mundo y de la restauración de Estados previamente existentes en Europa. La autonomía, principio básico de la soberanía westfaliana, fue reconocida y apoyada ampliamente. Por poner un ejemplo, el principio de no intervención es considerado como sagrado por la Carta de las Naciones Unidas (KRASNER, 2001, p. 305).

Após constatar que as estruturas internas dos regimes que surgiram na Ásia e África a partir dos impérios coloniais foram, em boa medida, o resultado de decisões autóctones, o autor entende não deixar de ser irónico que os Estados do Terceiro Mundo, com recursos absolutamente limitados, foram mais capazes de exercer sua soberania westfaliana do que os Estados da Europa central. Mas, para o autor, isso não se deve a uma diferença de princípios sustentados pelos atores mais relevantes. Ele debita a diferença de poder e de interesses, que conduziram os EUA e a União Soviética a intervir mais na Europa. E acrescenta com perspicácia:

Con el hundimiento de la Unión Soviética, Occidente ha podido actuar con las manos más libres. Las instituciones financieras internacionales, por ejemplo, se han vuelto más enérgicas en la insistencia en contar con un 'buen gobierno' como condición para recibir préstamos internacionales (KRASNER, 2001, p. 307).

Corro o risco de, imitando o autor, chamar essa sua afirmação de 'hipocrisia contábil'. Ele se refere aos 'empréstimos' do Banco Mundial e do FMI, mas não se refere ao aumento da taxa de juros – unilateral e Estatal – praticada por Paul Volker como presidente do FED em 1979! De cerca de 1% para 20%! E essa medida que, no nosso entender, inaugura a 'globalização' ou o neoliberalismo.

## 2 A GLOBALIZAÇÃO E AS NAÇÕES

*“A coruja de Minerva que traz sabedoria voa no crepúsculo.”* (Hegel).

Qual a essência, a natureza, da globalização atual e qual a relevância política das nações dentro dela? A natureza da globalização atual continua sendo, essencialmente, o processo de acumulação capitalista. A globalização foi iniciada e faz parte do modo de produção capitalista com sua tendência a acumular sempre mais.

Vimos como a mais-valia se origina do capital e veremos agora como o capital nasce da mais-valia. Aplicação de mais-valia como capital ou conversão da mais-valia em capital é o que se chama de acumulação de capital (MARX, 2008).

Contudo, essa acumulação, consolidada em todas as partes do mundo, se materializa na atualidade em, predominantemente, três movimentos distintos: o capital produtor de juros, o capital financeiro e o capital estatal. Embora subsista capital bancário, industrial e comercial, incluindo poderosos monopólios com certa autonomia em relação às três formas anteriores, são elas que predominam no conjunto da economia mundial. No quadro abaixo os números são eloqüentes para o capital financeiro (130 trilhões de dólares) e para o capital produtor de juros (600 trilhões). E no PIB mundial há capital estatal como ficou comprovado pelo socorro de mais de sete trilhões de dólares dado em 2008 para as instituições financeiras e as controladas pelo capital produtor de juros. Ao que se sabe, em 1979, o PIB mundial era da ordem de US\$ 10 trilhões e os ativos financeiros US\$ 12 trilhões, praticamente inexistindo, então, os “derivativos e outras inovações financeiras”. Não interessa para a análise a desvalorização do dólar ocorrida no período. Embora exista vinculação entre os proprietários do capital da coluna dois com os da coluna três, suas lógicas são distintas.

**Distribuição da riqueza mundial.**

PIB MUNDIAL	ATIVOS FINANCEIROS (dívida primária)	DERIVATIVOS (e outras inovações financeiras)
US\$ 65 Trilhões	US\$ 130 Trilhões	US\$ 600 trilhões

Fonte: Bank for International Settlements (BIS); *Valor*, 22/10/2008.

E nestes três aspectos da globalização atual, o primeiro funciona como um freio ao crescimento dos capitais industrial e comercial. O segundo, o capital financeiro (fusão da indústria com o banco), funciona por sua vez, como crédito para as atividades industriais e comerciais. O capital estatal além de servir como fonte de crédito, possibilita planejar o incremento da ciência e tecnologia, bem como induzir a geração de energia e as obras de infra-estrutura.

Embora esses três movimentos se articulem, pois fazem parte de uma totalidade, suas lógicas são distintas. A expressão política do capital produtor de juros é o neoliberalismo. Por sua vez, é difusa a expressão política do capital financeiro. Desde o início do neoliberalismo, a expressão política do capital estatal tem sido a defesa da nação. Como a crise econômica atual é causada pelo neoliberalismo – cujo centro nevrálgico é a exigência da ‘livre’ circulação de capitais – tanto o capital financeiro, como o estatal têm exigido normas que regulamentem essa circulação; para nem falar dos capitais industrial, comercial e bancário. Antes da crise, o capital estatal era o alvo predileto dos proprietários do capital produtor de juros e suas instituições. Depois do seu apogeu em 2008, a aristocracia que monopoliza a usura, embora beneficiada com trilhões de dólares de origem estatal, perdeu nos EUA e Europa o seu instrumento fundamental – o aumento da taxa de juros. Os reflexos da crise na Europa em 2010 têm sido respondidos novamente pelo ataque ao capitalismo induzido pelo estado e, como já se viu no capítulo teórico, isso tornaria inviável a retomada do desenvolvimento neste continente, enquanto predominar esta política.

Dentro do processo histórico da globalização capitalista ocorreram circunstâncias econômicas e políticas que propiciaram ao governo de uma nação – os EUA – adotar uma medida de elevação da taxa de juros (outubro de 1979) e, após capitalizar seus efeitos, construir um receituário neoliberal (novembro de 1989) e tentar que ele fosse aceito globalmente. Mas este programa não se generalizou em toda parte por vários motivos: algumas nações jamais adotaram o receituário neoliberal; várias nações que o adotaram passaram a opor crescente resistência e a adotar medidas contrárias àquele; as próprias nações que o lideraram e dele se beneficiaram, devido aos seus postulados passaram a viver a maior crise econômica de suas existências a partir de 2007.

As nações surgem na História para viabilizar politicamente a passagem do capitalismo, então existente apenas na Europa Ocidental, da acumulação primitiva para o predomínio da manufatura capitalista. E desde então, como o processo global de produção capitalista se desenvolve aos saltos, de maneira desigual, de região para região e de ramo para ramo de produção, em cada um desses 'saltos' significativos, mais nações foram criadas, outras fortalecidas e algumas assimiladas. Esse modo de produção, que teve como berço a Europa Ocidental, tende não apenas à expansão mundial, como a abarcar e dissolver em sua 'retorta geral' todas as formas de produção que encontra pela frente.

Portanto, a globalização como decorrência inelutável do capitalismo, realizou-se encontrando essa forma política – as nações. Durante o predomínio da manufatura na Europa, formaram-se e se consolidaram as primeiras nações: Portugal, Espanha, Holanda, Inglaterra e França. Na atualidade são aproximadamente duzentas. Em todas as etapas da globalização capitalista, em todas as transições significativas do modo de produção capitalista, as nações foram crescendo em número e relevância política. E mais, se o capitalismo possui contradições internas que dão lugar a uma nova formação social, também essa já nasce com a tendência global inaugurada pelo capitalismo de consolidar e tornar as nações cada vez mais relevantes, como pode ser demonstrado por várias experiências do século XX. Contudo, a pretensa 'globalização neoliberal', ocorrida fundamentalmente no período de 1979 a 2009, levou diversos cientistas sociais a afirmarem que a globalização tendia a tornar menor, senão irrelevante, o papel político das nações. Repentinamente, o termo globalização passou a significar uma

espécie de novo estágio do capitalismo. Para alguns, inclusive, o estágio definitivo, como a previsão do “fim da história”.

Para o escopo desta tese-ensaio, examinarei as três coletâneas indicadas na introdução: as organizadas por Balakrishnan, **‘Um Mapa da Questão Nacional’**, Contraponto, 2000; por Novaes **‘A Crise do Estado-Nação’**, Civilização Brasileira, 2003; **Dossiê Nação/Nacionalismo**, USP janeiro-abril 2008. Pelo menos naqueles aspectos, a meu ver, mais relevantes sobre a relação entre a globalização e as nações. Da primeira obra citada, participam 13 autores, 20 na segunda e 15 na terceira. E como o único repetido é Guimarães, 47 autores renomados falam sobre o tema. Isso, por si, revela sua importância e atualidade. A quase totalidade dos trabalhos dessas coletâneas, tendo como pano de fundo a globalização, concluem que as nações têm seu papel político reduzido e, para muitos, estão em vias de desaparecer. Há uma exceção digna de nota na primeira coletânea, o trabalho de Michael Mann<sup>50</sup>.

O neoliberalismo não é sinônimo de globalização – essa é uma das premissas desta Tese. Enquanto o neoliberalismo precisa enfraquecer muitas nações, a globalização capitalista, desde seu início na História, criou e fortaleceu as nações. A rigor, o modo de produção capitalista para se globalizar criou essa forma política nova na história da humanidade – as nações. E em cada uma de suas etapas após a acumulação primitiva (manufatura, maquinaria e monopólio), novas nações foram criadas. Quanto à globalização neoliberal, foi uma política de duas nações (EUA e Inglaterra), cujos Estados, estavam sob o controle dos proprietários do capital produtor de juros, e visava a manter a supremacia política e econômica dessas duas nações, ameaçadas pelas dificuldades econômicas na década de setenta. Para levar a cabo essa política neoliberal era indispensável reduzir a soberania das demais. Seu início, admitido por vários autores, foi a elevação unilateral da taxa de juros pelo FED em outubro de 1979.

A decisão do FED de subir unilateralmente as taxas de juros americanas em outubro de 1979 (antes do 2º choque de petróleo) foi

---

<sup>50</sup> Em partes do mundo menos desenvolvido, alguns aspirantes a Estados nacionais também estão fraquejando, mas por razões diferentes, essencialmente “pré-modernas”. Na maior parte do globo, os Estados nacionais continuam a amadurecer ou, pelo menos, estão tentando fazê-lo. A Europa não é o futuro do mundo. Os Estados do mundo são numerosos e continuam variados, tanto em suas estruturas atuais quanto em termos de suas trajetórias. Os poucos que se aproximam da morte não são velhos. Ainda estão no berço (MANN, Mapa, pp. 311 e 312).

uma resposta à investida de europeus e japoneses, tomada com o propósito de resgatar a supremacia do dólar como moeda de reserva. Ao impor a regeneração do papel do dólar como *standard* universal através de uma elevação sem precedentes da taxa de juros, em 1979, o EUA, além de deflagrarem uma crise de liquidez para os devedores do Terceiro Mundo, deram o derradeiro golpe nas pretensões de reformar a ordem monetária de Bretton Woods.

Na verdade, nesse momento – argumenta corretamente Michael Hudson, o EUA estava impondo aos detentores de excedentes em dólar o *US Treasury Bill Standard*, um padrão monetário cujos ativos líquidos de última instância passaram a ser os títulos de dívida do Tesouro americano ampliando o poder de *seignorage* da moeda americana (CONCEIÇÃO e BELUZZO, 2004, p.125 e 126)<sup>51</sup>.

Uma coisa, portanto, é a *seignorage* da moeda norte-americana e o que disso decorre econômica e politicamente. E outra coisa é a globalização. A globalização começou a formar nações desde o século XV, embora para muitos autores, as nações só se formam posteriormente, séculos XVIII e XIX. Todavia, sem antecipar todas as questões pertinentes, apenas indicamos que na comparação política entre Argentina, Brasil e México fica impossível compreender a origem, formação e consolidação dessas nações sem o colonialismo ibérico. E também não se pode compreender este, fora do processo de expansão do capitalismo da Europa para o mundo.

A premissa basilar desta Tese, o capitalismo cria nações para se globalizar, será desenvolvida ao examinar as três coletâneas citadas anteriormente. Este procedimento nos permite demonstrar que a Tese – crescerá a relevância política das nações no século XXI – pode ser comprovada pelo exame histórico das variáveis que estou utilizando (capitalismo, nação, estado, soberania). Esta é uma das estacas onde está apoiada a Tese. A outra é a comparação política entre três nações da América Latina, especialmente nos últimos trinta anos, para verificar se a Tese se confirma. Na escolha dessas três nações levei em conta a literatura citada. E como há discrepâncias entre os cientistas acerca da própria conceituação de nação, julguei apropriado escolher a Argentina, Brasil e México, pelos motivos que seguem.

- a) Nas três nações, as noções de etnia e religião diferem em muito

---

<sup>51</sup> M. C. TAVARES e L. G. BELUZZO A Mundialização do Capital e a Expansão do Poder Americano, in **O poder americano**. Organizador J. L. FIORI. Editora Vozes. Petrópolis. 2004.

das que existem, por exemplo, nas do leste da Europa, sendo a relevância desses dois aspectos muito pequena.

b) Elas não estarem localizadas nem na Europa nem na Ásia, onde muitos estudiosos concentram suas pesquisas (vide MAPA).

c) Estas nações serem fruto das navegações européias comandadas por monarquias absolutistas; portanto, nações formadas sem origem em civilizações que tiveram contato com o continente europeu por milênios, como as do norte da África e as da Ásia; é uma forma de examinar como o capitalismo fez para colocar esse tipo de região na sua 'retorta geral'.

d) São três nações que nem lideraram, nem resistiram como a Índia e a China, à globalização neoliberal; foram por esta submetida em larga escala.

e) As três, em graus variados, passaram a resistir à globalização neoliberal neste início de século; sendo que em duas delas, Argentina e Brasil, desde 2003, os executivos centrais foram assumidos por forças que negam o receituário do 'consenso de Washington' e na terceira permanece um alto grau de submissão.

Argentina, Brasil e México se formaram distantes da Europa, mas também em decorrência do processo global de produção capitalista que teve como berço o ocidente europeu. Acresce o fato de, ao ser 'descobertas' as três nações estudadas possuírem formações sociais distintas: em duas predominava amplamente o comunismo primitivo e na terceira, o México, poderosas civilizações, mas sem contato nenhum com as existentes na Europa, África e Ásia. Ao decidir fazer a comparação política entre as três nações mencionadas, pretendemos também nos afastar do conceito de nações que enfatiza a etnia e a religião. A rigor, as nações foram formadas para acabar com Estados nos quais etnias e religiões eram justificativas para a manutenção de relações sociais pré-capitalistas. De um lado porque não interessa ao capital a raça ou a religião da força de trabalho; de outro porque, precisando ampliar os mercados para suas manufaturas, a forma política encontrada foi delimitar territórios em que normas e leis fossem asseguradas. Para isso surgiu o absolutismo monárquico.

Outra questão que serve como mais um ponto de apoio para provar a Tese de que as nações tendem a ter maior relevância política no século XXI é o exame da base econômica e em decorrência, os limites estruturais do neoliberalismo. Como se

verá diferentemente de outros analistas, julgo que a base econômica do neoliberalismo não é a 'financeirização'; nem o capital financeiro, mas, sim, o capital produtor de juros. A base deste é a usura que existe desde que a humanidade criou o dinheiro, como visto no capítulo teórico, o que indica os limites estruturais do neoliberalismo. Portanto, neste capítulo tratarei de destacar a essência política do neoliberalismo – suprimir a soberania westfaliana das nações.

## 2.1 O CAPITALISMO E O ADVENTO DAS NAÇÕES

O processo global de produção capitalista vem de longe, mas na passagem ao domínio da manufatura, as primeiras nações – Portugal, Espanha, Holanda, Inglaterra e França – valem-se, fundamentalmente, do absolutismo monárquico. Isso porque os 'burgos' precisavam dos soberanos para conter os senhores feudais e desobstruir as peias do 'localismo'. Além disso, desde o início, o estado no capitalismo é indutor da ciência e tecnologia, cujo exemplo inaugural é o papel da Escola de Sagres para as grandes navegações o que exigia investimentos de monta que só as monarquias absolutistas, à época, poderiam coordenar. Destaque-se que a Escola de Sagres, coordenada pela monarquia, atuava em conjunto com as poderosas manufaturas portuguesas para o fabrico de naus, caravelas e outros instrumentos marítimos indispensáveis em grandes navegações nunca antes realizadas.

A respeito das monarquias absolutistas para viabilizarem a manufatura na Europa Ocidental sobressai à obra de Perry Anderson *Linhagens do Estado Absolutista* (Brasiliense, 2004). O autor situa o centro da questão logo de saída. Apesar de extenso, é fundamental expor seus argumentos e conclusão, pois é basilar para esta Tese. Escreve ele:

A longa crise econômica e da sociedade européias durante os séculos XIV e XV marcou as dificuldades e os limites do modo de produção feudal no último período da Idade Média. Qual foi o resultado *político* final das convulsões continentais dessa época? No curso do século XVI, o Estado absolutista emergiu no Ocidente. As

monarquias centralizadas da França, Inglaterra e Espanha representavam uma ruptura decisiva com a soberania piramidal e parcelada das formações sociais medievais, com seus sistemas de propriedade e vassalagem. A controvérsia sobre a natureza histórica destas monarquias tem persistido desde que Engels, numa máxima famosa, declarou-as produto de um equilíbrio de classe entre a antiga nobreza feudal e a nova burguesia urbana: “Excepcionalmente, contudo, há períodos em que as classes em luta se equilibram (*Gleichgewicht halten*)”, de tal modo, que o poder de Estado, pretendo mediador, adquire momentaneamente um certo grau de autonomia em relação a elas. Assim aconteceu com a monarquia absoluta dos séculos XVII e XVIII, que manteve o equilíbrio (*gegeneinander balanciert*) entre nobreza e a classe dos burgueses. Na verdade, a classificação do absolutismo como um mecanismo de equilíbrio político entre a nobreza e a burguesia desliza, com freqüência, para a sua designação implícita ou explícita fundamentalmente como um tipo de Estado burguês enquanto tal (ANDERSON, 2004, p 15 e 16).

Como se vê, Anderson conclui que, para Marx e Engels, o absolutismo era um tipo de Estado burguês. E antes de discordar dessa conclusão, apresenta outras passagens que merecem ser destacadas.

Marx, por seu lado, afirmou repetidamente que as estruturas administrativas dos novos Estados absolutistas eram um instrumento tipicamente burguês. “Sob a monarquia absoluta”, escreveu, “a burocracia era apenas o meio de preparar o domínio de classe da burguesia”. Em outra passagem, Marx declarava: “O poder do Estado centralizado, com os seus órgãos onipresentes: exército permanente, polícia, burocracia, clero e magistratura – órgãos forjados segundo o plano de divisão do trabalho sistemática e hierárquica – têm sua origem nos tempos da monarquia absoluta, como arma poderosa nas suas lutas contra o feudalismo” (ANDERSON, 2004, p.16).

Portanto, claramente para Marx e Engels, as monarquias absolutas que emergiram no século XVI na Europa eram demonstração da ascensão política da burguesia e, simultaneamente, *‘arma poderosa nas suas lutas contra o feudalismo’*. Agora vem a parte mais notável, a conclusão de Anderson, após caracterizar - com precisão - a obra das monarquias absolutas:

As monarquias absolutas introduziram os exércitos regulares, uma burocracia permanente, o sistema tributário nacional, a codificação do direito e os primórdios de um mercado unificado. Todas essas características parecem ser eminentemente capitalistas. Uma vez que elas coincidem com o desaparecimento da servidão, uma instituição nuclear do primitivo modo de produção feudal na Europa, as descrições do absolutismo por Marx e Engels como um sistema

de Estado correspondente a um equilíbrio entre a burguesia e a nobreza – ou mesmo a uma dominação direta do capital -, sempre pareceram plausíveis. No entanto, um estudo mais detido das estruturas do Estado absolutista no Ocidente invalida inevitavelmente tais juízos. Pois o fim da servidão não significou aí o desaparecimento das relações feudais no campo. A identificação de um com o outro é um erro comum (ANDERSON, 2004, p.17).

Entretanto, se o Estado absolutista no Ocidente tivesse feito desaparecer completamente as relações feudais no campo, então era capitalismo puro, não haveria mais nenhuma aristocracia fundiária. E mais, o capítulo LII, exatamente o último d'O Capital, cujo manuscrito foi recuperado por Engels, tem como título As Classes e começa assim:

Sem dúvida, a estrutura econômica da sociedade moderna desenvolveu-se mais ampla e classicamente na Inglaterra. Não obstante, mesmo nesse país não se patenteia pura essa divisão de classes. Também lá, as camadas médias e intermediárias obscurecem por toda parte as linhas divisórias (embora muito menos nas zonas rurais que nas urbanas). Esse fato, contudo, não tem importância para nossa análise (MARX, 2008).

A importância dessa conclusão para os casos da Argentina, Brasil e México é notável. Recordemos que onde hoje existem as duas primeiras, habitavam comunidades primitivas e na última, civilizações (Astecas, Zapotecas, Toltecas, etc.). Mas, a colonização dessa região pelo absolutismo ibérico era fruto da expansão do feudalismo na Europa ou do capitalismo? Para realizar a colonização dessa região o absolutismo ibérico lançou mão, inclusive, de algo mais antigo na Europa do que 'as relações feudais no campo' a que se refere Perry Anderson, utilizou a escravidão. Com um detalhe macabro, deu-lhe uma cor. Portanto, formas muito 'impuras' de relações no campo e nas cidades da Argentina, Brasil e México foram construídas. E todas, foram alvos de acesas polêmicas (relações comunistas primitivas, escravistas, feudais e capitalistas com muito "semi" – semifeudal, semicapitalista, semiescravista). Além da combinação entre elas. O que importa, contudo, para a análise, é se o que estava em expansão pelo mundo a partir da Europa, com seus estados absolutistas, era capitalismo ou feudalismo? Diz bem Marx n'O Capital que a essência da política colonial nesse período, visava a 'criar burguesia na Europa'.

O que ganha relevo, no estudo das nações da América, é que todas elas tiveram origem na colonização realizada por monarquias absolutas européias que já possuíam - como destaca Anderson, com base em Marx: “os *exércitos regulares, uma burocracia permanente, o sistema tributário nacional, a codificação do direito e os primórdios de um mercado unificado*”. E como entender o surgimento da colonização da América, e o posterior surgimento de Nações como Argentina, Brasil, México e mesmo os EUA, sem responder à crucial pergunta proposta pelo próprio Anderson: “qual foi o resultado **político** final das convulsões continentais dessa época?”

O resultado **político final** para a “*longa crise econômica e da sociedade européias durante os séculos XIV e XV*” foi, sobretudo, a colonização da América. E como as monarquias absolutas de Portugal, Espanha, Holanda, Inglaterra e França poderiam fazer esta colonização sem contar com “*exércitos regulares, uma burocracia permanente, o sistema tributário nacional, a codificação do direito e os primórdios de um mercado unificado*”, todas elas instituições inviáveis no feudalismo? Essas são instituições **políticas do capitalismo**; tiveram que ser mobilizadas para a colonização da América e, embora “*o fim da servidão não significou aí o desaparecimento das relações feudais no campo*”, essas instituições criadas pelas monarquias absolutas fortaleciam-nas com a gigantesca quantidade de metais preciosos e matérias primas arrancada da América. Além do próprio tráfico negreiro, o que ampliou a criação de burguesia na Europa, pois era este o objetivo central da colonização, não só da América, como de toda a política colonial anterior ao predomínio das fábricas.

Era o feudalismo se transformando em capitalismo. As monarquias absolutas foram parceiras **políticas** dessa transformação. Comandaram, **politicamente**, a criação das bases materiais para essa transformação. E o fizeram “*baseadas essencialmente no conceito de nacionalidade*”. Foi “*sob esse regime*”, conforme Engels, “*que alcançaram grande desenvolvimento as modernas nações européias e a moderna sociedade burguesa*”. Essa base essencial das monarquias absolutas européias – **o conceito de nacionalidade** – foi que possibilitou politicamente a moderna sociedade burguesa. Até então as nações não existiam. Existiram vários tipos de Estados, impérios milenares baseados em civilizações

antigas, alguns com vários elementos que se assemelham a uma nação. Mas jamais o conjunto desses elementos.

Ernest Gellner define dois tipos diferentes de sociedades: a agroletrada e a industrial avançada. Todavia, o que liga uma à outra e por que surgiram ambas não é nem indicado (ver Mapa, ps. 108 a 120). Apesar de o autor tornar quase exclusiva a cultura para conceituar nação, o que interessa, por enquanto, é sua opinião acerca da tendência das nações. Diz Gellner:

Por fim, com o advento da riqueza generalizada e a diminuição da distância cultural, através do industrialismo avançado e de um mercado universal e um estilo padronizado, o sentimento nacional tende a perder intensidade (GELLNER, Mapa, p.136).

Como 'sentimento nacional' é para Gellner, aspecto relevante no conceito de nação, esta 'tende a perder intensidade'. Aliás, Gellner faz o seguinte comentário:

Os instrumentos e técnicas não podem por si mesmos, fazer os homens se conformarem às regras de distribuição: isso só pode ser feito através da coerção ou do consentimento, ou de uma fusão dos dois. Como um modo de produção gera o seu próprio modo de coerção? É difícil não desconfiar que parte da força atrativa do marxismo, bem como de sua persistência decorra justamente da falta de clareza sobre esse ponto. (GELLNER, Mapa, p. 110).

Ora coerção e consentimento só existem para que haja a tributação e sua destinação. Certamente Anderson poderia responder a Gellner, mostrando que *“exércitos regulares, uma burocracia permanente, o sistema tributário nacional, a codificação do direito e os primórdios de um mercado unificado”* instituições criadas pelas monarquias absolutas, tinham o papel de realizar a coerção, o consentimento e a fusão de ambos, necessários para a transição do feudalismo para o capitalismo. Criaram as condições materiais para que isso se tornasse necessário e, portanto, possível. Além disto, a própria pergunta de Gellner – *“Como um modo de produção gera o seu próprio modo de coerção?”* – pode ser lógica, mas não é dialética. Modo de produção envolve forças produtivas sociais e relações sociais de produção, e a coerção é um componente dessas relações. É por isso que, para Marx e Engels, o socialismo não é outro modo de produção e, sim, uma transição política para tal.

No DOSSIÊ, há um artigo de Clark<sup>52</sup> que se refere a estado indutor e estado regulador. Ele começa, por assim dizer, de maneira jurídica:

As políticas econômicas ditadas pelo aparelho estatal possuem seus fins, objetivos e princípios esculpido pelos textos constitucionais em geral, incluindo a Carta Magna brasileira de 1988, por intermédio da consagrada, doutrinariamente, Constituição Econômica (CLARK, Dossiê, p.207).

Esse aspecto é importante de reter, porque as três nações que estamos comparando tinham (e têm) essa parte econômica esculpida em suas constituições. Contudo, com a elevação unilateral das taxas de juros de 1979, houve uma situação inusitada: antes de atender o que dizia o texto constitucional, havia que pagar os “juros da dívida externa”. E isso não estava escrito em texto constitucional algum. Depois de afirmar que as políticas econômicas são desenvolvidas pelos setores públicos e privados e enumerar as várias ações do poder público nesse domínio, o autor constata:

Logicamente, as políticas econômicas estatais não podem ser analisadas isoladamente, fora de um contexto internacional, porque se sujeitam às influências do poder econômico transnacional,[...].

No fim do século XX e no início do XXI, as políticas neoliberais de regulamentação passaram a restringir a expansão e a mobilidade do capital. O novo ambiente mundial de fim da guerra fria, queda do socialismo real e de alta evolução tecnológica resulta em pressões por outras políticas econômicas ao gosto do capital. Os Estados Nacionais passam a executar o neoliberalismo de regulação transferindo serviços e atividades à iniciativa privada (via privatização e desestatização), agora atraente ao capital em face da “redução” dos ganhos com a indústria bélica da guerra fria e dos avanços científicos. A tecnologia tornou lucrativos setores que anteriormente tinha baixa lucratividade, ou não o tinham, e estavam nas mãos do Estado (, p.208).

Essas citações foram necessárias porque não é comum ler um texto com uma definição tão nítida de estado indutor e, simultaneamente, uma síntese tão aproximada de dois períodos e que, com as devidas retificações, são muito pertinentes para o estudo das três nações que estou comparando: Argentina, Brasil e México. Inicialmente, após 1945, não eram políticas neoliberais. Ao detalhá-la, porém, como “de regulamentação”, em certo sentido o autor usa um termo impróprio,

---

<sup>52</sup> *Política econômica e Estado* é o título do artigo de CLARK no Dossiê (p. 207 a 217).

embora acerte na essência do diagnóstico. Contudo, é preciso salientar que houve um forte crescimento do capital industrial e comercial em nível mundial. Um período no qual o capital produtor de juros foi duramente contido. No período seguinte, a “oligarquia financeira”, “desgarra-se” de sua base, cria instituições próprias que não funcionam mais como ‘bancos’, e passam a ampliar de maneira gigantesca o ‘capital produtor de juros’. Passam a formar uma **oligarquia da usura global moderna** com seus “fundos”, “derivativos”, “seguradoras”, “companhias avaliadoras de riscos”, etc. Por sua exigência, o mais poderoso Estado do planeta, eleva abruptamente a taxa de juros e passa a redigir um conjunto de normas que facilitem o livre trânsito deste capital. Clark resume bem esse fenômeno:

Com a regulação, usada como único remédio salvador do mundo e protegida de grandes contestações pela mídia dos “donos do poder” (Faoro, 2000), o Estado passou a adotar uma nova técnica de ação na vida econômica, ou seja, o neoliberalismo de regulação (CLARK, Dossiê, p. 209).

Escoimando a parte do neoliberalismo utilizada para os dois períodos, concordo, no fundamental, com o raciocínio do autor. A diferença que considero mais apropriada é entre estado indutor e estado regulador. Na parte teórica da tese, verificamos que a **indução** da ciência e tecnologia diferencia o Estado no capitalismo dos predecessores.

A reflexão de Clark ‘*o Estado Nacional transfigurou-se em Social*’ remete a outro tema também tratado na parte teórica. Refiro-me à estrutura econômica e social do capitalismo estimulado pelo estado; um tipo de estado que além de **induzir** a ciência e tecnologia passa a ser **protagonista** da economia através, por exemplo, de empresas estatais. Tem razão Clark ao indicar que, durante o período da chamada ‘guerra fria’, o capitalismo no qual o estado atuava como protagonista econômico teve ampla generalização embora de variadas modelagens. Suas reflexões abordam a principal disjuntiva do estado em várias nações nas últimas décadas: estado indutor ou estado regulador (por ele chamada de *neoliberalismo de regulação*). Isso explica porque o principal alvo das potências neoliberais eram aquelas nações que possuíam estado indutor (ou para usar a linguagem de Clark), *Estado Nacional transfigurado em Social*.

Clark confirma uma das hipóteses centrais dessa tese: a essência política do neoliberalismo é reduzir a soberania das nações transformando seus estados de indutores em reguladores notadamente para o livre fluxo de capitais. No período de 1930 a 1979, os estados nas três nações que estamos examinando, mas em muitas outras também, além da indução eram fortes protagonistas na economia; normalmente havia planos nacionais de desenvolvimento, em particular depois de 1950 sob a influência da CEPAL, e um controle forte do ‘trânsito de capitais’; as medidas regulatórias visavam tão somente garantir o êxito daqueles planos de desenvolvimento. Em suma, eram estados tanto **indutores** da ciência e tecnologia como também do desenvolvimento. E era tão nítido ser este tipo de estado um obstáculo para o receituário neoliberal e, portanto, mudá-lo de indutor para regulador passou a ser o principal objetivo político do neoliberalismo que, no Brasil, Fernando Henrique Cardoso como presidente expressou a necessidade de *superar a era Vargas*.

## 2.2 NEOLIBERALISMO E SOBERANIA DAS NAÇÕES.

Durante o período mais intenso da hegemonia neoliberal no conjunto da América e na Europa, muitos cientistas sociais como se verá, acreditaram que as nações começariam a ser substituídas por outras formas de governança, outras formas de estado que não o estado nacional como o conhecemos. Estaríamos vivendo uma crise dos estados nacionais ou do estado-nação, embora, como já explicado na parte teórica, prefiro a distinção elaborada por Charles Tilly entre estado, estado nacional e estado-nação.

O fenômeno nação estaria até mesmo desaparecendo, segundo alguns autores. Outros passaram a se preocupar com um fenômeno típico do leste da Europa – um tipo de nacionalismo que enfatiza a etnia e a religião. Nesse sentido, a dissolução da URSS e da Jugoslávia, possibilitou o ressurgimento de teorias que vingaram durante o período medieval. Raramente, nestas obras, era salientado o

fato de que agora não havia mais impérios coloniais no planeta. O neoliberalismo foi também uma resposta política efetivada em um mundo no qual não poderiam ser mais extraídas como antes as riquezas das colônias. Vamos examinar mais de perto, com base nas coletâneas já indicadas, alguns raciocínios desses cientistas sociais.

A própria **conceituação** de nação dos autores que citaremos adiante não nos parece apropriada para abarcar tudo o que ela significa política, econômica, cultural e linguisticamente na atualidade. Mesmo a que mais se aproxima da minha conceituação, a de Djughashvili<sup>53</sup>, não é suficiente para examinar o fenômeno nacional neste início de século XXI. Eis o que diz

Nação é uma comunidade estável, historicamente formada, de idioma, de território, de vida econômica e de psicologia, manifestada esta na comunidade de cultura.

Além do mais, disso se compreende que a nação, como todo fenômeno histórico, está sujeita à lei da transformação, tem sua história, começo e fim.

É necessário salientar que nenhum dos traços distintivos indicados, tomado isoladamente, é suficiente para definir a nação. Mais ainda: basta que falte um só desses signos distintivos para que a nação deixe de existir. (DJUGASHVILLI, *O Marxismo e o Problema Nacional e Colonial*, p.7).

Esta definição é abrangente, mas desvinculada do aspecto político. Qual a essência política da nação nesta definição? É inconsistente separar nação de estado. Quando Engels afirma que a realeza apoiando-se nos burgueses enfraqueceu a nobreza feudal e fundou as grandes monarquias “*baseadas essencialmente no conceito de nacionalidade*”, ele se referia às primeiras nações que existiram na história; mas acrescentava que *sob esse regime, alcançaram grande desenvolvimento as modernas nações européias e a moderna sociedade burguesa*, vale dizer o **regime** baseado no conceito de nacionalidade passava a se globalizar. Na mesma obra citada o autor apresenta mais adiante outra dificuldade quando afirma:

A nação não é somente uma categoria histórica, mas uma categoria

---

<sup>53</sup> DJUGASVILI, J. V. **O Marxismo e o Problema Nacional e Colonial**. São Paulo. Livraria Editora. São Paulo. 1979.

histórica de uma época determinada, da época do capitalismo ascensional (DJUGASHVILLI, 1979, p. 13).

Retomei essa definição porque os autores que passarei a examinar têm opiniões diversas sobre o conceito de nação, sobre a época em que surgiram e, para a maioria, as nações estariam vivendo no presente, um período crepuscular. Ao apresentar o livro ***A Crise do Estado-Nação***, com trabalhos de dezenove cientistas Aduino Novaes é claro:

Os textos aqui reunidos nos levam a interrogar dois fenômenos contraditórios, construídos neste fim de milênio globalizado: o ressurgimento do nacionalismo e o enfraquecimento dos Estados-nações, em consequência da expansão dos mercados em escala mundial (NOVAES, *A Crise*, p.13).

Já Hobsbawm, **no Mapa**, define nacionalismo como:

O nacionalismo é um projeto político e, em termos históricos, bastante recentes. Ele afirma que os grupos definidos como 'nações' têm o direito de formar e devem formar Estados territoriais do tipo que se tornou padrão desde a Revolução Francesa. Sem esse projeto, realizado ou não, 'nacionalismo' é uma palavra vazia. Na prática, o projeto geralmente significa exercer o controle soberano sobre uma faixa territorial tão contínua quanto possível, com fronteiras claramente definidas e habitadas por uma população homogênea, que compõe seu corpo essencial de cidadãos (HOBBSAWN, *Mapa* p.272 e 273).

Ainda no Mapa, Habermas afirma:

O Estado nacional proporcionou, de fato, um quadro de referência no qual a idéia republicana de uma comunidade que se influencia conscientemente pôde ser articulada e institucionalizada. Hoje, porém, a globalização dessas mesmas tendências, que originalmente produziram o Estado nacional, põe em questão a soberania deste (p.308).

Com a internacionalização dos mercados financeiros, de capital e do trabalho, os governos nacionais percebem cada vez mais a defasagem entre seu campo de ação, de um lado, e, de outro, os imperativos que provêm não das relações de comércio mundiais, primordialmente, mas de relações de produção globalmente transformadas em redes. Estas escapam mais e mais às políticas intervencionistas, não apenas de redistribuição monetária, mas de

promoção industrial, subsídios de crédito, proteção tarifária e assim por diante (HABERMAS, *Mapa*, p.308).

Aqui, Habermas refere-se às “*relações de produção globalmente transformadas em redes*”. O que, exatamente, isso quer dizer? Ou se pretende sugerir que essas ‘redes’ não têm proprietários? Nem Estados para defendê-los? Não seria melhor dizer que alguns governos submetem outros para garantir a expansão de suas redes? Ademais, por que as tendências “*que originalmente produziram o Estado nacional põe em questão a soberania deste*”? Originalmente, alguns estados nacionais tinham colônias; agora que elas não existem mais o estado nacional se tornou inviável?

A globalização após o fim do colonialismo realça um ‘traço distintivo’ crucial ao conceito de nação que precisa ser realçado; refiro-me à **soberania**. É o próprio Habermas que destaca a importância deste traço não no artigo para o MAPA, mas em outra obra posterior. Eis o que diz:

Só é soberano o Estado que pode manter a calma e a ordem no interior e defender efetivamente as fronteiras externas. Internamente, ele tem de poder se impor contra outros poderes concorrentes e firmar-se internacionalmente como concorrente com igualdade de direitos. O status de um sujeito no direito internacional como membro ‘igual’ e ‘independente’ no sistema de Estados; e para isso precisa de um poder suficientemente forte. Soberania interna pressupõe a capacidade de imposição da ordem jurídica estatal; soberania externa, a capacidade de auto-afirmação em meio à concorrência ‘anárquica’ pelo poder entre os Estados (HABERMAS, 2004)<sup>54</sup>.

O trabalho de Rubens Ricúpero no DOSSIÊ vai ao âmago da questão já no título: *A Resiliência do Estado Nacional diante da Globalização* (p.129). E como se estivesse respondendo a Habermas e a outros, afirma:

Acreditou-se no argumento ideológico de autonomia da esfera do econômico, até seu predomínio sobre o político. Não se percebeu que tendências como a liberalização financeira e a abertura dos mercados aos operadores internacionais eram menos consequência da natureza das coisas (no caso, da globalização) do que de políticas

<sup>54</sup> HABERMAS, J. **A Inclusão do Outro**. São Paulo. Edições Loyola. 2004

perseguidas tenazmente pelo Departamento do Tesouro dos Estados Unidos. Em outras palavras, tratava-se de opções políticas, de posições dos mercados financeiros que coincidiam com os interesses da potência mais influente nas negociações internacionais, de mais uma prova, em última análise, do poder do Estado Nacional.

Tanto isso é verdade que, *a contrario sensu*, os dois êxitos mais espetaculares em crescimento econômico, a China e a Índia, constituem exemplos de desenvolvimento conduzido por Estados Nacionais fortes e mais resistentes à liberalização financeira ou às imposições de empresas transnacionais. Não por acaso, foram essas as duas economias que menos sofreram na crise asiática de 1997. [...]

A realidade de nossos dias é, por conseguinte, a de um mundo formado ainda por Estados Nacionais e caracterizado pelo poder como dimensão central (RICÚPERO, *Dossiê*, p. 140).

A presente Tese está muito mais próxima dessas afirmações do que das outras. Sobretudo concordo com o autor de que um componente vital da ‘realidade de nossos dias’ é o ‘poder como dimensão central’. Entretanto, diferentemente de minha premissa central, Ricúpero separa em complexos distintos o Estado-Nação e a produção capitalista. Diz, citando Guiddens:

Dois complexos organizacionais, originários da história europeia e com poucos paralelos em períodos anteriores ou cenários culturais distintos, tiveram significação especial no desenvolvimento da modernidade: o Estado-nação e a produção sistemática de tipo capitalista. Após essa constatação, GIDDENS (1996, p.174) observa: “Se os dois se propagaram pelo mundo inteiro, em estreita conjugação um com o outro, isso se deve, acima de tudo, ao poder que foram capazes de gerar” (RICÚPERO, *Dossiê*, p.139).

As utilidades desse raciocínio de Giddens, recuperado por Ricúpero, estão em reconhecer esses dois complexos organizacionais como sendo originários da história europeia; reconhecer que eles ‘se propagaram pelo mundo inteiro em estreita coligação’; e concluir que isso se deveu ‘ao poder que foram capazes de gerar’. Fica, porém, a pergunta: por que esses dois complexos organizacionais se propagaram em estreita conjugação um com o outro? Minha premissa é de que um é o **conteúdo político do outro**. Daí porque, ao final do século XX, todo o planeta estava dividido politicamente em nações. E sendo assim, por que a globalização atual diminuiria o papel histórico das nações? Ou por acaso está se reduzindo a ‘produção sistemática de tipo capitalista’? Se há uma concordância generalizada em

que a produção capitalista avançou com a globalização, por que tenderia a se reduzir o outro ‘complexo organizacional’ - o Estado-Nação que, para utilizar a expressão de Giddens, junto com o anterior, foram capazes de gerar **poder**? Só se imaginarmos que as forças sociais que construíram ambos estariam dispostas a abandonar, voluntariamente, o poder, hipótese da qual não há precedente histórico.

Neste Tese, trabalho com a hipótese de que a ‘globalização’, iniciada por volta de 1979, era um projeto de uma Nação – os EUA – acompanhada por outra – a Inglaterra, visando a reverter o relativo declínio da década de setenta, emparedando seus ‘aliados’ (Europa e Japão) e submetendo dezenas de nações (os chamados emergentes). Dentre essas vítimas daquela política, pontuavam a Argentina, o Brasil e o México.

Ricúpero afirma ser a União Européia uma estrutura pós-nacional:

Nesse quadro de nacionalismos tradicionais, a União Européia faz figura singular pela estrutura pós-nacional [...].  
Em vez de copiar modelos do passado, os europeus souberam criar algo novo em termos de organização pós-nacional, como fizeram ao inventar o Estado Nacional. A integração européia vai ao fundo das coisas e se baseia nos valores (RICUPERO, *Dossiê* p. 142).

Por enquanto, isso nos parece apenas um piedoso desejo. E mesmo assim, o que tem de verdadeiramente pós-nacional na experiência européia? Em todas as fases de expansão do capitalismo na Europa sempre houve ‘acordos’, ‘regras’, entre vários Estados europeus. Inclusive no período anterior e posterior às duas grandes guerras que, embora mundiais, foram fortemente européias.

No mesmo DOSSIÊ, Bresser Pereira faz uma distinção entre ‘nações nos países ricos’ e ‘nações nos países periféricos’.

Nos países ricos, não obstante os conflitos de classe estejam sempre presentes, as elites não têm alternativa política senão estabelecer alguma aliança com o restante da sociedade porque a nação lhes é necessária. Já nos países periféricos, ainda que a nação também seja necessária para que haja desenvolvimento econômico, é comum acontecer que suas elites se sintam mais seguras em se associar com as elites nos países dominantes, dessa forma confirmando a tese radical de que “o capital não reconhece fronteiras” – uma tese pretendidamente de esquerda e na verdade falsa, mas que favorece a dominação imperial (BRESSER PEREIRA, *Dossiê* p.181).

Por esse raciocínio de Bresser, as nações tenderiam a continuar existindo nos países ricos, mas nos periféricos não, pois suas elites tendem a ‘favorecer a dominação imperial’. Mas se as elites nos países periféricos mudarem?

Depois de examinar o surgimento do neoliberalismo nos anos 1978-80, David Harvey, em sua obra *O Neoliberalismo* afirma que com a substituição de Clinton por Bush, estaria em vigor um movimento neoconservador:

Nos Estados Unidos, essa afirmação de valores morais se apóia fortemente em apelos as ideais de nação, religião, história, tradição cultural e coisas do tipo, ideais que de modo algum se restringem aos Estados Unidos. Isso traz de volta à atenção, de maneira mais aguda, um dos mais perturbadores aspectos da neoliberalização: a curiosa relação entre Estado e nação. Em princípio, a teoria neoliberal não vê favoravelmente a *nação*, embora apóie a idéia de um Estado forte. O cordão umbilical que juntava Estado e nação sob o liberalismo embutido tinham de ser cortado para que o neoliberalismo florescesse. Isso foi particularmente como o México e a França, que assumiram uma forma corporativista (HARVEY, 2005, p. 95).

Harvey admite examinar a relação entre estado e nação com a ‘neoliberalização’. Mas o faz de modo que fica difícil saber o que é, para ele, estado e nação. O máximo que consegue é indicar ‘movimentos nacionalistas’ eivados de xenofobia.

Harvey denomina “*um dos mais perturbadores aspectos da neoliberalização: a curiosa relação entre estado e nação*”. No entanto, essa competição, sempre acompanhou o processo global de produção capitalista.<sup>55</sup> Isso não quer dizer que não haja retrocessos.

Balakrishnan, organizador do MAPA, também considera que a nacionalidade terá um papel político menor, como afirma em sua contribuição:

---

<sup>55</sup> O Globo: *E a globalização?* Fiori: *O que se globalizou foi o fenômeno do estado nação. Agora tem estado nacional para todos os lados. No início do Século XX, eram não mais que 60 países, no máximo. Agora tem 200 estados. O capital, quanto mais fortalece e expande, mais fica nacionalista.* O Globo: *Com a crise, isso ficou mais claro?* Fiori: *Agora só um cego não vê. Ficou transparente a relação inseparável que sempre existiu entre o príncipe e banqueiro, de que fala BRAUDEL.* Entrevista de FIORI para o jornal O Globo, em 29/11/2008.

O livro de Anderson é um lembrete de que, na melhor das hipóteses, a nacionalidade imaginada, em toda a sua crueza, foi o bilhete de ingresso dos desvalidos da Terra na história mundial. Isso porque o Estado nacional foi o lugar em que se definiram os trunfos das grandes lutas de classes do século XX. A razão de isso ter-se dado no contexto da ação coletiva eficaz (BALAKRISNAN, *Mapa*, p.224).

Na obra de Bertrand Badie, *O Fim dos Territórios*, que é um dos elementos essenciais de qualquer nação, ele afirma que o controle de suas fronteiras, estaria se esgotando. Todavia, aqui estamos diante de uma análise histórica criteriosa com alertas importantes, por exemplo:

A ideologia do mercado, consignada no neoliberalismo triunfante, deriva, antes de mais, de toda a literatura que postula, nos anos oitenta, a realidade de uma 'economia política global', que impõe, pouco a pouco, a internacionalização dos diferentes sectores da vida social. Depois dos circuitos mercantis, no século XVI, o político seria, por sua vez, captado pela economia da globalização. A agonia do Estado seria a do último bastião resistente ao mercado. Ela seria acompanhada, inevitavelmente, por uma recomposição do espaço; a uma territorialidade segmentada, feita de limites e de soberania, suceder-se-ia, na própria esfera do político, outra geografia, que se alinharia pelos princípios da economia, feitos de relações fluidas, de coalizões ganhadoras e mutáveis, de autonomias e de redes de relações (BADIE, 1995, p.211 e 212).

Depois de mostrar que o Estado se torna agente da transnacionalização Badie acrescenta:

Este desdobramento do Estado não é desprovido de ambigüidades. Desempenhando, alternativamente, dois papéis, o Estado demonstra quotidianamente, tanto na Europa como na América, que procura exercer controle altivo e drástico sobre o seu território, quando se trata de travar os fluxos migratórios, ao mesmo tempo em que cede às práticas transnacionais quando se trata da economia (p. 215). Detentor da violência física legítima sobre um dado território, ele procura igualmente apresentar-se como um ator econômico entre outros e mesmo, ainda mais, como coordenador de um grupo de atores cuja cena real transcende claramente a geografia do território nacional (BADIE, 1995, p.215).

Badie revela um entendimento histórico mais completo sobre nação, pois destaca a territorialidade e demonstra na obra como essa sempre foi um componente essencial da nação. Resta esclarecer: quando é que o Estado no capitalismo deixou de ser '*coordenador de um grupo de atores cuja cena real*

*transcende claramente a geografia do território nacional?* Não foi a globalização neoliberal quem inventou este papel coordenador do estado. Na verdade, isso está presente desde os primórdios de expansão capitalista pelo Globo.

Como outros autores, embora com fundamentos diferentes, para Badie, com a globalização desenha-se uma nova cena mundial que torna inócuo o Estado-Nação, ou melhor, o estado nacional. A presente tese afirma exatamente o inverso. Para comprovar a tese – a globalização torna ainda mais relevante o papel político das nações – é que esboço os argumentos de alguns dos defensores da tese contrária.

Um dos mais destacados cientista social estudioso da questão nacional, Hobsbawn, argumenta:

O que eu argumento, mais propriamente, é que apesar de sua evidente proeminência, o nacionalismo é, historicamente, menos importante. Não é mais, como antes, um programa político global, como se poderia dizer que foi no século XIX e início do XX. [...] Não é implausível apresentar a história do mundo eurocêntrico do século XIX como aquele da “construção das nações”, assim como fez Walter Bagehot. [...] Estaria alguém inclinado a escrever a história do final do século XX e do início do século XXI em tais termos? Parece improvável.

Pelo contrário, essa teria que, inevitavelmente, ser escrita como a história de um mundo que não pode mais ser contido dentro dos limites das “nações” e “Estados-nações”, como estes costumavam a ser definidos, tanto politicamente, ou economicamente, ou culturalmente, ou mesmo, lingüisticamente (HOBBSAWN, Mapa, p.214).

Embora reconhecendo que a definição de nação tenha que ser atualizado após o fim dos impérios coloniais, e na parte teórica foi indicada uma definição, a tendência deste início do século XXI é que o crescimento da soberania das nações. Neste sentido elas ficam mais fortes tanto politicamente, como economicamente, culturalmente como até, linguisticamente.

Agora podemos ser mais afirmativos. Nação é uma construção que tende a desaparecer como qualquer fenômeno histórico. Mas, sendo a essência política do processo global de produção capitalista, acompanha suas fases. Surge com as monarquias absolutas da Europa ocidental, desenvolve-se com as revoluções políticas – o chamado Estado Moderno -, amadurece com o fim do colonialismo e,

na atualidade, **“a sociedade de hoje é politicamente composta de Estados Nacionais”**, como diz Habermas. Poderíamos acrescentar: com o advento do capitalismo, o estado foi espalhado pelos quatro cantos do mundo. Sendo que hoje, não há um só pedaço do planeta que não esteja sujeito a um estado ou se trate de um ‘território internacional’, pelo acordo entre eles. E não se tem notícias de nenhum estado com assento na ONU que não seja representante de uma nação, pelo menos, formalmente.

Os diversos autores citados reconhecem que a nação é um fenômeno histórico, portanto, com início, meio e fim. O que defendo é que esse ‘fenômeno histórico’ não está em vias de desaparecer, nem mesmo de enfraquecer com a globalização. Pelo contrário, tende a se fortalecer ainda mais. E isto, porque o capitalismo e as tentativas de sua superação globalizaram ainda mais as relações econômicas e sociais **através** das nações. O artigo de Fiori na coletânea *Crise* pontua este aspecto, depois de afirmar que ao final dos anos noventa do século passado havia certa homogeneidade nas políticas econômicas de alguns países da periferia capitalista *“e de sua forma de inserção desregulada e subordinada às finanças privadas internacionais”*, aduz:

É esta uniformidade que cria a impressão de que esteja ocorrendo também uma fragilização generalizada dos estados nacionais e de que esta seja mais uma das mudanças irreversíveis deste final de século. Trata-se, contudo, de uma verdade apenas parcial. O número de estados nacionais aumentou nos últimos 25 anos, e o que ocorreu no campo da soberania foi um aumento da distância entre o poder e a riqueza dos estados do “núcleo central” do sistema e os de sua periferia (FIORI, *Crise*, p.527).

O enigma é: se a globalização neoliberal precisa enfraquecer as nações por que estas tendem a se fortalecer? Porque a ‘globalização neoliberal’ é antes de tudo um projeto nacional – a manutenção da hegemonia quase unipolar dos EUA. Dentro deste projeto, alguns aliados, sobretudo a Inglaterra, participariam das vantagens. E o neoliberalismo juntou dois componentes econômicos de resultados explosivos: a usura e a dívida pública. Deve-se levar em conta que o capital produtor de juros, sendo o fetiche autômato completo, quanto mais cresce, quanto mais cria instituições e mecanismo novos para expandir-se, mais reúne e acumula material

para gigantescas crises econômicas. Como o capitalismo não pode viver de usura, o neoliberalismo não pode ser global. Encerrando sua conhecida obra sobre nações<sup>56</sup>, Hobsbawm faz alguns comentários conclusivos que destaco:

Como sugeri “nação” e “nacionalismo” não são mais termos adequados para descrever as entidades políticas descritas como tais, e muito menos para analisar sentimentos que foram descritos, uma vez, por essas palavras.

Apesar de tudo, o próprio fato de que historiadores estão ao menos fazendo alguns progressos no estudo e análise das nações e do nacionalismo sugere que, como é freqüente, o fenômeno já passou do seu apogeu. A coruja de Minerva que traz sabedoria, disse Hegel, voa no crepúsculo. É um bom sinal que agora está circundando ao redor das nações e do nacionalismo (HOBSBAWM, Mapa, p.215).

Para Hobsbawm o fenômeno nação *já passou do seu apogeu*. Esta tese defende, ao contrário, que o século XXI tende a conhecer o apogeu do fenômeno nação com uma marca mais acentuada: a soberania. E isso como decorrência de dois movimentos sucedidos no século XX: o fim do colonialismo (que perpassou todo o século) e a tentativa de globalizar o “projeto neoliberal” (que foi o principal movimento das duas últimas décadas daquele século). O primeiro movimento originou poderosas nações zelosas de suas soberanias; o segundo tem, como centro político, reduzir aquelas soberanias. E, certamente, a soberania de várias nações foi reduzida nas últimas décadas do século passado. Contudo neste início de segunda década do século XXI o cenário está indicando que muitas nações retomaram sua soberania e em condições mais sólidas. E, certamente, a Europa apresentará particularidades, dentre outros motivos, porque suas principais nações perderam no século XX o império colonial de que desfrutavam.

O termo nação tem tido várias conotações. Desde que os romanos o inventaram para descrever os povos que assediavam o império, ele passou por vários entendimentos. Devido a isso fiz questão de apresentar uma definição abrangente de nação, mais consentânea com a realidade política atual no mundo. Até porque, enquanto não terminaram os impérios coloniais, esse fenômeno ainda estava contido.

---

<sup>56</sup> **Nações e nacionalismo desde 1780. Programa, mito e realidade.** São Paulo. Editora Paz e Terra. 1990.

No MAPA Verdery intitula sugestivamente seu artigo: *Para Onde Vão a “Nação” e o “Nacionalismo”*. E inicia pela pergunta - *Nação e Nacionalismo: o que são eles?*<sup>57</sup>

Durante as décadas de 1980 e 1990, a indústria acadêmica estruturada em torno dos conceitos de nação e nacionalismo tornou-se tão vasta e interdisciplinar, que rivaliza com todos os outros focos contemporâneos de produção intelectual. Considero “nação”, antropologicamente, como um operador básico num vasto sistema social. Os sistemas de classificação social não fazem apenas classificar; na forma institucionalizada, também estabelecem as bases de autoridade e da legitimidade através das categorias que estipulam; fazem suas categorias parecerem naturais e socialmente reais. A nação, portanto, é um aspecto da ordem política e simbólico-ideológica, bem como do mundo das interações sociais (VERDERY, *Mapa*, p.239).

A autora começa salientando a importância do tema, mas a conceituação ‘antropológica’ que faz de Nação é, para falar o mínimo, imprecisa. Benedict Anderson elabora um conceito também antropológico, mas sofisticado, de Nação como Comunidade Imaginada. Voltaremos a sua obra mais adiante. O que nos interessa destacar para a Tese é como Verdery vê a nação, hoje:

Hoje, a possibilidade de fuga de capitais pode disciplinar todos os governos dos Estados nacionais. O aumento dos fluxos de capitais – e das populações, na esteira dele, produzindo o comentadíssimo fenômeno do transnacionalismo – questiona, em medida sem precedentes, todas as fronteiras arbitrárias e presumidas dos Estados nacionais (p. 245).

Esses raciocínios nos levam a perguntar: mas esses capitais que podem fugir, não têm proprietários? E os proprietários desses capitais fujões, não têm um (ou uns) Estado(s) nacional (ais) que os defenda(m)? Se for assim, então é este Estado (ou Estados), controlado(s) pelos proprietários dos capitais ‘que podem fugir’ que “disciplina(m)” os demais. Atenda pelo nome de globalização ou transnacionalismo, a conclusão da autora é a mesma – as fronteiras dos estados nacionais tendem a desaparecer. Fica, todavia, a pergunta mais importante: se para evitar a ‘fuga de capitais’, os Estados têm que, disciplinadamente, submeter-se ao ‘transnacionalismo’, o que aconteceria se eles tivessem uma atitude soberana? Cito

---

<sup>57</sup> Katherine VERDERY. *Para Onde Vão a ‘Nação’ e o ‘Nacionalismo’* (Mapa, p 239 a 247).

quatro exemplos de Estados que adotaram nestes trinta anos de ‘transnacionalismo’ e nos quais os capitais não apenas não fugiram de suas nações, como foram parar lá em grande escala: Índia, Indonésia, China e Vietnam (o que cresceu menos, em especial nos últimos 20 anos, foi à taxa anual superior a 5%).

Um artigo surpreendente, no MAPA, é o de Partha Chatterjee<sup>58</sup>. Ele não chega a polemizar com B. Anderson, pelo contrário, toma sua obra como base para seu raciocínio. E começa situando de forma diferente dos demais, a entrada do nacionalismo na agenda internacional:

O nacionalismo surgiu mais uma vez na agenda das questões mundiais. Quase todos os dias, líderes governamentais e analistas políticos dos países ocidentais declaram que, com o “colapso do comunismo” (é essa a expressão que empregam; presumivelmente, pretendem referir-se ao colapso do socialismo soviético), o principal risco para a paz mundial passou a ser representado pelo ressurgimento do nacionalismo em diferentes partes do mundo (CHATTERJEE, *Mapa*, p. 227).

Chatterjee, como se observa do raciocínio, vincula o medo do ressurgimento do nacionalismo pelas potências vitoriosas na ‘guerra fria’. Ele parte de um pressuposto próprio para desenvolver sua análise da questão nacional hoje, que vamos apenas registrar e não examinar, para o qual dá vários exemplos históricos.

Segundo minha interpretação, o nacionalismo anticolonial cria seu próprio campo de soberania, dentro da sociedade colonial, muito antes de iniciar a batalha política contra o poder imperial (CHATTERJEE, p.230).

Concorda com B. Anderson acerca do papel da língua e do que aquele chama de ‘capitalismo de imprensa’ na formação das nações; e destaca no campo interno cultural, a família. Mas faz uma objeção percuciente:

Tenho uma objeção central à tese de Anderson. Se os nacionalismos do resto do mundo têm que escolher suas comunidades imaginadas entre certas formas ‘modulares’, já colocadas a seu dispor pela Europa e pelas Américas, que lhes resta imaginar? A história, ao que parece, teria decretado que nós, do mundo pós-colonial, seremos perpétuos consumidores da modernidade. A Europa e as Américas, os únicos verdadeiros sujeitos da história, elaboraram, em nosso benefício, não apenas o roteiro do esclarecimento e da exploração coloniais, mas também o de nossa resistência anticolonial e o de

<sup>58</sup> **Comunidade Imaginada Por Quem?** Título do artigo de CHATTERJEE no Mapa.

nossa miséria pós-colonial. Até nossa imaginação tem que permanecer perenemente colonizada (CHATTERJJE, *Mapa*, p. 229).

Como se pode deduzir, não são afirmações comuns nas obras que estamos utilizando. Mas tem mais, e talvez melhor. Fixemos um ponto de sua análise: já que considera que a luta pela soberania nacional surgiu antes do Estado Nacional, agrega:

No correr do tempo, com o fortalecimento crescente da política nacionalista, esse campo tornou-se mais amplo e mais diferenciado internamente, e acabou assumindo a forma de Estado nacional, isto é, pós-colonial. Os elementos dominantes de sua autodefinição, pelo menos na Índia pós-colonial, foram extraídos da ideologia do moderno Estado liberal-democrata (CHATTERJJE, *Mapa*, p. 234).

O notável neste raciocínio é fugir do esquema centro x periferia, ao tempo em que reconhece a modelagem de estado moderno surgida na Europa e que foi adotada, como ele salienta, 'pelo menos na Índia'.

Na *CRISE*, temos um artigo de Carvalho<sup>59</sup>, no qual, logo de início, como vários outros autores que já examinamos, afirma:

O Estado-nação tem uns duzentos anos de existência e já começa a dar sinais claros de esclerose. Outros formatos de convivência social e política começam a ser inventados. No entanto, o que virá será, como sempre, influenciado pelo que foi. Daí caber ainda, ao final do século XX, examinar nossa experiência de Estado-nação. Coube-me examinar o lado nação da dobradinha. A originalidade dessa forma histórica está no acoplamento do Estado com a nação, mas isto não significa que cada uma das partes tenha perdido sua especificidade e não possa ser analisada à parte. Há Estados que englobam várias nações, há nações com mais de um Estado. Em alguns países sobra Estado, em outros sobra nação, ou sobram nações. Além disso, a relação entre os dois assume formas diversas: às vezes o Estado cria a nação, às vezes é o oposto que se dá, às vezes criam-se os dois mutuamente (CARVALHO, *Crise*, p.397).

Vamos nos deter um pouco neste longo parágrafo. Para começar, repete, com forma própria, o que a quase totalidade afirmou de formas diversas: o Estado-nação dá sinais claros de esclerose. Ele separa estado e nação. Mas constata que a

---

<sup>59</sup> *Nação imaginária: memória, mitos e heróis*. Título do artigo de José Murilo de Carvalho (p. 395 a 418).

originalidade dessa forma histórica está no ‘acoplamento’ entre ambas. O que nos leva a indagar: como se deu este acoplamento? Qual é a sua essência? E como se dá hoje? A ausência de definições claras, históricas e políticas, tanto do estado como da nação, leva a este tipo de confusões, no nosso entender. Por exemplo, o que afirma Carvalho, e nisso é acompanhado por muitos cientistas sociais: às vezes o Estado cria a nação, às vezes é o oposto que se dá. Pois bem, então por que os Estados existentes entre fenícios, egípcios, persas, gregos, romanos, etc. não criaram nações? O que, então, evitou o tal acoplamento?

No Dossiê, há um artigo de Bonavides<sup>60</sup>, onde o autor começa por um conceito idealista de nação, segundo as palavras do próprio autor, prossegue com a formação da nacionalidade desde o Brasil colonial ao Brasil monárquico, passa pelo advento das bases nacionais de um Estado social e conclui com a dimensão federativa do Estado Nacional no Brasil. Há neste artigo vários conceitos próximos dos que estou trabalhando. Mas pretendo destacar apenas a relação que faz entre nação, povo e estado.

Em verdade, a teoria da soberania nacional é, a nosso parecer, a única que teoriza e estabelece, pelo ângulo político, a unidade da nação, povo e Estado.

De tal sorte que quem diz nação, diz também povo, e diz do mesmo passo Estado, porque Estado, segundo essa concepção, só se constitui legítimo se não transgredir o princípio da nacionalidade (BONAVIDES, Dossiê, p. 204).

Adiantando o tema soberania, ela se tornou, devido à hegemonia neoliberal comandada pela oligarquia da usura, a questão central da existência das nações. E, também, a base sem a qual, não há nelas, desenvolvimento, democracia e distribuição de renda. E isto ocorre porque a globalização neoliberal precisa estancar o desenvolvimento das nações, concentrar a renda e, em decorrência afastar milhões de seres humanos dos mais mezinhos direitos sociais. E esta é uma lógica inexorável do dinheiro que rende dinheiro sem passar pela produção. Não por acaso, todas as nações que se submeteram ao receituário neoliberal, conheceram praticamente três décadas de estagnação.

---

<sup>60</sup> *Reflexões sobre a nação, Estado social e soberania*. Este o título do artigo de Paulo Bonavides para o Dossiê (p.195 a 206).

A obra de Benedict Anderson,<sup>61</sup> embora escrita no calor de acontecimentos (os conflitos entre Vietnã, Camboja e a China), tornou-se uma referência, quando se trata do tema nação. Não apenas por abordá-la de forma original (embora com um viés antropológico), mas por reunir um conjunto de dados sobre dezenas de nações do planeta. O que interessa para minha tese é que, embora tenha escrito em um momento em que o neoliberalismo recém começava seu período ascensional (1983), Anderson afirmava então, com vigor, que as nações tendiam a se fortalecer, por exemplo:

A Primeira Grande Guerra deu fim à era das grandes dinastias. Em 1922, os Habsburgos, os Hohenzollens, os Romanovs e os Otomanos já haviam desaparecidos. Em lugar do Congresso de Berlim surgiu a Liga das Nações, da qual não se excluíram os não-europeus. Daí para diante, a norma internacional legítima era o Estado-nação, de modo que, na Liga, até mesmo as potências imperiais remanescentes apresentavam-se vestidas com trajes nacionais em lugar do uniforme imperial. Após o cataclismo da Segunda Guerra Mundial, a maré Estado-nação atingiu seu nível máximo. Em meados da década de 1970, até mesmo o Império Português se tornara coisa do passado (ANDERSON, B. 1989, p.125).

Essas declarações estão em completa coincidência com o que defende esta Tese. A diferença que pode existir é quanto à caracterização – eu afirmo que são nações surgidas no século XX na luta contra o Imperialismo. Daí porque a potência imperialista que gozava de uma hegemonia política e militar avassaladora sobre as demais nações, mas passava por dificuldades econômicas devido ao crescimento das demais, engendra um projeto para manter e ampliar sua hegemonia, o neoliberalismo. Aqui, também, com uma situação diferente do imperialismo do início do século XX, não havia conflito entre as potências imperialistas capaz de levar à guerra entre elas. O Japão e a Alemanha, por exemplo, que foram tremendamente prejudicados na década de setenta, pelo fim da paridade ouro-dólar, não esboçaram reações significativas. E a alta da taxa de juros no final desta década, elevou a pressão para que outras dezenas de nações também se submetessem.

Na transição do período fabril, com sua livre concorrência, para a concentração da produção e seus correspondentes monopólios, surgiram nações.

---

<sup>61</sup>ANDERSON, Benedict **Nação e Consciência Nacional**. São Paulo. Editora Ática. 1989. O original em inglês é de 1983.

Aliás, Benedict Anderson se refere a isso ao tratar, no capítulo 6 de sua obra, do *Nacionalismo Oficial e Imperialismo*. Destaco uma passagem sobre o Japão:

Entre 1868 e 1871, todas as unidades militares remanescentes, de caráter “feudal” e local, foram dissolvidas, outorgando a Tóquio um monopólio centralizado dos meios de violência. Em 1872, um Editó Imperial determinou a implantação da alfabetização universal entre os adultos do sexo masculino. Em 1873, bem antes do Reino Unido, o Japão introduziu o serviço militar obrigatório. Ao mesmo tempo, o regime deu fim aos samurais como classe legalmente definida e privilegiada, passo essencial não apenas para (lentamente) abrir o quadro de oficiais a todos os talentos, mas também para ajustar-se ao modelo então “disponível” da nação-de-cidadãos (ANDERSON, B. 1989, p.107).

Leve-se em conta que, enquanto isso ocorria no Japão, quase simultaneamente havia a unificação da Alemanha e da Itália, a vitória dos nortistas na guerra da secessão norte-americana e a reforma do Nadiel na Rússia, que possibilitou sua rápida industrialização. E tudo isso em um tempo histórico inferior a 10 anos! Se adicionarmos a tanto, aquilo que já indicava Marx, que as crises cíclicas iriam ocasionar os monopólios - e que essas cinco nações (três recentes e duas se consolidando) surgiram para viabilizar os monopólios -, temos os ingredientes para a “nova partilha do mundo” de que falava Lênin, no início do século XX. Exatamente pela disputa entre estas cinco nações pelo império colonial notadamente o da França e o da Inglaterra.

### 2.3 AS NAÇÕES DO NOVO MUNDO

Para a comparação política entre Argentina, Brasil e México que farei mais adiante, é indispensável me referir a uma coletânea cujo título indica essa necessidade: “Nacionalismo no Novo Mundo”, organizada por Marco A. Pamplona e

Don H. Doyle<sup>62</sup>. A coletânea tem o mérito de estudar nações da América inclusive as que estamos comparando. Aliás, na introdução os organizadores afirmam:

O animado debate sobre o nacionalismo que vem ocorrendo desde a década de 1980 deixou de lado, em grande parte, o hemisfério ocidental. Um exame das principais antologias publicadas em inglês, destinadas a iniciar universitários no estudo do nacionalismo, levaria o leitor a se perguntar se já foi escrita alguma obra sobre o hemisfério ocidental. Três coletâneas da maior importância são *Nationalism* (1994), de John Hutchison e Anthony Smith; *Becoming National* (1996), de Geoffrey Eley e Ronald Grigor Suny; e *Mapping the Nation* (1996), de Gopal Balakrishnan. A não ser por um ensaio sobre a literatura latino-americana na coletânea de Eley e Suny, entre as dezenas de ensaios e excertos nessas três coletâneas não existe um que enfoque as nações americanas (PAMPLONA e DOYLE, 2008, p. 17 e 18).

Essa tese se apoiou no estudo de três coletâneas e uma delas também é citada pelos organizadores, a de Balakrishnan, embora eu tenha utilizado a que foi publicada no Brasil em 2000. Doyle e Pamplona salientam que “*a Canadian Review of Studies in Nationalism é a única publicação no hemisfério ocidental dedicada a estudos sobre o nacionalismo*, e agregam: *mesmo nesse caso a orientação européia é evidente*” (p.18). É desta coletânea um ensaio de Craig Calhoun com o sugestivo título – *O nacionalismo importa* – e que termina com uma afirmação semelhante a muitas que fiz quando examinei as outras coletâneas e pelas referências que usa, respondendo a estudiosos que também citei, diz ele:

Contudo, por mais perturbada e perturbadora que seja a organização da política por nações, creio não haver muitos indícios de que elas estejam desaparecendo do cenário mundial (CALHOUN, 2008, p. 66).

Desnecessário acrescentar que o ponto de vista dessa Tese é que as nações além de não estarem desaparecendo estão, isto sim, se fortalecendo no cenário mundial do século XXI. Tenho frisado que a etnia tem uma relevância insignificante para as nações da América, observe-se o que dizem os organizadores da coletânea mencionada:

---

<sup>62</sup> Marco A. Pamplona e Don H. Doyle (organizadores). **NACIONALISMO NO NOVO MUNDO – a formação de estados-nações no século XIX**. Editora Record. RJ-SP. 2008. Nelas constam ensaios de CRAIG CALHOUN, T. H. BREEN, JACK P. GREENE, SUSAN-MARY GRANT, PHILLIP BUCKNER, JORGE MYERS, JEANE DELANEY, HAYLEY FROYSLAND, ERIC VAN YOUNG, WILMA PERES COSTA, HENDRIK KRAAY, HEATHER THIESSEN-REILY, BARBARA WEINSTEN, GARY GERSTLHE, além de uma introdução dos organizadores, sugestivamente intitulada, *Americanizando a conversa sobre o nacionalismo*.

Muitos considerariam esse uso do termo “nação” por demais restritivo, especialmente tendo em vista que o principal movimento do mundo acadêmico contemporâneo vem sendo o de desconstruir os mitos de que um núcleo étnico persistente estaria implícito em “nação”. Decerto, a maioria das nações americanas não se qualificaria como nações por esse padrão, seja qual for o caso. Pelo contrário, elas admitem abertamente a pluralidade de suas populações de imigrantes; e embora celebrem a assimilação, não fingem ter como base uma descendência étnica coerente. Se o nacionalismo tende a reificar identidades etnonacionalistas em outras partes do mundo, nas Américas seu esforço típico é o de abarcar as identidades étnicas plurais (PAMPLONA e DOYLE, 2008. p.19).

Na coletânea há um ensaio de Barbara Weinstein intitulado *Escravidão, cidadania e identidade nacional no Brasil e no Sul dos EUA*. Alguns aspectos a salientar nesse trabalho:

Entre as numerosas idéias instigantes em *Comunidades imaginadas* de Benedict Anderson, estava sua audaciosa transposição do curso e da cronologia da criação de nações, com a identificação dos “pioneiros crioulos” do Novo Mundo, em vez dos antigos reinos da Europa, como as primeiras nações modernas (WEINSTEIN, 2008, p.377).

Cotejando essas afirmações com a análise da formação das nações realizada nos capítulos anteriores faço uma ressalva: as primeiras nações que se formaram foram Portugal, Espanha, Holanda, Inglaterra e França quando do Absolutismo Monárquico para viabilizar a transição da acumulação primitiva para o predomínio da manufatura capitalista. Contudo, a segunda leva na formação das nações foi efetivamente as da América como quer B. Anderson.

O que proponho fazer neste ensaio é começar a corrigir esse relativo desinteresse na historiografia, abordando o declínio da escravidão nas Américas como um processo intimamente vinculado ao da formação da nação e à questão da identidade nacional. (WEINSTEIN, 2008, p.377).

Como já salientado anteriormente neste trabalho, repetindo Marx, o objetivo inicial da colonização da América era criar burguesia na Europa. O objetivo seguinte era formar assalariados nas colônias. Nesse sentido, a escravidão atrasou a consolidação das nações onde ela era extensa e, certamente, estão nestes casos o EUA e o Brasil. O Brasil, como se verá, se formou como nação com a independência

de Portugal, contudo, sua consolidação inicial se dá com a Abolição da Escravidão e a República. Já o EUA, se forma como nação com a guerra de independência da Inglaterra; mas se consolida com a Guerra da Secessão.

#### 2.4 VICISSITUDES DO NEOLIBERALISMO.

A crise econômica iniciada em 2007 está, na opinião de especialistas, longe de seu término. Uma das explicações, por nós compartilhada, para a causa dessa crise foi o predomínio do capital produtor de juros nos países capitalistas mais desenvolvidos – de modo especial EUA e Inglaterra, além da França e Alemanha. Todavia, o que quero realçar, por ora, é que, de um lado, para que este capital produtor de juros predominasse nos últimos trinta anos, em vastas regiões do planeta, foi fundamental submeter Estados, cujas Nações gozavam, segundo os critérios de Krasner, da soberania westfaliana. De outro, não há mais possibilidade de se retornar à situação de 1979, vale dizer, é uma crise diferente das anteriores porque atinge aos proprietários do capital produtor de juros enquanto as anteriores atingiam, sobretudo, os proprietários do capital industrial e comercial. Necessário acrescentar que na lógica do capital financeiro (fusão do capital bancário com o capital industrial e sendo seus proprietários muitas vezes as mesmas pessoas), o dinheiro funciona como crédito. Um exemplo é o financiamento dos bancos alemães para que os argentinos comprassem bens de suas indústrias no início do século XX. Bem diferente é a lógica do capital produtor de juros, no qual o dinheiro ao invés de funcionar como crédito para a produção, funciona como algo que se valoriza a si mesmo.

Portanto, o neoliberalismo não é uma nova fase do capitalismo, e sim, uma política para defender os grandes capitalistas em especial de duas nações: EUA e Inglaterra. Contudo, sua lógica interna, sua dinâmica, sua *fortuna*, levou a um resultado oposto: beneficiou por assim dizer os capitalistas usurários em detrimento dos capitalistas industriais e comerciais mesmo naquelas duas nações.

O neoliberalismo vive sua fase crepuscular como pode ser ilustrado por uma comparação entre as duas nações que o lideraram (EUA e Inglaterra); nações que

não o aceitaram desde o início (Índia e China) e três nações que estão entre as suas primeiras vítimas (Argentina, Brasil e México). O Quadro 1 possibilita visualizar a comparação. A fonte dessa comparação são os dados do Banco Mundial sobre estes sete países no período de 1970 a 2008. Os dados relativos a 2009-2010, apenas confirmam a tendência que verificamos no período 2003-2008, pois a crise econômica atinge duramente os países que lideraram o neoliberalismo, teve pouca repercussão nos que nunca o aceitaram e foi mais suave nos que passaram a resistir aos seus postulados.

O quadro 2 é um corte do quadro 1 para um período no qual a resistência ao neoliberalismo passou a ser feita por governos centrais, como no caso da Argentina e Brasil. O quadro 3 foi criada pelo autor desta tese, tomando como base o quadro 1 e fazendo a média do PIB anual para quatro períodos distintos: 1970-1978 (antes da elevação unilateral da taxa de juros pelo FED); 1979-1989 (da elevação da taxa de juros até a formalização do Consenso de Washington); 1989-2002 (período de aplicação intensa do receituário daquele consenso); 2003-2008 (período de crescente resistência àquele receituário).

Quadro 1: Produto Interno Bruto em Bilhões de Dólares Correntes

Ano	Argentina	Brasil	México	China	Índia	Inglaterra	EUA
1970	31	42	35	91	61	123	1.025
1971	33	49	39	98	66	139	1.113
1972	34	58	45	112	71	160	1.225
1973	52	79	55	136	85	181	1.369
1974	72	105	71	142	98	196	1.486
1975	52	123	88	161	97	234	1.624
1976	51	152	89	151	101	225	1.809
1977	56	176	81	172	119	254	2.014
1978	58	200	102	148	135	322	2.276
1979	69	224	134	176	150	418	2.544
1980	76	235	194	189	183	537	2.768
1981	78	263	250	194	190	509	3.105
1982	84	281	173	203	197	485	3.229
1983	103	203	148	228	215	460	3.508
1984	79	209	175	257	209	669	3.902
1985	88	222	184	306	229	456	4.187
1986	110	268	129	297	246	561	4.427
1987	111	294	140	270	276	688	4.702
1988	126	330	183	309	293	837	5.063
1989	76	425	222	343	292	845	5.441
1990	141	461	262	356	317	995	5.757
1991	189	407	314	379	267	1.040	5.946
1992	228	390	363	422	245	1.078	6.286
1993	236	438	403	440	276	968	6.604
1994	257	546	421	559	323	1.046	7.015
1995	258	768	286	728	356	1.141	7.342
1996	272	839	332	856	388	1.199	7.762
1997	292	871	401	952	410	1.335	8.250
1998	298	843	421	1.019	416	1.433	8.694
1999	283	586	481	1.083	450	1.475	9.216
2000	284	644	581	1.198	460	1.450	9.764
2001	268	553	622	1.324	477	1.444	10.075
2002	102	504	649	1.453	507	1.582	10.417
2003	129	552	700	1.640	599	1.825	10.908
2004	153	663	759	1.931	700	2.168	11.630
2005	183	882	846	2.235	810	2.246	12.376
2006	214	1.089	948	2.657	914	2.402	13.132
2007	262	1.333	1.022	3.382	1176	2.772	13.751
2008	328	1.612	1.085	4.326	1217	2.645	14.204

Fonte de Dados: Banco Mundial – Quadro organizado pelo Autor

Este quadro será doravante desdobrado em outros.

Quadro 2: PIB em bilhões de dólares correntes de 2003 a 2008

Ano	Argentina	Brasil	México	China	Índia	Inglaterra	EUA
2003	129	552	700	1.640	599	1.825	10.908
2004	153	663	759	1.931	700	2.168	11.630
2005	183	882	846	2.235	810	2.246	12.376
2006	214	1.089	948	2.657	914	2.402	13.132
2007	262	1.333	1.022	3.382	1.176	2.772	13.751
2008	328	1.612	1.085	4.326	1.217	2.645	14.204

Fonte: Banco Mundial – Quadro organizado pelo autor.

Este quadro demonstra que as nações que passaram a resistir ao receituário neoliberal (Argentina e Brasil), bem como aquelas que nunca o aceitaram (China e Índia), passam a se desenvolver mais intensamente que aquelas que o lideraram (EUA e Inglaterra) ou continuaram submetidas a ele (México).

Comparando o crescimento do PIB de 2008 com o de 2003 em bilhões de dólares correntes temos: Argentina 129 para 328 (2,54); Brasil 552 para 1.612 (2,92); México 700 para 1085 (1,55); China 1.640 para 4.326 (2,63); Índia 599 para 1.217 (2,02); Inglaterra 1.825 para 2.645 (1,44); EUA 10.908 para 14.204 (1,30). Enquanto o PIB da Argentina e do Brasil cresceu acima de 2,5 vezes no período, o da Inglaterra e EUA abaixo de 1,5 vezes. Na China o PIB cresce acima de 2,5 vezes e no México apenas 1,55. Mesmo a Índia cresceu mais que EUA, Inglaterra e México.

Quadro 3: Média do PIB anual em quatro períodos em bilhões de dólares correntes

Período	Argentina	Brasil	México	China	Índia	Inglaterra	EUA
1970-1978	49	109	67	135	93	204	1.549
1979-1988	92	253	171	243	219	562	3.744
1989-2002	227	591	411	794	370	1.217	7.755
2003-2008	212	1.022	893	2.695	1.354	2.260	12.667

Fonte: Banco Mundial – Quadro organizado pelo autor.

Mas para examinar em mais detalhes o significado deste conjunto de números, comecemos pelo que afirma Harvey em sua obra já citada:

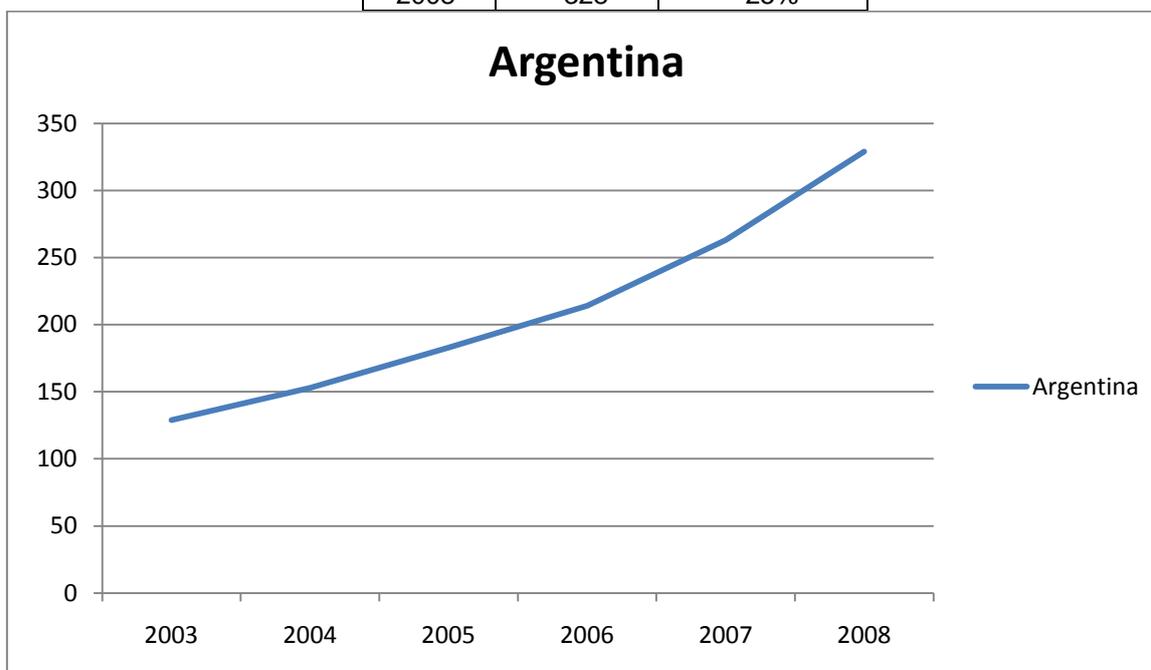
Em outubro de 1979, Paul Volcker, presidente do Federal Reserve Bank no governo Carter, promoveu uma mudança draconiana na política monetária dos Estados Unidos. [...]. A taxa real de juro, que com frequência foi negativa durante o surto inflacionário de dois dígitos dos anos 1970, tornou-se impositiva por ordem do Federal Reserve. A taxa nominal de juro aumentou da noite para o dia, depois de algumas elevações e quedas, ficando em julho de 1981 perto de 20%. [...] “Iniciou-se assim *‘uma duradoura recessão profunda que esvaziaria as fábricas e destruiria os sindicatos dos Estados Unidos, além de levar países devedores à beira da falência, dando início à longa era dos ajustes estruturais* (conforme Henwood, 2003, 208)’ [...] (HARVEY, 2005)”.

Esta *“longa era de ajustes estruturais”* é o que se chama de neoliberalismo. Mas, as forças produtivas sociais não param de se desenvolver, apesar das dificuldades criadas pelo neoliberalismo e pelas instituições dele originadas como pode ser constatado examinando as tabelas anteriores baseadas no PIB.

Comparando as três nações (Argentina, Brasil e México), percebe-se que elas sofreram a crise das dívidas externas (abrupta e unilateralmente elevadas) dos anos oitenta e a ‘política de desregulamentação’ (o Estado passa a liberar o trânsito do capital produtor de juros) dos anos noventa. Nesta primeira década do século XX, enquanto a Argentina e o Brasil voltam a ter taxas elevadas de crescimento o México continua com taxas modestas. O enfrentamento diferenciado ao neoliberalismo por parte de um lado da Argentina e Brasil e de outro, do México, foi se tornando evidente nesta primeira década do século XXI. E sua decorrência aparece nos números acima. Para melhor entender vamos ilustrar com as tabelas individualizadas, onde aparecem melhor as curvas de crescimento do PIB:

Quadro 4: PIB argentino em bilhões de dólares corrente.

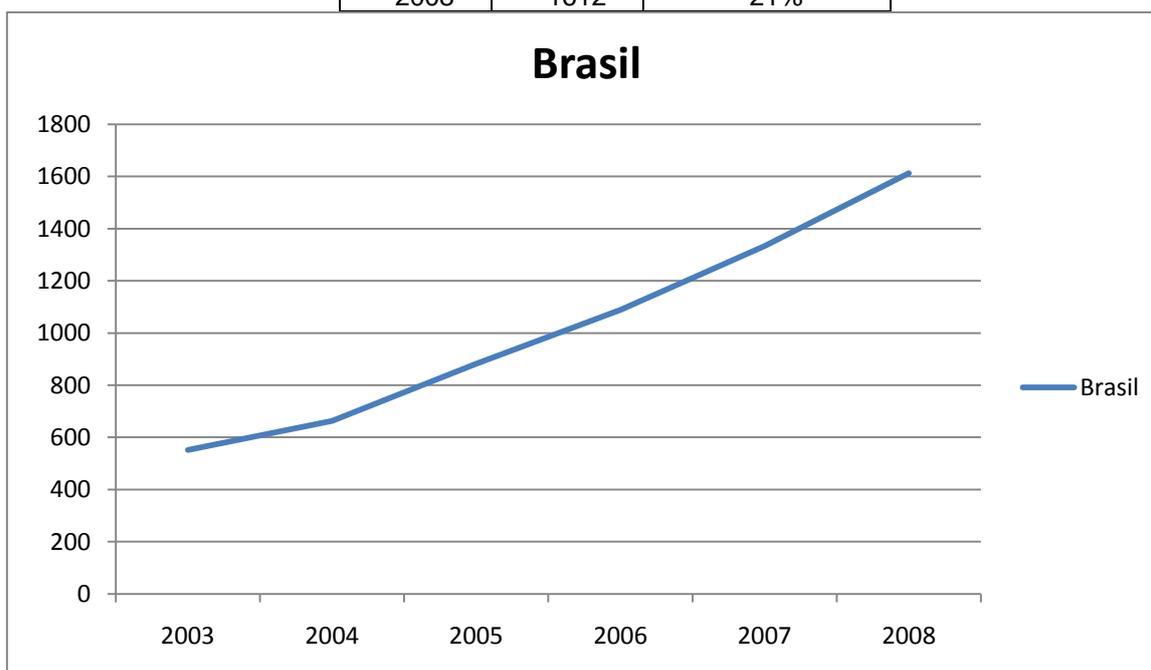
Ano	Argentina	Crescimento Anual do PIB
2003	129	
2004	153	19%
2005	183	20%
2006	214	17%
2007	262	22%
2008	328	25%



Fonte de dados Banco Mundial. Quadro e gráfico organizados pelo autor.

Quadro 5: PIB brasileiro em dólares correntes.

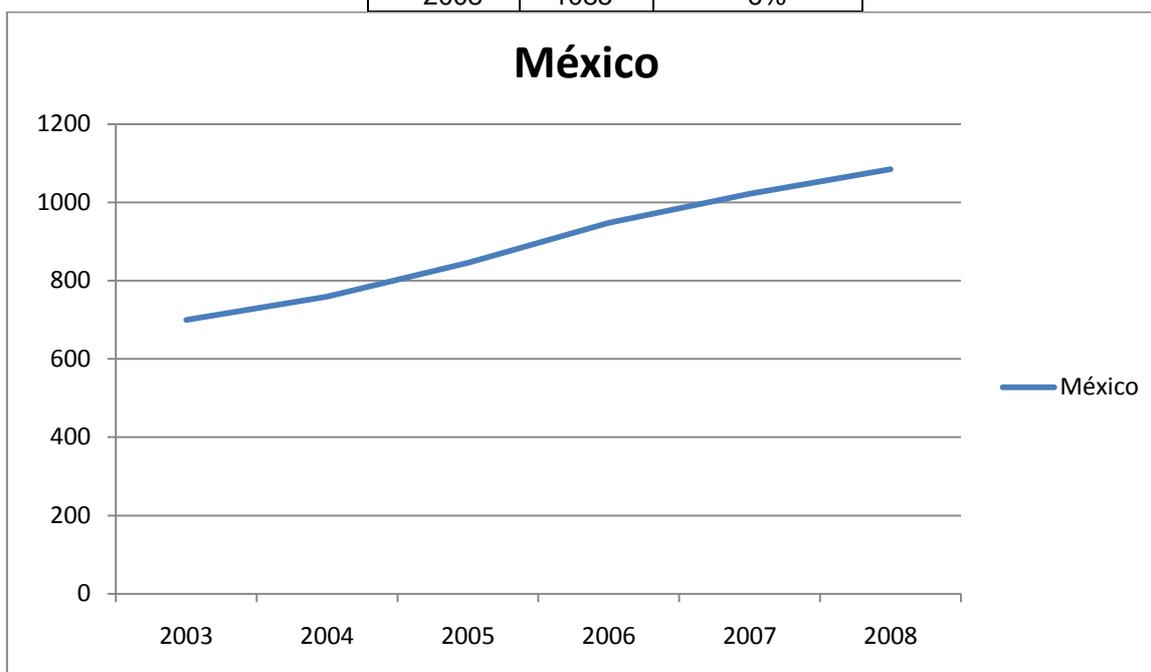
Ano	Brasil	Crescimento Anual do PIB
2003	552	
2004	663	20%
2005	882	33%
2006	1089	23%
2007	1333	22%
2008	1612	21%



Fonte dos dados: Banco Mundial. Quadro e gráfico organizados pelo autor.

Quadro 6: PIB mexicano em bilhões de dólares correntes.

Ano	México	Crescimento Anual do PIB
2003	700	
2004	759	8%
2005	846	11%
2006	948	12%
2007	1022	8%
2008	1085	6%



Fonte de dados: Banco Mundial. Quadro e gráfico organizados pelo autor.

A Argentina e o Brasil adotaram a partir de 2003 uma política econômica na qual o Estado volta a ter um papel indutor e a controlar, em certa medida, o livre fluxo de capitais, além de afastarem o FMI do monitoramento de suas contas. O México vive uma situação ambígua; setores do PRI e de outras forças querem tomar medidas semelhantes, mas seu envolvimento com a NAFTA dificulta isto devido aos 'contratos' decorrentes. É evidente que o atrelamento do México ao receituário neoliberal o enfraquece como nação. Comparando no mesmo período duas nações que não aceitaram o neoliberalismo (China e Índia) com duas que o lideraram, temos:

Quadro 7: PIB em bilhões de dólares correntes

Ano	China	Índia	Inglaterra	EUA
2003	1.640	599	1.825	10.908
2004	1.931	700	2.168	11.630
2005	2.235	810	2.246	12.376
2006	2.657	914	2.402	13.132
2007	3.382	1.176	2.772	13.751
2008	4.326	1.217	2.645	14.204

Fonte: Banco Mundial – Quadro do autor.

Enquanto o PIB, no período de 2003-2008, crescia na China 2,6 vezes e na Índia 2 vezes; na Inglaterra, cresceu aproximadamente 1,5, e nos EUA, 1,3. A idéia central desta tese – cresce a relevância política das nações – está refletida nos quadros e gráficos anteriores. Apesar de muitos autores terem afirmado, há alguns anos, que as nações tendiam a reduzir sua relevância política com a globalização, isto não está se confirmando, mas sim o inverso. Desde o início da pesquisa de tese, parti do pressuposto de que, dialeticamente, a reação a essa tendência se daria pela retomada em novas bases da soberania das nações.

A data inicial de uma nova submissão de várias nações é outubro de 1979, pois, em nosso entender, é aqui que ocorre a transformação qualitativa. Com isso, quero dizer que as tendências que se avolumavam na década de 1970, no sentido de desfazer o pacto político e econômico entre a maioria das nações que havia viabilizado o chamado *Golden Age* (1945-1970) do capitalismo mundial, assumem, a partir daquela data, uma nova qualidade. Houve uma decisão unilateral que forçava a repactuação. Assim como o fim da paridade ouro-dólar prejudicou, fundamentalmente, a Alemanha e o Japão, essa medida prejudicava a maioria das nações. Ora, no pacto político anterior, a importância política das nações era relevante. No geral, as decisões da ONU eram acatadas e esta entidade, que até pelo nome amalgamava a relevância das nações, gozava de um prestígio internacional crescente. E, neste período, estavam terminando os impérios coloniais.

Daquela data em diante, essa importância política das nações sofre um enfraquecimento. A “abertura da conta capital” foi se generalizando na maioria das nações (com a exceção importante de poderosas nações asiáticas, notadamente Índia, China e Indonésia). Desnecessário acrescentar que apenas este instrumento

feria e fere, profundamente, a soberania de qualquer nação, pois o Estado renuncia, ou reduz sua participação ativa, no principal instrumento de política econômica.

Não se podem subestimar as decisões políticas dos Estados Nacionais: na maior parte deles houve medidas (inclusive constitucionais e, sobretudo, infraconstitucionais) tendentes a reduzir a importância política de suas nações, com a justificativa de obterem as vantagens de participar da globalização – e ela era tida como inevitável. Propositalmente, confundia-se uma tendência do capitalismo desde os seus primórdios, o processo global de produção capitalista, com os mecanismos “globais” criados pela oligarquia da usura (instalada nos EUA e na Inglaterra e controlando, basicamente, os principais órgãos desses Estados).

Podemos periodizar o período que estamos examinando do seguinte modo:

1) 1979 – 1989: tendência a diminuir o papel político das nações, com redução mais abrupta no fim do período. Fatos relevantes: elevação constante da taxa de juros nos primeiros anos; crise das dívidas externas (essa crise atingiu com força a Argentina, o Brasil e o México); era Reagan e Thatcher; queda do muro de Berlin.

2) 1990 – 2002: esse período pode ser considerado a Golden Age do Neoliberalismo. Fatos marcantes: dissolução da URSS e da Jugoslávia; institucionalização do Consenso de Washington em dezenas de nações (e aceitação quase cabal de seus postulados nos governos, academias e imprensa).

3) 2003 – 2009: reversão acelerada da tendência anterior, principalmente a partir de 2003. Acontecimentos destacados: cresce a resistência dos movimentos sociais e, logo em seguida, de governos centrais, às funestas conseqüências sociais das políticas inspiradas nos postulados neoliberais; o fracasso da invasão do Iraque e do Afeganistão; o apogeu da crise econômica cujo epicentro ocorreu nos EUA (2008). Na atualidade, essa tendência ao crescimento da relevância política das nações vai se firmando, como demonstram os fóruns mundiais, G – 20, BRIC’s, e ainda, a mudança na composição e na conduta de instituições que fomentavam o neoliberalismo como o FMI e o Banco Mundial. Ainda não é uma alteração completa, como se observa pelos ‘remédios’ prescritos à Grécia, mas um início de alteração que tende a se firmar no futuro. A Argentina e o Brasil demonstram essa tendência

notadamente a partir de 2003. E a rigor, é neste ano que começa efetivamente o desgaste mais acentuado do neoliberalismo com a invasão do Iraque.

O motivo político básico que possibilitou um modelo econômico baseado no capital produtor de juros foi uma tendência à hegemonia unipolar e à determinação do Estado que a representa de adotar aquele modelo. Contava esse estado, em 1979 com dois instrumentos econômicos decisivos: sua moeda era reserva internacional de valor e dezenas de nações tinham contraído dívidas públicas com seu tesouro. Mas também essa tendência foi se invertendo. A rigor, “hegemonia unipolar” não é possível no capitalismo. Mesmo em outras formações sociais – o caso do império romano – quando essa hegemonia foi maior, não era mundial. Contudo, inegavelmente, houve uma tendência a sua constituição a partir de 1979. A bipolaridade então já não era a essência política da realidade mundial, tal a supremacia dos EUA sobre a Rússia sob qualquer conceito (ou critério) geopolítico de análise.

Durante a década de oitenta e especialmente na década de noventa, com as privatizações, foram criadas na Argentina, Brasil e México, diversas instituições para favorecer o crescimento do capital produtor de juros nestas nações. Seus bancos centrais fomentaram esses ‘empreendimentos’. Tais como: ‘bancos de investimentos’; ‘fundos’ (diversos); permissão aos bancos comerciais de atuarem com ‘carteiras de ações’; ‘agências de classificação de risco’, etc. De tal sorte que as dívidas públicas, em especial as internas, destes países também se encontram nas mãos de particulares pela via dos ‘títulos públicos’. É o que chamo os proprietários do capital produtor de juros que formam uma ‘nova’ fração de classe social. Nessas condições, cresceu nestes países a classe, ou fração de classes que denominei **oligarquia usurária**. Essa oligarquia burguesa usurária, global e moderna é completamente parasita. Alimenta-se de uma parte da mais-valia presente e futura; e o faz através dos “derivativos e outras inovações financeiras” e da especulação com os títulos da dívida pública. O projeto neoliberal sustentado pela burguesia usurária, como tenho salientado, é uma faceta, uma parte, do sistema capitalista. Tenta se globalizar, porém, sua natureza a impede. Retira seus principais ganhos da manipulação das dívidas públicas, das taxas de juros e do câmbio. Tem sido combatido principalmente na Argentina e Brasil desde 2003, e menos no México. Mas continua tendo imenso poder político e econômico nos três países. Tendo sido a fração de classe responsável pela atual crise econômica nos EUA e Europa,

continua sendo a mais interessada na permanência do *status quo*, na permanência das atuais regras no sistema financeiro destas regiões. Argentina e Brasil enfrentam melhor do que o México a crise por que as medidas anticíclicas que adotaram beneficiam os setores vinculados à produção e circulação de mercadorias e não ao usurário.

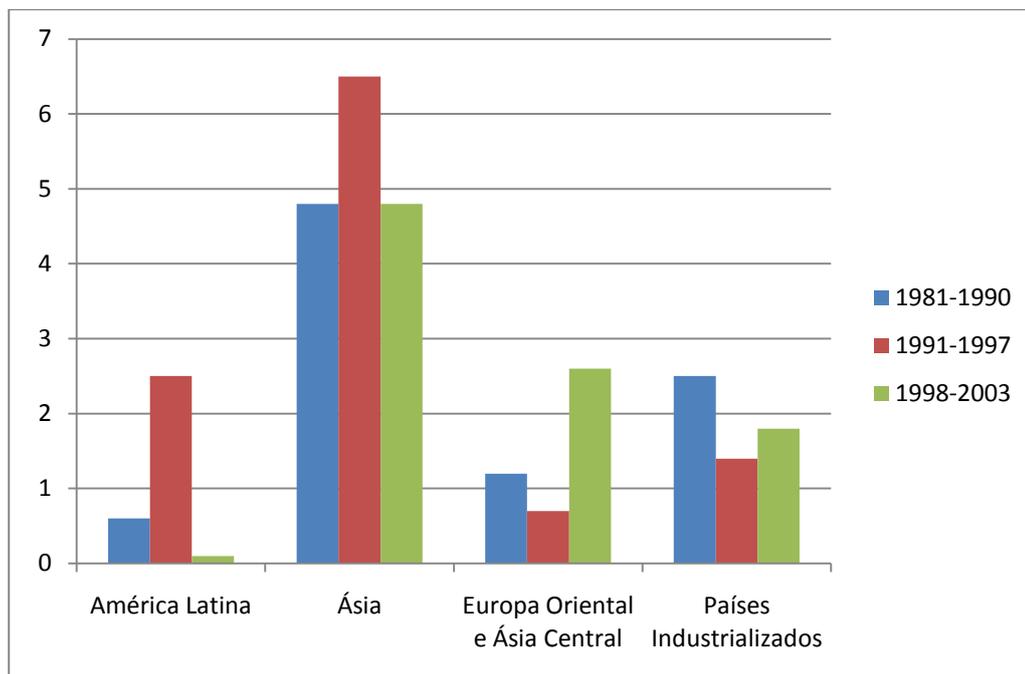
O quadro abaixo citado pelo professor Mamigonian, é ilustrativo das vicissitudes causadas pelo neoliberalismo e a mudanças que começam a ocorrer. Serve como um roteiro para entender o que aconteceu após as três últimas décadas nas nações que foram vítimas do neoliberalismo, as que não o aceitaram, as que o aceitaram a medias, e as que o lideraram. E o fato de estar representando regiões é uma vantagem ao permitir vislumbrar de forma macro por assim dizer, pois abrange o planeta.

#### Percentual Médio de Crescimento do PIB Anual 'Per Capita' Ajustado Pela Inflação

Ano	América Latina	Ásia	Europa Oriental e Ásia Central	Países Industrializados
1981-1990	0,6%	4,8%	1,2%	2,5%
1991-1997	2,5%	6,5%	0,7%	1,4%
1998-2003	0,1%	4,8%	2,6%	1,8%

Fonte: Fundo Monetário Internacional – esse quadro é encontrado em MAMIGONIAN, 2006.

**Crescimento do PIB, em quatro regiões do mundo, em três períodos do neoliberalismo.**



Crescimento do PIB em quatro regiões do mundo em três períodos do neoliberalismo. Gráfico feito pelo autor com base no quadro acima de Mamigonian.

Das quatro regiões da tabela acima e no período abrangido podemos classificá-las como segue: América Latina (região que se subordinou ao receituário neoliberal); Ásia (região que não o aceitou), Europa Oriental e Ásia Central (região que o aceitou em parte); Países Industrializados (região que o liderou). Comparando o crescimento do PIB per capita para o período, o menor foi verificado na região que se subordinou ao receituário neoliberal e o maior crescimento na que resistiu. Tendo as regiões que o lideraram ou se submeteram em parte, crescido a taxas pequenas.

Esses dados são emblemáticos para a Argentina, Brasil e México, pois correspondem a três momentos característicos: o primeiro foi o da crise da dívida externa; o segundo do ajuste de seus Estados ao receituário neoliberal; eles correspondem aos outros dados que foram utilizados anteriormente e que demonstra a herança extremamente difícil do ponto de vista econômico que receberam Kirchner e Lula, bem como a mudança significativa que Argentina e Brasil tiveram entre 2003 a 2008 (a primeira nação com um crescimento médio anual do PIB da ordem de 8,5% e a segunda de 3,5%, aproximadamente).

## 2.5 O CREPÚSCULO DO NEOLIBERALISMO

O livro de Arrighi *Adam Smith em Pequim*,<sup>63</sup> faz um excelente resgate de Adam Smith como sociólogo-historiador. Sua obra *A Riqueza das Nações* é tomada como ponto de partida para examinar a situação atual. O que interessa para esta Tese, é que ele vai demonstrando, com inúmeros elementos, o declínio no grau de hegemonia que os EUA detinham no mundo após a dissolução da URSS. Principalmente, após o que ele chama de atoleiro do Iraque. E, ao mesmo tempo, o contraste que faz com o crescimento da China, mas também do aumento das atitudes soberanas de muitas nações.

A questão central da qual partimos é se, e em que condições, a ascensão chinesa, com todas as suas imperfeições e prováveis reveses futuros, pode ser considerada o arauto daquela maior igualdade e respeito mútuo entre os povos de ascendência européia ou não que Smith previu e defendeu há 230 anos. [...] o surgimento da China como a verdadeira vencedora da guerra ao terror dos Estados Unidos resultou na inversão da influência dos dois países na Ásia oriental e no mundo em geral. Uma das expressões dessa inversão foi o que Joshua Cooper Ramo chamou de Consenso de Pequim: o surgimento, liderado pela China, de um “caminho para os outros países do mundo” não só se desenvolverem, mas também “se encaixarem na ordem internacional, de modo a permitir que sejam verdadeiramente independentes, protejam seu modo de vida e suas opções políticas”. Ramo destaca duas características do novo Consenso que são especialmente atraentes para os países do Sul do globo. A primeira é a “localização”, o reconhecimento da importância de ajustar o desenvolvimento às necessidades locais; a segunda é o “multilateralismo”, o reconhecimento da importância da cooperação entre os Estados para construir uma nova ordem global com base na interdependência econômica, mas que respeite as diferenças políticas e culturais, em forte contraste com o unilateralismo das políticas norte-americanas (ARRIGHI, 2008).

Esta longa citação torna-se necessária, porque Ramo com a concordância de Arrighi destaca, com precisão, o que tem sido insistido ao longo desta tese: a crescente relevância do papel político das nações. E mais, tendo como base a soberania. Torna-se evidente a diferença entre independência das nações em outros momentos históricos e a soberania na atualidade. Antes havia impérios coloniais. Agora não se trata mais de as nações lutarem pela independência, mas de

---

<sup>63</sup>ARRIGHI, G. *Adam Smith em Pequim*. Boitempo Editorial. 2008.

assegurarem as suas soberanias. Exatamente como diz Ramo ao definir o “Consenso de Pequim”. Quando Ramo afirma que as nações aspiram a “*se encaixarem na ordem internacional, de modo a permitir que sejam verdadeiramente independentes, protejam seu modo de vida e suas opções políticas*” está falando da soberania westfaliana que indicava Krasner. Isto é um sintoma político do crepúsculo do neoliberalismo. No livro de Arrighi, temos uma exposição que confirma esta afirmação. O que Arrighi destaca para a China serve, com as adaptações necessárias, para várias nações que buscam livrar-se do neoliberalismo. Depois de reafirmar que a estratégia dos EUA para conter a China é uma variante ou combinação das três que ele analisou (*tertius gaudens*, ‘cooptação’ e guerra fria’), Arrighi faz um raciocínio que merece destaque:

O fracasso no Iraque não confirmou somente os limites dos meios coercivos para impor a vontade do Norte contra a resistência do Sul. De modo mais importante no mundo capitalista, os alicerces financeiros do domínio dos Estados Unidos e do Norte estão fincados num terreno cada vez mais instável. [...] a crise de 1997 e 1998 marca o início de uma enorme bifurcação entre o déficit do Norte e o superávit do resto do mundo nas transações correntes de seus respectivos balanços de pagamento. Essa bifurcação reflete o fato de que há cada vez menos mercadorias e serviços que o Norte, principalmente os Estados Unidos, possa produzir a preço mais baixo que o resto do mundo (ARRIGHI. 385 e 386).

A crise que teve seu apogeu em 2008 é bem mais profunda que a que originou a bifurcação. E agora, além do Iraque, há o Afeganistão. Mas, o que mais interessa nesse raciocínio é constatar desde então, que *os alicerces financeiros do domínio dos Estados Unidos e do Norte estão fincados num terreno cada vez mais instável*. Essa constatação se mostrou com toda a relevância na crise econômica iniciada em 2007. Esta crise, que está longe de acabar, é o sintoma econômico de que o neoliberalismo vive sua fase crepuscular. Outra observação que vale a pena ressaltar é quando ele explica a origem e dinâmica da ascensão chinesa:

Ao contrário do que se acredita a característica mais atraente da RPC para o capital estrangeiro não foi apenas sua imensa reserva de mão-de-obra barata; há muitas reservas como essa pelo mundo afora, mas em nenhum lugar atraíram tanto capitais quando na China. A característica mais atraente, como argumentaremos, foi a elevada qualidade dessa reserva em termos de saúde, educação e capacidade de autogerenciamento, combinada à expansão rápida das condições de oferta e demanda para a mobilização produtiva dessa reserva dentro da própria China. Além disso, essa combinação não foi criada pelo capital estrangeiro, mas sim por um processo de desenvolvimento baseado em

tradições nativas – inclusive a tradição revolucionária que deu origem à RPC. O capital estrangeiro interveio tarde no processo, sustentando-o em certas condições, porém minando-o em outras. O “casamenteiro” que facilitou o encontro entre o capital estrangeiro, as empresas chinesas fornecedoras de mão-de-obra e as autoridades do governo foi o capital da diáspora chinesa (ARRIGHI, 2008, p.357).

Ele fornece inúmeros elementos e dados para confirmar suas assertivas, inclusive sobre o capital proveniente da diáspora chinesa. Mas o importante em seus argumentos é a demonstração de que o desenvolvimento da China se deveu, primordialmente, às suas próprias características e à capacidade de manter sua soberania. O que defendo é que, nas condições de neoliberalismo, mais do que antes, o desenvolvimento das nações terá que se basear em suas características, em seus mercados internos prioritariamente, incluindo as fontes de financiamento e tudo isto só é realizável com soberania já que os países capitalistas desenvolvidos passaram a importar capitais ao invés de exportá-los como ocorria antes. É necessário igualmente levar em conta que supremacia bélica e financeira não é garantia de hegemonia política.

Que o neoliberalismo vive sua fase crepuscular, tanto econômica como politicamente, é a conclusão de vários autores. Mesmo quando tratam de outros temas, eles se manifestam sobre a viragem ocorrida no século XXI relativamente à aceitação e implementação do receituário neoliberal, como em Fiori<sup>64</sup>:

Em 1973, os Estados Unidos abandonaram o sistema monetário internacional pactuado em Bretton Woods e, naquele momento, começou uma nova conjuntura “não hegemônica”, em que o conflito se sobrepôs à cooperação dentro do núcleo das Grandes Potências, numa progressão que culminou com o fim da Guerra Fria. Na década de 1990, entretanto, depois da vitória dos Estados e das idéias liberais, o Sistema Mundial chegou mais perto do que nunca do limite último da sua tendência à formação de um “império mundial”. Mas, depois do ano de 2000, o que estamos assistindo é a rapidíssima reversão do processo. O que parecia ter sido uma vitória quase religiosa do liberalismo, se transformou numa volta ao mundo da primazia excludente dos interesses nacionais de cada uma das Grandes Potências (FIORI, 2004, p.55).

---

<sup>64</sup>.FIORI, J. L (organizador). **O poder americano**. Editora Vozes. 2004. Petrópolis, RJ.

Constatação semelhante também faz Pieterse<sup>65</sup>:

Considerando que os realinhamentos globais estão acontecendo de acordo com ritmos e lógicas diversas, emergem hoje movimentos díspares, irregulares e complexos, que apontam para diferentes direções. Com o fortalecimento de diversos centros de influência, a situação muda e passa a englobar outros horizontes, outros problemas, outras aspirações. Sem querer propagar uma visão romântica de caminhos alternativos de desenvolvimento, não há como negar que a ascensão da multipolaridade seja um passo em direção à emancipação global (PIETERSE, 2009, p. 250).

Uma característica comum em Arrighi, Fiori e Pieterse, que também vamos encontrar em outros autores, é quanto à ascensão da multipolaridade nas relações internacionais. Mas examinando países como Brasil, Irã, Argentina, Venezuela, Turquia, Indonésia, Malásia, Vietnam, África do Sul, do ponto de vista de suas políticas externas, um ponto comum é o zelo por suas soberanias. Evidentemente, a lista acima está incompleta, mas evidencia que a multipolaridade ultrapassa a idéia de poucos centros de poderes mundiais. Isso vai comprovando que no século XXI já há uma nova geopolítica no mundo, cujo centro é a existência de dezenas de nações zelosas por suas soberanias. Este zelo, desnecessário acrescentar, também é uma característica da política externa da Rússia, China e Índia.

A decorrência política do ocaso do neoliberalismo nesta primeira década do século XXI aponta para **um mundo de nações soberanas**. Foram examinados os diversos motivos dessa conclusão. É necessário, contudo, salientar que o advento do neoliberalismo ocorreu quando já haviam terminado os impérios coloniais, restando tão somente alguns enclaves. E um dos motivos que evitou sua globalização foi à existência de poderosas nações que jamais aceitaram seu receituário. Agora, é rechaçado em diversas partes do mundo. Isto não significa afirmar que a única tendência mundial é o fortalecimento de nações soberanas e a convivência entre elas com relações mutuamente vantajosas. Nem que a única possibilidade deste século seja a de harmonia econômica e ausência de conflitos, incluindo bélicos de largas proporções. Inclusive, é plausível a tentativa de sobrevivência do neoliberalismo de forma mitigada. Quando se vislumbra o que já é chamado de guerra cambial, fica evidenciado que os EUA e Europa buscam com

---

<sup>65</sup> PIETERSE, J N O FIM DO IMPÉRIO AMERICANO? *Os Estados Unidos depois da crise*. Geração Editorial. São Paulo. 2009.

essa medida, recompor o poder dos proprietários do capital produtor de juros (os monopolistas da usura global), que não podem contar mais nestas regiões com o instrumento do aumento da taxa de juros. Contudo algo já mudou profundamente quando comparado ao ano de 1979 – a impossibilidade de estes estados adotarem unilateralmente essas medidas sem fortes reações contrárias como então aconteceu. Essa forte reação contrária é possível devido à existência de poderosos estados nacionais. Portanto a própria questão cambial (ou ‘guerra cambial’ como já afirmam alguns) só confirma a Tese – nações soberanas dotadas de estados indutores tendem a constituir a essência política do século XXI.

A afirmação desta Tese de que o neoliberalismo não foi adotado em vários lugares, e que começa a ser contestado em áreas que o adotavam, tem agora uma comprovação insólita, a CIA. Esta organização de inteligência norte-americana no seu último relatório sobre previsões para 2025!

Em grande parte, a China, a Índia e a Rússia não estão seguindo o modelo liberal para seu desenvolvimento, mas usando um modelo diferente, o “**capitalismo de Estado**”. O capitalismo de Estado é um termo um tanto impreciso usado para descrever um sistema de gerenciamento econômico que confere um papel proeminente ao Estado (BARBEIRO, 2009, p.41).<sup>66</sup>

Como se sabe este trabalho é preparado pelo Conselho Nacional de Inteligência dos Estados Unidos e recebe a contribuição de vários especialistas espalhados pelo Globo. E ganham enorme relevância os três países citados, porque acima, na mesma página, o relatório afirma:

As projeções de crescimento para o Brasil, Rússia, Índia e China (os BRICS) indicam que eles irão alcançar coletivamente a parcela original do G7 do PIB global por volta de 2040-2050.

A crise econômica que teve seu epicentro em 2008 nos EUA e agora, em 2010, ganha relevância na Europa, e as medidas para combatê-las tomadas pelas ‘economias ocidentais’, conforme o Relatório da CIA pode *reforçar a preferência dos países emergentes para um maior controle do Estado*.

Outros – como a Coreia do Sul, Taiwan e Cingapura – também escolheram o capitalismo de Estado, quando inicialmente adotaram, seu

---

<sup>66</sup>BARBEIRO, H. (introdução). **O Novo Relatório da CIA: como será o mundo amanhã**. Belo Horizonte. Geração Editorial. 2009.

processo de desenvolvimento de suas economias. No entanto, o impacto da Rússia e, particularmente da China, seguindo esse caminho é potencialmente maior dado ao seu peso no palco mundial. Ironicamente, a maior participação do Estado nas economias ocidentais, que está atualmente tendo lugar como resultado da atual crise financeira, pode reforçar a preferência dos países emergentes para um maior controle do Estado e não confiarem em um mercado sem regulamentação (BARBEIRO, 2009, p. 66 e 67).

O relatório da CIA desenvolve esses quatro aspectos. Apenas o citei para demonstrar que são alguns elementos indispensáveis para que o Estado retome seu papel **indutor**. O relatório depois de afirmar que os países que têm adotado uma espécie de capitalismo de Estado, destacando o papel dos Fundos de Reserva Soberanos e das Empresas Estatais, conclui:

O crescente papel do Estado como jogador nos mercados emergentes contrastava até recentemente com tendências praticamente opostas no Ocidente, onde o Estado tem lutado para acompanhar o ritmo da engenharia financeira privada, como derivativos e permuta de crédito (*credit swaps*). As raízes da profundidade e complexidade desse mercado capital datam das décadas de 1980, mas têm crescido com os maiores preços dos ativos e dos *Bull markets* desde os anos 1990 até recentemente. A engenharia financeira – baseada em uma magnitude de alavancagem impensável há uma década – injetou, por sua vez, um grau de volatilidade de risco sem precedentes nos mercados globais (p.68).

Basta citar as providências adotadas pelo Governo do Brasil para enfrentar a crise atual (as chamadas medidas anticíclicas), para comprovar que mais nações estão seguindo esse caminho. Aliás, por causa das providências tomadas pelo Estado brasileiro, já no primeiro trimestre de 2010, o Brasil cresceu a taxas chinesas. A Argentina seguiu no mesmo caminho, embora a natureza de sua economia e a ausência de instrumentos, notadamente os Bancos Estatais, não lhe tenha possibilitado, ainda, uma rápida recuperação. Leve-se em conta que nela, o estrago neoliberal da década de noventa foi bem maior do que no Brasil. A exceção ficou por conta do México. Mais atrelado ao receituário neoliberal devido à sua participação no NAFTA tem dificuldades maiores de enfrentar a crise

### 3 COMPARAÇÃO POLÍTICA: ARGENTINA – BRASIL – MÉXICO.

*O homem nasceu livre, e por toda a parte geme em ferros; o que julga senhorear os outros é de todos o maior escravo. J. J. Rousseau*

#### 3.1 AS TRANSIÇÕES NO CAPITALISMO E AS NAÇÕES

Conforme a premissa central desta tese, o processo global de produção capitalista, surgido das entranhas do feudalismo no ocidente europeu – que tinha eliminado a escravidão há mais de mil anos – enfrenta diferentes formações sociais e as vai submetendo à sua 'retorta geral'. Com isso vão surgindo diferentes tipos de nações até chegarmos, no final do século XX, com o planeta inteiro dividido nessa forma de organização política.

Podem ser distinguidos basicamente cinco tipos de formações sociais que o capitalismo enfrentou, submetendo e absorvendo, nesse processo de expansão cujo marco pode ser considerado o início das grandes navegações do século XV: 1º) o próprio feudalismo na região ocidental da Europa, enfrentamento do qual se originaram as primeiras nações; 2º) regiões onde predominavam as comunidades primitivas – ao submetê-las, originaram-se algumas nações da América; 3º) as formações sociais existentes no centro e leste da Europa, (refiro-me, mais precisamente, ao império dos Habsburgos, Otomano e dos Czares), que deram origem à Alemanha, Itália, Rússia e um conjunto de nações que formam o único lugar do planeta onde a etnia e a religião são utilizadas como distintivo nacional;<sup>67</sup> 4º) as antigas civilizações existentes no norte da África e Ásia (que só se formaram – como nações já na luta contra o colonialismo do imperialismo europeu); 5º) e um conjunto de formações intermediárias entre as comunidades primitivas e as civilizações, existentes fundamentalmente no centro e no sul da África, de onde o capital tirou a matéria prima para recriar a escravidão, só que, dando-lhe uma cor (a negra) e um Continente de destino (a América). Também aqui as nações surgiram da luta contra o colonialismo europeu que por sua vez destruiu o império otomano o que viabilizou o surgimento das nações árabes.

---

<sup>67</sup> Pode-se objetar que também as nações com populações islâmicas têm na religião um traço distintivo. Porém como isso é comum a todas elas não é uma 'diferença', e quanto à etnia também não fazem distinção. A rigor, etnia e religião só são categorias importantes na Europa, em especial na parte leste européia incluindo a antiga URSS e na antiga Iugoslávia. Não deixa de ser notável esse **retrocesso histórico** na Europa que inventou as nações laicas e multiétnicas!

Mas, como surgiram historicamente? Como chegaram à sua atual composição? As nações diferem quanto às suas origens, formação e consolidação. E diferem - na atualidade - na maneira como convivem com o neoliberalismo. É, porém, historicamente constatado que um conjunto de nações surgiu simultaneamente e em um período histórico muito curto. Esta periodização pode ser assim resumida:

a) as nações da Europa surgidas para o predomínio da manufatura (entre 1450 e 1750). A rigor, esse é o período de predomínio da manufatura capitalista na Europa, mas Portugal, Espanha, Holanda, Inglaterra e França se formaram como nações em um período histórico relativamente curto;

b) as nações da América surgidas quando a Europa vai passando para o predomínio da fábrica sobre a manufatura e, embora a Espanha e Portugal tenham estimulado a Revolução Industrial com ouro e prata de suas colônias, ficaram para trás, estagnaram, ao não se industrializarem; o mesmo vai ocorrer com a Holanda logo em seguida (1750 – 1860). Também aqui, em menos de 30 anos estavam formadas 20 nações na América.

c) as crises cíclicas da produção fabril capitalista e a passagem ao predomínio dos monopólios dão origem a uma profunda alteração do mapa político da Europa havendo a unificação da Itália e Alemanha, o surgimento de várias nações no centro e leste da Europa e do Japão; a disputa entre gigantescos monopólios ocasiona o impulso à política imperialista dos Estados Europeus, na busca por mercados e matérias primas nas colônias (1860 a 1945)<sup>68</sup>.

d) a fase anterior culmina com duas guerras que, embora envolvendo outras regiões, tiveram seu epicentro na Europa; o enfraquecimento dessas potências anima a luta contra o colonialismo imperialista europeu. Surgem China, Índia e um conjunto de nações na Ásia e África; esse período termina com a Revolução dos Cravos em Portugal (surgimento de Angola e Moçambique); o fim do *apartheid* na África do Sul e reunificação do Vietnã, (1945-1980).

---

<sup>68</sup> El impulso de los imperialismos (1893-1901). Entre 1893 y 1901 el esfuerzo de expansión de las grandes potencias a expensas de los estados débiles o *subdesarrollados* se manifestó a un ritmo acelerado; comenzó a provocar transformaciones importantes en la forma de la vida económica y social en Extremo Oriente, en África, en América Central; también era el centro de interés en las relaciones políticas entre los grandes estados (RENOUVIN, 1998, p.476).

e) fase atual: dentro da globalização um esforço para *globalizar* o neoliberalismo (1979-2009). No século XXI, os limites da base econômica do neoliberalismo, sua impossibilidade de ser uma alternativa para uma reestruturação capitalista duradoura, ficam evidentes em todo o Globo. Simultaneamente, a própria globalização capitalista propiciou chegar ao final do século XX com quase duzentas nações; sendo que as mais populosas com alto grau de soberania.

Esta periodização, embora sumária, é útil para três propósitos: entender qual é o fio condutor que faz com que, de meia dúzia de nações no século XVI existam quase duzentas no fim do século XX; compreender as modificações havidas nos seios das próprias nações, inclusive mudanças nos sistemas políticos; situar melhor a Argentina, o Brasil e o México já que, em 1453 nem o Continente onde se constituíram constava dos mapas das poderosas civilizações européias e asiáticas (sem falar dos EUA e das demais nações do Continente). Utilizarei essa mesma periodização histórica para comparar as três nações – Argentina, Brasil e México - apenas indicando o que nos parece ser o traço central:

\* 1453-1800 - ORIGEM: no período pré-colombiano, a principal distinção, como já aventado, é que na região onde hoje se localiza o México, habitavam civilizações, enquanto onde hoje se situam Argentina e o Brasil apenas comunidades primitivas. Depois do ‘descobrimento’, desde cedo o México se tornou a principal região da empreitada espanhola na América, com abundância de ouro e prata; o Brasil, a principal colônia de Portugal contribuindo com açúcar e depois o ouro; e a Argentina que surge da necessidade espanhola de potencializar uma região com abundância de prata (originada principalmente da Bolívia) e, para tanto, o porto de Buenos Aires se tornou a solução mais eficaz.

\* 1800-1880 – FORMAÇÃO: o traço comum nas declarações de independência dessas nações é o enfraquecimento do colonialismo ibero e a participação direta da Inglaterra. Devido ao tipo de colonialismo espanhol, houve na Argentina e no México mais dificuldade em formatar suas fronteiras, o que no Brasil foi quase automático. No México esta situação era agravada pela divisão regional de suas elites - marcas das antigas civilizações e da maneira como foram ‘assimiladas’ pelos espanhóis - e ao vizinho poderoso. Perdeu nas primeiras décadas praticamente metade de seu território anterior.

\* (1880-1930) – CONSOLIDAÇÃO: é nesse período que se consolidam enquanto nações; o idioma é praticado em todo o território de cada uma; e este, por sua vez, com demarcação efetiva (exceto as Malvinas); conexão econômica; e cultura tão expressiva que cada uma produziu, por exemplo, na música, ritmos próprios mundialmente identificados. Embora ainda fosse forte a influência da Inglaterra, o fato notável é que todas elas viveram experiência de Estado indutor do desenvolvimento e garantidor da soberania, durante este período, simultaneamente ao declínio do imperialismo inglês.

\* 1930 – 1979 (2ª etapa da CONSOLIDAÇÃO): Nas três nações, a partir da década de 30 houve um surto de industrialização, sendo o desenvolvimento econômico do Brasil e do México em índices superiores ao resto do mundo (cerca de 5% ao ano durante quase cinco décadas). Em que pese a industrialização, essa fase, também conhecida como de ‘substituição das importações’, foi influenciada por dois fatores: o que foi chamado de bipolaridade mundial e a substituição da Inglaterra pelos EUA como principal potência influenciadora nos destinos dessas nações; houve mudanças institucionais de peso na Argentina e Brasil (ditaduras militares) e no México a consolidação do PRI.

\* 1979-2009 – atitude diante do NEOLIBERALISMO: nesse período as três nações enfrentaram fortes crises financeiras, alterações importantes em suas Constituições, adotaram no geral as indicações do chamado ‘consenso de Washington’ (livre circulação de capitais, privatizações, desregulamentações, redução de direitos trabalhistas, etc.); seus Estados, em grande parte, passaram a adotar uma política submissa, como indicou BRESSER, deixaram de ser indutores – era a vitória da ideologia do ‘estado mínimo’. Contudo, houve resistências diversas e diferenciadas, em conformidade com as histórias singulares de cada uma e a correlação social existente quando do início da aplicação do caminho neoliberal, dando lugar a um período de maior afirmação da soberania na Argentina e Brasil, e permanência do México no NAFTA.

Todos esses períodos serão, posteriormente, desenvolvidos. Por enquanto, vale ressaltar a sintonia entre eles com o que ocorria no mundo. Como lembra FIORI, os Estados Unidos diferem na sua formação dos demais da América Latina e mesmo do mundo, mas também os coloca como fruto da expansão capitalista. Ou

melhor, e para enfatizar: também os Estados Unidos constituem nação formada pela globalização capitalista.

Os Estados Unidos foram o primeiro estado nacional que nasceu fora da Europa e, ao mesmo tempo, foi um estado nacional “tardio”, porque nasceu dentro de um sistema de estados que já estavam formados, hierarquizados e em expansão contínua, desde o século XVII. Na verdade, o seu próprio nascimento constitui um episódio deste movimento expansivo e competitivo dos estados e dos capitais europeus. Mas, além disto, os Estados Unidos foram uma colônia que se separou de um “estado imperial” vitorioso, ao contrário de todos os demais estados não-europeus que hoje compõem o sistema político mundial, e que nasceram invariavelmente de impérios em decadência ou em franco processo de decomposição. Como aconteceu com os estados latino-americanos, no século XIX, e com todos os estados africanos e asiáticos, que se formaram no século XX, em particular depois da II Guerra Mundial.

Os Estados Unidos são o único caso de um estado nacional que sai de dentro de um império em expansão, durante as guerras que definiram a hegemonia inglesa dentro da Europa e do seu mundo colonial, e no período em que a Inglaterra faz a sua revolução industrial e cria as bases materiais e financeiras da primeira divisão internacional do trabalho (FIORI, 2004, p. 68)<sup>69</sup>.

As primeiras nações surgem para viabilizar o predomínio da manufatura capitalista na Europa Ocidental. Mas quando a maquinaria passa a superar a manufatura, a nação que está na dianteira é a Inglaterra. Com precisão histórica Fiori ressalta essa particularidade dos EUA - foram à única nação originada de um ‘império em expansão’. Mais adiante trataremos de outros detalhes dessa particularidade. É bom salientar desde já: idioma, mercado e Estado, já existiam muito antes do capitalismo. Segundo TILLY há pelo menos 8000 anos já se pode constatar a existência do Estado<sup>70</sup>. E quando ele existe, o idioma e o mercado já estão presentes também.

No debate atual ressurgem com muita força a etnia e a religião como elementos fundamentais de uma nação. Certamente com muita influência dos últimos acontecimentos no centro e leste da Europa, do qual tratarei quando da periodização do surgimento de nações. Este é um dos motivos para a escolha da

---

<sup>69</sup> J. L. FIORI. *O Poder Global dos Estados Unidos: formação, expansão e limites*. (p.67 a 109) In **O poder americano**. Editora Vozes. Petrópolis. 2004.

<sup>70</sup> Durante a maior parte dos oito milênios passados, os estados ocuparam uma parte muito pequena do espaço habitado da terra. Mas, com o transcurso dos milênios, a sua predominância cresceu. (TILLY, 1996, p. 46).

Argentina, Brasil e México, nelas não há esta importância. Assim, tanto o fato de não existirem antes do capitalismo, como terem uma forte miscigenação e tolerância religiosa, faz com que sejam por assim dizer 'mais puras', para examinar o intrigante tema da nação, e responder se elas tendem a se fortalecer ou sucumbir diante da globalização.

É um fato historicamente relevante que somente na Europa o capitalismo, para vencer definitivamente o feudalismo, tenha criado o chamado Estado Moderno que se consolida a partir da Grande Revolução Francesa. A essência desse tipo de estado é o domínio político da burguesia, diferente do absolutismo monárquico quando havia a participação da nobreza. Mas, ocorreu o surgimento do Estado Moderno porque a Europa estava em plena fase de crescimento da maquinaria tendo deixado a manufatura como forma acessória. Contudo, é nesse período que se formam aproximadamente vinte nações da América. Aliás, os EUA, diferentemente de todos os modernos estados europeus da época encontraram uma forma de governo que prescindia do rei – o presidencialismo. Note-se que isto foi feito antes da revolução francesa. Logo em seguida, as demais nações que se formaram na América, adotaram também essa forma de governo, salvo a monarquia brasileira. Como se vê, se antes, no período da manufatura, a Europa ocidental espalhou a forma de governo baseado no absolutismo monárquico; porém, com o predomínio fabril, ela passa a espalhar a forma de governo baseada em três poderes (embora também, e em certa medida, o absolutismo mitigado, que tolera a existência da nobreza e da casa real).

Portanto, as nações surgidas na América são um produto da Revolução Industrial (chamada por Engels de predomínio da maquinaria) e suas conseqüências políticas, dentre as quais a Grande Revolução Francesa. Isso enfraqueceu o domínio colonial ibérico; de um lado porque a Espanha e Portugal não acompanharam o ritmo de industrialização da Inglaterra e França e, de outro, porque a Inglaterra enviou para o norte da América um grande número de imigrantes que já dominavam a manufatura e a indústria capitalista. Possuíam igualmente um continente para se expandir, enfrentando e exterminando apenas comunidades primitivas, o que vai ocasionar a formação dos Estados Unidos da América. Há um nexos causal entre o predomínio das fábricas sobre as manufaturas nas nações mais desenvolvidas da Europa e o surgimento das nações na América. E, em um curto

período histórico de cerca de 30 anos, surgem vinte nações, no início do século XIX. As da América Latina, estimuladas diretamente pela Inglaterra que, com isso, visava acesso mais fácil às mercadorias e matérias primas dessas novas nações que se formavam em uma região que antes era controlada por Portugal e Espanha. A Inglaterra também visava mercado para os produtos de suas fábricas.<sup>71</sup>

Pode-se argumentar que a premissa fundamental desta Tese – o capitalismo cria as nações – não pode ser comprovada nem refutada. Mas é bom levar em conta o que diz Émile Durkheim em sua obra **As regras do Método Sociológico**.<sup>72</sup> Em seu capítulo VI, ao tratar das *Regras Relativas À Administração Das Provas* diz o autor:

Temos apenas um meio de demonstrar que um fenômeno é causa de outro: comparar os casos em que eles estão simultaneamente presentes ou ausentes e examinar se as variações que apresentam nessas diferentes combinações de circunstâncias testemunham que um depende do outro. Quando eles podem ser artificialmente produzidos pelo observador, o método é a experimentação propriamente dita. Quando ao contrário, a produção dos fatos não está à nossa disposição e só podemos aproximá-los tais como se produziu espontaneamente, o método empregado é o da experimentação indireta ou método comparativo (DURKHEIM, 2007, p.127).

O capitalismo não existia antes do século XI. E quando ele passa da acumulação primitiva para o predomínio da manufatura surgem às primeiras nações. Portanto estou utilizando *um meio de demonstrar que um fenômeno é causa de outro: comparar os casos em que eles estão simultaneamente presentes ou ausentes*. Antes do século XI não existiam nem capitalismo nem nação. A acumulação primitiva do capital começa no século XI na Europa Ocidental e as primeiras nações surgem no século XV também na mesma região e em decorrência da evolução daquele sistema para a fase da manufatura capitalista que generaliza a extração da mais-valia. E a partir da formação dessas primeiras nações tem início literalmente a globalização. Portugal é o primeiro caso onde os dois fenômenos

---

<sup>71</sup> Mientras que en Europa continental era respetado – excepto en el reino de los Países Bajos – el estatuto territorial establecido por los tratados de 1815, en América se producían transformaciones de gran alcance para el porvenir del mundo. Las colonias españolas – que habían comenzado a rebelarse en 1810 – obtenían su independencia. Lo mismo sucedía con la gran colonia portuguesa de Brasil. En América del Sur y Central se constituyeron veinte estados, que orientaron la formación de nuevas corrientes comerciales y abrieron vastas perspectivas a la política internacional.(p. 69). Gran Bretaña poseía, pues, en los nuevos estados – desde el principio – una preponderancia económica que conservaría durante cerca de un siglo. (p. 81). RENOUVIN, P. **Historia de las Relaciones Internacionales (siglos XIX y XX) 3ª edición**, Madrid, Akal ediciones, 1998.

<sup>72</sup>DURKHEIM, E. **As regras do Método Sociológico**. Martins Fontes. São Paulo. 2007.

estão presentes – capitalismo e nação. O segundo é a Espanha. As potentes manufaturas existentes em Portugal no século XV em combinação com a Escola de Sagres possibilitaram as grandes navegações. A ética protestante como a examina Weber serve, em certa medida, para examinar os períodos da maquinaria e dos monopólios, mas não dá conta do que os originou – a manufatura capitalista.

### 3.2 UTILIDADE DO MÉTODO MACRO-HISTÓRICO

Doravante adotaremos o método Macro-Histórico construído por Tilly em *Ciência Política Comparada*, para o estudo da Argentina, Brasil e México. Mencionei anteriormente aspectos deste método. Agora cabe ressaltar a indicação concreta que ele dá para o estudo da Europa e que aplico para o estudo da América, em particular para as três nações que estão sendo comparadas.

Nuestra tarea consiste, por tanto, en acomodar descripciones de estructuras y procesos específicos de sistemas mundiales concretos a generalizaciones apoyadas en datos históricos y relativas a esos sistemas mundiales. Reduzcamos entonces nuestro campo de acción y concentrémonos em Europa occidental a partir del año 1500. Para esse âmbito temporal y espacial, los posibles principios organizativos referentes a los estados nacionales incluyen: [...] (TILLY, 1994, p. 97).

O período que escolhemos vai de 1453 a 2009 na América. Dar-se-á, ao período compreendido entre 1979-2009, maior ênfase. O objetivo é entender o que se passou na América, de modo especial nas regiões onde hoje se situam a Argentina, o Brasil e o México, levando em conta quatro variáveis: capitalismo; nação; estado e soberania. E avaliar se o neoliberalismo conseguiu enfraquecer tanto essas nações que tenha tornado a própria existência delas algo incerto, tendendo a desaparecer.

O capitalismo será utilizado como variável independente. O desenvolvimento desse sistema a partir do seu berço, a Europa Ocidental, foi o responsável pela colonização da América. Portanto, a existência na América, daquelas nações é causada pela globalização capitalista. Essa maneira de fazer a

comparação apresenta uma vantagem adicional, a de utilizar por inteiro as duas obras fundamentais de Tilly sobre Política Comparada. Na obra *Grandes Estruturas, Processos Amplos, Comparações Enormes*, ele formula seu método geral de modo abstrato; mas, no sentido da abstração científica. Realizei o esforço de também fazer essa abstração científica para conceituar nação, e explicar o surgimento das nações e a situação delas na globalização atual. Na obra em que Tilly aplica esse método a uma realidade concreta, *Coerção, Capital e Estados Europeus*, o período por ele examinado abrange de 990 a 1990, e as variáveis independentes são coerção e capital para entender os Estados Europeus, variável dependente. Portanto, um período histórico longo para uma área geográfica determinada – Europa Ocidental. No livro Tilly resume o que considera o objetivo e o resultado alcançado:

No entanto, só tardia e lentamente é que o estado nacional se converteu na forma predominante. Daí a dupla crítica: *O que explica a grande variação, no tempo e no espaço, dos tipos de estados que predominaram na Europa a partir de 990 d. C., e por que os estados europeus acabaram convergindo em variantes distintas do estado nacional? Por que as direções de mudança eram tão semelhantes e as trajetórias, tão diferentes? Este livro objetiva esclarecer esse problema, quando não resolvê-lo totalmente (TILLY, 1996, p.50).*

Depois de indicar as respostas disponíveis para aquelas perguntas, advindas de quatro enfoques principais (Análises Estatísticas, Análises Geopolíticas, Análises Segundo o Modo de Produção, Análises pelo Sistema Mundo), Tilly afirma que: *“Nenhuma das quatro linhas de interpretação, muito menos a sua combinação propicia um conjunto satisfatório de respostas às nossas questões prementes sobre a formação do estado europeu”*. A partir daí, ele explica o motivo de ter escolhido *“as lógicas do capital e da coerção”*, para explicar a formação dos estados nacionais na Europa. Antes, contudo, estabelece uma premissa histórica:

Quando conquistaram territórios, os muçulmanos, os mongóis e outros invasores instituíram caracteristicamente governantes militares e sistemas de tributação que produziram receitas importantes; no entanto, não intervieram decisivamente nos arranjos sociais locais. Dentro de seu próprio espaço, os europeus cultivaram seus campos, manufaturaram, negociaram e, especialmente, lutaram entre si. Quase inadvertidamente, criaram desse modo estados nacionais (TILLY, 1996, p.63).

Para explicar como se dá a relação entre capital e coerção, Tilly esclarece:

Evidentemente, os dois interagiram; [...]. Embora os estados reflitam intensamente a organização da coerção, na verdade mostram também os efeitos do capital; como o restante deste livro irá demonstrar, combinações diferentes de capital e coerção produziram tipos muitos distintos de Estado (TILLY, 1996, p. 63 e 64).

Adotei como variável dependente, a nação, que é a parte essencial deste Ensaio-Tese. Ela foi examinada em particular quando tratei da globalização e das nações. Agora se trata de ilustrar a premissa de que a globalização capitalista cria as nações, comparando três das mais populosas nações da América Latina. Dito de outra maneira, uma das premissas essenciais dessa Tese é de que as nações são um produto do modo de produção capitalista em suas diversas fases. A comparação política entre Argentina, Brasil e México, visa demonstrar que estas não existiriam como nações sem o desenvolvimento do capitalismo. Tendo como pano de fundo esse processo histórico de formação das três nações como fruto da globalização capitalista, tentarei comprovar que o neoliberalismo ao invés de reduzir o papel político dessas nações como era seu objetivo, conseguiu o inverso – torná-las mais fortes e atores políticos decisivas para apressar a eliminação da base econômica daquele receituário (a predominância do capital produtor de juros), bem como de seu objetivo político (reduzir ou eliminar a soberania westfaliana das nações).

Também adotei como variável dependente o Estado. Já vimos que o Estado, antes do modo de produção capitalista, tinha como funções precípuas: tributar e destinar a tributação, bem como montar o aparato de coerção e legitimação para esse fim. Com o advento do modo de produção capitalista, a **natureza** do Estado passa a ser um tanto diferente. Acrescenta àquelas antigas funções, a indução da ciência e tecnologia e cria um conjunto de instituições mais centralizadas e sofisticadas do que nos Estados anteriores ao capitalismo – os seus órgãos de poder – que tiveram início na primeira forma de Estado no capitalismo: o Absolutismo Monárquico. Dessa maneira, o Estado nas Américas também será considerado uma variável dependente. Durante o período de predominância do neoliberalismo na América Latina, o esforço de seus defensores, e conseguiram em

vasta medida, foi substituir o papel **indutor** da ciência e tecnologia e da economia – característica central desses estados no período anterior -, pelo o de um papel **regulador** do livre trânsito de capitais. Sobre o pretexto de que esses estados tinham se tornado pesado, os que os neoliberais pretendiam e o conseguiram em boa medida, foi retirar deles os mecanismos de controle sobre o capital produtor de juros.

Quando as caravelas chegaram à América havia estados, de modo especial na região onde tinha agricultura regular e se procedia à domesticação de animais, mas estes foram destruídos. Não havia nação. Portanto, as nações e os estados que vingaram na América é fruto do desenvolvimento do modo de produção capitalista. Por isso, nação e estado serão tratadas como variáveis dependentes. Durante a vigência do neoliberalismo, e sendo ele apenas uma faceta da globalização capitalista, as nações da América Latina foram duramente afetadas; como ele ainda não terminou, mas dá claros sinais de esgotamento, tem havido um processo sem precedentes de fortalecimento de várias dessas nações pela via do rechaço aos fundamentos daquele modelo.

Quanto à soberania embora ela tenha surgido historicamente entre as duas nações que, através do Tratado de Tordesilhas, queriam dividir entre si a América, ela passa a ter outra relevância quando o sistema político baseado em impérios coloniais ruiu no planeta durante o século XX. Por isso a trataremos como uma variável interveniente. Por que a soberania está sendo tratada nesta tese como variável interveniente? Porque ela passa a interferir, com mais intensidade, nas demais, após o fim dos impérios coloniais, tornando-se, portanto, a variável política fundamental desde então. E como isso culminou de modo quase pleno apenas por volta da década de oitenta do século passado, o século XXI nasce com essa característica: um mundo politicamente dividido em nações com graus diferentes de soberania. A submissão de nações tem sido o objetivo político primordial do neoliberalismo. Disso decorre que a variável soberania passou a interferir de maneira mais decisiva do que em qualquer outro período. Antes se tratava de formar nações independentes; agora se trata de reconstruir em bases novas suas soberanias. A causa fundamental que fez com que a soberania das nações se tornasse ainda mais relevante no século XXI foi a maneira como se deu a globalização capitalista no século XX. Ela foi marcada por três fenômenos políticos

basilares: guerras entre potências capitalistas; tentativas de superar este sistema com experiências socialistas; lutas contra o imperialismo-capitalista que levaram ao fim dos impérios coloniais e à formação de dezenas de nações na África e na Ásia bem como à consolidação das nações na América Latina, que se haviam formado no século XIX.

Entre 1930 a 1970 foi o período primordial na consolidação das três nações que estamos comparando: Argentina, Brasil e México. Foi também o de maior afirmação da soberania dessas nações. Essa é outra constatação que confirma que, a variável soberania, tende a se tornar mais relevante no século XXI: ela ter sido uma marca das nações que se formaram no século XX na Ásia e na África, fato que é salientado por cientistas políticos (como Krasner), e um instrumento para consolidar as maiores nações da América Latina no período acima citado.

O resultado político mais relevante da globalização capitalista havida no século XX, portanto, foi ter engendrado nações soberanas e poderosas na Ásia, África e fortalecido as que tinham se formado no século XIX na América Latina. O neoliberalismo, do ponto de vista político, foi uma contracorrente que buscava reduzir e se possível eliminar a soberania dessas nações em um mundo no qual havia sido extintos os impérios coloniais. Ora, o século XXI se inicia do ponto de vista político, com o mundo dividido em nações soberanas em todos os continentes. Portanto, essa é sua marca distintiva em relação ao século XX.

A Tese propriamente dita é resultado da utilização dessas variáveis (capitalismo, nação, estado e soberania), às realidades histórico-concretas da Argentina, Brasil e México. Essas variáveis foram estabelecidas levando em conta a ponderação de Charles Tilly acerca da *“crítica da variável omitida”*<sup>73</sup>. Como as três foram os primeiros alvos da elevação da taxa de juros pelo FED, em outubro de 1979, e que aplicaram o receituário do Consenso de Washington de 1989, a disjuntiva política principal nas três nações será entre soberania e submissão: se assim o for, ela reforça sobremaneira nossa tese. Isto porque essa Tese se opõe a outra, formulada por vários autores, a de que com a ‘globalização’ o estado nacional

---

<sup>73</sup> Seria ilegítimo queixar-se de que o argumento negligencia algumas variáveis que por acaso o crítico considera importantes: ambiente físico, ideologia, tecnologia militar, ou outras. A crítica da variável omitida só se torna legítima quando o crítico mostra a negligência da variável suscita uma leitura errada das relações entre as variáveis que aparecem no argumento. A questão não é fornecer uma exposição “completa” (qualquer que possa ser ela), mas obter corretamente as principais conexões (TILLY, 1996, p.88).

tendia a perder sua soberania; portanto, esta seria uma tendência estrutural e não conjuntural da 'globalização', como por exemplo, em Habermas: "*Hoje, porém, a globalização dessas mesmas tendências, que originalmente produziram o Estado nacional, põe em questão a soberania deste*" (Mapa, p. 308).

Seguirei os períodos relativos ao processo global de produção capitalista, não apenas por escolha minha, mas também porque, sem ele, é difícil explicar até os motivos da existência da Argentina, do Brasil e do México. Neste sentido, embora não haja, a rigor, oposição entre referencial teórico e método, é evidente que essa periodização tem como base a análise marxista do capitalismo. Ou seja, examinar a história da Argentina, Brasil e México, à luz das diversas fases históricas desse modo de produção. E a obra em que melhor isso foi realizado é *O Capital*. Ele foi escrito no século XIX, quando o processo histórico da globalização capitalista já tinha concluído a **formação** das principais nações da América com base em **origens** pré-colombianas e de colonização diferenciadas. Portanto, ao tratar da **origem e formação** das nações na América, poderei utilizar por inteiro a seqüência histórica que essa obra faz das fases do capitalismo.

Con los análisis *macrohistóricos* nos adentramos en el terreno de la historia como normalmente la entienden los historiadores. [...].

A este nivel, procesos de las dimensiones de la proletarización, la urbanización, la acumulación de capital, la creación de estados y la burocratización se prestan a ser analizados. Así, las comparaciones trazan uniformidades y diferencias entre dichas unidades y procesos, así como combinaciones de ambos (TILLY, 1984, p.85).

A **consolidação** dessas nações ocorre posteriormente. Mas os elementos fundamentais para entender a globalização capitalista já estão contidos naquela obra, o próprio título do terceiro livro é O Processo Global de Produção Capitalista, onde fica demonstrada a tendência globalizante desse modo de produção e as etapas que percorreu. Mesmo assim, o século XX apresentou uma grande novidade que inexistia quando foi elaborado O Capital – o fim dos impérios coloniais. Com um detalhe fundamental: já não eram colônias de nações capitalistas onde predominava a manufatura (como foram as de Portugal e Espanha quando ocuparam parte da América), ou de nações capitalistas onde predominavam a maquinaria (como foi o

caso da Inglaterra e da França no século XIX). No século XX, as nações capitalistas onde predominavam os monopólios, o capital financeiro, em uma palavra, o imperialismo, eram as que tinham as maiores colônias. Em O Capital, isso aparece apenas como tendência e não como realidade.

Ao comparar as três nações da América utilizando o nível macro-histórico indicado por Tilly levo em conta um exemplo de aplicação desse método que é a sistematização histórica fazendo segmentos temporais, que ele aplicou no estudo da Europa:

Como as mudanças na forma da guerra e na organização do estado se relacionam entre si? À guisa de primeira aproximação, podemos dividir os anos posteriores a 990 d. C. em quatro segmentos, com limites temporais variáveis de uma para outra da Europa:

1. *patrimonialismo*: uma época (até o século XV em grande porção da Europa) em que as tribos, os conscritos feudais, as milícias urbanas e forças costumeiras semelhantes desempenharam o papel principal na guerra, e os monarcas de modo geral extraíram o capital de que necessitavam, sob a forma de tributos e rendas, e das populações que se achavam sob o seu controle imediato;

2. *corretagem*: uma era (mais ou menos de 1400 a 1700 em partes importantes da Europa) em que a atividade militar foi realizada predominantemente pelas forças mercenárias recrutadas por contrastes, e os governantes estavam sujeitos, em ampla medida, aos capitalistas formalmente independentes na consecução de empréstimos, na administração dos empreendimentos produtores de renda e no estabelecimento e arrecadação dos impostos;

3. *nacionalização*: um período (sobretudo de 1700 a 1850 mais ou menos, em grande parte da Europa) em que os estados criaram exércitos e frotas avultados e recrutados cada vez mais entre as próprias populações nacionais, ao mesmo tempo em que os soberanos agregaram as forças armadas diretamente à estrutura administrativa do estado e analogamente se encarregaram da operação direta do aparelho fiscal, diminuindo drasticamente a participação de contratantes independentes;

4. *especialização*: um tempo (mais ou menos metade do século XIX até o passado recente) em que a força militar se desenvolveu, tornando-se um poderoso ramo especializado do governo nacional, aumentou a separação organizacional entre a atividade fiscal e a militar, cresceu a divisão do trabalho entre o exército e as forças policiais, as instituições representativas passaram a ter uma influência significativa sobre os gastos militares, e os estados adotaram uma gama altamente expandida de atividades de distribuição, regulamentação, compensação e justiça. (TILLY, C. Coerção, Capital e Estados Europeus, 1996, p. 79).

Seguindo o mesmo raciocínio, poder-se-á também fazer, sobre as três nações que estão sendo comparadas, uma pergunta: como as mudanças no capitalismo na Europa e as correspondentes mudanças de

seu colonialismo na América se relacionam com os estágios de existência da Argentina, Brasil e México?

### 3.3 SURGIMENTO E DESENVOLVIMENTO DAS TRÊS NAÇÕES

*'As barbaridades e as implacáveis atrocidades praticadas pelas chamadas nações cristãs, em todas as regiões do mundo e contra todos os povos que elas conseguem submeter, não encontram paralelo em nenhum período da histórica universal, em nenhuma raça, por mais feroz, ignorante, cruel e cínica que se tenha revelado'. (WILLIAM HOWITT. Londres. 1838).*

#### 3.3.1 As origens de 1453 a 1800.

Em suas **origens**, as três nações que estamos examinando (Argentina, Brasil e México) apresentam dois períodos básicos distintos: o anterior à colonização ibérica e o que vai do início desta até a declaração formal de independência daquelas. Do período anterior à chegada dos espanhóis e portugueses vamos destacar algumas particularidades dos povos que habitavam essas regiões que terão reflexos na futura formação daquelas nações.

No período anterior à colonização, distinguiam-se pelo seguinte: o território onde é hoje a nação Argentina era escassamente povoado; quase inexistiam animais domesticáveis; a maioria dos agrupamentos humanos que lá habitavam não conhecia a propriedade privada, exceto em uma pequena parte desse território que foi dominada pelos Incas, mas pouco restou dessa civilização como assegura Quesada<sup>74</sup>.

Se supone que los incas del Perú dominaron el actual noroeste argentino en tiempos de Túpac Inca Yupanqui, hacia 1470, [...]. En las excavaciones arqueológicas realizadas en el noroeste argentino, se comprobó la presencia de centenares de objetos fabricados por

---

<sup>74</sup>QUESADA, M S. **La Argentina Historia del País y de su Gente**, Buenos Aires. Editorial Sudamericana, 2001.

los artesanos de Cuzco, tales como armas de bronce, vestidos de lana de vicuña, taparrabos, figuras de oro, plata, concha marina, ámbar, ónix y la cerámica cuzqueña policroma en su forma de aríbalo. Las clases dirigentes locales los importaban por razones de prestigio cuando Cuzco era la metrópoli política y cultural del mundo andino (QUESADA, 2001, p. 15).

Na Patagônia, Pampa e Chaco, habitavam povos caçadores e coletores, portanto, não conheciam a propriedade privada. Embora tenha havido diversos agrupamentos humanos, provavelmente a propriedade privada só foi conhecida no noroeste atual da Argentina que fez parte do Império Inca, o maior da América do Sul, antes da chegada dos espanhóis e portugueses. Comparativamente ao Brasil, ela era pouco povoada, pois enquanto aquela região não registra ter havido mais de um milhão de almas, alguns estimam em cerca de seis milhões a população indígena antes de aqui chegarem os portugueses. Pouco povoada ainda, comparado à região onde está situado o México cuja população era estimada em 24 milhões quando chegam os espanhóis.

O Brasil, devido ao clima tropical e às imensas florestas era mais povoado que a Argentina, pois tornava mais fácil a atividade coletora. Os estágios máximos aqui encontrados, admitindo-se a classificação de Morgan foram fase superior do estado selvagem (que começa com a invenção, segundo ele, do arco e da flecha, muito comum em várias regiões), e a fase inferior da barbárie, que, também conforme ele, 'inicia-se com a introdução da cerâmica', esta bem menor e concentrada em algumas regiões.

O México destoa bastante. Ali viviam poderosas civilizações. Há evidências sólidas de ocupação humana no norte da Bacia do México desde 20000 anos a.C. O milho era cultivado há cerca de 8000 anos a.C., houve diversificados trabalhos em cerâmica após 2300 anos a.C e uma agricultura intensiva desde 1800 a. C.; existiram, pois, propriedade privada e poderosas civilizações muito antes da chegada dos espanhóis. Dentre elas destacaram-se os teotihuacan, maia, olmeca, zapoteca, mixteca, huasteca, purepecha, tolteca e asteca (ou méxica), isto por cerca de 4000 anos antes do contato com os espanhóis. Ali foram construídos templos e pirâmides, sem que nunca tenham tido contato com os egípcios. São atribuídas às civilizações que habitaram a região onde hoje se localiza o México várias invenções como a roda, o ábaco, a escrita, tendo sido os primeiros no mundo a utilizarem o

zero. Havia animais domesticados como o peru e embora fundissem o ouro e a prata não encontrei referência à fundição de ferro. A escravidão também existia. Os mexicas governavam grande parte da região antes da chegada dos espanhóis, tendo subjugado vários estados, por volta de 1470. Nesta altura, os mexicas governavam um império que contava com cerca de 10 milhões de pessoas enquanto a população total de toda a região onde hoje se situa o México era estimada em 24 milhões, provavelmente uma estimativa exagerada. Os nativos davam o nome de nahua ou mexica ao povo definido por um inglês como asteca. Portanto, astecas ou mexicas, são tratados aqui, para todos os efeitos, como o mesmo povo. Todos os povos citados são parte constitutiva do atual povo mexicano. Mas é importante salientar que algumas diferenças entre aquelas poderosas civilizações se mantiveram em graus variados durante a colonização espanhola. O que nos leva a afirmar que muitas desavenças entre as regiões que constituem o México, e que levaram a divisões entre suas elites com reflexos na dificuldade de gerar um povo uno, tiveram aí suas origens. E certamente foram estimuladas pelos espanhóis e, posteriormente, pelos Estados Unidos para mais facilmente controlar o México. Isso se depreende de acordos assinados em separado com os centros regionais. Ali, a colonização espanhola enfrentou, pela existência de tais civilizações, uma resistência que, a rigor, jamais foi extinta. Marcará toda a história posterior. Seus habitantes nativos foram sujeitados pelos espanhóis, porém, estes tiveram dificuldades para os tornarem escravos (pelo menos na escala que precisavam seus colonizadores que apelaram para o tráfico negreiro). E mais, mesmo o império asteca que tinha, entre os seus e os povos dominados cerca de 10 milhões de habitantes, não controlava os outros 14 milhões, o que já mostra divisões entre Estados poderosos. Essa divisão se refletiu depois nas elites crioulas e teve importância na história do México. Saliento esse aspecto porque existiram também, em outras regiões da América, poderosas civilizações, como os incas, onde o lhama podia ser domesticado. E, também nessas regiões, se constatam a sobrevivência, ainda hoje, da cultura dessas civilizações.

Vamos nos deter um pouco mais no México, pois havia ali uma civilização poderosa que não tinha contato com as existentes na Europa, norte da África e Ásia as quais se relacionam entre si há milhares de anos. E para testemunhar que aquilo que os homens e mulheres produzem e como produzem determinam suas relações

e, também, que a passagem da barbárie para a civilização se dá através do modo de produção escravista, as civilizações que povoaram o atual México utilizaram em larga escala o trabalho escravo, mas com características originais como é salientado na citação abaixo.

No entanto, apesar de uma série de nuances na forma de entrega ou cobrança do imposto, o que havia em comum era que esse era sempre pago de forma coletiva e não individual. A propriedade e a distribuição da terra eram extremamente complexas. Os antigos mexicanos não tinham a idéia romana de propriedade individual. O *Tlatoani*, ou imperador, podia dispor irrestritamente das terras, doá-las, aliená-las ou concedê-las em usufruto, mas sempre dentro das tradições e dos costumes (BUSTOS, 2008, p. 22 e 23)<sup>75</sup>.

Em muitos aspectos, o modo de produção existente entre os antigos mexicanos, lembra o modo de produção asiático. A propriedade da terra, a figura do imperador, a imensa massa de camponeses, a divisão em 'províncias', a forma de cobrança dos tributos. Em outros, lembra o modo de produção feudal existente na Europa. A Espanha colonizou o México e a Argentina, mas, como exposto acima, teve que lidar com realidades muito distintas. No México, uma civilização complexa, sofisticada, com a presença de escravos, servos, camponeses, um artesanato extremamente evoluído e uma população numerosa. Possuía, desde o início de sua colonização, uma vasta produção rural e - o que era mais importante para a Espanha - muita prata e ouro!

Quanto à Argentina, sua região só adquiriu importância para a Espanha, depois que foi descoberta a prata em Potosí (que hoje, está no território da Bolívia). Sua colonização no início tinha na foz do Rio que por esse motivo leva o nome de 'da Prata', o objetivo primordial. E aquela região era escassamente povoada. A Argentina tinha no início o Rio da Prata e o Brasil, o pau-brasil.<sup>76</sup> Muito pouco, comparado ao México. No Brasil, ainda no século XVI, a cana-de-açúcar passa ser sua principal riqueza. A produção de açúcar não foi superada no século XVII, nem pelo ouro das Minas Gerais (descoberto em 1690). A Argentina no século XVI ainda

<sup>75</sup> BUSTOS (org), MEDINA e LOSA **Revolução Mexicana: Antecedentes, Desenvolvimento e Consequências**. São Paulo. Editora Expressão Popular. 2008,

<sup>76</sup> En 1532 se produce la conquista Del Perú. La noticia de que Pizarro había llegado al Cuzco, el ombligo del mundo andino, arrasado sus tesoros, destruido sus templos, sometido a sus curacas y violado a las vírgenes del Sol, devolvió atractivo a la empresa del Río de la Plata. La llegada del tesoro del Inca a Sevilla - el quinto del botín que le correspondía al rey - despertó admiración y envidias (QUESADA, p. 31).

permanecia muito pouco povoada.<sup>77</sup> A descoberta da prata em Potosí altera radicalmente o interesse da Espanha pela região dos grandes rios. Era urgente impedir que os portugueses tivessem acesso por eles, à região onde até hoje (passados quase quinhentos anos) é extraído esse metal.

É certo que o crescimento da produção de cana de açúcar no Brasil e, mais tarde, o ouro e o diamante das minas tornavam-na uma colônia atrativa. E é exatamente no século que se extraiu mais de um milhão de toneladas de ouro das minas gerais, que a Inglaterra faz um acordo com Portugal (1703 – acordo de Methuen), no qual este se especializaria na produção de vinho e bacalhau e importaria as demais mercadorias. Portanto, não é exagerado afirmar que boa parte da revolução industrial que inicia naquele século na Inglaterra, foi financiada pelo ouro de Minas Gerais. No Brasil, quando do domínio espanhol sobre Portugal (1580-1640), houve a invasão holandesa. A Holanda era, à época, a primeira potência naval do mundo. Isso diz bem da importância que teve a expulsão dos holandeses do nordeste do Brasil. Para tanto se juntaram índios, negros, mestiços e portugueses. Nas origens da formação da nação brasileira, essa é a página mais significativa. Viriam outras depois, culminando com a Inconfidência Mineira e a Conjuração Baiana, mas não tiveram como aquela, uma participação popular tão extensa e significativa da gente do Brasil. Nela já estava se plasmando aquilo que viria a ser o povo brasileiro: um povo uno, mestiço, com contribuição de europeus, africanos e nativos e, mais tarde, de asiáticos. Um povo com um único idioma – o português.

A Argentina, tendo o Rio da Prata como escoadouro desse minério, vê crescer a importância de Buenos Aires (também pela sua posição estratégica na disputa entre Espanha e Portugal)<sup>78</sup>. Mas, mesmo assim, o México era mais povoado, rico em matérias primas e sua colonização era o mais importante

---

<sup>77</sup> En 1545, poco antes de que los hombres de la Entrada regresaran al Perú, se descubrió de manera fortuita el yacimiento de plata en el cerro de Potosí. Este hecho cambió la historia del virreinato peruano. Pocos años bastaron para convertir al poblado minero de los primeros tiempos, ubicado en un páramo a 4000 metros de altura, en una próspera ciudad de miles de habitantes [...]. Hacia 1560 la colonización española en la región de los grandes ríos estaba consolidada solamente en su sector norte, en el Paraguay, mientras la desembocadura del Río de la Plata permanecía despoblada (QUESADA, 2001, p. 43).

<sup>78</sup>“La ciudad de Buenos Aires, de acuerdo con su situación, las circunstancias y otras consideraciones expuestas, es la más adecuada para que en ella se establezca un Virreinato con una Real Audiencia, a los cuales se subordinarán las provincias de Paraguay, Tucumán y Cuyo”. Tomás Álvarez de Acevedo, Audiencia de Charcas, 1771 (QUESADA p. 131).

investimento ibérico. De sorte que, quando de sua declaração de Independência, possuía mais de 6 milhões de habitantes<sup>79</sup>.

Como se pode deduzir da longa passagem acima, a situação se assemelha em muito com o que ocorreu no Brasil no século XVIII, quando foi descoberto o ouro e o diamante em Minas Gerais. Com duas diferenças: a criação de animais de tração e para alimentação vinham das estâncias gaúchas; desde o início, tiveram que ser utilizados escravos negros provenientes da África, já que nossa população indígena, diferente da mexicana, não conhecia classes sociais e luta de classes. Não conhecia trabalho escravo nem servil. No entanto, não devemos esquecer que essa atividade se dava na Nova Espanha (México) desde o início do século XVI! Aliás, a atividade mineira declinou no México no século seguinte:

[...] com o declínio da atividade mineira no século 17, a agricultura converteu-se na principal atividade produtiva e as fazendas passaram a ser a instituição econômica dominante (BUSTOS, 2008, p.30).

A atividade mineira, portanto, já tinha declinado na Nova Espanha quando ainda não tinha nem começado no Brasil. Bustos, depois de destacar que *a Igreja monopolizou tantas terras que no início do século 19 possuía 60% do território da Nova Espanha*, faz uma análise das classes sociais quando do processo de independência e, em particular, a elite, guarda alguma semelhança com o ocorrido no processo de independência do Brasil e da Argentina:

Quando se iniciou o processo de independência, em 1810, os espanhóis peninsulares estavam no cume da pirâmide social, detinham o controle do poder político, isto é, ocupavam os cargos mais altos no governo, no exército e no clero, apesar de não representarem nem 1% da população total. Em seguida vinham os *criollos*, num total de aproximadamente 16%, que eram filhos de espanhóis nascidos na Nova Espanha, em sua maioria dedicados ao

---

<sup>79</sup>En vísperas de la lucha por la independencia, el virreinato de Nueva España (México) comprendía una vasta área que se extendía desde el Caribe hasta el Pacífico y desde la frontera de Guatemala y Chiapas hasta las provincias internas del este y del oeste, incluyendo el territorio que más tarde se incorporó al suroeste de los Estados Unidos de Norteamérica. El virreinato, que en 1814 tenía una población de 6.122.000 habitantes (en 1810 los Estados Unidos tenía 7.240.000), contenía más del tercio de la población total del imperio español de ultramar. Ciudad de México, la capital de virreinato, era la mayor ciudad tanto de América del Norte como de Sur; con sus 168.811 habitantes en 1811 era, después de Madrid, la segunda mayor ciudad del imperio (ANNA, 2003 p. 10).

comércio; tinham pequenas empresas, algumas minas e pequenas ou médias extensões de terra (BUSTOS, p. 31).

A particularidade do Brasil, relativamente à Argentina e ao México, é que aqui não havia propriamente uma 'elite criolla', e sim, mestiça. Bandeirantes, proprietários dos engenhos de açúcar no nordeste, e mesmo os proprietários das minas gerais ou das estâncias no sul, eram, majoritariamente, mestiços. Mestiços há praticamente 300 anos! Aqui os comerciantes, eram os descendentes de portugueses. Os grandes proprietários de terras eram, fundamentalmente, mestiços.

Outra diferença quanto às origens, na formação da Nação Mexicana, comparativamente à Argentina e Brasil, deve-se ao fato de que, com a queda da produção e da comercialização de metais preciosos, ocorrida entre 1640 e 1740, a elite dominante foi elaborando uma via própria de desenvolvimento (em certo sentido, semelhante ao que estava sendo feito pelas 13 colônias da Inglaterra, mais ao norte).

Ou seja, a classe dominante peninsular e *criolla* optou por implementar na Nova Espanha um via capitalista, que consistiu em atender mais as suas necessidades econômicas internas do que as da metrópole (BUSTOS, 2008).

Não é relevante para meu propósito questionar se era uma 'via capitalista'. O que aqui interessa é que a situação na Nova Espanha, durante meados do século 17 e todo o século 18, se assemelha mais às 13 colônias do norte. Suas elites locais, que já dominavam a manufatura capitalista e inclusive a produção fabril (não em escala européia, é evidente), passaram a ver seus interesses desvinculados daqueles da metrópole. Tinham um espaço enorme para se desenvolverem. A diferença é que, enquanto nas 13 colônias os nativos eram facilmente exterminados (viviavam no comunismo primitivo), na Nova Espanha eles eram dominados - embora tenham sido também, exterminados em larga escala -, para trabalharem nas minas e nas atividades manufatureiras ou rurais, porquanto oriundos de poderosa civilização. É claro que houve uma miscigenação de espanhóis com os nativos, mas não na proporção do Brasil. E ainda, lá era uma miscigenação com herdeiros de civilizações e aqui com comunidades primitivas.

O que quero salientar é que a existência de manufaturas (e mesmo fábricas) no México era uma realidade; interessava para os espanhóis e para a elite crioula

local. Isso era bem diferente do que havia na Argentina e no Brasil. Ainda em 1785, por decreto de D. Maria, a coroa portuguesa proibia a construção de fábricas no Brasil, e as que fossem descobertas, teriam seus proprietários de pagar três dobros de seu valor!

Por fim, já próximo às declarações de Independência da Argentina e México, o fato que terá maior influência, é a declaração de Guerra que uma Espanha enfraquecida faz à Inglaterra em 1778. Isso obrigou a que as chamadas 'reformas borbônicas' tivessem como objetivo central arrochar todas as colônias que Espanha possuía na América: o que favorecia o lucro da metrópole era estimulado. E combatidos os que trouxessem desvantagem.

Mas se já havia um enfraquecimento da Espanha e Portugal, que, aproveitando das riquezas minerais de seus impérios coloniais os trocavam pelas mercadorias fabricadas, sobretudo na Inglaterra, ao invés de construírem fábricas que as produzissem. Essa situação se intensificou no caso da Espanha com a declaração de guerra à Inglaterra em 1778. A Espanha já enfraquecida pela guerra com a Inglaterra é, duas décadas depois, invadida pelas das tropas de Napoleão. É dentro desse contexto, com a península ibérica enfraquecida e assediada, que se dará a formação, em um curto espaço de tempo, de vinte nações na América Latina. Dentre as quais as três que estamos comparando.

Para melhor elucidar esse ponto há que ser levado em conta as mudanças na variável independente – o modo de produção capitalista. O período da colonização ibérica (1500 a 1800) da América foi o do predomínio da manufatura capitalista na Europa. Quando as nações se formam na América, o capital industrial passava a ter hegemonia na Europa Ocidental. Mas a gênese do capitalista industrial começa no século XV com as manufaturas. Essas manufaturas capitalistas foram muito poderosas na Espanha e Portugal nos séculos XV, XVI e XVII. Elas aceleraram o desenvolvimento do capitalismo que era lento nos séculos XI, XII, XVIII e XIV.

Na Europa, como esclarece Marx<sup>80</sup>, o capital dinheiro formado por meio do comércio e da usura não conseguia se transformar em capital industrial, em

---

<sup>80</sup>A marcha lenta do período infantil do capitalismo não se coadunava com as necessidades do novo mercado mundial criado pelas grandes descobertas dos fins do século XV (MARX, 2008, p. 863).

decorrência do sistema feudal no campo e pela organização corporativa na cidade. Para vencer essas entraves, para dissolver as vassalagens feudais expropriando e expulsando a população rural jogaram um papel chave as manufaturas capitalistas e sua forma estatal predileta: o absolutismo monárquico. A colonização da região onde hoje está situada a Argentina, o Brasil e o México serviam intensamente àquele propósito – ampliar as manufaturas européias. Daí porque, as cinco nações que se formaram na Europa para que predominasse a manufatura capitalista, disputaram intensamente a América em todo o período colonial. A relação entre o desenvolvimento do capitalismo e o surgimento das nações fica aqui bem expressa. Para elevar o colonialismo de sua fase infantil para a manufatura foram utilizados vários meios. O mais importante, criaram-se as primeiras nações.

Os diferentes meios propulsores da acumulação primitiva se repartem numa ordem mais ou menos cronológica por diferentes países, principalmente Espanha, Portugal, Holanda, França e Inglaterra.

Esses métodos se baseiam em parte na violência mais brutal, como é o caso do sistema colonial. Mas todos eles utilizavam o poder do Estado, a força concentrada e organizada da sociedade para ativar artificialmente o processo de transformação do modo feudal de produção no modo capitalista, abreviando assim as etapas de transição. A força é o parceiro da sociedade velha que traz uma nova em suas entranhas. Ela mesma é uma potência econômica (MARX, 2008).

No século XVII, a Holanda já tinha ultrapassado Portugal e Espanha em matéria de sistema colonial<sup>81</sup>. Mas desde o início do século XVIII ela é ultrapassada pelas manufaturas e indústrias da Inglaterra<sup>82</sup> e, logo em seguida, também pela França. Quando surgem as nações na América, a gênese do capitalismo industrial qual seja, a manufatura capitalista nestas duas nações, já tinha cumprido o seu percurso. Passava, portanto, a predominar o capitalismo industrial. Portugal e

---

<sup>81</sup>O sistema colonial fez prosperar o comércio e a navegação. As sociedades dotadas de monopólios, de que já falava Lutero, eram poderosas alavancas de concentração do capital. As colônias asseguravam mercado às manufaturas em expansão e, graças ao monopólio, uma acumulação acelerada. As riquezas apesadas fora da Europa pela pilhagem, escravização e massacre, refluíam para a metrópole, onde se transformavam em capital. A Holanda, que, pela primeira vez, desenvolveu plenamente o sistema colonial atingira, em 1648, o apogeu de sua grandeza comercial (MARX, 2008).

<sup>82</sup>Já no começo do século XVIII as manufaturas da Holanda tinham sido bastante ultrapassadas, e a Holanda cessa de ser a nação dominante no comércio e na indústria. De 1701 a 1776 um de seus negócios principais é, por isso, emprestar enormes capitais, especialmente ao seu concorrente mais poderoso, a Inglaterra (MARX, 2008).

Espanha, cujas manufaturas tinham sido ultrapassadas desde o século XVII, praticamente não se industrializaram no século XVIII. Aproveitaram das imensas riquezas extraídas de suas colônias na América para comprar as mercadorias produzidas por fábricas inglesas e francesas. Essa estagnação e mesmo decadência, que se acentuaria em ambas no final do século XVIII, facilitou a formação rápida de várias nações na América Latina que é o que trataremos a seguir.

### 3.3.2 Formação: da Independência à Consolidação (1800 a 1880).

Como se viu anteriormente, embora com algumas diferenças nas origens, a Argentina, o Brasil e o México, se formaram como Nações realizando suas declarações de independência próximas umas das outras. Isso aconteceu devido a ‘fenômenos externos’ (influência da Independência dos EUA e, mais ainda, da Revolução Francesa, etc.), e ‘fatores internos’ (havia movimento nativista e pela independência nas três futuras nações). Mas o fator **determinante** foi que, naquele período, o processo global de produção capitalista passava a **transitar** na Europa, do predomínio da manufatura para o da indústria.

A colonização exercida por Portugal e Espanha sobre suas colônias americanas era basicamente extrativa (levar ouro e prata e monopolizar o comércio de uma agricultura de exportação).

Diferentemente da colonização da Inglaterra no norte da América. Lá, assim como no Brasil, predominavam comunidades primitivas. Entretanto, os ingleses mandaram para lá levas de colonos que além de possuírem conhecimentos sobre a manufatura também possuíam experiência fabril. Esses colonos tinham condições, pelo conhecimento adquirido na Metrópole e pelos recursos de que dispunham, de montar seus próprios negócios e se expandirem em uma terra cuja população nativa pouca força tinha para resistir, tendo sido, no fundamental, dizimada.

O enfraquecimento de Portugal e Espanha, que não realizaram como a Inglaterra e a França, Revoluções Industriais era crescente. Revoltas no sentido da

independência ocorriam na Argentina, Brasil e México. Contudo, a grande Revolução Francesa e a ocupação da Espanha pelas forças de Napoleão bem como a invasão de Portugal, precipitaram uma tendência já existente. Se, no Brasil isso ocasionou a vinda da Corte portuguesa para cá, com todas as suas decorrências, o Vice-Reinado de Buenos Aires e o da Nova Espanha ficaram acéfalos de Imperador.

Aqui reside a mais significativa diferença política entre, de um lado Brasil, e de outro, Argentina e México. O Brasil para realizar sua independência manteve o Império – situação talvez única no mundo. Quem proclama a Independência e se torna Imperador é o filho do rei de Portugal. Já Argentina e México adotam a República Presidencial, muito semelhante à forma política adotada pelas antigas colônias inglesas do norte da América. Com a diferença de que lá, foi edificada uma única nação e na América Espanhola duas dezenas, aproximadamente.

No tocante à Argentina, como diz QUESADA (p.218) “*el virreinato se disuelve*”, mas a Nação Argentina que se forma, não abrange todo o antigo Vice-Reinado de Buenos Aires.<sup>83</sup> Quanto ao Brasil, o território foi até aumentado com o Acre já no início do século XX. E no México, com uma composição social bem mais complexa, uma miscigenação tanto racial como cultural mais típica, com uma forte classe, por assim dizer, de *criollos*<sup>84</sup> a pretensão era maior. Para os autonomistas, México não era uma colônia, mas um dos reinos que compunham a monarquia espanhola. Daí porque, já que estava preso o rei Fernando VII e José, irmão de Napoleão, foi feito imperador, julgavam que podiam criar uma Junta Provisória.<sup>85</sup> No entanto, o México, ao se formar como Nação, possui um território aproximado ao que era, antes, o vice-reinado da Nova Espanha. É bem verdade que perdeu metade desse território para seu poderoso vizinho do norte, ainda no século XIX.

---

<sup>83</sup>La ciudad de Buenos Aires pretendió encabezar la organización institucional del país y convertirse en heredera del poder virreinal. Pero las ciudades que eran cabeza de regiones con identidad e intereses propios se negaron a reconocerla (QUESADA, 2001, p 218).

<sup>84</sup>De este modo, los criollos se identificaban como americanos, es decir que se reconocían como distintos de los peninsulares y con objetivos políticos diferentes (ANNA, 2003, p. 14).

<sup>85</sup>Los autonomistas, que rechazaban la idea de que su país fuera una colonia, argumentaron que constituía uno de los reinos que componían la monarquía española. Al igual que las provincias y reinos de la península, México podía crear una junta provisional para gobernar en nombre del rey mientras durara la crisis. Los absolutistas sostenían que Nueva España no era un reino como los de la península y que cualquier propuesta de establecer una autonomía regional era ilegal. Para ellos, México tenía que preservarse como abastecedor de metales a la madre patria, [...] (ANNA, 2003 p. 15).

Dois aspectos a ressaltar nessas décadas (1800/1830) de transição de colônias ibéricas na América para nações independentes: nas três, cidades, *cabildos*, regiões distanciadas geograficamente e com poder econômico e político próprio, eram uma característica construída durante os 300 anos de colonização ibérica, o que dará base política para o federalismo, que as irá acompanhar até hoje. Nas três nações, as declarações formais de independência deram origem a disputas entre grupos sociais e regiões pelo controle do governo central que duraram algumas décadas, sendo mais grave no caso do México, pois essas discórdias facilitaram a anexação de grande parte de seu território pelos EUA. E no caso da Argentina, Buenos Aires não conseguiu abranger todo o antigo Vice-Reino que, aliás, era recente (1779).

Ainda outro ponto comum, mas que também vale para as outras nações da América Latina, é a intromissão constante da Inglaterra, tanto quanto aos termos dessa Independência, como para a definição dos territórios nacionais. De tal maneira se dá essa intromissão, que toda a fase que vai das declarações de independência até por volta da década de 30 do século XX, podemos considerar esses países como submetidos ao neocolonialismo inglês. A Inglaterra passou a ter o quase monopólio comercial com essas 'novas nações' tendo ajudado diretamente, através de vários de seus almirantes, a 'independência' de Portugal e Espanha. Praticamente todas, desde suas declarações de independência, já possuem dívidas externas com os bancos e a coroa inglesa.

Em graus variados e períodos distintos nesses aproximadamente 100 anos de formação, a Inglaterra se beneficiou do monopólio comercial e das fontes de matérias prima que, antes, pertenciam a Portugal e Espanha. Essa situação é atenuada para o caso do México pela sua vizinhança com os EUA e também porque a Inglaterra não repôs as restrições que a Espanha impunha à Nova Espanha (México)<sup>86</sup>. Ou seja, sendo essencialmente extrativas, e tendo se atrasado na

---

<sup>86</sup>Además, España imponía una serie de restricciones económicas sobre el comercio de Nueva España, las más importantes de las cuales eran la prohibición de comerciar con puertos extranjeros, la existencia de monopolios reales sobre el tabaco, la pólvora, el mercurio, el papel sellado y ciertos otros productos, y un gran número de impuestos que debían pagarse, tanto para exportar productos mexicanos como para importar productos españoles o extranjeros procedentes de España. Así, los productos coloniales que se exportaban a mercados extranjeros desde España pagaban una tasa del 15 al 17 por 100, mientras que los productos extranjeros en tránsito hacia las colonias la pagaban del 36,5 por 100. España reexportaba al menos 90 por 100 de los metales preciosos y de los productos agrícolas que recibía de Nueva España. Se ha calculado que el pago de tales gravámenes y la existencia de las restricciones comerciales costaron a Nueva

industrialização, Portugal e Espanha intensificam no final do século XVIII e início do século XIX os gravames sobre a produção de suas colônias. Para exemplificar, a **derrama** no Brasil, será o pretexto para a Inconfidência Mineira.

Argentina e México padeceram para construir suas fronteiras nacionais, nas primeiras décadas após a formalização da independência. O mesmo não ocorreu com o Brasil, que manteve todo o território do Vice-Reinado constituído em 1815. E com base numa monarquia constitucional, o Brasil manteve intactas suas fronteiras e inclusive as ampliou. A Monarquia enfrentou algumas revoltas regionais, e as debelou. Contudo, aqui reside talvez o motivo principal de ter o Brasil conseguido manter intacto seu território – a sabedoria da elite política, notadamente de José Bonifácio – em conduzir a luta pela Independência, aproveitando as circunstâncias criadas a partir da vinda para o Brasil da família real. Essa constatação é desenvolvida por José Murilo de Carvalho<sup>87</sup>:

A homogeneidade da elite pela educação comum na tradição do absolutismo português e pela participação na burocracia estatal fazia com que o fortalecimento do Estado constituísse para ela não só um valor político como também um interesse material muito concreto. Desse modo, o objetivo da manutenção da unidade da ex-colônia raramente seria posto em dúvida por elementos da elite nacional, talvez até mesmo independentemente de estar essa unidade em acordo ou desacordo com os interesses dos grupos econômicos dominantes. José Bonifácio, por exemplo, voltou para o Brasil com a idéia de criar na América um grande império, coincidissem esse objetivo ou não com os interesses básicos como a manutenção da escravidão (CARVALHO, **A Construção da Ordem**, 2003, p. 42).

---

España unos 17,3 millones de pesos anuales en los últimos 20 años del régimen colonial, o bien 2,88 pesos por persona, lo que viene a representar el 7,2 por 100 del ingreso colonial total. Ello supone una carga casi 35 veces mayor que la impuesta por los británicos sobre las trece colonias de Norteamérica en los últimos años anteriores a la independencia de los Estados Unidos (ANNA, 2003, p. 11).

<sup>87</sup> A continuidade propiciada pelo processo de independência, pela estrutura burocrática e pelo padrão de formação de elite herdados de Portugal certamente deu ao Estado imperial maior capacidade de controle e aglutinação do que seria de esperar de simples porta-voz de interesses agrários. Mas em contrapartida, não havia na elite e na burocracia condições para constituírem um estamento nem podia o Estado ser tão sobranceiro à nação. A burocracia era dividida em vários setores e a homogeneidade da elite provinha mais da socialização e do treinamento do que de *status* comum e de privilégios que a isolassem de outros grupos sociais. O Estado, por sua vez, dependia profundamente da produção agrícola de exportação e encontrava na necessidade da defesa dos interesses dessa produção um sério limite a sua liberdade de ação (CARVALHO, J. M. **A Construção da Ordem**. Rio de Janeiro. Civilização Brasileira. 2003).

José Bonifácio foi combatido, inclusive dentro da maçonaria, na qual era grão-mestre, e derrotado seu projeto de um Brasil - já desde o início - livre da escravidão negra. Contudo, todas as pesquisas históricas comprovam: foi o condutor da formação da Nação. José Bonifácio era republicano, assim como o era a Inconfidência Mineira e a Conjuração Baiana. Como também o seriam as revoltas regionais após a Independência (Farroupilha, Confederação do Equador, etc.). Mas teve a sagacidade de entender o risco que seria para manter a integridade do território e a unidade nacional, uma República um tanto artificial, pois sem base no sentimento popular de então e com uma correlação de forças desfavorável. Ademais, elites locais que lideraram revoltas regionais durante o Império, poderiam ser tentadas a formar, em cada região, uma nação independente, o que teria levado ao esfacelamento do Brasil.

Basta contrastar o que aqui aconteceu, com a Argentina e o México no mesmo período. Não conseguiram manter nem a integridade territorial, nem a unidade nacional. Embora, no caso argentino, e graças à habilidade de San Martín, mesmo que mais reduzido em relação ao Vice-Reino espanhol inicial, conseguiu em pouco tempo na parte que restava manter a unidade nacional. No México, mercê do período pré-colombiano, quando existiam poderosas civilizações em regiões distintas, muitas delas com abundantes riquezas minerais e agrícolas, as elites que as conduziam, tinham conflitos entre si de mais difícil conciliação. Acresça-se o fato de que, pela sua localização e riquezas, era alvo da cobiça da Inglaterra, EUA (o grande beneficiário dessas divisões) e França, que estimulavam as divisões internas.

Desde a independência, que começou em 1810, até a tomada definitiva do poder pelos liberais em 1876, o México atravessou um período de profundas e ferrenhas lutas internas entre os grupos sociais dominantes;

Para se ter uma idéia, somente nos 30 primeiros anos de vida independente do país, houve mais de 48 governos diferentes. Essa situação trouxe consigo um longo período de anarquia política, crise econômica, paralisia comercial...

Outros eventos a destacar nessa etapa foram as múltiplas invasões que o país sofreu pelas potências da época, provocando intensas guerras que, ao longo do tempo, fez com que o México cedesse mais da metade de seu território aos Estados Unidos – o país perdeu, entre 1846 e 1847, o Texas, o Novo México e a Alta Califórnia; em 1853 viu-se obrigado a vender Mesilla, ficando reduzido a 1.972.546 Km<sup>2</sup> (BUSTOS, 2008, p. 39 e 40).

Em resumo essas três nações se formam, em decorrência, fundamentalmente, da transição no processo global de produção capitalista do predomínio da manufatura para o predomínio da fábrica na Europa. Nesse período, a Inglaterra transitava da política colonial europeia anterior (cujo objetivo central era criar burguesia na Europa) para uma nova política colonial: criar assalariados na América. Por isso, a Inglaterra altera sua política passando de incentivadora e beneficiária do tráfico negreiro, para repressora do mesmo. Passa, também, a estimular a formação de nações na América (o que lhe facilitava mercados para seus produtos e fontes privilegiadas de matérias primas).

A Declaração de Independência da Argentina é 9 de julho de 1816<sup>88</sup>, a do Brasil 07 de setembro de 1822 e a do México 16 de setembro de 1810.<sup>89</sup> Portanto, não distam 15 anos e, em tempo histórico, pode-se dizer que mesmo momento. Só esse fato seria suficiente para merecer comparar suas histórias políticas. Mas o que já vimos de comum (e de diferente) em suas origens e nos fatores que foram decisivos para formação dessas Nações, ainda ficará mais claro ao examinarmos o longo período de **consolidação** das mesmas (praticamente um século).

As datas das declarações formais podem não corresponder exatamente à existência de um governo central com autoridade em todo o território. Nem isso vem ao caso já que, do meu ponto de vista, o que define a **consolidação** de uma nação é a existência de um Estado garantidor da soberania dela em sua relação com as demais, capaz de defender a integralidade de seu território e indutor do desenvolvimento, da ciência e tecnologia, bem como da infra-estrutura em geral. Uma coisa é a **formação** de uma Nação, outra, é sua **consolidação**. E mais, pode haver retrocesso. Portugal e Espanha, por exemplo, estavam na vanguarda do modo de produção capitalista quando de sua fase manufatureira e essa situação se inverteu durante a fase da maquinaria.

---

<sup>88</sup>El Congreso de los Pueblos, que el 9 de julio de 1816 declaró la Independencia de las Provincias Unidas, se reunió en Tucumán en circunstancias particularmente adversas. La derrota del ejército patriota en Sipe-Sipe (noviembre de 1815) dejó el Alto Perú en manos de los españoles y puso en serio riesgo Salta y Jujuy. Pero esta derrota, [...], contribuyó a fortalecer el sentimiento de identidad en la población altoperuano (QUESADA, p. 239).

<sup>89</sup>El México moderno considera a Hidalgo como 'el padre de la independencia' y es respetado como uno de los mayores héroes nacionales. El día del Grito de Dolores, el 16 de septiembre, es el día de la independencia de México, a pesar de que la revuelta de Hidalgo sólo duró tres meses y su impacto sobre la lucha por la independencia fue altamente contraproducente (ANNA, 2003).

Todos os grandes acontecimentos históricos destacam seus líderes, seus chefes maiores, aqueles que, em certo sentido, refletem e influenciam necessidades coletivas, que em certa medida desenham o futuro e se empenham para torná-lo realidade. Na atualidade, alguns desses líderes são alcunhados pejorativamente de populistas. Nas três nações que estamos comparando e no período primordial de suas formações, cada uma destaca um líder maior. Eles arquitetaram e se empenharam em conseguir a independência, e foram seus mais destacados líderes. Na Argentina, avulta o papel de San Martín; no Brasil o de José Bonifácio e, no México, Hidalgo. No período primordial da **consolidação** dessas nações que trataremos mais adiante, três figuras se destacam como sendo *populistas*: Perón na Argentina, Getúlio Vargas no Brasil, e Cárdenas no México. Se isto quiser significar que eles amalgamaram em si os interesses nacionais e em larga medida naquele período, corresponde aos fatos históricos.

Na formação das três nações (Argentina, Brasil e México), alguns autores destacam o papel das **instituições**, como faz Carmagnani:

Los estudios nos muestran que la realidad preexistente en los tres países considerados en el momento en que se convierten en Estados independientes se caracteriza por una orientación de tipo confederal. Esta orientación, más fuerte en México que en Argentina y en Brasil, tiene sus raíces hacia el final del periodo colonial. En México, rastreamos sus primeros brotes en el fracaso de la centralización política y administrativa de las reformas borbónicas que llevó al virreinato de la Nueva España a una expansión de los ayuntamientos y a la constitución de una pluralidad de poderes provinciales a partir de 1812. En el naciente Imperio de Brasil, la centralización político-administrativa realiza a partir de la segunda mitad del siglo XVIII y acelerada entre 1808 y 1815 por el traslado de la corte a Río de Janeiro en 1808, produjo la progresiva conformación de poderes regionales. En lo que será Argentina, a semejanza de lo que aconteció en México, se origina en la oposición a la centralización político-administrativa que se trató de implementar con la construcción del virreinato del Río de la Plata y en la imposibilidad de reorientar las tendencias autonomistas que se expresaban en los cabildos. En los tres países tenemos entonces que el punto de partida de la tendencia que se expresará en el primer federalismo es una creciente regionalización del poder en el curso del siglo XVIII, fenómeno estrechamente asociado con la crisis de las monarquías ibéricas. De allí entonces que podemos decir que el federalismo encuentre su punto de partida y su fundamento doctrinario e institucional en la provincialización del espacio político, social e económico de México, Brasil e Argentina (CARMAGNANI, 1993)<sup>90</sup>.

<sup>90</sup> CARMAGNANI, M (coordinador). **Federalismos latinoamericanos México/Brasil/Argentina**. México. Impresora y Ecuadernadora Progreso. 1993. (pp. 398 e 399).

Como diz o autor: desde a independência, as três nações optaram pelo federalismo e isso estava associado à crise das monarquias ibéricas. Ele esquece, porém, de mencionar que a substituta das monarquias ibéricas foi a Inglaterra. E o problema não era, apenas, do fracasso das reformas centralizadoras, mas sim o fato de que desde o início da colonização foram se plasmando fortes ‘poderes provinciais’, devido à pré-existência de poderosas civilizações, no caso do México; e no caso da Argentina e Brasil pelo tipo de produção e comércio de regiões (pecuária e prata; açúcar e ouro). Aqui, no Brasil, foi no período da ‘República Velha’ que a ‘descentralização’ foi maior.

Na mesma obra, Joseph L. Love é mais afirmativo e diz, para o Brasil desse período, o que vale também para Argentina e México: “*adaptação das estruturas democráticas formais às condições políticas em uma economia neocolonial*”<sup>91</sup>.

La victoria de la opción corporativa es visible a partir de fines de los años de 1930, y se tradujo en las tres experiencias examinadas en un federalismo de corte centralizador o ‘devaluado’, como lo ha caracterizado Germán Bidart CAMPOS. En el ámbito doctrinario e institucional, el federalismo centralizador se caracteriza por atribuir, tanto en México como en Brasil y en Argentina, a la federación un papel hegemónico que deriva del hecho de que ella encarna y representa, a través del presidente, a la nación en su conjunto y puede, por lo tanto, empujar a los intereses corporativos viejos e nuevos en sociedad y en las regiones a establecer con la mediación del Estado un pacto de tipo corporativo e interclasista para garantizar una mejor gobernabilidad. (...) Lo que aquí se desea subrayar es que estas tres experiencias participan, en buena medida, de un mismo horizonte ‘desarrollista’, es decir, de la acción y la capacidad de los gobernantes de garantizar la continuidad del crecimiento económico, y de la regulación y estabilización de las demandas políticas de los sectores medios y obreros (CARMAGNANI, 1993, 402 e 403).

O que diz o autor acerca da ‘*vitória da opção corporativa*’ e ‘*mesmo horizonte desenvolvimentista*’, é na verdade, uma mudança mais significativa – o

---

<sup>91</sup> Campos Sales introdujo la *política dos gobernadores* para garantizar el apoyo del congreso para las políticas fiscales y monetarias requeridas por el préstamo de financiamiento Rothschild (1898), que consolidaba la deuda externa brasileña. Se incluían medidas impopulares como la elevación de impuestos, disminuir la moneda en circulación y los gastos gubernamentales y establecer un gravamen para Rothschild en las recaudaciones aduanales. Así, la política era una adaptación de las estructuras democráticas formales a las condiciones políticas en una economía neocolonial. (p. 202)

Estado Nacional deixava de tolerar uma política neocolonial. Portanto teria que haver uma *adaptação das estruturas político-administrativas*. A maneira como isso foi feito esteve contingenciada pelas polarizações ideológicas da época e pela eclosão da Segunda Guerra, mas a unificação da Nação foi levada a cabo. Era uma necessidade para as três nações fortalecerem suas conexões econômicas e culturais.

Hélgio Trindade, ao comparar politicamente o Brasil e Argentina sugere agregar três fatores:

As diferenças entre os processos político argentino e brasileiro tornam-se mais nítidas se agregarmos três outros fatores mais específicos e que desempenharam, na nossa interpretação, um papel estratégico no ritmo de construção do Estado; primeiro, o perfil básico da classe dirigente (unidade ideológica e treinamento político) e seu papel na ruptura do vínculo colonial e na constituição do aparato estatal; segundo, as relações entre a construção do Estado e o desenvolvimento das formas de controle coercitivo sobre a sociedade (papel do exército e milícias cívicas); terceiro o grau maior ou menor de dissociação entre o poder político e a Igreja, tendo em vista a tradição católica das potências colonizadoras e a influência da instituição religiosa na formação do sistema político (TRINDADE, 1985, p. 56)<sup>92</sup>.

Embora no Brasil a existência, desde o início, de um governo central legitimado tenha sido uma realidade, era subordinado aos interesses da Inglaterra e não teve um papel indutor na primeira na fase da monarquia. Portanto, o aspecto central, é que nenhum passou a contar, efetivamente, com um Estado Nacional que assegurasse a soberania e o desenvolvimento. Isso só será feito quase um século após. E aí, as figuras centrais serão Peron, Getúlio Vargas e Cárdenas. A partir de então, Argentina, Brasil e México passam de Nações **formadas** para Nações **consolidadas**.

Nesse transcurso de quase um século, as diferenças mais notáveis entre as três nações, talvez sejam: enquanto o México perdeu quase metade de seu território e a Argentina não conseguiu manter o Paraguai, Alto Peru e Banda Oriental, e ambos adotaram a forma política de Federalismo republicano, o Brasil, ao adotar a

<sup>92</sup> TRINDADE, H. “**Bases da democracia brasileira: Lógica liberal e práxis autoritária (1822/1945)**”. Este texto está na obra **COMO RENASCEM AS DEMOCRACIAS** (Organizadores: ROUQUIÉ, A.; LAMOUNIER, B.; SCHVARZER, J.). Editora Brasiliense, 1985, SP.

forma de monarquia parlamentar, manteve praticamente intacto as antigas fronteiras do Vice-Reinado<sup>93</sup>.

Para se ter uma idéia da importância da Inglaterra no final do século XVIII e início do século XIX na formação das três nações estudadas, leve-se em conta que, além de estar em plena Revolução Industrial e ter interesses divergentes da França napoleônica, tinha acesso privilegiado a Portugal (desde o acordo de Methuen) e agora, também à Espanha. Dito em outras palavras, ela se beneficiava do enfraquecimento do colonialismo ibérico e o substituía. Entretanto, embora admitisse - e até estimulasse - que se formassem nações na América, impunha que não contassem com um Estado garantidor de suas soberanias.

El triunvirato se dedicó a la tarea de recuperar la confianza pública y de mejorar la atmósfera para poder obtener dos empréstitos en el mercado de Londres: a principios de 1824 se firmó uno de 16 millones de pesos con la casa Goldschmitt and Company y unos meses después otra cantidad parecida con Barclay and Company. De este modo México asumía una carga de 32 millones de pesos de deuda extranjera, pero debido al bajo precio contratado y a las deducciones de los banqueros en realidad sólo recibió 10 millones (ANNA, 2003, p. 48).

Pelos dois tipos de contratos de empréstimos mencionados se percebe o quanto a Inglaterra, desde o início da independência do México, 'custeou' sua formação como Nação. Os 'empréstimos' em condições semelhantes às citadas, ocorreram ao longo do século XIX. E a própria Espanha já pedia para que a Inglaterra servisse de mediadora em Buenos Aires e Nova Granada, ou seja, praticamente o restante da América Latina. Além de 'emprestar' dinheiro às três nações em condições leoninas como as indicadas pelo empréstimo inicial ao

---

<sup>93</sup> De uma maneira geral, os sistemas políticos implantados nas ex-colônias espanholas enfrentavam um 'longo período anárquico e muitos só chegavam a organizar o poder em bases mais ou menos legítimas através de lideranças do tipo caudilhescó'. No caso brasileiro, 'se não se evitou um período inicial de instabilidade e rebeliões, não chegou a ter uma única mudança irregular e violenta de governo (não considerando como tais a abdicação e a antecipação da maioria), e conservou sempre a supremacia do poder civil' (Carvalho, 1980:15). Em consequência, a manutenção da monarquia pela elite política brasileira facilitou a transição e criou um consenso básico entre os governantes, garantindo um nível razoável de legitimidade e estabilidade ao novo regime, indispensáveis à preservação da unidade territorial. Na Argentina, ao contrário, 'se houve unanimidade para a declaração da independência, não houve, em troca, com respeito à forma de governo que adotariam as Províncias Unidas'(Romero, 1975:68). A ausência de uma definição clara dos limites territoriais do Estado nascente, a secessão de várias províncias (Paraguai, Alto Peru e Banda Oriental) e os conflitos econômicos e políticos entre as elites regionais diante da vocação hegemônica de Buenos Aires, gerando uma situação permanente de guerra civil mina em suas bases a legitimidade de qualquer ordem política estável até 1880 (TRINDADE, 1985, p. 54).

México, a Inglaterra tinha praticamente o monopólio do comércio exterior dessas três nações; abastecia-os com seus produtos industriais; intervinha nas suas administrações (vide Love), suas políticas econômicas. Isso só será profundamente alterado com o enfraquecimento inglês após a Primeira Guerra, mas, desde que houve a unificação alemã e italiana, e os nortistas venceram a guerra de secessão nos EUA, a Inglaterra passou a ser acossada no seu domínio neocolonial da América Latina. A historiadora argentina Quesada, dá ao capítulo 30 de sua obra já citada, o sugestivo título de *“El Factor Británico y las Nuevas Repúblicas”*, ela nos dá algumas indicações precisas:

Concluida la guerra de la Independencia, el Reino Unido de Gran Bretaña es el nuevo poder supranacional que sustituye al Imperio español, pero con una diferencia sustancial con éste, en cuanto los ingleses dejaban el gobierno local en manos de los nativos y se reservaban una suerte de arbitraje cuando sus intereses peligraban (QUESADA, 2001, p. 278).

Essas constatações históricas estabelecem, com precisão, o quanto a Inglaterra influenciou a existência da nação Argentina desde sua independência. Para o Brasil, basta mencionar a vinda da Corte, episódio que agora completou 200 anos, toda ela patrocinada pela Inglaterra que em troca teve a ‘abertura dos portos para a nação amiga’. O Uruguai, para a mesma autora, era uma espécie de ‘estado tapón’, prática que, aliás, a Inglaterra utilizaria muito na África e até na Ásia.<sup>94</sup>

### 3.3.3 Consolidação: Fase Inicial (1880-1930)

É neste período que Argentina, Brasil e México passam a contar com um Estado indutor e também de maior soberania nas suas relações com as demais nações. Os Estados Nacionais da Argentina, Brasil e México passam a ser indutores

---

<sup>94</sup> Sin embargo el clima de guerra se impuso. En octubre de 1825, el Congreso tomó una resolución trascendental al reconocer la incorporación de la Banda Oriental de las Provincias Unidas y aceptar a sus delegados. Dicho reconocimiento era la señal de guerra con el Imperio. Esto a pesar de que estaba claro el esfuerzo pacifista de la diplomacia británica, la cual, por otra parte, no había reconocido a la Provincia Cisplatina del Brasil: aspiraba a controlar la libre navegación del Plata y sus afluentes mediante un Estado tapón, una ‘colonia disfrazada’ a la orilla del río, como denominaba Forbes, el cónsul norteamericano, a este proyecto (QUESADA, 2001, p. 282).

da industrialização, da educação (são montadas universidades públicas e escolas públicas), da ciência e tecnologia, da montagem de empresas estatais em ramos-chaves de energia e infra-estrutura (Argentina e México criam o monopólio estatal do petróleo), uma política externa soberana, regulação das relações trabalhistas etc..

Uma coisa é um Estado indutor da economia e avalista da soberania nacional, outra coisa é um Estado "indutor" do 'livre fluxo de capitais', da desregulamentação das relações de trabalho e da privatização das empresas estatais estratégicas. Este é o dilema político principal que enfrentam essas três nações, desde 1979. Mas, a disputa entre as forças sociais pelo poder de Estado não parou. O enfraquecimento do neocolonialismo inglês, a Primeira Guerra que envolveu todas as potências imperialistas, à época; e a crise de 1929 foram fatores externos poderosos que possibilitaram a consolidação dos Estados Nacionais na Argentina, México e Brasil. Nessas nações, seus Estados passaram a atuar com maior soberania.

Mas, para que a possibilidade se tornasse realidade, foram decisivos fatores internos importantes. No Brasil, há a abolição da escravatura e a passagem para a República Federativa. Na Argentina e no México, os governos centrais passam a ter mais autoridade junto aos governos provinciais. Aqui temos uma inversão irônica: enquanto o Brasil passa de um governo centralizado para a chamada 'política de governadores' no final do século XIX. Argentina e México faziam o caminho inverso – aquela um governo central forte após sete décadas de lutas entre as elites tradicionais. E o México, um governo central ditatorial comandado pelo general Porfírio Díaz. Ao examinarem a Argentina, em artigo que escrevem junto para o livro *Como renascem as democracias*, Gonzáles, Gutiérrez, Korol, Romero e Sabato, há o que os articulistas chamam "período formativo", (1880-1912) e o "primeiro impulso", (1912-1930). Apesar de que o interesse deles fosse pesquisar a 'participação popular', fornecem um resumo interessante.

Por volta de 1880 conclui-se o processo de constituição do Estado Nacional. No calor da crescente prosperidade econômica, os diferentes setores da *elite* tradicional encerram as sete longas décadas de luta e se integram em torno de uma fórmula política que se exprime no amplo Partido Autonomista Nacional. Simultaneamente conclui-se a organização jurídica do Estado, na qual se concedem extensas faculdades a um poder central forte, capaz de garantir a ordem e a unidade.

Paralelamente, a sociedade se renova totalmente, no ritmo do crescimento agropecuário e da urbanização (GONZÁLES Et al. 1985, p.142).

O que aqui nos interessa é a apreciação dos autores sobre o *poder central forte* que, a partir de então, passa a existir na Argentina. Quando tratam do período seguinte, que, segundo eles vai da sanção da Lei Sáens Peña, em 1916, até a revolução de 1930, destacando a “*notável expansão da participação política*”, o que muda a situação dos imigrantes - agora havia toda uma geração nascida na Argentina.

Já no México, neste mesmo momento, vigorava o “porfiriato” – ditadura de Porfírio Díaz que governou o país durante 35 anos (1876- 1911). E, no dizer de Bustos, “*como um verdadeiro imperador, estabelecendo uma férrea ditadura repressiva e centralizadora*”. Mas para a nossa análise, importa destacar que neste período as fronteiras nacionais já estavam definidas (no Brasil, ampliadas com a aquisição do Acre); os Estados exigiam relações soberanas (a Argentina como lembra Krasner, com relevo internacional).

Aqui, mesmo aproveitando a contribuição de outros cientistas, farei uma periodização de conformidade com a variável independente (capitalismo) e as variáveis dependentes (nação e estado). Embora em ritmos e formas de governo diferentes, o período que vai de 1880 a 1930, se caracteriza pela consolidação dessas nações e por uma ampliação do papel indutor do Estado. E é neste período que começa a interferir de maneira mais destacada a variável soberania. Mas é no período seguinte que a soberania, na modelagem westfaliana, será uma realidade na Argentina, Brasil e México.

No período de 1880 a 1830 o Estado começa a ser indutor, mas de forma ainda restrita. Essa indução será ampliada no período seguinte de 1931 até 1979, aproximadamente. Embora mais no México e Brasil do que na Argentina, o estado passa a ter uma forte participação na economia. Sobre esse período, ainda os autores destacam o papel dos imigrantes. E aqui vale uma constatação que comprova, uma vez mais, o nexos entre as fases do processo global de produção capitalista e a existência e consolidação das nações na América. A imensa massa de imigrantes, vindos para os EUA, Brasil e para a Argentina, só foi possível devido

à unificação da Itália e Alemanha e seu desenvolvimento capitalista pela forma 'prussiana'. Isso gerou uma gigantesca massa de expropriados, desempregados, sem terra, que emigraram para poder sobreviver. Portanto, a passagem da concorrência entre a produção fabril, para a hegemonia dos monopólios, junto com a penetração capitalista no campo pela via prussiana, são as causadoras da gigantesca imigração européia naquele momento. Mas, na Argentina e no Brasil, isso acelerou a industrialização, já que essas massas de desempregados tinham experiência com manufaturas e fábricas e uma milenar experiência no trato da terra.

Em ritmo menor, também o Brasil viveu no período que vai de 1880 a 1930 uma situação *de prosperidade da sociedade global*. A abolição da escravatura (1888) e a Proclamação da República (1889) consolidaram a cultura do café como principal produto de exportação. Simultaneamente, permitiram um surto de industrialização em São Paulo e no Sul, basicamente, mas também em todo o Brasil. E nisso os imigrantes tiveram um expressivo papel, já que a abolição não garantiu nem terras, nem trabalho aos escravos. E, embora o país saísse da centralização governamental do Império para a 'descentralização' da 'política de Governadores', o Brasil já tinha instituições nacionais de porte, como exemplo, o Exército. Se não foi vitorioso o republicanismo de Floriano Peixoto (que queria um Estado indutor e maior soberania), nesse período a Diplomacia Brasileira – destaque para o Barão de Rio Branco – sabia defender os interesses territoriais e econômicos da Nação.

Quanto ao México, o período que vai de 1880 a 1930 pode, assim como o da Argentina, ser dividido em dois: o 'porfiriato' (1880-1910) e daí até 1930 os percalços da Revolução Mexicana. Ao sistematizar os problemas que não tinham sido resolvidos no México para a *consolidação de um sistema capitalista estável*, e que seriam resolvidos *'justamente (por) Porfírio Díaz que, por meio de uma feroz ditadura, buscara uma saída'*, Bustos os classifica assim: incapacidade para pacificar o país; a Igreja que em seus protestos arrastava o povo à rebelião; frequentes revoltas sociais de operários e camponeses; guerras de castas indígenas motivadas por injustiças cometidas pelo Estado; grandes extensões de terras mantidas ociosas; uma crescente dívida externa; escassos ingressos de recursos públicos para o Estado.

E depois de demonstrar "o exercício de poder sob a ditadura de Porfírio Dias"; Bustos realça o "desenvolvimento capitalista" havido durante ela. Entre as

várias medidas econômicas, se destacam: os ministros da fazenda mexicanos, sucessivamente, reduziram os gastos públicos, aplicando uma política de austeridade; fixaram novos impostos; conseguiram empréstimos externos; reestruturaram a dívida interna e externa; houve desenvolvimento industrial, agrícola e comercial devido 'à confiança dos investidores'; foram feitos grandes investimentos em infraestrutura para interligar as regiões industriais, agrícolas e minerais a fim de facilitar o comércio interno e internacional; aplicou-se uma política protecionista em relação a certos produtos mexicanos e a indústria foi subsidiada, o que permitiu o auge das indústrias manufatureiras. Mas a prata continuou sendo o metal que proporcionava maior quantidade de divisas ao país.

Não vou me deter no período revolucionário que, para muitos vai de 1910 a 1919. Interessam mais as conseqüências que dele advirão. Na obra já citada sobre a Revolução Mexicana, Loza faz um excelente apanhado de por que foi 'populista' o tipo de governo que dela emergiu e confronta esse ponto de vista com 'teóricos' atuais. Vou usá-lo mais intensamente quando tratar do período neoliberal (1979-2009). A condensação maior destas conseqüências está expressa no governo do general Lázaro Cárdenas (1934-1940), daí porque isso será examinado no próximo período.

### **3.3.4 Consolidação: Fase Primordial (1930-1979).**

Falando sobre a gênese e consolidação histórica da Argentina, dizem Sábato e Schvarzer que há três momentos:

Esses momentos correspondem ao da integração da economia Argentina no mercado mundial – nas últimas décadas do século passado -, ao fechamento dessa economia – desde a crise mundial dessa economia até meados da década de 50 – e ao da abertura ao circuito financeiro internacional – desde o final da década dos 50, com ênfase especial no subperíodo iniciado em 1976 (SÁBATO e SCHVARZER 1985, p. 172).

Esse raciocínio já demonstra que a Argentina está mais propensa do que o Brasil e o México para aceitar o Consenso de Washington, pois sua economia teve uma *'abertura ao circuito financeiro internacional'*, principalmente a partir de 1976, com o golpe militar de 24 de março daquele ano. Vale à pena acompanhar a periodização histórica desses dois autores, pois tratam de temas relevantes para a análise macro-histórica:

*A integração da economia Argentina no mercado mundial e a formação do modelo (1880-1920).* A integração da economia Argentina no mercado mundial produziu-se graças a um rápido crescimento da produção e exportação de grão e carnes, tirando partido das vantagens oferecidas pelo pampa úmido, uma das grandes planícies temperadas desabitadas do planeta que pôde ser explorada durante a segunda metade do século XIX. Assim, em pouco mais de uma geração, ocorreu uma rápida e considerável acumulação de excedentes econômicos originados da renda diferencial da terra em escala internacional que fornecia o pampa (SÁBATO E SCHVARZER, 1985, pp. 172 e 173).

Sábato e Schvarzer assinalam como principal motivo da imensa prosperidade da Argentina entre 1880 e 1930 foi *"a renda diferencial da terra em escala internacional que fornecia o pampa"*. No entanto, além do esgotamento dessa exploração extensiva, seus produtos exportáveis passaram a ter imensas dificuldades com a crise de 1929. Portanto, só a partir de 1930 passa a existir *"a ação do Estado sobre as condições que demarcam a prática econômica"*. Como veremos depois, é também a partir de 1930 que o mesmo vai acontecer no Brasil e, em grande medida, também no México.

Pela sua trajetória a Argentina estava mais preparada para adotar o Consenso de Washington que viria logo em seguida. Ou seja, já vinha desfazendo desde 1955, especialmente a partir do golpe militar de 1976, os mecanismos que possibilitavam ao Estado controlar importações e exportações e, fundamentalmente, o controle do Estado sobre o trânsito de capitais. Mas também, e ao revés, demonstra o quanto o Estado indutor esteve presente na Argentina (especialmente no período que vai de 1930 a 1955). Embora viessem sendo reduzidos vários componentes vinculados à ação do Estado Nacional, notadamente *"sobre as condições que demarcam a prática econômica"*, sobretudo as oriundas da época do peronismo, o furacão neoliberal levou a um conjunto de privatizações e a abertura da conta capital jamais vistos. Isso será objeto de nossa análise de 1979 a 2009. A

partir de 1946 a Argentina aprofunda ainda mais o papel do Estado Nacional como indutor da economia e mantém uma política soberana nas relações externas. O slogan do peronismo era 'justa, livre e soberana'. Apesar de continuar pressionada pelos EUA, manteve uma atitude de pôr limite em suas exigências.

Quanto ao Brasil, passamos a examinar algumas observações de Wanderley Guilherme dos Santos, na sua obra "O Ex-Leviatã Brasileiro" (2006).

O estudo da Revolução de 1930 como marco entre duas *épocas* (épocas, sistemas, não somente regimes) permanece virgem de contribuições esclarecedoras (p. 18).

Com esta afirmação, o autor, embora também admita que haja uma mudança substancial a partir de 1930 no Brasil, na mesma linha desta tese, considera o '*marco entre duas épocas*'. E como se verá, o fulcro de sua análise são as mudanças no caráter e papel do Estado.<sup>95</sup>O autor menciona uma divisão seqüencial instigante pelos quais teriam passado todas as nações '*entradas no mundo moderno*':

Enfrentar a crise de integração nacional, a de participação política e a de redistribuição de riqueza, e superá-las, foi a intransferível agenda dos países entrados no mundo moderno. Em todos eles, o embate foi seqüencial. Pela ordem, superaram a crise de identidade, a de participação depois e, por fim, a de redistribuição. Imagina-se que, não obstante a grande diferença de natureza entre elas, a experiência da superação de cada uma tenha ajudado na pedagogia do tratamento das demais (Santos, 2006, p. 19).

---

<sup>95</sup>Resolvido o conflito intra-oligárquico pelas armas, os novos governantes se viram em meio à formidável crise do capitalismo, iniciada em 1929, e sobre cujos desdobramentos não possuíam a menor parcela de controle. À impossibilidade de iniciativa autônoma, só lhes restava responder aos impactos da crise externa mobilizando recursos materiais e talentos humanos com o objetivo de amortecer as conseqüências domésticas da crise. Além disso, seria necessário ganhar a adesão de todas as camadas da população para a estratégia de reduzir o potencial de disrupção da ordem social, cooptando o apoio dos trabalhadores urbanos às urgentes medidas que o desastre internacional impunha. Concluindo a lista de desafios, surgem os constrangimentos temporais. A reação do governo ao repto exógeno dever ser ágil do ponto de vista do processo decisório, eficaz na etapa de implementação e aceito como apropriada pela população, sobretudo urbana. E aí os novos governantes, Vargas à frente, devem haver percebido que, sob outra nomenclatura, encontravam-se diante de três das crises fundamentais das sociedades que ingressaram na modernidade: a crise de integração, de participação e de redistribuição. A diferença da experiência brasileira em relação aos países já a salvo delas, pelo menos por algum tempo, era uma diferença formidável: enquanto os outros países se viram face a face com cada uma afastadas no tempo, no Brasil as três se apresentaram simultaneamente (SANTOS, 2006, pp. 18 e 19).

Há que se destacar, a riqueza dessas afirmações. Primeiro, o reconhecimento de que as crises são seqüenciais, portanto, **processo histórico**. Segundo que não são iguais em todas as Nações. E, por último, que podem, como no caso do Brasil, darem-se simultaneamente. O mais importante é que, embora com termos diferentes, essa seqüência indicada pelo autor, guarda proximidade com a presente proposição.. Mesmo sem nomear explicitamente, o autor está se referindo aos países europeus (talvez, também, EUA e Japão), e engloba todos os demais como países subdesenvolvidos, senão vejamos:

Para alguns países, a sucessão das três crises se deu no período que vai do início do século XIX aos primeiros trinta anos do século XX. Outros as superaram ao longo do século XX. Mas em todos os casos uma das questões pode ser tratada individualmente.

Ao contrário, aos países subdesenvolvidos que rompem a rotina oligárquica e dão início de forma irreversível à marcha para o desenvolvimento, os obstáculos não se apresentam em sucessão, mas em coligação. Não lhes são concedidos a experimentação e o aprendizado na administração de crises, cada uma a seu tempo, nem a capacidade de impedir que os desvios equivocados no tratamento de uma repercutam na intensidade ou magnitude das demais.

Não era outro o cenário brasileiro ao início da década de 1930. (SANTOS, 2006, p. 19).

O autor sintetiza toda uma época com palavras apropriadas. Porém, fica extremamente subentendido qual o processo global que está em andamento e porque é irreversível essa '*marcha para o desenvolvimento*'. O que estou afirmando é que ele é parte integrante do processo global de produção capitalista. Concordo que o cenário brasileiro é o apontado para o início da década de 1930, apenas acrescento que, embora com outras nuances, vale por inteiro para a Argentina e o México. Mas, certamente, não vale para os 'subdesenvolvidos' da Ásia e da África, naquela data. Ou, em outras palavras, essa seqüência apresentada por Wanderley, vale para as nações que se formaram na Europa e evoluíram das Monarquias Absolutas para os chamados Estados Modernos. O fato de que, em 1930, terem acontecido 'três crises em coligação', vale para as nações que se formaram na América com a dissolução do colonialismo ibero, mas não vale para as que se originaram na Ásia e na África, oriundas do enfrentamento do colonialismo

imperialista europeu e japonês. Para estas, acrescentou-se mais uma ‘crise’, aproveitando o termo do autor: a de retomar a produção e superar a estagnação que passou a acompanhar a economia dos principais países capitalistas a partir dos anos 1970. Justiça se faça, Wanderley parece indicar isso quando diz:

A análise de qualquer área de política governamental em toda a América Latina, na década de 1930, e até o fim da Segunda Guerra Mundial, exige referência ao contexto de pressão interna comprimida e de grandes dificuldades externas. Esclarece pouco a comparação entre os principais estágios da política social inglesa, ou sueca, ou suíça, e os do Brasil. O engate entre as três crises se fez de forma profundamente distinta naqueles países, assim como não eram semelhantes aos do Brasil os laços que ligavam aqueles países ao mundo exterior (SANTOS, p. 20).

E se vale para ‘*toda*’ a América Latina, obviamente vale para a Argentina, o Brasil e o México. De certa maneira, sua análise sobre o Brasil serve melhor para caracterizar o que foi o período representado por Perón na Argentina e por Cárdenas no México. Embora as grandes diferenças político-institucionais entre essas três nações no período, a decorrência central para o pós-guerra, era a presença de um Estado indutor consolidado. Portanto, o Estado passava a ter novas tarefas que não tinha na “*matriz liberal antiga*”, como destaca o autor.

Em 1945, depois de o terem expelido do poder, os olhos democráticos perceberam que Vargas revolucionara de fato o país. Comparando-o, é claro, ao que o antecedeu. Iniciou e avançou na fundação e integração material da nação pela criação e expansão de vias férreas e a implantação de redes de comunicação. Removeu obstáculos institucionais à integração via mercado ao extinguir os impostos interestaduais. Promoveu enorme diferenciação organizacional do Estado, dotando-o de agências e pessoal qualificado – o Departamento de Administração do Serviço Público (DASP), foi organizado em 1938, com a incumbência de produzir quadros administrativos competentes e introduzir o critério do mérito no ingresso e carreira do funcionalismo (SANTOS, p. 23 e 24).

Se nesse período, a obra de Vargas e sua equipe, “*iniciou e avançou na fundação e integração material da nação*”, o que é isso senão a **consolidação** da nação brasileira? Ou seja, o autor sabe que a nação foi formada quando da declaração de Independência mais de um século antes. Mas enfatiza, com acerto,

que a “*integração material da nação*”, ou seja, a conexão material entre suas partes, só ocorre a partir de 1930.

Quanto ao México, após a revolução de 1910 houve um período de intensa mobilização social e disputa política. Ali, muito mais do que na Argentina e no Brasil até aquele período, os embates políticos se resolviam pelo enfrentamento armado. Isso tem a ver com sua localização geográfica, tipo de colonização e, sobretudo, pela sobrevivência, mesmo que transformada, das civilizações que ali habitaram. Com razão, a nosso ver, Alan Knight, intitula sua obra sobre o período de Cárdenas, ‘*La última fase de la Revolución*’. É a partir de seu governo que, no México, o Estado nacional passa a integrar materialmente a Nação com mais força e se torna industrial intervencionista, regulador e frequentemente produtor de bens e serviços, para aproveitar as expressões de Wanderley. A rigor, algumas medidas já tinham começado antes<sup>96</sup> de ele ser eleito Presidente. Mas, após seu governo, o Estado Nacional Mexicano muda de qualidade.

La reforma agraria fue la política clave del régimen en 1936-37. Sirvió a la vez de arma política para abatir a los enemigos y de instrumento para promover la integración nacional y el desarrollo económico. [...] En octubre de 1936 Cárdenas intervino personalmente y decretó una amplia reforma en virtud de la cual tres cuartas partes de las valiosas tierras de regadío y una cuarta parte de las de secano se entregaron a unos treinta mil campesinos agrupados en trescientos ejidos. [...] (KNIGHT, 2003).

Esta uma diferença entre Cárdenas, relativamente a Perón e Getúlio: ele liderou uma ampla reforma agrária. É bem verdade que o campesinato, historicamente forte no México, foi a base social da revolução. De todo modo, esta é, certamente, a diferença mais notável nas realizações desses líderes da

---

<sup>96</sup> Entre 1929 y 1932 el comercio exterior descendió en unos dos tercios; la capacidad de importar quedó reducida a la mitad: el desempleo creció, inflado por la repatriación de unos trescientos mil mexicanos que habían emigrado a Estados Unidos. (KNIGHT, in *Historia de México*, p. 256). A partir de 1930 se introdujeron de forma provisional normas reformistas e intervencionistas. Una Ley Federal del Trabajo (1931) ofreció concesiones en lo referente a los horarios, las vacaciones y los convenios colectivos, a cambio de que el Estado reglamentara más rigurosamente las relaciones industriales. [...] El plan, que criticaba implícitamente el modelo sonoreense, recalca el papel del Estado intervencionista y la necesidad de que fueran mexicanos quienes explotaran los recursos de México; prometía a los trabajadores salarios mínimos y el derecho a convenios colectivos; subrayaba la importancia primordial de la cuestión agraria, que requería soluciones radicales, incluyendo la división de las grandes propiedades (KNIGHT, 2003, p. 256).

**consolidação** de suas nações.<sup>97</sup> Mas como os demais, o governo Cárdenas incidiu fortemente na Educação, e na formação de Estatais em ramos estratégicos (ferrovia e petróleo – nessas, através de expropriação).

A partir de Perón, Getúlio e Cárdenas, o Estado de suas respectivas nações passa a assegurar a soberania e o desenvolvimento, principalmente no que se convencionou denominar substituição das importações e, embora não tenham desconcentrado a renda, regulamentaram as relações de trabalho e houve controle do fluxo de capitais; o Estado passou a ser indutor do desenvolvimento científico e tecnológico, da educação pública, planejador da economia bem como proprietários de empresas – as chamadas estatais.

A partir do fim do segundo conflito mundial, começa a se desenhar o cenário da ‘guerra fria’, e o sentido de ‘reformas cada vez mais amplas’ pretendidas por aqueles líderes, sofre uma inflexão. Agora, os EUA não apenas substituíam completamente a Inglaterra como ‘parceiros comerciais’ dessas nações como, em especial, aproximaram-se muito de suas Forças Armadas (no caso da Argentina e do Brasil). No México aproveitando-se da proximidade geográfica, usavam de pressão para que abandonasse sua política soberana. Mas, devemos levar em conta que antes da segunda guerra mundial o estado no México teve um vasto papel de indução e de afiançar a soberania:

A partir de 1930 se introdujeron de forma provisional normas reformistas e intervencionistas. Una Ley Federal del Trabajo (1931) ofreció concesiones en lo referente a los horarios, las vacaciones y los convenios colectivos, a cambio de que el Estado reglamentara más rigurosamente las relaciones industriales. (...) El plan, que criticaba implícitamente el modelo sonorensé, recalca el papel del Estado intervencionista y la necesidad de que fueran mexicanos quienes explotaran los recursos de México; prometía a los trabajadores salarios mínimos y el derecho a convenios colectivos; subrayaba la importancia primordial de la cuestión agraria, que requería soluciones radicales, incluyendo la división de las grandes propiedades (KNIGHT, 2003, p. 256).

---

<sup>97</sup> Mientras tanto, sus logros eran impresionantes. En 1940 Cárdenas ya habido repartido alrededor de 18 millones de hectáreas de tierra entre unos 800.000 beneficiarios; los ejidos contenían ahora el 47 por 100 de la tierra cultivada, en comparación con el 15 por 100 en 1930; la población ejidal se había doblado con creces de (668.000 a 1,6 millones de personas), y la población sin tierra había descendido de 2,5 millones a 1,9 millones (KNIGHT, 2003, p. 265).

Pode-se afirmar que o México, entre 1945 e 1980, foi mais soberano em relação ao assédio, principalmente dos militares norte-americanos, do que a Argentina e o Brasil. Durante todo o período da chamada guerra fria, o México se distinguia por ser menos submisso à doutrina de segurança nacional do que a Argentina e o Brasil. Não por acaso, lá não ocorreu os regimes militares que se instalaram nessas duas nações. É certo que havia o controle institucional do PRI, mas então, este partido defendia a intervenção do estado na economia e a soberania da nação. É o que se pode concluir dos comentários abaixo:

El presente capítulo tratará de corregir este desequilibrio y para ello considerará la experiencia y el contexto socioeconómico del cambio político habido en México desde la segunda guerra mundial. En estos años pueden identificarse tres fases históricas diferentes: en primer lugar, un período de definición e consolidación del sistema contemporáneo, desde mediados de los años cuarenta hasta finales de los cincuenta; en segundo lugar, una época de dominación y hegemonía, desde finales de los cincuenta hasta, quizá, principios de los setenta; y, en tercer lugar, un período de tensión del sistema y de poder menguante, desde mediados de los setenta hasta finales de los ochenta (SMITH, 2003, p. 321 e 322).

Após essa relevante observação, o autor aduz algo que interessa para a TESE ora desenvolvida, qual seja, o período da substituição das importações, ocorridas mais ou menos simultaneamente nas três nações. Ele destaca para o México:

Juzgada de acuerdo con algunos patrones, las medidas mexicanas encaminadas a sustituir las importaciones obtuvieron un éxito clamoroso. Entre 1940 y 1960 el PIB creció de 21 700 millones a 74.300 millones de pesos (en precios constantes de 1950, ajustándose así a la inflación), lo que representa un promedio de incremento anual de 6,4 por 100. Durante los años sesenta México consiguió mantener este nivel de crecimiento y, a pesar de darse en el país uno de los aumentos de población más rápidos del mundo, alcanzó una sólida tasa de crecimiento per cápita de 3,3 por 100 anual. A finales del decenio 1970 las manufacturas ya representaban casi una cuarta parte de PIB(...). A estos resultados se les llamó el 'milagro mexicano', combinación ejemplar de progreso económico y estabilidad política en una región del mundo en vías de desarrollo (SMITH, 2003, p. 323).

Dados parecidos, senão melhores, valem para o Brasil nesse período, e menos, para a Argentina. Afastando detalhes, de um modo geral de 1930 até a década de setenta, essas três Nações conhecem um acelerado processo de industrialização com suas implicações, estimuladas por um Estado indutor, que contava com empresas estatais em ramos estratégicos de energia e comunicação. Os fundamentos, portanto, em perspectiva de longo alcance, são parecidos entre elas. É nesse período que, no Brasil, são criadas a Petrobrás, Eletrobrás e a Embratel. As três nações adotaram entre 1945 e 1980, um conjunto de medidas que controlava o fluxo de capitais, fortaleciam suas moedas nacionais, regulamentavam ainda mais as relações de trabalho, passavam a substituir intensamente as importações criando poderosos parques industriais. O desenvolvimento econômico, induzido pela ação estatal, esteve em média anual acima de 5% para o Brasil e o México, e um pouco abaixo para a Argentina (cerca de 3%).

Do ponto de vista institucional, há diferenças entre as três neste período (1945 a 1980). O México tinha no PRI, um instrumento por assim dizer **unificador** das várias elites regionais que, como vimos, tiveram mais dificuldades do que na Argentina e Brasil de manter, inclusive, o território existente quando da formação da Nação (declaração de independência). Só ao final desse período (1945-1980) há um enfraquecimento do PRI, aliás, isso se deveu à adesão de sua direção ao neoliberalismo que afastava este Partido de sua histórica defesa da soberania mexicana.

A Argentina e o Brasil conheceram ditaduras militares. Ambas originadas contra movimentos reformistas, que visavam a assegurar a soberania, aprofundar a democracia, manter o desenvolvimento e, sobretudo, providenciar a distribuição de renda. As forças sociais que apoiavam essas ditaduras aceitavam a submissão aos desígnios dos EUA, como bem enfatiza Bresser. Mas no caso brasileiro, principalmente no período Geisel foram dadas mostras de que o regime autoritário não aceitava mais o alinhamento automático (como exemplo, o Brasil foi o 1º país do mundo a reconhecer a Independência de Angola). É fato que havia o arcabouço da guerra fria, a chamada ordem mundial bipolar, e que os EUA, para assegurar seus interesses, souberam se acercar de parte substancial da elite desses países, que deveriam estar unidas em defesa da 'democracia ocidental e cristã'. Mas também é fato que as medidas do FED, em 1979, elevando de quase zero a 20% os juros, fez

explodir a dívida externa dessas nações e retirou das ditaduras militares a 'legitimidade' angariada, por exemplo, no Brasil, com o 'milagre econômico'. A erosão da base social de apoio à ditadura militar na Argentina levou à iniciativa dramática de tentar recuperar as Malvinas. A essência da questão é que, para transitar para um novo tipo de hegemonia (o que vai acontecer com a aplicação do neoliberalismo), ficava ultrapassada a forma anterior de apoio das elites locais. Isso vale, não apenas para o enfraquecimento e fim das ditaduras militares na Argentina e Brasil, como também para o enfraquecimento e fim da hegemonia do PRI no México. Com a entrada em cena da política neoliberal desenvolvida pelo Departamento de Estado, a partir de Reagan, é o começo da chamada globalização.

### 3.4 AS TRÊS NAÇÕES NA ORDEM NEOLIBERAL (1979-2010)

A comparação política entre essas três nações neste período dar-se-á fundamentalmente em torno das posições de seus Estados diante do neoliberalismo. E para evitar qualquer possibilidade de ter um "objeto em fuga", buscaremos primordialmente aquilo que é consensual entre os cientistas sociais que estudam a América Latina. Com base em suas análises, há três momentos distintos: década de 1980, crises da 'dívida externa'; anos noventa, profundas reformas neoliberais; primeira década do século XXI, crescimento da resistência à globalização neoliberal, agora convivendo com a grande crise do neoliberalismo a partir dos EUA.

Quanto aos dois primeiros, há que se apoiar na obra *Liberalización, desigualdad y pobreza: América Latina y el Caribe en los 90*, por se referir a toda a América Latina e contar com o patrocínio da CEPAL e PNUD. Já no prólogo da obra, os autores (E. Ganuza - R. Paes de Barro - L. Taylor - R. Voz) vão ao âmago da questão:

El tema de la globalización está en la agenda internacional de instituciones y de debates. Sus orígenes, características y, tal vez, de mayor importancia, sus consecuencias, son motivo de análisis y propuestas en todo el mundo. Los participantes en este libro,

discutieron, al iniciarse este proyecto, la posibilidad de individualizar cuál era la expresión más importante de ese proceso de globalización, en América Latina y el Caribe, en los últimos diez a quince años. Se alcanzó consenso respecto de que una de las características más importantes de ese proceso había sido la adopción de políticas económicas similares, en especial, la liberalización comercial y de la cuenta de capitales. Esas políticas fueron acompañadas por medidas simultáneas (desregulación financiera y de los mercados de trabajo, reforma de sistemas impositivos), pero es justamente esa ola de aperturas externas que redefinió el ambiente exterior en que tienen que moverse las economías de la región (GANUZA, Et al., 2001, p. 7).

Portanto, o que houve de comum em toda a região e para as três nações que estamos comparando foi a adoção de políticas econômicas similares, em especial quanto à liberalização comercial e das contas de capitais, acompanhada de medidas de desregulamentação financeira e dos mercados de trabalho e reforma de sistemas impositivos. Vale dizer, “*sistemas impositivos*” que protegiam essas nações no período anterior da adoção dessas políticas econômicas.

En la primera mitad de los noventa, la Argentina presenció un impresionante proceso de reformas orientadas al mercado que se centraron en la privatización de una gran proporción de las empresas de propiedad estatal y en la apertura comercial y financiera (GANUZA, Et al., 2001, 153)<sup>98</sup>.

No Brasil, a década de oitenta foi de pressão pelo mecanismo principal da ‘dívida externa’, mas foi elaborada uma Constituição que nada tinha de submissa. Os autores Ricardo Paes de Barros e Carlos Henrique Corseuil, na mesma obra citada (pp. 264 e 265), agrupam em três o conjunto de medidas que facilitaram o fluxo de capitais adotados nos anos noventa: 1) exoneração tributária; 2) reformas

---

<sup>98</sup> Las tarifas de importación se redujeron, en promedio, desde un 26.5% en octubre de 1989 a 9,7% en abril de 1991. Por otra parte, las privatizaciones comenzaron en 1990 con la transferencia de la compañía telefónica y de la línea aérea nacional. A finales de 1994 la mayor parte de las empresas de propiedad estatal que producían bienes o servicios habían sido vendidas, incluyendo las más importantes, la compañía petrolera YPF y las que producían y distribuían electricidad. Este proceso cubrió un amplio rango de áreas productivas, desde hierro y acero hasta petroquímicas y gas. En algunos casos (áreas petroleras, ferrocarriles, puertos, autopistas, agua corriente y cloacas y canales de televisión y radio) el gobierno utilizó mecanismos de concesión.

El instrumento legal más importante del proceso de estabilización, fue la Ley de Convertibilidad (marzo 1991) que estableció una paridad peso-dólar fija y validó los contratos en moneda extranjera. La ley estableció que el Banco Central tenía que respaldar el 100% de la base monetaria con reservas en moneda extranjera (GANUZA, Et al., 2001, p. 153 e 154).

constitucionais e 3) abertura do mercado de capitais. Sem falar no processo de privatizações que, semelhante ao da Argentina, abarcou não apenas TELEBRAS e EMBRATEL, mas as petroquímicas, a produção de ferro, etc.

Sobre o México, diz o trabalho de Ros e Bouillon:

La experiencia de México es de particular interés para el análisis de los efectos de la liberalización de la balanza de pagos. Las medidas de liberalización comercial y financiera, además de haber ido más lejos que en otros países, ocurrieron en circunstancias de gran movilidad y volatilidad de los movimientos de capital extranjero (ROS E BOUILLON, 2003, p.715)<sup>99</sup>.

Depois de caracterizar as três etapas de abertura comercial mexicana “1985 *eliminación de barreras a importaciones*; 1987 ‘*Pacto de Solidariedade Econômica*’; 1990 *TLC*” afirmam os autores:

La tercera etapa está asociada con el Tratado de Libre Comercio de América del Norte (TLC). De acuerdo con la OECD (1992), México tenía ya una de las economías en desarrollo más abiertas del mundo. La conclusión de las negociaciones y firma del acuerdo a fines de 1992 y entrada en vigor del tratado en enero de 1994 significaron pasos adicionales en la dirección de la liberalización comercial. Con más de dos terceras partes de su comercio exterior realizado con Estados Unidos, el TLC significa en gran medida para México libre comercio a secas (ROS e BOUILLON, 2001, p.719).

O que há de comum entre as três nações com a globalização? Pelas breves conclusões acima indicadas, podemos ressaltar alguns elementos comuns: as três nações sofreram a chamada crise da dívida externa, no início dos anos oitenta, crise essa provocada. Todas procuraram se adaptar, primeiro com planos heterodoxos, depois com profunda liberalização econômica. Na década de noventa, disputavam qual aplicava mais completamente **todo** o receituário do Consenso de

---

<sup>99</sup> A mediados de los años ochenta, la economía mexicana sufría aún las consecuencias de la crisis de la deuda de 1982 y a ello se agregaban las dificultades creadas por el colapso del precio internacional de petróleo a principios de 1986. (p. 716). La segunda mitad de los años ochenta es también el período en que se adoptan las principales medidas de liberalización de la balanza de pagos [...]. Estos cambios culminan en el Tratado de Libre Comercio de América del Norte que entra en efecto en enero de 1994 y que, desde entonces, constituye el marco institucional en el que se desenvuelven los flujos de comercio exterior y capital en México. Este marco incluye un régimen de casi libre comercio y movilidad de capital entre México y los Estados Unidos, su principal socio comercial y fuente de inversión extranjera (ROS BOUILLON p. 716 e 717).

Washington<sup>100</sup> (privatizações, 'abertura' comercial e financeira, desregulamentação de toda ordem, redução dos direitos trabalhistas etc.), substituição do Estado indutor pelo Estado regulador. Em suma, ao invés de um Estado indutor que existiu nas três nações no período anterior (1930-1975), ocorre a passagem para um Estado regulador, aliás, uma regulação muito precária, como se observa dos comentários antes citados (o que ideologicamente era chamado de 'estado mínimo'). No caso brasileiro a nova moeda, o real, ficou artificialmente valorizada e logo após a reeleição de Fernando Henrique Cardoso, em janeiro de 1999, teve uma desvalorização abrupta possibilitando ao capital produtor de juros especular antes e após a desvalorização oficial.

A diferença entre as três nações nesse período se dá quanto à intensidade e amplitude na aplicação do receituário neoliberal. Os governos centrais dessas três nações tomaram a iniciativa de realizar várias medidas que, além de retirarem a possibilidade do estado planejar o desenvolvimento industrial, como tinha ocorrido no período anterior, tornou a moeda de cada uma delas vulnerável. Krasner diria que eles tomaram a iniciativa de substituir a soberania westfaliana pela 'soberania legal internacional', mas o mais acertado, parece-me, é afirmar que tomaram a iniciativa de aceitar alto grau de submissão. A Argentina praticamente substituiu a sua moeda pelo dólar. Além disso, várias minirreformas constitucionais foram feitas para adaptar a Carta Magna de cada uma dessas nações ao receituário neoliberal. O Brasil alterou a Constituição de 1988 em vários pontos que dificultavam a aplicação integral daquele receituário. E o México atrela seu comércio aos EUA, a partir de janeiro de 1994, de tal sorte que aproximadamente dois terços do seu comércio exterior passaram a ser com seu poderoso vizinho. Situação que ainda permanece e que obrigou a modificar a constituição mexicana para que esta nação integrasse o 'livre comércio da América do Norte' (NAFTA). Sua moeda passa a se tornar, assim como seu comércio, atrelado ao dólar americano.

Os Estados, por milênios, cunham suas moedas. Portanto, o controle sobre elas, pelo Estado Nacional, é um componente básico que acompanha todas as

---

<sup>100</sup> O Consenso de Washington é abrangente, não deixa setor estratégico de interesse interno à descoberto, compreendendo inicialmente dez áreas: 1- disciplina fiscal; 2 – priorização dos gastos públicos; 3 – reforma tributária; 4 – liberalização financeira; 5 – regime cambial; 6 – liberalização comercial; 7 – investimentos diretos estrangeiros; 8 – privatização; 9 – desregulação; 10 – propriedade intelectual (VIDAL, 1995 p.116).

fases de existência de uma Nação. Inglaterra só abandona o padrão ouro em 1931 e a libra foi, por muito tempo, símbolo e fator de sua força. É através dela que o Estado controla a entrada e saída de capitais. O abandono de seu controle pelas nações, ao permitir a entrada e saída de capitais na forma dinheiro, retira dos Estados Nacionais um poderoso mecanismo para resolver onde, como e quanto investir, assim como o torna vulnerável às crises externas. Por isso, um dos instrumentos para verificar o grau de soberania de uma nação é seu controle sobre a moeda nacional. Neste sentido, é evidente que as três nações cederam boa parte de suas soberanias nos anos 1980 e 90.

Quanto ao desenvolvimento econômico, os anos oitenta foram para as três nações, a 'década perdida'; e os anos 90, a 'década desperdiçada'. Ou seja, ao contrário do amplo desenvolvimento que teriam aplicando o receituário neoliberal, o que conheceram foram fortes crises econômicas, crescimento pífio e perda de mecanismos capazes de induzir o desenvolvimento. O crescimento econômico nessas duas décadas foi em torno de 2% ao ano comparado aos 5% ao ano das quatro décadas anteriores, como pode ser exemplificado pelo Brasil<sup>101</sup>. Houve uma espécie de desindustrialização de setores estratégicos chaves, como o da geração e distribuição de energia elétrica, química fina e siderurgia.

Antes de passar aos primeiros anos do século XXI, lembremos que no neoliberalismo o capital produtor de juros se torna o capital predominante. Como vimos nos trabalhos para a Argentina, de Frenkel e Rozada, sobre o Brasil, de R. P. de Barros e C. H. Corseuil e do México, de Ros e Bouillon, essas três nações adotaram nos anos oitenta e noventa do século XX uma intensa política de liberalização financeira e abertura dos mercados aos 'operadores internacionais'. Isso como resultante de uma política 'perseguida tenazmente pelo Departamento do Tesouro dos Estados Unidos', que para isso se valeu do 'poder do Estado Nacional'.

---

<sup>101</sup> Entre os anos de 2001 e 2008, a taxa média de crescimento do PIB foi de 3,63%. Na década de 1990, a alta tinha sido de 2,54%. Nos anos 1980, conhecidos como a década perdida, de 1,57%. Desde a alta dos juros de outubro/79, o País não conseguia estabelecer uma década inteira de avanço econômico. Embora a estagnação de 2009 já em 2010 a previsão é em torno mais de 7% o crescimento do PIB, mantendo o crescimento médio em torno de 3,5% para o período de 2001 a 2010.

E para entrar no século XXI citemos novamente Ricupero, que falando sobre a globalização diz:

O ponto mais alto da maré foi em meados dos 1990, quando se funda a Organização Mundial do Comércio (OMC) em 1994, pouco antes do início das crises monetárias e financeiras do México-Argentina (1994-1995), da Ásia (1997), da Rússia e Brasil (1998). Desde então, vários fatores contribuíram para alterar a percepção: o contágio das crises, o estouro da “bolha eletrônica” (2000-2001), o movimento antiglobalização, o impasse nas três grandes negociações que completariam o quadro institucional de uma economia globalizada.

Esses três processos visavam fechar o círculo da unificação econômica planetária nos setores fundamentais da economia: finanças (a abertura plena da conta capital da balança de pagamentos pelo FMI); investimentos (o frustrado Acordo Multilateral de Investimentos, na OCDE), comércio (a abolição restante de todas as restrições ao comércio pela OMC).

Dessas três, as duas primeiras saíram da agenda (a não ser os investimentos nos acordos bilaterais e regionais) e a última foi retomada pela OMC, sob a forma diluída da Rodada Doha (RICÚPERO, *Dossiê*, p. 136).

Portanto, ao entrar o século XXI, México (1994), Argentina (1995) e Brasil (1998), vinham de profundas crises monetárias e financeiras, crises essas consequências já da ‘globalização neoliberal’, e não contavam mais com o conjunto de mecanismos existentes antes dela, oriundos do Estado indutor que predominou de 1930 a 1980. Essas mesmas crises fortaleceram a resistência às políticas neoliberais nessas nações, como de resto, nos demais países da América Latina. E o elemento novo naquilo que Ricupero chama de “*movimento antiglobalização*”, é que ele assumiu a forma de disputa pelo Estado Nacional, no sentido de ele se tornar menos *submisso* (para usar a expressão de Bresser). Ou seja, a característica do ‘movimento antiglobalização’ passa a ser a disputa pelo controle do Estado, a partir dos governos centrais.

Desnecessário demonstrar que os mecanismos que compõem o Estado Nacional são mais amplos que seus ‘governos centrais’. Desde 1998, com a vitória de Chavez na Venezuela, um conjunto de nações, pelo caminho das disputas eleitorais para as presidências dessas Repúblicas, elegeu executivos que buscam maior soberania (além da Venezuela, da Argentina e do Brasil, Bolívia, Equador, Nicarágua, Chile, Uruguai, Paraguai). Dessa forma, Argentina com Kirchner e o

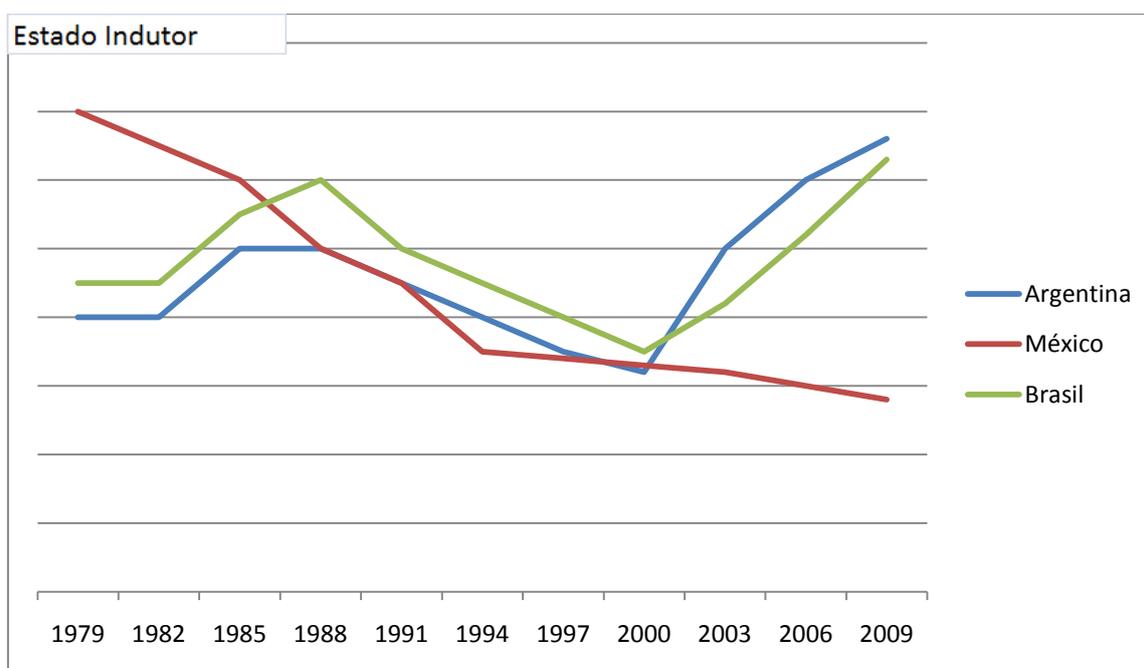
Brasil com Lula, após 2003, passaram a adotar políticas que recriam uma parte dos mecanismos existentes antes da globalização, realizam acordos comerciais entre si e no âmbito do MERCOSUL e diversificam seu comércio com outros países como China, Índia, África do Sul e Rússia, dentre outros. Negaram-se a participar da ALCA e passaram a ter uma nova atitude diante do FMI. A Argentina renegociou sua dívida externa em condições mais soberanas. No Brasil, ela se torna do tamanho das reservas e vem diminuindo constantemente em relação ao PIB. Contudo, ainda permanecem atreladas a mecanismos que mantêm elementos fundamentais do neoliberalismo.

O resultado da disputa pelo Estado entre as forças sociais que defendem um Estado indutor, defensor da soberania da Nação, e as que defendem um Estado regulador, defensor da submissão, convive com a imensa crise econômica gerada pelo neoliberalismo a partir de 2007. É certo que os Estados Nacionais da Argentina, Brasil e México, perderam instrumentos criados a partir de 1930 que possibilitavam intervir na economia. Também é certo que empresas estatais foram privatizadas. Nessa medida, perderam uma parte de suas soberanias. Mas, se o alvo para a adoção das medidas contidas no Consenso de Washington foi o Estado Nacional, também é nele que se dá a resistência. E mesmo assim, isso não significa que a tendência seja que elas desapareçam como nações ou continuem submissas. Começemos por alguns elementos que compõem uma nação: idioma, território, conexão econômica, cultura, constituição e estado. Embora os 'estrangeirismos', os idiomas se consolidaram. O território também, em que pese, no caso da Argentina, mutilado das Malvinas. No caso do México sua fronteira com os EUA é a mais 'demarcada' do planeta. A conexão econômica, apesar de algum abalo, continua firme, o que é demonstrável pelos diversos 'planos econômicos' dessas últimas quase três décadas nas três nações. A cultura continuou se apropriando de contribuições universais, mas internando-as conforme suas particularidades nacionais. As Constituições, mesmo com alterações que as adaptaram aos propósitos neoliberais, são respeitadas e há, no caso da Argentina e Brasil, uma inflexão no sentido inverso ao das políticas neoliberais.

Do ponto de vista de elementos que indicam a estabilidade de uma nação (ciência e tecnologia, energia e infra-estrutura, forças armadas próprias e educação), embora em um ritmo menor do que as potencialidades, eles também se ampliaram

nas três nações. Quanto ao papel do Estado (indutor ou regulador), são visíveis os avanços na Argentina e Brasil no último período, rumo a um Estado indutor. E o acirramento da disputa no México.

Ilustração 1: Relação Estado Indutor e Estado Regulador



organizada pelo autor para efeito de comparação.

A Ilustração 1 acima pretende apenas tornar visual o entendimento desta Tese sobre a relação entre Estado indutor e Estado regulador nas três nações. Argentina e Brasil começam com Estado indutor em um padrão bem abaixo do México. Isto se explica porque seus regimes militares (no Brasil, exceto no período Geisel), estavam então (1979), com alto grau de subserviência à política econômica ditada por Washington. Por isso, ao invés de esboçar qualquer reação à elevação da taxa de juros, essas nações, que se endividaram fortemente na década de 1970, sofreram duramente o impacto, mas adotaram medidas tendentes a agravar ainda mais as dificuldades econômicas daí advindas. Isto é, o esforço central da política econômica que esses regimes adotaram, visava principalmente a conseguir superávit para pagar a dívida externa que se tornava exponencial, pois os juros continuavam aumentando unilateralmente na era Reagan e, o que é mais grave, incidia sobre dívidas que foram contratadas antes de 1979. O México, ainda governado pelo PRI, possuía um Estado fortemente indutor. Contudo, também foi

sofrendo o impacto da elevação da taxa de juros, o PRI foi alterando sua política e acabou sendo conduzido por alas que aceitavam o Consenso de Washington. Mesmo assim, para tornar mais forte ainda sua submissão, as forças neoliberais formaram outro partido político (o PAN) que rezava completamente pela cartilha neoliberal.

No primeiro período, as três nações são diferentes em relação ao grau de soberania. Enquanto no México, que tinha um grau bem elevado no início, vai perdendo paulatinamente; a Argentina e o Brasil, mercê de seus processos de redemocratização, aumentam os seus. E enquanto piora a situação econômica no México, o Brasil e a Argentina fazem os chamados “planos heterodoxos” que, se não revertem a situação econômica, pelo menos amortecem o impacto da dívida externa. E, relativamente à distribuição de renda, tanto a Argentina como o Brasil, vivendo num ambiente democrático, os movimentos sociais passam a ter mais liberdade de reivindicarem melhorias salariais e redução do custo de vida. No Brasil, por exemplo, o Plano Cruzado, em 1986, em poucos meses melhorou a vida de milhões de pessoas que puderam adquirir um conjunto de bens inacessíveis até então. Leve-se em conta que, quando a chamada “crise da dívida externa” atingiu as três nações (1982), apenas o México vivia num sistema democrático.

No período seguinte, as três se rivalizaram em qual aplicava mais fortemente o receituário neoliberal. Argentina e Brasil instituíram a reeleição para presidente da República que não havia em suas constituições. Na Argentina foi uma forma de premiar o ‘bom governo’ de Menem. No Brasil, embora Collor tenha iniciado a implantação do neoliberalismo, não realizou o ‘bom governo’ que esperavam os proprietários do capital produtor de juros que, logo após o curto período de Itamar Franco, o conseguiram com a eleição de Fernando Henrique Cardoso.

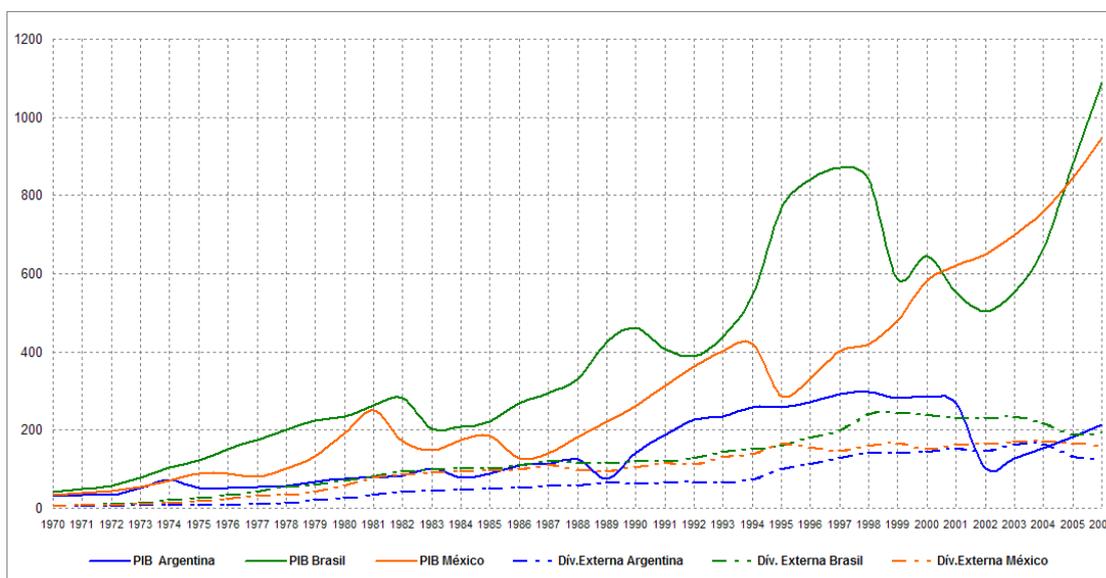
Um fato relevante e comum às três nações é que as medidas neoliberais que passaram a ser implementadas geravam enorme insatisfação social porque aumentavam o desemprego e a miséria. Nos períodos presidenciais de Menem na Argentina, Fernando Henrique Cardoso no Brasil; Salinas e Fox no México; houve um aumento dos movimentos sociais reivindicatórios e de greves. No mais das vezes essas manifestações aumentaram nos três países, devido às condições precárias de vida a que passaram abruptamente milhões de pessoas.

Simultaneamente, foram retirados instrumentos importantes com os quais os Estados dessas nações induziam a economia e os direitos sociais. Um quadro similar pode agora em 2010 ser observado em vários países da Europa.

Do ponto de vista econômico, uma forte estagnação atingiu os três países na década de noventa do século passado. Muitos analistas econômicos chamam essa década, também como a anterior, de “perdida”, ou do ‘vôo de galinha’ do ponto de vista do crescimento. As três nações andaram *pari passu* nesta década, do ponto de vista das medidas econômicas. Isso também pode ser visualizado no gráfico sobre evolução aproximada do PIB. Do ponto de vista social, aumentou ainda mais a concentração de renda e o nível de desemprego. No terceiro período, aí sim, houve mudanças significativas na situação da Argentina e do Brasil, porém a partir de 2003; enquanto o México aprofundava seu atrelamento à economia norte-americana. Os motivos já foram anteriormente explicados, só ressalto o mais importante: Argentina e Brasil se negaram a participar da ALCA e buscaram forte integração regional; e o México continuou no NAFTA, amargando suas conseqüências.

A ilustração dois que segue relaciona a Dívida Externa e o PIB no período entre 1970 (nove anos antes do aumento extraordinário dos juros) e 2006, dá uma idéia do que houve nessas três nações. Os dados são sempre da mesma fonte, o Banco Mundial. Isso elimina, em certa medida, as possibilidades de distorções; uma vez que, se eles não refletirem exatamente a realidade, são usados para os três casos durante um longo período, minimizando assim suas inexatidões.

Ilustração 2: A relação entre a Dívida Externa e o Produto Interno Bruto em bilhões de dólares correntes



Fonte de dados: Banco Mundial. Gráfico do autor.

Como se observa por esta ilustração, a dívida que na década de setenta nunca superou os 40% do PIB tem um aumento brusco a partir de 1980. Em particular, a Argentina e o México chegam a patamares de 70% na década de oitenta. A queda, no início dos anos noventa, deveu-se às medidas draconianas neoliberais que eram impostas a essas nações, com o beneplácito de seus governos centrais, no sentido de reduzir drasticamente os déficits públicos através de cortes maciços em serviços públicos, acompanhado de uma brutal política de privatizações das Estatais e arrocho de salários. Muito similar à receita atual para a Grécia (maio-2010) sugerida pelo FMI e a União Européia. Em resumo, um conjunto de medidas que estagnavam o desenvolvimento e ocasionavam a perda de direitos sociais, mas que, ainda assim, não eram suficientes para garantir o superávit necessário para pagar os juros da dívida externa.

Quadro 8: PIB em bilhões de dólares correntes da Argentina, Brasil e México de 1978 a 2008

Ano	Argentina	Brasil	México
1978	58	200	102
1979	69	224	134
1980	76	235	194
1981	78	263	250
1982	84	281	173
1983	103	203	148
1984	79	209	175
1985	88	222	184
1986	110	268	129
1987	111	294	140
1988	126	330	183
1989	76	425	222
1990	141	461	262
1991	189	407	314
1992	228	390	363
1993	236	438	403
1994	257	546	421
1995	258	768	286
1996	272	839	332
1997	292	871	401
1998	298	843	421
1999	283	586	481
2000	284	644	581
2001	268	553	622
2002	102	504	649
2003	129	552	700
2004	153	663	759
2005	183	882	846
2006	214	1.089	948
2007	262	1.333	1.022
2008	328	1.612	1.085

Fonte: Banco Mundial. Quadro organizado pelo autor.

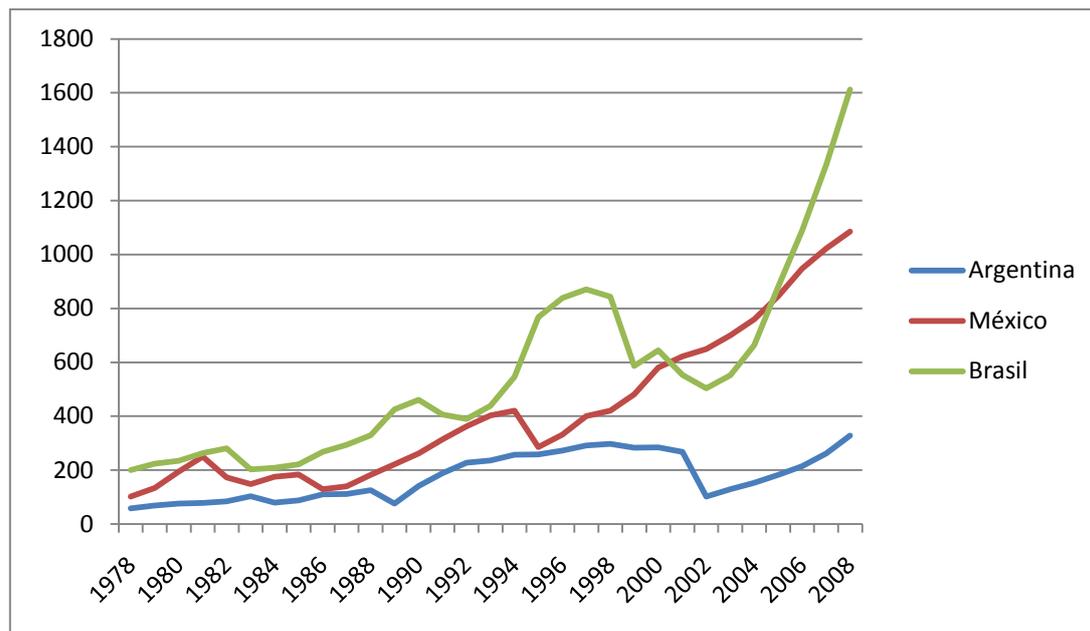


Gráfico do autor com base nos dados do Quadro 8.

Como se vê, para pagar a dívida externa e seus encargos, as três nações tiveram que reduzir seu ritmo de crescimento econômico. A partir de 1979, as três nações têm um acréscimo considerável em suas dívidas. Em 1984, há um esforço para reduzi-las sendo que a Argentina e o México têm uma oscilação significativa na segunda metade da década de oitenta. Na primeira metade dos anos noventa, elas voltam quase aos patamares de 1979. O México tem uma oscilação brusca para cima em 1995 para, a partir daí ter uma queda constante. Note-se que na renegociação da dívida mexicana a nação perde o direito de aproveitar a receita de seu petróleo. No início da década atual, o caso dramático é o da Argentina que apresenta um salto gigantesco nos patamares de sua dívida externa para depois cair também de maneira abrupta.

Faremos a comparação mais específica sobre essa primeira década do século XXI. Pode se perceber, pelos produtos internos brutos, que a Argentina e o Brasil começam a década com suas economias crescendo menos. Fica evidenciada a estagnação e queda da produção nessas duas nações. E como tinham realizado gigantescas privatizações ficava ainda mais difícil obter recursos para o pagamento dos encargos das dívidas. O México além de renegociar sua dívida em 1994 (plano Brady) passou a integrar a NAFTA. Mas para a análise do crescimento de seu PIB, desde então, é preciso levar em conta o tipo de industrialização que adotou.

Aproveitaremos para isso alguns raciocínios de Parag Khana acerca do projeto de desenvolvimento econômico adotado pelo México.

O acordo de Livre Comércio da América do Norte (Nafta) deveria projetar o México no Primeiro Mundo, mas no dia em que entrou em vigor, 1º de janeiro de 1994, o Exército Zapatista de Libertação Nacional (EZLN) deu início a um movimento insurgente, [...].

A adesão ao Nafta significou, inevitavelmente, para o México, abrir mão de qualquer pretensão de liderar uma América Latina independente. O México agora já está para sempre debaixo do guarda-chuva estratégico da América, embora se ergam muros para separá-los<sup>102</sup> (KHANA, 2008).

Se considerarmos os PIB anualizados de 1999 a 2008, a Argentina e o Brasil a partir de 2003 passaram a ter um crescimento consistente. E como as dívidas externas desde então, passaram a ser declinantes quanto à porcentagem de participação no PIB, os fundamentos desse crescimento, dentre vários aspectos, evidencia maior grau de soberania de suas nações, cujos Estados retomaram vários elementos de um Estado Indutor. Não é demais salientar que isso coincide com o início dos governos de Kirschner e Lula (2003). O ritmo de crescimento mexicano se reduz daí em diante comparativamente aos ritmos de crescimento da Argentina e Brasil. Isso fica demonstrado com o período entre os anos de 2003 e 2008 e que é mantido em 2009 e 2010. O quadro e gráfico abaixo dão uma idéia deste comportamento econômico.

Quadro 9: PIB em bilhões de dólares correntes de 2003 a 2008.

Ano	Argentina	Brasil	México
2003	129	552	700
2004	153	663	759
2005	183	882	846
2006	214	1.089	948
2007	262	1.333	1.022
2008	328	1.612	1.085

Fonte Banco Mundial.

<sup>102</sup>KHANNA, P. **O SEGUNDO MUNDO. Impérios e Influência na Nova Ordem Global.** Rio de Janeiro. Editora Intrínseca. 2008.

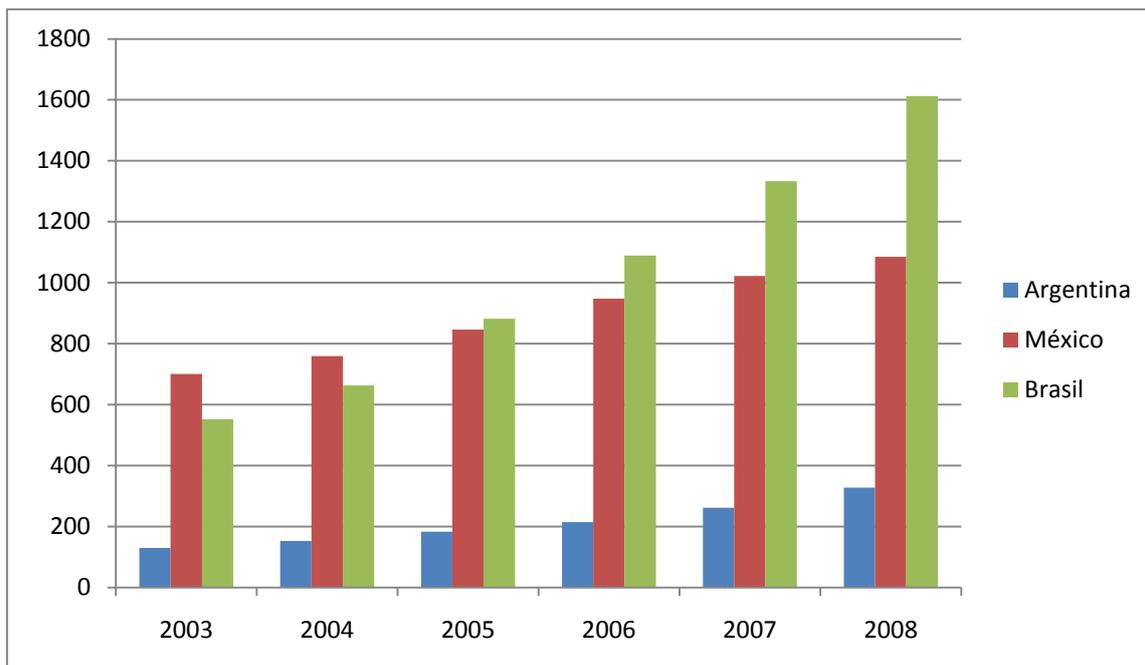


Gráfico do autor com base no Quadro 9.

Quadro 10: PIB em bilhões de dólares correntes de 1999 a 2008.

ANO	Argentina	Brasil	México
1999	284	596	481
2000	284	645	581
2001	269	554	622
2002	102	504	649
2003	130	552	700
2004	153	664	759
2005	183	882	847
2006	214	1089	949
2007	262	1333	1023
2008	328	1613	1086

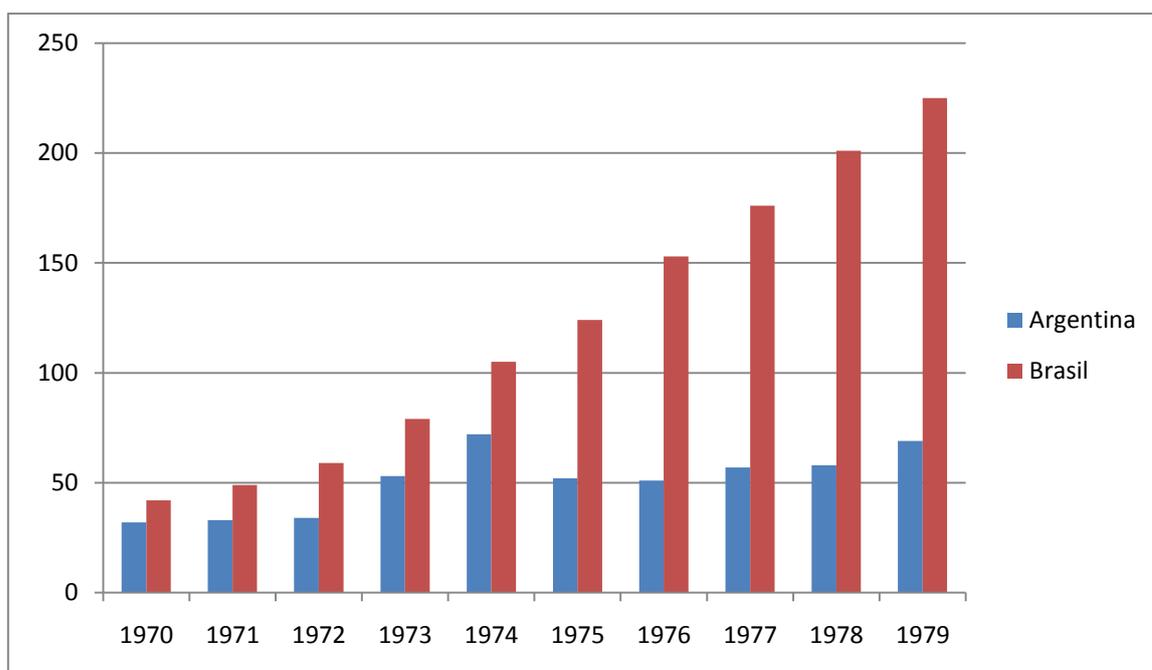
Fonte: Banco Mundial. Quadro organizado pelo autor.

Fizemos questão de colocar esse quadro para chamar atenção para outro aspecto – as diferenças entre os PIBs destas nações. Em 1999, o PIB do Brasil equivalia a 2,1 da Argentina e a 1,24 do México. Em 2008, era de 4,9 e 1,5 respectivamente. Em termos absolutos, a Argentina teve o menor crescimento da década. Mas vamos nos deter no período que Kirchner passa a presidir a Argentina e Lula o Brasil, ou seja, de 2003 a 2008. Não vou utilizar os dados de 2009 porque refletem a crise mundial e as economias das três nações estagnaram; contudo, já em 2010 a tendência continua de crescimento mais acentuado para a Argentina e Brasil sendo fraco para o México. Como são economias de portes diferentes vamos examiná-las separadamente para ver a tendência neste período:

Pelo quadro 10 pode ser observado o vertiginoso desenvolvimento econômico da Argentina neste período tendo o PIB partido de 130 bilhões de dólares correntes em 2003 para U\$ 328 de três vezes o PIB no período enquanto o México não chegou a duas vezes.

Inescapável a constatação de quanto a Argentina se distanciou do México e do Brasil. O Produto Interno Bruto, abrangendo o período que vai de 1970 a 2008, mostra o quanto, comparativamente, a produção argentina foi perdendo terreno em relação à do Brasil e a do México. Em relação ao Brasil essa distância já começa quando das ditaduras militares nas duas nações como pode ser observado nos dados abaixo apresentados.

Ilustração 3: PIB em bilhões de dólares correntes da Argentina e Brasil de 1970 a 1979.



Fonte: Banco Mundial. Gráfico do autor

Vamos ver o que acontece após a onda neoliberal. O PIB argentino em 2008 chega a 328,38 bilhões de dólares correntes e o brasileiro a 1.612,53. Portanto, 20,36% do PIB brasileiro. Esses dados comprovam que a ditadura militar tornou a Argentina mais fraca economicamente e isso criou condições para o neoliberalismo fazer estragos maiores por lá.

Aliás, quanto ao México, sua situação antes e depois da onda neoliberal continua sendo bem melhor do que a da Argentina. Mas temos que lembrar que a

tendência atual é de crescimento mais rápido da Argentina. As raízes para a explicação mais completa nesta comparação estão fundamentalmente na década de 30. Desde então, e até o advento do neoliberalismo, as taxas de crescimento do México e do Brasil, tiveram uma média anual próxima aos 5% (certamente as mais altas do mundo para todo aquele período) enquanto a Argentina foi de aproximadamente 3%. Embora no geral prevalecesse uma política econômica soberana nas três nações nesse longo período, México e Brasil foram mais contundentes na política de substituição das importações e na indução econômica promovida por seus estados. Por outras palavras, o período de Cárdenas no México e de Getúlio Vargas no Brasil lançou as bases para a efetiva industrialização dos dois países. O mesmo não ocorreu na Argentina. Durante esse longo período não houve a indução em infra-estrutura, matérias primas e indústrias estatais do porte das que foram criadas no México e Brasil. O esforço de Perón foi também neste sentido, entretanto, ele foi afastado ainda na década de cinquenta. No Brasil, ela perdurou em certa medida, mesmo durante a ditadura militar. Isto foi bem sintetizado por Fernando Henrique Cardoso em seu esforço em encerrar “a era Vargas”.

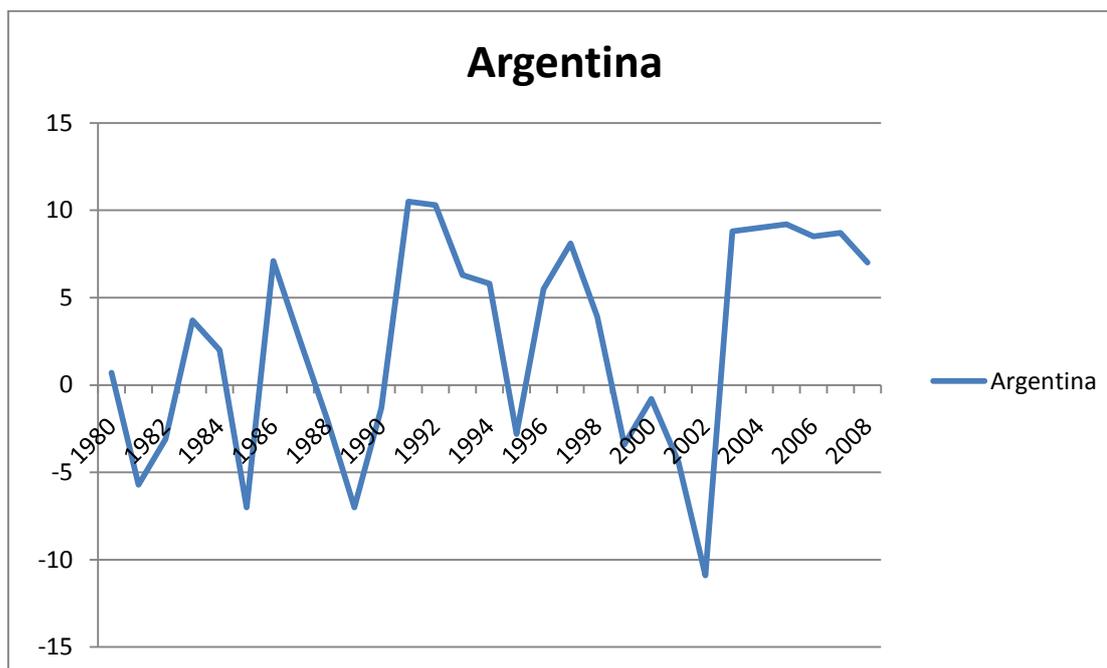
De toda forma, na atualidade, o ritmo de crescimento da Argentina é bem superior ao do México, e mais próximo, e até superior proporcionalmente, ao do Brasil. Vamos apresentar dados específicos sobre a economia argentina para demonstrar o desenvolvimento continuado que ela passou a ter a partir de Néstor Kirchner. Este fato é relevante para esta Tese uma vez que a Argentina tinha se notabilizado por aplicar com acentuado desvelo praticamente todo o receituário contido no Consenso de Washington. Chegou ao ponto de tornar sua moeda paritária ao dólar americano. Ou, dito em outras palavras, praticamente renunciou a ter sua própria moeda. Deu completa liberdade ao livre trânsito de capitais. Mas, a partir de Kirchner, a Argentina mudou essa conduta de submissão para uma conduta soberana.

Crescimento da Economia da Argentina<sup>[1]</sup>

Ano	Taxa de Crescimento Real (%)	
1980	0,7	
1981	-5,7	
1982	-3,1	
1983	3,7	
1984	2	
1985	-7,0	
1986	7,1	
1987	2,5	
1988	-2,0	
1989	-7,0	Início do governo Carlos Menem
1990	-1,3	
1991	10,5	
1992	10,3	
1993	6,3	
1994	5,8	
1995	-2,8	
1996	5,5	
1997	8,1	
1998	3,9	
1999	-3,4	Dez - Início do governo Fernando de la Rúa
2000	-0,8	
2001	-4,4	
2002	-10,9	
2003	8.8	Início do governo Néstor Kirchner
2004	9.0	
2005	9.2	
2006	8.5	
2007	8.7	
2008	7,0	

Fonte. Referências ↑ [http://indexmundi.com/argentina/gdp\\_real\\_growth\\_rate.html](http://indexmundi.com/argentina/gdp_real_growth_rate.html)

Ilustração 4: nos dados sobre o crescimento da economia argentina de 1980 a 2008.



Fonte: ↑ [http://indexmundi.com/argentina/gdp\\_real\\_growth\\_rate.html](http://indexmundi.com/argentina/gdp_real_growth_rate.html)

Essa ilustração dá uma idéia visual da Argentina durante a ofensiva neoliberal. Um aspecto a ressaltar é a tremenda oscilação de sua economia. Neste sentido, ela se distingue do Brasil e do México. Mesmo com as dificuldades no crescimento econômico vividas por essas nações durante as décadas de oitenta e noventa, elas não conviveram com oscilações tão drásticas. Isso é importante porque destaca o papel regulador do Estado na Argentina desse período ao invés de indutor. Qual a possibilidade do Estado planejar a economia em uma situação tão instável? O fato é que o Estado tinha que se afastar do planejamento econômico e se concentrar em regular o livre trânsito de capitais e criar superávit para o pagamento da dívida externa. Cotejando esse gráfico com o de nº 1, poder-se-á perceber o quanto ficou vulnerável a economia Argentina, devido ao crescimento da dívida externa, em especial no fim da década de noventa.

Outro aspecto relevante é a estabilidade que passa a ter o desenvolvimento argentino e a taxas elevadas, a partir de Kirchner. De início já tira a economia da Argentina de um crescimento negativo de mais de 10% para um crescimento de mais de 8%, e mantém esse patamar nos anos seguintes. Em conclusão, o desenvolvimento econômico da Argentina se beneficiou amplamente do seu afastamento do receituário neoliberal a partir de Néstor Kirchner. Já vimos que o

mesmo vale para o Brasil a partir de Lula. Acresce o fato de ambas as nações não aceitarem participar da ALCA e buscarem fortalecer ainda mais o Mercosul.

Quadro 11: crescimento do PIB 2009 e estimativa do PIB 2010

	Argentina	Brasil	México
Crescimento do PIB em 2009	0,9%	- 0,2%	- 6,5%
Estimativa do crescimento do PIB para 2010	2,5%	7,5%	3,5%

Fonte: INDEC/IBGE/INEGI.

Como esses números destacam, a crise atingiu mais fortemente o México que mesmo tendo crescido em 2010 não volta ao patamar que já havia conquistado em 2008. Isso se deve ao atrelamento do comércio mexicano aos EUA. Quanto à Argentina, a alta taxa de crescimento de sua economia de 8% ao ano aproximadamente nos seis anos anteriores, teve um crescimento bem menor em 2009/2010 e, mesmo assim, não retrocedeu do patamar já alcançado. O Brasil se destaca por compensar a estagnação do PIB em 2009, ano do auge da crise econômica mundial, para um vertiginoso crescimento em 2010. Pesou certamente neste resultado as chamadas ‘medidas anticíclicas’ e de apoio à produção e ao consumo interno tomadas pelo governo Lula; medidas cuja característica mais importante foi a indução do estado.

Três ressalvas são importantes aqui. A primeira é que, embora a Argentina e o Brasil tenham se desenvolvido mais rapidamente e com mais soberania do que o México a partir de 2003, este continuou com sua economia em crescimento. A outra, é que são sociedades de Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), aproximados. Em 2007, eles eram para a Argentina: 0,866; para o Brasil: 0,813; e, para o México: 0,854, conforme dados da Organização das Nações Unidas. Por último, quando se examina secamente a partir do PIB, o desenvolvimento econômico pode não ser

bem compreendido. Alguns dados relativos à Renda per capita destes países merecem uma observação mais cuidadosa.

Quadro 12: a renda per capita em 2007.

Ano – 2007	Argentina	Brasil	México
Produto Interno Bruto U\$ bilhões	262	1.333	1.023
População em milhões	39	170	109
Renda per capita U\$	6.717,94	7.841,17	9.385,32

Fonte: Banco Mundial. Quadro organizado pelo autor.

Embora o crescimento em ritmo menor da economia mexicana e sua política industrial atrelada pelo papel das “maquiladoras”, como já assinalamos, os dados apresentados comprovam que sua renda per capita ainda é superior à da Argentina e a do Brasil. É de se prever que o desenrolar da crise econômica atual, cujo epicentro se deslocou dos EUA para a Europa, atinja mais profundamente o México do que a Argentina e o Brasil, devido a ele estar mais atrelado ao receituário neoliberal por integrar o NAFTA. Mas as medidas que tomar para enfrentar a crise podem, como em outras vezes, fazer o México alterar seu atual modelo econômico. Isso dependerá dos embates políticos naquele país. Há que se levar em conta que o México, assim como os demais países da América Latina, vive uma realidade de dualidade estatal – o estado servindo a dois senhores. Tem predominado em seu estado as forças sociais que advogam o atrelamento, mas isso pode sofrer alteração.

A intensificação desmedida de imigração de mexicanos para os Estados Unidos é fruto da política neoliberal aplicada por seu Estado sob pressão dos EUA, que se consolidou quando o México foi ‘convidado’ a aderir ao NAFTA em 1994. Para isso basta pegar as cifras da imigração mexicana em três momentos: no período de 1930 a 1979, quando o México tinha alto grau de soberania e uma economia próspera; o período de 1979 a 1994, quando ele passa a ser pressionado pelo neoliberalismo; e o período de 1994 até 2008, quando se sujeita em alto grau

àquele receituário. De tudo o que vimos da história e da realidade do México até aqui, e sem a pretensão de 'imaginar' os vários cenários de seu possível desenvolvimento, uma coisa ficou constatada: a submissão do Estado Mexicano ao receituário neoliberal enfraquece a Nação. Um exemplo está na negociação noticiada de um amplo acordo comercial entre México e Brasil a ser assinado em 2011. Se isto se efetivar, terá sido dado um importante passo para reduzir a submissão atual do México, pois deixaria de ter praticamente 80% do seu comércio exterior aos EUA. Essa ressalva é importante porque não se pode subestimar o fato de o México ter sido de 1930 a 1980 a nação dentre as mais soberana da América Latina tendo sido, neste período, que conheceu o maior desenvolvimento desde sua declaração de independência.

No que concerne à Argentina e ao Brasil ambas as nações tem elevado fortemente sua soberania. Estão empenhadas no sucesso da UNASUL. O Brasil se destaca ainda pela estruturação do BRIC, as relações especiais com a Índia e a África do Sul. Ambas têm fortalecido suas relações com os demais países da América Latina.

Não se pode separar o desenvolvimento econômico dessas duas nações, desde 2003, sem levar em conta a afirmação da soberania por elas realizada. Ao contrário, foi esta que causou aquele. Assim como não se pode separar a melhor distribuição de renda e a ampliação democrática havida nessas duas nações. Pelo contrário, se elas continuassem com o grau de submissão das duas décadas anteriores, certamente o desenvolvimento teria sido menor, haveria maior concentração de renda e, talvez, uma restrição da democracia.

Todos os elementos indicados mais acima confirmam que Argentina e Brasil são nações que tendem a ter uma relevância política cada vez maior no século XXI. É importante salientar que esse não é um caminho sem volta; que poderá haver retrocessos. Por enquanto, o que mais assegura a continuação desse caminho é o controle dos executivos centrais de seus Estados por forças contrárias ao receituário neoliberal, o que pode ser modificado, pois, mesmo a Argentina e o Brasil podem ter retrocessos no sentido de seus executivos voltarem a favorecer o caminho neoliberal. As eleições presidenciais tem sido o fator decisivo na escolha entre os dois caminhos – soberania ou submissão. A presença dessa disputa em eleições

presidenciais, podendo as forças sociais favoráveis à soberania empalmar o poder executivo e governarem, demonstra por si só que cresce a relevância das nações. As três estão entre as mais atingidas desde o início pelo neoliberalismo; no entanto, já na primeira década do século XXI duas delas se afastam desse projeto e resgatam em bases novas a soberania que já desfrutaram. A que permanece, sofre as agruras da submissão.

A comparação Macro-Histórica entre as três nações também nos permite afirmar a consistência de uma das premissas básicas desta tese: as nações são um resultado das diversas fases de evolução do capitalismo: desde a origem, passando pela formação, pela consolidação e atitude diante do neoliberalismo. As três nações que estamos comparando não apenas surgem como consequência do processo global de produção capitalista como, também se verificou que cada transição neste processo, acarretou modificações nelas.

Vamos insistir na comparação entre o PIB e a Dívida Externa desses três países. Embora tenhamos que considerar doravante a impossibilidade dos proprietários do capital produtor de juros nos EUA e Europa de contar com a elevação de juros nessas regiões, utilizarem o mecanismo da desvalorização cambial de suas moedas, ainda reservas internacionais de valores, o que exigirá das nações, para manterem suas soberanias, que seus Estados exerçam um controle muito mais rigoroso do fluxo de capitais e encontrar mecanismos de suas economias. E isso passa, em grande medida, pelo crescimento do mercado interno de cada nação.

Quadro 13: Crescimento do PIB e da Dívida Externa da Argentina, Brasil, México, no período de 1970 a 2006 em bilhões dólares correntes.

Ano	PIB Argentina	Dív.Externa Argentina	PIB Brasil	Dív. Externa Brasil	PIB México	Dív.Externa México
1970	31	5	42	5	35	6
1971	33	6	49	7	39	7
1972	34	6	58	11	45	8
1973	52	7	79	14	55	10
1974	72	7	105	22	71	13
1975	52	7	123	27	88	18
1976	51	9	152	33	89	23
1977	56	11	176	42	81	31
1978	58	13	200	54	102	35
1979	69	20	224	61	134	42
1980	76	27	235	71	194	57
1981	78	35	263	81	250	78
1982	84	43	281	93	173	86
1983	103	45	203	98	148	92
1984	79	48	209	103	175	94
1985	88	50	222	103	184	96
1986	110	52	268	109	129	100
1987	111	58	294	119	140	109
1988	126	58	330	117	183	99
1989	76	65	425	114	222	93
1990	141	62	461	119	262	104
1991	189	65	407	120	314	114
1992	228	68	390	129	363	112
1993	236	64	438	144	403	130
1994	257	74	546	152	421	138
1995	258	98	768	160	286	165
1996	272	111	839	181	332	156
1997	292	128	871	198	401	147
1998	298	141	843	241	421	159
1999	283	142	586	244	481	166
2000	284	144	644	241	581	150
2001	268	151	553	229	622	163
2002	102	147	504	230	649	164
2003	129	162	552	234	700	170
2004	153	165	663	219	759	171
2005	183	133	882	187	846	167
2006	214	122	1089	194	948	160

Fonte dos dados: Banco Mundial - Quadro organizado pelo autor.

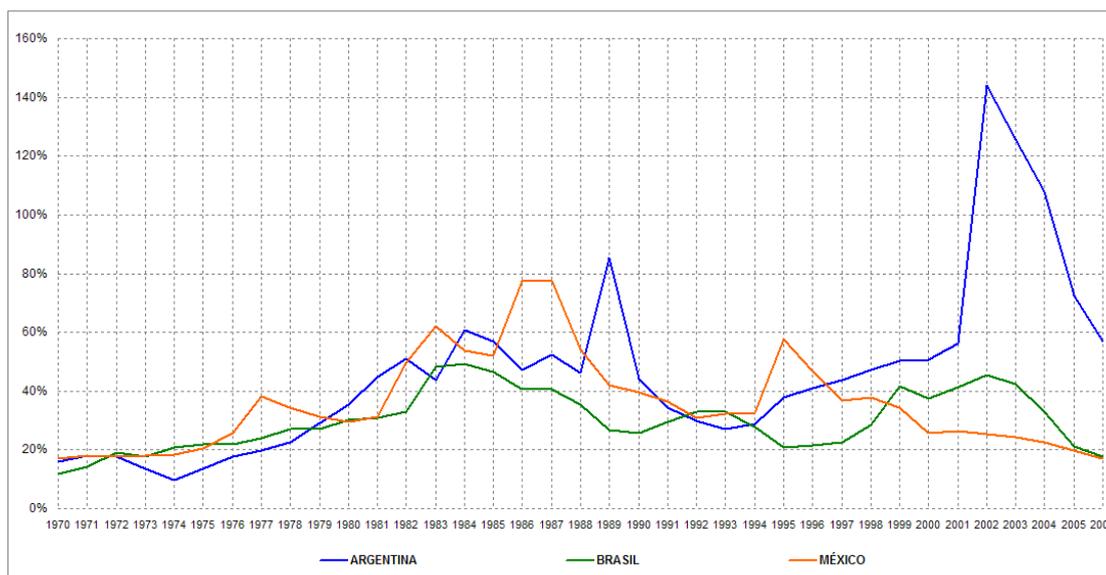


Gráfico do Quadro 13 organizado pelo autor.  
Fonte: Banco Mundial

Em 2002, a dívida externa argentina era superior ao seu PIB! A do Brasil 43% do PIB e a do México 25%. Já em 2006 a dívida externa da Argentina passa a representar 57% do PIB, a do Brasil 17,8% e a do México 16,8%. Essas proporções se reduziram ainda mais de lá para cá. Em 2010, por exemplo, a dívida externa do Brasil já é inferior as suas reservas monetárias. Ao comparar a situação dessas três nações diante do neoliberalismo, fazendo uma espécie de balanço de seus trinta anos, podemos responder agora à indagação que fazia Perry Anderson no seminário realizado em 1994 com o título sugestivo de *Balanço do Neoliberalismo*, publicado em obra já citada.

A pergunta que está aberta é se o neoliberalismo encontrará mais ou menos resistência à implementação duradoura dos seus projetos aqui na América Latina do que na Europa ocidental ou na antiga União Soviética. Seria o populismo – ou obreirismo – latino-americano um obstáculo mais fácil ou mais difícil para a realização dos planos neoliberais do que a social-democracia reformista ou o comunismo? [...]

Sem dúvida a resposta vai depender também do destino do neoliberalismo fora da América Latina, onde continua avançando em terras até agora intocadas por sua influência. [...] (ANDERSON, 2008).

Quando Anderson fez essas indagações (1994), as três nações que estamos comparando viviam a fase áurea da ofensiva neoliberal. Portanto o *populismo* ou *obreirismo* latino-americano não foi assim tão *resistente*. O que

ocorreu como o próprio Anderson indicava foi a conjunção de vários fatores que levou a uma mudança de qualidade na situação e o neoliberalismo já perdeu sua hegemonia no mundo – a Rússia e praticamente o conjunto da África e da Ásia não aceitam mais seus postulados. Nas três nações que estamos comparando, apenas em uma, no México, este ideário mantém a hegemonia. Fazendo um balanço de 30 anos podemos afirmar que ele se reduz ao norte da América e à Europa; e mesmo aí abandonando seus postulados originais. Na América Latina, a primeira mudança na hegemonia neoliberal foi à eleição de Hugo Chávez na Venezuela em 1998; mas a partir das eleições de Néstor Kirchner e Lula e suas posses, em 2003, houve uma mudança substancial. E o ponto comum que passaram a ter as eleições presidenciais em vários outros países da América Latina foi o embate entre dois campos de forças sociais: um favorável e outro contrário ao neoliberalismo. Não foi o *obreirismo* ou o *populismo* que levou a vitória de presidentes contrários ao neoliberalismo e, sim, a constatação por diversos atores sociais que este causava o enfraquecimento das nações; particularmente pelos seus mecanismos de privatização das estatais estratégicas, manejo da dívida externa, controle externos das moedas nacionais. Evidentemente também contribuiu a consciência de que a política neoliberal era a responsável pelo desemprego crescente, o aumento da miséria e a desagregação social.

É importante assinalar, e as três nações que comparamos exemplificam isso, que a questão da hegemonia a que se refere Anderson ainda não está decidida completamente. As nações já presididas pela hegemonia da soberania enfrentam o bloco de forças sociais favoráveis ao neoliberalismo; e vice-versa. E isso praticamente em todos os países da América Latina, o que leva a concluir que há uma dualidade estatal nesta região do mundo. A disputa entre esses blocos de forças por todos os poderes de estado – a isso denomino dualidade estatal. Sem entender essa característica política central existente hoje na América Latina, é difícil examinar as questões atinentes tanto nas nações que estamos comparando como nas demais.

## CONCLUSÃO

*Quanto é que vai ganhar o leiloeiro?*

*Que é também brasileiro.*

*E em três lotes, vendeu o Brasil inteiro.*

*Quem dá mais?*

Noel Rosa

O que se buscou demonstrar ao longo desta Tese pode ser assim resumido: pela análise da globalização neoliberal, as nações tendem a se fortalecer ainda mais no século XXI, ao cuidarem zelosamente de suas soberanias. Neste sentido, a disjuntiva política crucial do século XXI já está sendo a soberania ou a submissão das nações. Partimos da premissa de que nação é uma construção política histórica realizada pelo capitalismo e que este, em cada uma de suas fases de transição, fez surgir novas nações, enquanto outras se consolidam. Para comprovar essa tese, foram utilizados basicamente dois procedimentos: primeiro, contestar, através de uma análise crítica, a literatura acadêmica predominante de que as nações já estariam perdendo importância política; em segundo lugar, comparar a formação histórica e, principalmente, a situação diante do neoliberalismo, após 1979, de três grandes nações da América Latina: Argentina, Brasil e México.

Ao que se sabe, o surgimento histórico do termo nação ocorreu no Império Romano para batizar os povos ‘bárbaros’, povos que o assediavam. Aqui, estamos utilizando-o conforme a definição que apresentamos na Introdução. Ao fazer a comparação política macro-histórica entre três nações da América Latina – Argentina, Brasil, México – julgo ter evidenciado o que tem de comum entre elas e as demais nações: o fato de serem produtos do capitalismo em todas as suas fases e, diante das políticas neoliberais que atingiram as três, duas (Argentina e Brasil) começaram a reagir a partir de 2003, tendo como elemento central a defesa da soberania, para isso, tiveram de devolver o caráter indutor a seus estados.

Uma vez que a globalização é componente essencial do processo de produção capitalista, o que evidenciei é que a maneira política de efetuar-la foi através das nações. Neste sentido, as nações são a essência política da globalização capitalista. E quando o capitalismo ingressa na sua fase superior – o imperialismo, que já dura

aproximadamente um século, surgem dezenas de nações, notadamente na África e na Ásia. E mesmo as nações que pretendem superar a formação social capitalista enfatizam ainda mais suas soberanias. Com base nestas constatações históricas, retirei a conclusão de que no século XXI as nações terão ainda maior relevância política. E isso resume a Tese: nações zelosas de suas soberanias tendem a ser a marca política do século XXI. A começar pelas nações que jamais aceitaram a onda neoliberal dos últimos trinta anos; as que passaram a resistir a partir do início do século XXI (estão neste caso Argentina e Brasil; o México ainda permanece com alto grau de submissão). As forças sociais que em várias nações submissas propugnam a soberania contam agora com uma crise econômica avassaladora, ocasionada pelo neoliberalismo nas nações que o lideraram e nas que dele se beneficiaram. E a crise econômica perdura no norte da América e na Europa por esses países manterem alguns dogmas neoliberais em suas políticas econômicas.

Iniciamos nosso roteiro pelas primeiras nações que se formaram no planeta. Elas se formaram na Europa Ocidental, a partir do século XV, para afirmar a manufatura capitalista e combater o feudalismo. Para atingir esses objetivos, surgem Portugal, Espanha, Holanda, França e Inglaterra. Como a própria dinâmica da produção capitalista leva à acumulação (extração da mais-valia), essas nações, amparadas em suas poderosas manufaturas, fazendo de seus Estados indutores da ciência e tecnologia, e assumindo a forma política de absolutismo monárquico, conseguiram arregimentar os recursos necessários para dar origem às grandes navegações e à formação dos impérios coloniais. Como se sabe, o predomínio da manufatura capitalista na Europa Ocidental se deu nos séculos XV, XVI e XVII. É nesse período que as cinco primeiras nações citadas constroem seus impérios coloniais cuja essência econômica e sua derivação política era então criar burguesia na Europa. É neste período também que as cinco nações citadas ocupam a América e disputam entre si todo o seu território.

No século XVIII e primeira metade do XIX, o capitalismo na Europa Ocidental transitou para o predomínio da maquinaria sobre a manufatura. Sob a liderança da Inglaterra e da França, as máquinas substituem as manufaturas. Nesta transição se atrasaram Portugal, Espanha e Holanda. Isso acarretou o enfraquecimento do colonialismo ibérico na América o que propiciou a formação da maioria das nações desse continente incluindo as três que comparamos. Na segunda metade do século

XIX, a concorrência entre os capitalistas e as crises cíclicas próprias dessa fase dá lugar aos monopólios. Para que estes se viabilizassem, politicamente, surgem novas nações (Alemanha, Itália e Japão) e outras se consolidam (EUA com a guerra de secessão e a Rússia com a reforma do nadiel). No início do século XX já predominavam nas principais nações capitalistas os monopólios e o capital financeiro. O capitalismo chegava a uma fase superior. Como decorrências políticas há a intensificação do jugo colonial, agora comandado por potências imperialistas, e o conflito entre elas que deu origem a duas guerras mundiais. O enfraquecimento dos impérios coloniais daí decorrente e as lutas dos povos dessas colônias originaram a formação de dezenas de nações, sobretudo na Ásia e na África bem como possibilitaram a consolidação das nações da América Latina com grau elevado de soberania. Como queríamos demonstrar, o capitalismo desde o seu período manufatureiro e em todas as fases seguintes, criou nações.

A globalização capitalista, efetuada no plano político com a construção do sistema de nações, foi absorvendo ou eliminando todas as demais formações sociais que encontrou pela frente. Comprovamos esse percurso da globalização capitalista comparando três grandes nações da América Latina: Argentina, Brasil e México. A primeira nação na América – os EUA – teve, assim como as citadas, origem na globalização capitalista em seu período de transição da manufatura para a maquinaria; embora nesse caso se emancipando de um império em expansão. Durante o século vinte, os impérios coloniais ruíram de tal maneira que, por volta de 1979, praticamente inexisteriam colônias. Algumas nações oriundas da luta contra o imperialismo colonialista tiveram desde sua formação alto grau de soberania. Outras nem tanto. Mas o que se pode constatar é que das cinco nações no início do século XVI às quase duzentas nações existentes por volta de 2000, elas cresceram de tal sorte que o mundo ficou dividido politicamente em nações. Essa realidade nova representada por um mundo sem colônias, embora ainda haja alguns enclaves, por si só indica que o século XXI possa ser o século das nações.

Desde então, a variável soberania passa a interferir de forma mais destacada. Antes era a soberania de potências coloniais, agora se trata da soberania de nações. O neoliberalismo, que teve como impulso inicial a alta da taxa de juros pelo FED em outubro de 1979, foi decorrente da política de Estado de uma nação – os EUA. A rápida adesão da Inglaterra a esse projeto, efetuada na era Reagan-

Thatcher, e a posterior consolidação deste através do chamado Consenso de Washington (1989), tinha que enfrentar uma realidade mundial: o planeta dividido em nações. Eis o motivo pelo qual o centro político nevrálgico daquele 'consenso' é reduzir e, se possível, eliminar, a soberania das nações. Para esse fim utilizaram mecanismos internacionais que controlavam: FMI, Banco Mundial, OMC, dentre outros.

O caminho para reduzir ou eliminar a soberania das nações, era alterar seus Estados de indutores em reguladores. Dito em outras palavras, os Estados indutores da ciência e tecnologia, do desenvolvimento econômico, do planejamento e execução de obras estratégicas, aprimoramento da infra-estrutura, da educação de qualidade, deveriam ser substituídos por um Estado regulador. E a regulação principal que deveriam realizar era a do fluxo de capitais, isto é, permitir o livre trânsito de capitais, o que por si só significa a renúncia do Estado a uma atribuição básica, que monopoliza desde o modo de produção escravista, o controle da sua moeda. Esta Tese reafirma que estes capitais, para os quais o neoliberalismo exigia o livre fluxo, eram e foram se tornando cada vez mais capitais produtores de juros. E o capital produtor de juros, como a história do capitalismo esclarece, é o fetiche autômato completo.

A confusão entre neoliberalismo e globalização marcou o debate das últimas décadas. Por isso esta tese teve que distinguir que globalização é parte da essência do capitalismo desde seu período manufatureiro, já o neoliberalismo foi o projeto político encontrado por duas nações (EUA e Inglaterra) na tentativa de enfrentar suas dificuldades econômicas de então, submetendo as demais. Pela força política, militar, econômica, ideológica e diplomática dos EUA, várias nações se submeteram ao receituário neoliberal em maior ou menor grau. Mas, algumas nações jamais se submeteram como evidenciam os casos da Índia, China, Irã e Vietnã, e outras, que, rapidamente buscaram livrar-se desse receituário, como os casos da Indonésia, Malásia e Filipinas. Argentina, Brasil e México se submeteram em alto grau. De modo particular, na década de noventa do século passado. Essa situação começou a se inverter rapidamente na Argentina e no Brasil (a partir de 2003 com Kirchner e Lula) e no México ainda permanece.

Por ter como objeto proteger o capital produtor de juros, o neoliberalismo provocou uma gigantesca crise econômica nas nações que o lideraram. Essa crise,

que teve início no final de 2007 nos EUA, em 2010 toma conta da Europa. E o que a torna mais prolongada e distante de ser solucionada é que as principais medidas adotadas nos EUA e na Europa, ao invés de conter e inibir o capital produtor de juros, o que fizeram foi proteger justamente as instituições por ele criadas e a seu serviço. Os demais atores, principalmente as nações da Ásia, África e América Latina, em sua maioria, estão negando o receituário neoliberal e adotando o caminho do desenvolvimento industrial e comercial. Isso comprova que neoliberalismo não é sinônimo de globalização, como foi tão propalado.

Outro argumento que utilizei na tese para demonstrar que as nações tendem a ter maior relevância política no século XXI diz respeito ao Estado. Tivemos que examiná-lo topicamente desde que surgiu até os dias atuais, para destacar que o capitalismo acrescentou um atributo que ele não tinha anteriormente: o de ser indutor da ciência e tecnologia e, com isso, afetar todos os demais aspectos das relações sociais. E o fez sem eliminar os anteriores – tributar e destinar a tributação formando aparatos de coerção e consenso necessários para esse fim – embora tenha acrescentado novos e centralizados órgãos de poderes ao Estado. Também demonstramos que na fase monopolista do capitalismo surge a estrutura econômica e social do capitalismo estimulado pelo estado e com sua participação de que são exemplo as empresas estatais. Essa estrutura que cresceu em todas as regiões após a segunda guerra mundial, foi o principal alvo econômico do neoliberalismo desde o seu início. E como este opera em um mundo onde não existem mais impérios coloniais, seu alvo político foi reduzir e se possível eliminar a soberania das nações.

Para fazer a comparação política entre Argentina, Brasil e México, notadamente nestes trinta anos de neoliberalismo, a construção teórica desta Tese utiliza o capitalismo como variável independente, nação e estado como variáveis dependentes e soberania como variável interveniente. No alvorecer do século XXI, essas três nações tinham um alto grau de submissão à política neoliberal e às potências que a lideram, notadamente os EUA. Se esta situação tivesse permanecido nas três nações os cientistas sociais que afirmavam que as nações estavam perdendo importância política estariam corretos. Se esta situação começasse a mudar, estaria havendo uma reversão desta tendência. Como considero ter provado que a reversão está ocorrendo em duas das três nações

comparadas, então é esta a tendência nova, a que tenderia a predominar, como propugna nossa tese.

Esta tese demonstra também que o neoliberalismo está vivendo sua fase crepuscular. Perdeu posições no século XXI na Ásia, na África e na América Latina. Continua predominando no norte da América e na Europa, em 2010, e em algumas outras nações nos demais continentes, exatamente as regiões que se encontram, hoje, praticamente estagnada e em crise econômica. E os proprietários do capital produtor de juros já não podem contar com seu método predileto – o aumento desmesurado da taxa de juros – na Europa e no norte da América.

Neste início de segunda década do século XXI, há dezenas de nações que reconquistam em bases novas suas soberanias; devolvem a seus estados o caráter indutor da ciência e tecnologia bem como do planejamento e execução de projetos; estimulam a estrutura econômica e social na qual o estado tem um papel protagonista; formam fundos soberanos; buscam uma política cambial que proteja suas moedas e seus fundos. Numa palavra, a existência e atuação de nações soberanas já é um importante dado da realidade nesta segunda década do século XXI na geopolítica mundial. E como a essência política do neoliberalismo é a submissão das nações, sua superação política só pode dar-se pela soberania das nações. Não pode continuar prevalecendo uma forma de capitalismo – o neoliberalismo – porque está assentado no *fetichismo automático perfeito*. Esta base econômica vazia que o impediu de se globalizar é também o motivo de seu enorme enfraquecimento.

Ao fim de uma Tese de inspiração ensaística é comum serem feitos prognósticos para o futuro. Qualquer prognóstico sobre o futuro tem de levar em conta os embates políticos do presente que, por sua vez, foram conformados ao longo do processo histórico. Além disso, há que conhecer as forças sociais mais relevantes no presente, seus pontos fortes e débeis e, dentre eles, quais os que podem se desenvolver ou regredir; quais os que atendem ou não às necessidades da humanidade. A pretensão desta Tese não foi fazer esse tipo de diagnóstico. E sim, fixar com a maior precisão possível, em torno de que tema central serão travados estes embates. A isso ela responde que é a soberania ou submissão das nações. O que se pretendeu fazer foi uma espécie de mapa histórico da questão nacional.

E a História demonstra que a humanidade caminha do reino da necessidade para o reino da liberdade. A liberdade é a necessidade tornada consciente. Essas assertivas de Marx vão se comprovando cada vez mais. A história continua atropelando indiferente todo aquele que a negue e provou que o neoliberalismo é passageiro e pode estar chegando rapidamente ao fim; já, a História, não. Ao tempo que alguns proclamavam o fim da história, outros afirmavam, com palavras diferentes, o fim próximo das nações, ou então, sua perda de relevância, ou ainda, que elas não seriam mais politicamente significativas. Diziam que a globalização, o transnacionalismo, o sistema mundial de redes, o pós-modernismo, a mundialização da comunicação, os territórios móveis e indefinidos, a tendência ao localismo, os sistemas políticos pós-nacionais (dentre eles citavam a União Européia), renunciavam que o sistema político de nações estava se tornando obsoleto, que elas perderiam relevância política, que estava se originando uma nova configuração política. Em nosso entender, a História atropelou indiferente todos estes vaticínios.

Esta tese demonstra que, para se globalizar, o capitalismo engendrou a nação. Quanto mais se globalizou mais espalhou essa forma política pelo mundo. Agora que o mundo está politicamente dividido em nações, o que ele pode fazer é alterá-las, não eliminá-las ou substituí-las. Não vislumbro um fim próximo para o capitalismo e muito menos as tentativas de superá-lo por uma formação social mais avançada. O que afirmo é que, no século XXI, a existência de nações cada vez mais soberanas será um exemplo contagioso para aquelas que não o são. Da comparação entre as três nações, realizadas pela tese, o que se conclui é que a Argentina e o Brasil acentuam suas soberanias; o México, ainda não. Não por acaso as duas primeiras são as que demonstram taxas maiores de desenvolvimento. A conclusão neste caso é simples: no século XXI, quanto mais uma nação é soberana, mais ela se desenvolve. E quanto mais submissa, mais próxima à estagnação. Há cerca de duzentos anos Hegel afirmou:

A América é, portanto, a terra do futuro, na qual se revelará, em tempos vindouros, o elemento importante da história universal – talvez a disputa entre a América do Norte e a do Sul. É uma terra de aspirações para todos os que deixam o museu de armas históricas da velha Europa (Hegel, 2008, p.79)<sup>103</sup>.

---

<sup>103</sup> Hegel, G. W. F. **Filosofia da História**. Brasília. Editora UnB. 2008.

O neoliberalismo significou a submissão da maioria dos estados das nações da América do Sul ao receituário neoliberal, comando pelos EUA. Neste início de século XXI, porém, a maioria destes estados, dentre eles o da Argentina e o do Brasil, nega aquele receituário pela via da reconquista, em novas bases, da soberania de suas nações e de uma integração mutuamente vantajosa. E o neoliberalismo vai se reduzindo à velha Europa e à América do Norte. Mas mesmo aí, com fortes contestações. Qualquer reestruturação do capitalismo bem como qualquer tentativa de sua superação, passa por vencer o projeto neoliberal e sua base de sustentação: o capital produtor de juros. Se a marca política do século XX foi o fim dos impérios coloniais, a marca política do século XXI tende a ser a das relações mutuamente vantajosas entre nações soberanas. Neste sentido, o século XXI poderá ser chamado do século das nações.

**BIBLIOGRAFIA**

- ABRUCIO, F. L. **Os Barões da Federação**. São Paulo. Editora Hucitec. 1998
- ADORNO, S. (organizador) **A Sociologia entre a Modernidade e a Contemporaneidade**. Porto Alegre. Editora da Universidade/UFRGS. 1995.
- AHMAD, A. **Linhagens do Presente**. São Paulo. Boitempo Editorial. 2002.
- ALEXANDER, B. **A Guerra do Futuro**. Rio de Janeiro. Biblioteca do Exército. 1999.
- AMIN, S. **CLASSE e NAÇÃO na história e na crise contemporânea**. Lisboa. Moraes Editora. 1981. (original em francês 1979).
- ANDERSON, P. **Linhagens do Estado Absolutista**. São Paulo. Editora Brasiliense (2ª reimpressão). 2004.
- ANDERSON, B. **Nação e Consciência Nacional**. São Paulo. Editora Ática. 1989.
- ANNA, T. / BAZANT, J. / KATZ, F. / WOMACK JR, J. / MEYER, J. / KNIGHT, A. / SMITH, P. H. **Historia de Mexico**. Barcelona (2ª edición). 2003.
- ARRIGHI, G. **O Longo Século XX**. São Paulo. Editora UNESP (3ª reimpressão). 2000.)
- ARRIGHI, G. **Adam Smith em Pequim**. São Paulo. Boitempo Edidorial. 2008.
- BADIE, B. / HERMET, G. **Política Comparada**. México. Fondo de Cultura Económica. 1993
- BADIE. B. **O Fim dos Territórios**. Lisboa. Instituto Piaget. 1995.
- BADIE. B. **Um Mundo Sem Soberania**. Lisboa. Instituto Piaget. 1999.
- BALAKRIHNAM, G. **UM MAPA DA QUESTÃO NACIONAL**. Rio de Janeiro, Contraponto. 2000.
- BARBEIRO, H. (introdução). **O novo relatório da CIA – como será o amanhã**. São Paulo. Geração Editorial. 2009.
- BELLAMY, R. **Liberalismo e Sociedade Moderna**. São Paulo. Editora Unesp. 1994.

BOBBIO, N. **Estado Governo Sociedade**. São Paulo. Editora Paz e Terra(11ª edição). 2004.

BORGES, A. P. **América Latina – submissão ou razão**. São Paulo. Editora Anita Garibaldi. 2003

BORON, A. A. **Estado Capitalismo e Democracia na América Latina**. São Paulo. Paz e Terra. 1994.

BOSI A., **Dialética da Colonização**. São Paulo. Companhia das Letras, 2001.

BOSI, A.(editor). **Dossiê Nação/Nacionalismo in Estudos Avançados 62**. São Paulo. Revista quadrimestral da USP. 2008.

BOURDIEU, P. **O Poder Simbólico**. Rio de Janeiro. Bertrand Brasil. 1998.

BUSTOS, R. B. (org.) / MEDINA, R. A. / LOZA, M. A. **Revolução Mexicana: Antecedentes, Desenvolvimento e Consequencias**. São Paulo. Editora Expressão Popular. 2008,

CANCLINI, N. G. **Consumidores e Cidadãos**. Rio de Janeiro. Editora UFRJ. 1997.

CANO, W. **Soberania e Política Econômica na América Latina**. São Paulo. Editora UNESP. 2000.

CARDOSO, F. H. e FALLETO, E. **Dependência e Desenvolvimento na América Latina**. Rio de Janeiro. Zahar Editores. 1970.

CARDOSO, F. H. **Política e Desenvolvimento em Sociedades Dependentes**. Rio de Janeiro. Zahar Editores. 1971.

CARMAGNANI, M(coordenador). **Federalismos latinoamericanos México/Brasil/Argentina**. México. Impresora y Ecuadernadora Progreso. 1993.

CARVALHO, J. M. **A Construção da Ordem**. Rio de Janeiro. Civilização Brasileira. 2003.

CASTELLS, M. **Fim de Milênio**. São Paulo. Editora Paz e Terra (2ª edição). 2000.

CEPIK, M. A. C. **Do Estado Nacional ao Império Mundial?** Pelotas. Sociedade em Debate, vol7. 2001.

CHATTERJEE. P. **Colonialismo, Modernidade e Política**. Salvador. EDUFBA. 2004.

- CHESNAIS, F. (org.) **A finança mundializada**. São Paulo. Boitempo Editorial. 2005.
- CLAUSEWITZ, C. V. **A Campanha de 1812 na Rússia**. São Paulo. Martins Fontes. 1994.
- COMBLIN, J. **A Ideologia da Segurança Nacional**. Rio de Janeiro. Editora Civilização Brasileira. 1978.
- COSTA, D. **Estratégia Nacional**. Porto Alegre. L&PM Editores. 2003.
- DAHL, R. A. **Poliarquia**. São Paulo. EDUSP. 1997.
- DAHL, R. A. **Sobre a Democracia**. Brasília. Editora Universidade de Brasília. 2001.
- DJUGASHVILI, J. V. **O Marxismo e o Problema Nacional e Colonial**. São Paulo. Livraria Editora Ciência Humanas. 1979.
- DURKHEIM, E. **As Regras do Método Sociológico**. São Paulo. Martins Fontes (3ª edição). 2007.
- ECO, U. **Como Se Faz Uma Tese**, Editora Perspectiva.
- ENGELS, F. **A Origem da Família, da Propriedade Privada e do Estado**. Rio de Janeiro. Civilização Brasileira. 1974.
- EVANS P. **A Tríplice Aliança**. Rio de Janeiro. Zahar Editores. 1980.
- FIORI, J. L. (organizador). **O Poder Americano**. Petrópolis. Editora Vozes. 2004.
- FONSECA, P. C. D. **VARGAS: O Capitalismo em Construção**. São Paulo. Editora Brasiliense, 1989.
- FONSECA, P.C.D **O nacional-desenvolvimentismo e a Atualidade da Questão Nacional**. In Revista Princípios, nº 103. Set/Out-2009. Editora Anita Garibaldi.
- FURASTÉ, P. A. **Normas Técnicas para o Trabalho Científico**. Porto Alegre. Costoli Soluções Gráficas. 2010. 15ª edição.
- GANUZA, E. / BARROS, R. P. / TAYLOR, L. / VOS, R. (editores). **Liberalización, desigualdad y pobreza: América Latina y el Caribe el los 90**. Buenos Aires. Editorial Universitaria de Buenos Aires. 2001.
- GLEISER, M. **A Dança Do Universo**. São Paulo, Companhia da Letras, 1997.

- GRAMSCI, A. **Cadernos do Cárcere**. Rio de Janeiro. Editora Civilização Brasileira. 2002.
- GRAMSCI, A. **Concepção Dialética da História**. Rio de Janeiro. Editora Civilização Brasileira. 1986.
- GRAMSCI, A. **Maquiavel, a Política e o Estado Moderno**. Rio de Janeiro. Editora Civilização Brasileira. 1984.
- GUIMARÃES, S. P. **Quinhentos anos de periferia**. Porto Alegre. Editora da UFRGS/Contraponto Editora. 4ª edição. 1999.
- HABERMAS, J. **A Inclusão do Outro**. São Paulo. Edições Loyola. 2004.
- HARVEY, D. **Condição pós-moderna**. São Paulo. Edições Loyola. 1992.
- HARVEY, D. **O Neoliberalismo História e Implicações**. São Paulo. Edições Loyola. 2008.
- HEGEL, G.W.F. **Fenomenologia del Espíritu**, México. Fondo de Económica. 1987.
- HEGEL, G. F. **Enciclopédia de las Ciências Filosóficas**, México. Juan Pablo Editor. 1974.
- HEGEL, G. W. F. **Filosofia da História**. Brasília. Editora Universidade de Brasília (2ª edição e reimpressão). 2008.
- HÉMERY D. – DEBEIR J-C. - DELÉAGE, J-P. **Uma História da Energia**. Brasília. Editora Universidade de Brasília. 1993.
- HIRST, P. e THOMPSON, G. **Globalização em Questão**. Petrópolis. Editora Vozes. 1998.
- HOBSBAWN, E. **Tempos Interessantes**. São Paulo. Companhia das Letras. 2002.
- HOBSBAWN, E. J. **Nações e nacionalismo desde 1780**. São Paulo. Editora Paz e Terra (4ª edição). 2004.
- IANNI, O. **Teorias da Globalização**. Rio de Janeiro. Civilização Brasileira. 1997.
- JUDIN, P. & ROSENTAL M. **Diccionario de Filosofica y Sociologia Marxista**. Buenos Aires. Editorial Seneca. 1959.
- KRASNER, S. D. **Soberanía, hipocresía organizada**. Barcelona. Editora Paidós. 2001. (original publicado em inglês em 1999).

LEMOS, A. I. G. de, SILVEIRA, M.L. e ARROYO M. (organizadoras) **Questões territoriais na América Latina**. São Paulo. CLACSO/USP (Departamento de Geografia). 2006.

LÊNIN, V. I. **Obras Escolhidas**. Lisboa. Edições Avante. 1978.

LAWRENCE, T. E. **Os Sete Pilares da Sabedoria**. Rio de Janeiro. Editora Record.

MADARIAGA, S. **Hernan Cortês**. São Paulo. Instituição Brasileira de Difusão Cultural. 1961.

MAQUIAVEL, N. **O Príncipe** (comentado por Napoleão Bonaparte). São Paulo. Hemus. 1977.

MARX, K. & ENGELS, F. **TEXTOS 1-2-3**. São Paulo. Edições Sociais. 1975.

MARX, K. **O Capital**. Rio de Janeiro. Civilização Brasileira. 2008. 26ª edição.

MAMIGONIAN, A. **Qual o Futuro da América Latina?** In LEMOS A. I. G. de, SILVEIRA, M. L. e ARROYO M. (organizadoras) **Questões territoriais na América Latina**. São Paulo. CLACSO/USP (Departamento de Geografia). 2006.

MAZZUCHELLI, F. **Uma Nova Estruturação do Capitalismo Mundial?** In. Revista Princípios. Nov/Dez 2009. Editora Anita Garibaldi. São Paulo.

MILANI, C./ARTURI, C./SOLINÍS, G. (organizadores). **Democracia e Governança Mundial**. Porto Alegre. Editora da UFRGS. 2002.

NEVES, C. E. B. & CORRÊA, M. B. (organizadores) **Pesquisa Social Empírica: Métodos e Técnicas**. Porto Alegre. UFRGS. 1998.

NOVAES, A. (Org.) **A crise do Estado-Nação**. Rio de Janeiro. Editora Civilização Brasileira. 2003.

O'DONNELL, G. e SCHMITTER. **Transições do Regime Autoritário**. São Paulo. Vértice, Editora Revista dos Tribunais. 1988.

O'DONNELL, P. **Historias Argentinas (De la Conquista al Proceso)**. Buenos Aires. Editorial Sudamericana. 2006.

OSORIO F. L. (filho) **O Espírito das Armas Brasileiras**. Pelotas Litografia Olavo Alves & Filho. 1918.

PECEQUILO, C.S. **A Política Externa dos Estados Unidos. 2ª edição.** Porto Alegre. Editora da UFGRS 2005.

PEREIRA, D. L. P. **Um Perfil da Classe Operária.** São Paulo. Hucitec. 1981.

PIETERSE, J. N. **O FIM DO IMPÉRIO AMERICANO? Os Estados Unidos depois da crise.** Belo Horizonte. Geração Editorial. 2009.

PIRES, M. C. e DE SOUZA, L. E. S. **Brasil e China na Globalização.** São Paulo. LCTE Editora. 2008.

PUTNAM, R. D. **COMUNIDADE e DEMOCRACIA: a experiência da Itália moderna. 3ª edição.** Rio de Janeiro. Fundação Getúlio Vargas. 2002.

QUESADA, M. S. **La Argentina História del País y de su Gente.** Buenos Aires. Editorial Sudamericana. 2001.

RENOUVIN, P. **Historia de las Relaciones Internacionales (Siglos XIX e XX)3ª edición.** Madrid. Akal Ediciones. 1998.

RODRIGUES, M. U. **Nômadas e Sedentários na Ásia Central.** Porto. Campo das Letras Editores. 1999.

ROUQUIÉ, A. / LAMOUNIER, B. / SCHAVARZER, J. (orgs). **Como Renascem as Democracias.** São Paulo. Editora brasiliense. 1985.

ROUSSEAU, J. J. **CONTRATO SOCIAL.** Rio de Janeiro. Edição da Organização Simões. 1951

SADER, E. e GENTILI, P.(organizadores). **Pós-neoliberalismo.** São Paulo. Editora Paz e Terra. 1998.

SAES, D. **A Formação do Estado Burguês no Brasil.** Rio de Janeiro. Paz e Terra, 1985.

SANTOS, M. **Da Totalidade ao Lugar.** São Paulo. Edusp. 2005.

SANTOS, W. G. **O Ex-Leviatã Brasileiro.** Rio de Janeiro. Civilização Brasileira. 2006.

SCHRADER, A. **Introdução à Pesquisa Social Empírica.** Porto Alegre. Editora Globo. 1974.

SOLA, L. (Org). **Estado, Mercado e Democracia.** Política e Economia Comparadas. São Paulo. Editora Paz e Terra. 1993.

SPIILIMBERGO, J. E. **A Questão Nacional em Marx**. Florianópolis. Editora Insular. (4ª edição).

STEPAN, A. **Estado Corporativismo e Autoritarismo**. Rio de Janeiro. Paz e Terra. 1980.

SWEEZY, P. M. **Teoria do Desenvolvimento Capitalista**. Rio de Janeiro. Zahar Editores (6ª edição). 1985.

KUHN T.S. **A Estrutura das Revoluções Científicas**. São Paulo. Editora Perspectiva. 1975.

KHANA, P. **O SEGUNDO MUNDO: Impérios e Influência na nova ordem global**. Rio de Janeiro. Editora Intrínseca. 2008.

THOMPSON, G. & HIRST, P. **Globalização em Questão**. Petrópolis. Editora Vozes, 1998

TILLY, C. **Coerção, Capital e Estados Europeus**. São Paulo. Edusp. 1996.

TILLY, C. **Grandes estructuras, procesos amplios, comparaciones enormes**. Madrid. Alianza Editorial. 1984

TRINDADE, H. (Org.). **As Ciências Sociais na América Latina em Perspectiva Comparada 1930-2005**. Porto Alegre. Editora UFRGS. 2006.

WALLERSTEIN, I. **O DECLÍNIO DO PODER AMERICANO**. Rio de Janeiro. Contraponto Editora. 2004

WEBER, M. **A Ética Protestante e o “Espírito” do Capitalismo**. São Paulo. Companhia das Letras (7ª reimpressão). 2004.

WATSON, A. **A Evolução da Sociedade Internacional**. Brasília. Editora UnB. 2004.

WRIGHT, E.O. & LEVINE, A. & SOBER, E. **Reconstruindo o Marxismo**. Rio de Janeiro. Editora Vozes. 1993.

VIDAL, J. W. B. **O Esfacelamento da Nação**. Petrópolis. Vozes (2ª edição). 1995.

VIZENTINI, P. F. **A Política Externa do Regime Militar Brasileiro**. Porto Alegre. Editora da UFRGS. 1998.